

20

abril • 2016

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretario

Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rodrigo Machado (UFOP . Ouro Preto . MG . Brasil)

Revisão de Língua Portuguesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Inglesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Contato

Rua do Seminário, s/n • Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2016, número 20, abril, 2016, 210 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

7

DOSSIÊ
DOSSIER

A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens
History and its public. The circulation of historical knowledge: spaces, readers and languages

Presentación
Introduction

Massimo Mastrogregori
Alejandro Eujanian

10

Libros, cartas, lecturas: La revisión de la historia en Argentina y Paraguay a través de los intercambios epistolares entre David Peña y Juan E. O'Leary
Books, letters, lectures: Revision history in Argentina and Paraguay through epistolary Exchanges between David Peña and Juan E. O'Leary

Liliana María Brezzo
María Gabriela Michelett

14

Producción, circulación y divulgación de conocimiento histórico en el Museo Mitre de la ciudad de Buenos Aires (1906-1946)
Production, circulation and dissemination of historical knowledge in the Mitre Museum of the city of Buenos Aires (1906-1946)

Maria Elida Blasco

31

Historiografía académica e historia escolar. Los libros de texto de historia entre dos centenarios
Academic historiography and school history teaching. History textbooks between two centennials

Mariana Lewkowicz
Martha Rodríguez

48

Um papel histórico para a teleficção: a minissérie *Anos rebeldes* e a cultura histórica brasileira dos anos 1980
A historical role for TV fiction: the miniseries Anos rebeldes and the Brazilian historical culture of the 1980s

Roberto Abdala Junior

69

Coleção e identidade na crítica de Ángel Rama nos anos setenta
Collection and identity in Ángel Rama's critique in the 1970s

Pedro Demenech

87

Cambios en la historiografía académica en Argentina (2001-2015)
Changes in Argentina's academic History (2001-2015)

Ernesto Bohoslavsky

102

La construcción del pasado chubutense en el discurso histórico provincial: representaciones de la experiencia exploratoria y colonizadora española en Chubut, Argentina, en textos escolares provinciales (1978-2006)
The construction of Chubut's past in the provincial historical discourse: representations of the Spanish exploratory and colonizing experience in Chubut, Argentina, in school textbooks (1978-2006)

José Guillermo Williams

121

ARTIGOS *ARTICLES*

Masonería, historia y memoria: la cuestión de los Orígenes
Freemasonry, history and memory: the question of origins 139
Dévrig Mollès

Antropofagia, passado prático e usos do passado em *Como era gostoso o meu francês* (1971) de Nelson Pereira dos Santos
Anthropophagy, memory cultural and uses of past in How tasty was my little frenchman (1971) by Nelson Pereira dos Santos 157
Francisco das C. F. Santiago Júnior

RESENHAS *REVIEW ESSAYS*

A cultura jurídica como (arte)fato: uma pontuação historiográfica
The legal culture as (arti)fact: an historiographical remark 177
GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Tradução de Denise Rossatto Agostinetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 344p.
Rogério Ribeiro Tostes

Entre tradições historiográficas: um estudo de Georges Duby
Between historiographical traditions: a study of Georges Duby 185
COSTA, Milton Carlos. *Compreender Georges Duby: introdução à obra de um medievalista dos Annales*. São Paulo: Alameda, 2015. 366p.
Thiago Henrique Sampaio

ENTREVISTA *INTERVIEW*

Historia pública: ¿Una fatalidad historiográfica? - El público, lo público y la historia que publico: Conversación con Manuel Lucena Giraldo
Public History: Some considerations about this tragical topic in historiography. A dialogue with the historian Manuel Lucena Giraldo 191
César Augusto Duque Sánchez

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE 203

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES 205

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS 210

Editorial

editorial

Uma revista pela democracia

A revista *História da Historiografia* foi pensada, desde seus primeiros números, como um espaço propício de reflexão sobre as diferentes formas assumidas pelo conhecimento histórico, seja no âmbito da produção, seja ainda nos âmbitos da difusão e da recepção deste conhecimento. Nesse sentido, as diferentes modalidades pelas quais a história aparece no espaço público, bem como os diferentes modos de intervenção pública de historiadores e historiadoras constituem uma agenda de discussão e são temas de considerável importância para os debates atuais nos campos da teoria da história e da história da historiografia. O número que agora lançamos, contendo o dossiê *A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens*, foi pensado para oferecer caminhos para os questionamentos em torno daqueles temas.

Convém ressaltar que a proposta do dossiê foi divulgada meses antes do desenrolar dos fatos que agora tomam conta da vida pública brasileira. Estamos diante de uma ruptura institucional que ameaça os princípios democráticos de nossa experiência coletiva. A democracia é este alicerce sobre o qual procuramos erigir o edifício de uma sociedade marcada pela justiça social e pela defesa das condições básicas de cidadania, um chão que já possui, bem o sabemos, inúmeras rachaduras. Mas o que percebemos agora é uma fratura de profundidade ainda maior, com consequências ainda mais nocivas. Pois aquele alicerce foi erguido como forma de contenção sobre um substrato de autoritarismo que caracteriza nossa cultura política e nossas formas de vivência social. E é justamente este substrato que vemos hoje emergir, na forma próxima a de uma erupção vulcânica, jorrando este magma autoritário que causa dano por onde passa. Nesta incômoda situação, vemos cada vez mais ações voltadas contra o ensino da história e contra a atuação pública daqueles que a praticam.

Acusados de doutrinação político-partidária, professores já têm ou correm o risco de ter suas atividades cerceadas por um infundado e desonesto programa que procura amordaçar os profissionais da educação, por meio de projetos de lei cujo único propósito é judicializar a prática docente em nome de princípios morais privados e particulares erguidos como dogmas universais. Diante disso, a reflexão sobre o próprio ofício pode oferecer aos seus praticantes instrumentos pertinentes para se contrapor à impostura, não na forma de uma defesa corporativa e cega da disciplina, mas sim pela atuação pautada pelos postulados da honestidade intelectual e da coerência política. Assim, este conselho executivo manifesta aqui sua compreensão de que tanto a produção dos saberes quanto seu ensino e difusão demandam um espaço de liberdade de atuação, reconhecendo a dimensão ética que deve caracterizar a relação dos historiadores e historiadoras com seus públicos.

Junto com o dossiê organizado por Massimo Mastrogregori, professor na Università di Roma – La Sapienza, e por Alejandro Eujanian, professor da Universidad Nacional de Rosario, o número traz os artigos de Dévrig Mollés, tratando dos mitos de origem da maçonaria na América Latina, de Francisco Santiago Júnior, que discute o uso público do passado a partir do filme *Como*

era gostoso o meu francês. Além dos artigos, o número conta ainda com uma resenha apresentando o livro de Paolo Rossi sobre a ordem jurídica medieval, escrita por Rogerio Ribeiro Tostes, e outra sobre o livro de Milton Carlos Costa a respeito de Georges Duby, elaborada por Thiago Henrique Sampaio. Por fim, publicamos a conversa mantida por César Augusto Duque Sánchez com Manuel Lucena Giraldo em torno da dimensão pública da chamada história pública. Desejamos a todos e todas, uma ótima leitura.

Desejamos a todos excelente leitura.
Conselho executivo.

Dossiê

dossier

A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens

History and its public. The circulation of historical knowledge: spaces, readers and languages

Presentación

Introduction

Massimo Mastrogregori

mastrogregori@yahoo.com

Professor

Università di Roma - La Sapienza

Via D. Simonetti, 29

00122 - Roma

Italia

Alejandro Eujanian

aeuja@live.com.ar

Professor

Universidad Nacional de Rosario

Santa Fe, 758

2000 - Rosario

Argentina

10

Desde hace mucho tiempo, los historiadores de la historiografía hemos estado atentos a los procesos de producción de conocimiento histórico, a las obras y a los historiadores cuyos aportes se consideraron más relevantes y a las instituciones, grupos y publicaciones que en cada momento fueron reconocidos como referentes de cambios significativos respecto del problema que se plantearon, del enfoque que le dieron a viejos o nuevos temas, de los métodos que utilizaron para abordarlos o de los cambios interpretativos que impulsaron. Hemos estado inclinados a destacar al mismo tiempo la novedad con el rigor de los cultores de un oficio que se ha renovado sin dejar de reconocer sus lazos de familia con antecedentes distantes en el tiempo.

Sin duda, estos temas seguirán estando en nuestra agenda. Sin embargo, el horizonte de cuestiones que orientan la reflexión actual en nuestro campo de estudios se ha ampliado notoriamente al incluir a los lectores, los contextos de lectura, sus gustos e intereses, los medios a través de los cuáles públicos amplios acceden al conocimiento histórico y a las fuentes de ese conocimiento. Nuevas preguntas surgen de dicha apertura: ¿Qué relación ha existido y existe entre el conocimiento del pasado y las diversas formas, espacios, medios y lenguajes a través de los cuales circula en la sociedad? ¿Cómo se difunde el conocimiento histórico en distintos espacios pero también en diferentes contextos sociales, culturales y temporales? ¿De qué manera se construye la imagen –verdadera o falsa- que vastos sectores sociales tienen de su pasado y qué consecuencias tiene para el futuro que se imponga alguna de ellas?

El objetivo de este dossier es reunir un conjunto de estudios atentos a analizar la relación entre los procesos de producción y difusión del conocimiento histórico, su circulación entre diversos grupos sociales y más allá de las fronteras nacionales; los modos de apropiación y recepción de imágenes, representaciones e interpretaciones en diversos contextos; las características de los espacios en

los que esos saberes circulan y la de quienes promueven su difusión; los medios, los mecanismos y lenguajes a través de los cuáles esas operaciones se realizan; los viejos y nuevos sentidos que portan; las luchas en las que participan y las expectativas que promueven.

El Dossier se abre con el texto de Liliana Brezzo y María Gabriela Micheletti, "Libros, cartas, lecturas. La revisión de la historia en Argentina y Paraguay a través de los intercambios epistolares entre David Peña y Juan E. O'Leary". Las autoras reconstruyen el proceso de consagración de Solano López como héroe del Paraguay siguiendo las huellas de la correspondencia que durante poco más de veinte años mantuvieron su principal historiador y biógrafo, el paraguayo Juan E. O'Leary y el argentino David Peña, autor de *Juan Facundo Quiroga*. La sintonía entre ambos, da sentido a una red regional formada por un conjunto de intelectuales que se han dispuesto reivindicar a quienes las elites políticas y culturales habían acusado de déspotas y los habían excluido del panteón nacional. Esa empresa fue compartida por un amplio abanico de hombres de letras hispanoamericanos que durante la crisis de la primera posguerra buscaron en el pasado las bases sobre las que sustentar un futuro alternativo al modelo ofrecido por una Europa ahora juzgada decadente. En ese espacio transnacional podemos percibir la vitalidad del diálogo intelectual nutrido por la circulación de hombres, ideas, editoriales, libros y revistas, alimentado por las polémicas en la prensa y articulado por la correspondencia epistolar.

El texto de María Élica Blasco, "Producción, circulación y divulgación de conocimiento histórico en el Museo Mitre de la ciudad de Buenos Aires (1906-1946)", exhibe la contracara de aquella empresa. En 1906, cuando se publicaba en Buenos Aires el libro de David Peña y comenzaba la reivindicación de Solano López, se inauguraba el Museo destinado a homenajear a Bartolomé Mitre -uno de los promotores de la guerra contra el Paraguay- en su triple función de primer Presidente de la Nación unificada, fundador de uno de los periódicos más influyentes, y referente de la historia científica en el país. El Museo creado en el que había sido su hogar fue además de un lugar de conmemoración; un espacio de sociabilidad entre elites culturales y políticas; un medio para la difusión entre públicos ampliados de una interpretación del pasado avalada por el Estado, y el ámbito en el que se construyeron las relaciones entre lo privado -de acuerdo a los intereses de las familias más prominentes del siglo XIX- y lo público, a través de un conjunto de actores que actuaban de intermediarios entre dichos intereses, el Estado y el conjunto de la sociedad: historiadores, archiveros, bibliotecarios, periodistas y docentes.

Del mismo modo que el museo es un espacio a través del cual los historiadores intervienen en el espacio público, la divulgación de la historia académica encontró en la escuela el ámbito para realizar una tarea afín con los intereses del Estado y en los manuales escolares el medio privilegiado para su difusión entre alumnos, maestros y profesores de enseñanza primaria y media. En "Historiografía académica e historia escolar. Los libros de texto de historia entre dos centenarios", Martha Rodríguez y Mariana Lewkowicz ponen en evidencia la fuerte ligación entre la escuela y los historiadores profesionales

en dos contextos históricos diferentes, el centenario y el bicentenario de la Revolución de Mayo de 1810. Tomando como referencia las dos celebraciones, describen los principales cambios operados en ese lapso en lo que respecta a la concepción de la idea de la historia; a la relación entre historiadores, Estado y sociedad; a la concepción del tiempo histórico; al discurso historiográfico; y a los modos de representar el pasado, entre otros. De todos modos, dejan planteada una pregunta que la exploración de los manuales escolares no permite responder acabadamente: ¿En qué medida, los cambios operados en la historiografía y trasladados parcialmente a los manuales escolares, se traducen en nuevas prácticas y contenidos desarrollados en el aula?

La relación entre narrativas históricas y prácticas sociales es abordada por Roberto Abdala Junior en "Um papel histórico para a teleficção: a minissérie *Anos rebeldes* e a cultura histórica brasileira dos anos 1980". La pregunta que sobrevuela el artículo es en qué medida una miniserie televisiva de éxito en la televisión de Brasil, emitida durante el año 1992, puede haber contribuido a definir un modo de intervención pública por parte de los jóvenes y a partir de allí, puede haber favorecido su participación en las manifestaciones a favor del *impeachment* del ex-presidente Fernando Collor de Mello. Su hipótesis es que *Anos Rebeldes* logro articular la memoria y la experiencia individual y colectiva de un público amplio, que compartía una misma cultura histórica respecto de la historia reciente marcada por la dictadura que se inició en 1964. De este modo, en este texto sugerente, el autor aborda el problema de la compleja relación entre un producto televisivo, la memoria histórica compartida de la sociedad y sus prácticas políticas en un contexto preciso.

12

En los dos textos siguientes, se aborda el problema del modo en el que las crisis políticas, económicas y sociales impactan en las representaciones del pasado y en el campo académico. En "Coleção e identidade na crítica de Ángel Rama nos anos setenta", Pedro Domenech reconstruye un itinerario de escritura y reflexión que atraviesa dispositivos narrativos diversos en la obra de Ángel Rama. De ese modo, da sentido a una experiencia vital que comienza en la crítica literaria, se repliega en el diario íntimo y se proyecta en una colección de libros latinoamericanos que contribuye a reelaborar el canon de la literatura latinoamericana. En este proceso, el diario íntimo funciona como un modo de atravesar un pasado que se revela como desilusión y aventurarse a un futuro que se desea menos incierto en el momento que la historia de Uruguay, y de gran parte de la vida intelectual de América Latina, fue afectada por las dictaduras y el exilio. De la ruptura con ese pasado que se ha descubierto como falso, nace otro espacio de experiencia que se realizó en la Biblioteca Ayacucho de la que Ángel Rama fue editor, a través de una colección de libros que fue archivo y legado, metonimia de la unidad latinoamericana que buscó restablecer la idílica relación entre el futuro y su pasado.

Del otro lado del Río de la Plata, la crisis del 2001 en Argentina también representó, entre otras cosas, la ruptura definitiva con respecto a las expectativas inauguradas por la transición democrática iniciada en 1983; y también afectó un ideal de historiador científico que a la vez que afirmaba su autonomía profesional

se distancia de las preocupaciones y las demandas sociales. En “Cambios en la historiografía académica en Argentina (2001-2015)”, el autor analiza los factores que estimularon un profundo cambio que afectó el campo académico a partir de ese acontecimiento, que estimuló su expansión, la irrupción de nuevos temas, el crecimiento del interés social por el pasado, la preocupación por parte de algunos historiadores por una mejor y más amplia difusión de su conocimiento, así como la multiplicación de políticas públicas orientadas a la celebración y conmemoración del pasado distante y reciente. El Bicentenario de la Revolución de Mayo de 1810 representó el clímax de estos procesos sociales e historiográficos. Fue el momento en el que se exhibió una notable diversidad de artefactos destinados a poner en circulación discursos, interpretaciones e imágenes del pasado sino siempre novedosas en su contenido si en la variedad de recursos y en la heterogeneidad de actores involucrados en los procesos de producción y difusión.

Finalmente, en “La construcción del pasado chubutense en el discurso histórico provincial: representaciones de la experiencia exploratoria y colonizadora española en Chubut, Argentina, en textos escolares provinciales (1978-2006)”, José Guillermo Williams analiza los textos escolares producidos en Chubut para visualizar a través de ellos los elementos con los que se buscó construir una identidad provincial que reconocía una tradición hispana previa a la colonización galesa, que a mediados del siglo XIX comenzó su poblamiento. A pesar de las escasas huellas que quedaron de aquellas primeras exploraciones y asentamientos, se entendió que reconocer la herencia hispánica era una vía para inscribirse legítimamente en la argentinidad. Sin embargo, a lo largo del periodo bajo estudio se pueden también percibir los cambios interpretativos que se produjeron como resultado de la combinación de diversos factores: las políticas educativas nacionales y provinciales, los avances interpretativos en la historiografía académica y las políticas editoriales.

Esperamos que el conjunto de textos reunidos en el dossier nos permite reflexionar sobre la variedad de lenguajes, espacios y actores involucrados en la producción de interpretaciones del pasado, así como considerar tanto los usos como los actos realizados con un pasado tan incierto como revelador del modo en el que las sociedades se representan a sí mismas, de sus conflictos y de sus expectativas. Por otro lado, esperamos que sirvan para problematizar la idea que solemos tener respecto al modo en el que circulan los saberes, muchas veces concebido como una transferencia de significados vertical y en una sola dirección –de las elites cultivadas a públicos pasivos- y dual, en el sentido de distinguir espacios de producción y consumo autónomos entre sí. Sin embargo, a través de estos artículos, podemos percibir la existencia de un espacio compartido en el que las interpretaciones son apropiadas, traducidas y articuladas con diversas experiencias sociales y memorias colectivas en tensión.

Libros, cartas, lecturas: La revisión de la historia en Argentina y Paraguay a través de los intercambios epistolares entre David Peña y Juan E. O’Leary*

Books, letters, lectures: Revision history in Argentina and Paraguay through epistolary Exchanges between David Peña and Juan E. O’Leary

Liliana María Brezzo

lilianabrezzo@arnet.com.ar
Investigadora Independiente CONICET
IH, UCA - IDEHESI / CONICET
Av. Pellegrini 3314, 2000 ROSARIO
Argentina

María Gabriela Michelett

gabimiche@yahoo.com.ar
Investigadora Adjunta CONICET
Profesora Adjunta UCA
IH, UCA - IDEHESI / CONICET
Av. Pellegrini 3314, 2000 ROSARIO
Argentina

14

Resumen

El presente artículo se centra en el análisis del intercambio epistolar mantenido entre el argentino David Peña y el paraguayo Juan E. O’Leary, dos historiadores que hacia principios del siglo XX se embarcaron en un proceso de revisión de la historia de sus respectivos países. El estudio de los ritmos de ese intercambio permite, a la vez, considerar algunos rasgos de las biografías que produjeron sobre Juan Facundo Quiroga y Francisco Solano López y pesar la influencia que la obra del argentino tuvo en la práctica de la historia del paraguayo, así como también aportar datos a un mejor conocimiento sobre los modos en que se difundieron y circularon por la región las obras de historiadores pertenecientes a diversas naciones del espacio rioplatense. Desde el plano metodológico, los resultados a los que se arriba contribuyen a destacar la importancia de las cartas intercambiadas entre historiadores para esclarecer sus concepciones del pasado y su utilidad para contrastarlas con los discursos históricos producidos en el espacio público.

Palabras-clave

Cartas; Historiadores; Historiografía.

Abstract

This paper focuses on the analysis of the exchange of letters between the Argentine David Peña and the Paraguayan Juan E. O’Leary, two historians that by the early twentieth century embarked on a process of reviewing the history of the irrespective countries. The study of the rates of that exchange allows, in turn, consider some features of the biographies that they produced about Juan Facundo Quiroga and Francisco Solano Lopez, and balance the influence that the work of the Argentine had in the historiographical practice of the Paraguayan, as well as provide information to a better understanding of the ways in which the works of historians belonging to the nations of the River Plate area spread throughout the region and circulated. From the methodological level, the results contribute to highlight the importance of the letters exchanged between historians to clarify their conceptions of the past and its usefulness to contrast with historical discourses produced in the public space.

Keywords

Letters; Historians; Historiography.

Recibido el: 31/8/2015

Aceptado el: 8/3/2016

* IH, UCA – IDEHESI / CONICET.

Entre 1907 y 1928 el historiador argentino David Peña (1862-1930) y el paraguayo Juan E. O'Leary (1879-1969) mantuvieron un sostenido contacto epistolar e intercambiaron novedades bibliográficas. Las cartas cruzadas, en tanto discursos producidos en la esfera privada, son un testimonio elocuente del rastro histórico que ellos mismos han dejado; ponen de manifiesto sus inteligencias, sus preocupaciones, sus aspiraciones. Y ese descubrimiento es importante. Al mismo tiempo el análisis del intercambio epistolar pretende complejizarla filiación del revisionismo histórico en Argentina, su recepción en otros espacios nacionales y comparar sus peculiaridades.¹ De manera particular interesa, en este caso, llamar la atención acerca del influjo que la obra de David Peña tuvo en la práctica de la historia del joven escritor paraguayo, así como también aportar datos a un mejor conocimiento acerca de los modos en que se difundieron y circularon por la región las obras de historiadores pertenecientes a diversas naciones del espacio rioplatense.

De acuerdo con las pruebas disponibles, es posible identificar, según el rango cronológico mencionado, tres momentos de especial densidad en los contactos epistolares entre Peña y O'Leary, cuyos contenidos se examinan en los siguientes apartados.

Además de analizar las características de ese intercambio, este trabajo pretende dar cuenta de algunos rasgos de las biografías que produjeron en torno a actores controvertidos de la historia de sus respectivos países: *Juan Facundo Quiroga: contribución al estudio de los caudillos argentinos* (1906), de David Peña, y *El Mariscal Solano López* (1925), de Juan E. O'Leary.

En el plano metodológico se procura resaltar la importancia de las cartas intercambiadas entre historiadores para esclarecer sus concepciones del pasado y su utilidad para contrastarlas con los discursos históricos producidos en el espacio público; en particular, en este caso, para poner en relación los procesos de revisión de la historia que se iniciaron contemporáneamente en Argentina y en Paraguay.²

El estudio se apoya, centralmente, en los documentos que componen el Fondo David Peña del Archivo y Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia de la República Argentina, en los manuscritos incluidos en el Legajo David Peña del Archivo del Museo Histórico Provincial de Rosario "Dr. Julio A. Marc", y en la Colección Juan E. O'Leary, depositada en la Biblioteca Nacional del Paraguay. En el caso de este último país, el hallazgo y la reciente organización

¹ Puede sostenerse que desde fines del siglo XIX y con los primeros compases del siglo XX, de la mano de obras como las de Adolfo Saldías, Ernesto Quesada y David Peña emergió, en Argentina, una revisión de la lectura clásica de diversos procesos del pasado argentino, incluida la Guerra del Paraguay. En efecto, en el estudio de Quesada *La Política argentino-paraguaya* aparecen la mayoría de los tópicos que desarrollará in extenso el revisionismo posterior. En Uruguay, por la misma época principió un impulso de revisión de la lectura clásica de la guerra de la mano de Luis Alberto de Herrera, autor de *La tierra charrúa* (1901) y de *La diplomacia oriental en el Paraguay* (1909). Sobre la dinámica de esta lectura pueden verse los estudios de María Laura Reali (REALI 2006). Resulta conveniente señalar que la revisión de la historia que aquellos primeros "revisionistas" argentinos promovieron, en tanto que operación historiográfica -la aplicación de un método basado en la objetividad histórica y la compulsa documental-, se diferenció de la operación política que abiertamente supuso el revisionismo de los años treinta como impugnación del liberalismo y democratismo del sistema republicano argentino (DEVOTO y PAGANO 2010, p.203-205; CHIARAMONTE 2013, p. 145-179).

² En años recientes han sido desenvueltos diversos argumentos en torno a los epistolarios como herramientas de análisis historiográfico (MESTRE SANCHÍS 2000, p. 13-26; ORTEGA 1991; BORKOSKAY 2002, p. 27-45).

de archivos personales de historiadores paraguayos -además del de O'Leary se han recuperado los de Carlos Pastore (1907-1996) y Rafael Eladio Velázquez (1926-1994) como así también papeles privados de José Falcón (1810-1881) y Blas Garay (1873-1899)-constituyen, sin duda, un corpus de apreciable valor no únicamente para el análisis del historiador, su contexto histórico y su influencia en los ámbitos más dispares de la vida pública sino, de manera particular, para el estudio de las tendencias ideológicas que condicionaron su labor histórica.

Primer momento: Juan Facundo Quiroga y Francisco Solano López

El contacto epistolar entre Juan E. O'Leary y David Peña comenzó en el mes de enero de 1907 en ocasión de divulgarse en Paraguay el texto sobre Juan Facundo Quiroga que había sido editado unos meses antes en la capital argentina.³ Para comprender el alcance de la proyección lograda en corto tiempo por el libro de Peña conviene recordar algunos antecedentes.

En 1903, David Peña había dictado en la recientemente creada Facultad de Filosofía y Letras (1896) de la Universidad de Buenos Aires quince conferencias muy resonadas por la defensa que en ellas se realizaba del caudillo riojano, a contrapelo de la obra de Domingo F. Sarmiento. Para ese entonces, Peña se desempeñaba como profesor suplente de Historia Argentina, cargo que ocupaba desde que regresara por última y definitiva vez a establecerse en la ciudad de Buenos Aires, ya sobre el final del siglo XIX. Formaba parte del grupo de políticos e intelectuales rosarinos -como Estanislao Zeballos, Gabriel Carrasco, Rodolfo Rivarola- que habían llegado a la capital del país por las mayores posibilidades que ésta ofrecía. En años anteriores, entre mediados de la década de 1880 y principios de la siguiente, Peña había realizado una encomiable tarea procurando promover la creación y desarrollo de diversos emprendimientos e instituciones de carácter cultural en Santa Fe y Rosario. Con desigual éxito, había fundado el periódico *Nueva Época* en Santa Fe y *La Época y Revista Argentina* en Rosario, y había impulsado el establecimiento de una biblioteca popular en la capital santafesina. También había incursionado en el género dramático, convirtiéndose en un reconocido autor teatral.

Debido al interés que habían despertado las conferencias sobre Quiroga, su autor decidió convertirlas al formato de libro, con el fin de darles una mayor difusión y alcanzar un público más amplio que el que se había llegado hasta los claustros universitarios atraído por los rumores de que su tesis entraba en abierta polémica con la versión canónica que la historiografía liberal había consagrado acerca de Quiroga. Para ello revisó los manuscritos y les realizó algunas modificaciones y agregados, dándolos a la Casa de Coni Hermanos para su impresión.⁴ En mayo de 1906 el libro estuvo listo, y los anuncios periodísticos pusieron a la sociedad porteña al tanto de su aparición, con sugerentes comentarios que animaban a su lectura. Tal como sostenía una nota publicada en *El Tiempo*, por ejemplo,

³ El contexto de producción y la recepción de la obra de David Peña los hemos estudiado en MICHELETTI 2015.

⁴ Archivo del Museo Histórico Provincial de Rosario "Dr. Julio A. Marc" (AMHP), Documentos manuscritos clasificados por Legajos personales: David Peña, Caja 1, "Juan Facundo Quiroga. Conferencias pronunciadas en la Facultad de Filosofía y Letras, con ampliaciones y notas".

“el nuevo libro está llamado a producir controversias históricas dado el nuevo aspecto en que presenta el doctor Peña a Facundo”.⁵ La obra de Peña fue pronto reseñada en diversos medios y contó tanto con críticos entusiastas como con detractores. Algunos de estos últimos, especialmente filosos, cargaron no sólo contra el discurso historiográfico que proveía el libro, sino también contra su autor: “Engañoso en su forma, el libro de usted, doctor Peña, nos presenta al caudillo riojano sublimado por los derroches de su fantasía. [...] ¡Mal filósofo y peor historiador, el que para levantar a un caído, necesita vilipendiar a los que están en las alturas!”⁶ La figura de Peña cobró notoriedad, y unos pocos meses después el rosarino ingresaba como miembro de número a la Junta de Historia y Numismática Americana (posterior Academia Nacional de la Historia de la Argentina), no sin dejar de producir su admisión un sacudón en la institución, que sufrió la renuncia de su vicepresidente primero, José Juan Biedma, ofuscado porque se permitiera el ingreso al defensor del caudillo. Alentado por elogios y ataques, el libro se distribuyó rápidamente por todo el país, tal como lo atestigua un afiche impreso por la librería “Hijos de José Alsina y Cía.” de Paraná (Entre Ríos), que ofrecía enviarlo a cualquier punto de la República.⁷ Tanto, que fue necesario hacer una nueva edición ese mismo año de 1906, y otra más al año siguiente. Con este mismo impulso cruzó los límites nacionales y recaló en las librerías de Asunción, de donde llegó a manos de Juan E. O’Leary quien, para entonces, era ya una figura reconocida e influyente en el espacio cultural.

En esos primeros años del siglo veinte era posible identificar en el Paraguay una elite político cultural que había ido conformándose en el período de la posguerra de la Triple Alianza -fundamentalmente, pero no sólo- con egresados del Colegio Nacional y de la Facultad de Derecho que pasaría a denominarse *Generación del 900*. La conformarían, entre otros, Blas Garay, Manuel Domínguez, Fulgencio R. Moreno, Arsenio López Decoud, Manuel Gondra, Ignacio Pane, Ricardo Brugada (h), Eligio Ayala, Teodosio González, Alejandro Guanés, Juan Francisco Pérez Acosta y el mismo Juan E. O’Leary. El escritor Raúl Amaral reunió, en sucesivos trabajos de investigación literaria, a 26 nombres principales de los cuales 8 conformaron, según su perspectiva, por sus ideas y su producción, el núcleo sustancial del *Novecentismo*: Arsenio López Decoud, Manuel Domínguez, Manuel Gondra, Fulgencio R. Moreno, Blas Garay, Eligio Ayala, Juan E. O’Leary e Ignacio A. Pane (AMARAL 2006; GOMEZ LEZ; ZARZA 2013).

Políticamente, algunos de estos letrados adhirieron al Partido Colorado, como Blas Garay, Fulgencio Moreno, Manuel Domínguez, en tanto otros se mostraron identificados con los principios del Partido Liberal como Eligio Ayala, Manuel Gondra y Juan O’Leary.

Este grupo comenzó a vehiculizar sus afanes culturales a través de distintos canales. El principal fue la prensa, pero también se destacaron algunas revistas,

⁵ Academia Nacional de la Historia, Fondo David Peña (ANH-FDP), Libro 3, “Juan Facundo Quiroga. El libro del Dr. David Peña”.

⁶ ANH-FDP, Caja 4, Ricardo Adriano Paz, “Tribuna libre. Sobre *Facundo*”, *La Razón*, Buenos Aires, 4 de enero de 1907.

⁷ ANH-FDP, Libro 3, “Acaba de aparecer”.

las cuales, a partir de finales del siglo diecinueve, habían ido adquiriendo una particular relevancia. Entre estas figuraba la *Revista del Instituto Paraguayo*, que circularía entre 1896 y 1908 y estaba dirigida a un público culto. Efectivamente, el 26 de junio de 1895 un núcleo de los jóvenes *novecentistas* junto a otras figuras influyentes de la sociedad asunceña fundó el *Instituto Paraguayo*. En un comienzo sus impulsores se limitaron a enunciar entre sus propósitos el fomento del estudio de la música y el desarrollo de la literatura, proporcionar la enseñanza de idiomas y estimular los ejercicios físicos por medio de la gimnasia y la esgrima. Sin embargo, las cuestiones sobre el pasado pasaron a constituirse, al poco tiempo, en materia predominante de las conferencias, de los discursos y de otras actividades llevadas a cabo por la institución las que, en todos los casos, suponían un punto de referencia, un indicador preciso de los rumbos temáticos consagrados por esa élite intelectual; se impuso entonces la necesidad de divulgar tales emprendimientos a través de una revista. Así, en octubre de 1896 apareció el primer número; definida como una publicación de carácter esencialmente científico pasó a subtitularse, poco tiempo después, "Historia, Ciencias, Letras", haciendo referencia a sus principales contenidos. Fue la publicación más importante de esos años y en sus números podían leerse aportes de Victorino Abente, Rafael Barrett, Jean-Paul d'Aile (Casabianca), Manuel Gondra, Manuel Domínguez e Ignacio A. Pane, entre otros autores significativos (BREZZO 2011a).

18

En los mismos años en que se editaba la revista del *Instituto*, comenzaron a circular otras publicaciones con similares pretensiones científicas como la *Revista de la Universidad Nacional* y la *Revista de Agronomía y de Ciencias Aplicadas*, dirigida por Moisés Bertoni.

Al mismo tiempo, aquellas convivieron con otras revistas dirigidas a un público selecto, pero más aligeradas, con grabados de paisajes y de personajes, anecdóticos y textos breves. José Segundo Decoud, uno de los intelectuales y políticos más influyentes de la época poseía una de las principales bibliotecas del país; si se repasa su *Catálogo* es posible dar cuenta de algunas de esas publicaciones, como *Ilustración Paraguaya*, *La Revista Cómica*, *La Rivista Italiana. Coloniale, commerciale, sociale*, *The Paraguay Review*, *Paraguayische Nachrichten*, *Tribuna de los intereses del Paraguay*, *La Revista del Paraguay*, *Crónica y Anales del Gimnasio Paraguayo*, todas publicadas entre las últimas décadas del siglo XIX y la segunda década del siglo XX (CENTURIÓN 1961; GONZALEZ DE BOSIO 2008).

El 10 de septiembre de 1900, O'Leary fue designado profesor de Historia Americana y Nacional en el Colegio Nacional de Asunción y en el transcurso del mismo año inició sus colaboraciones en el diario *La Patria*, dirigido por Enrique Solano López.

Así, habiendo superado escasamente los veinte años, comenzó a dedicarse a la enseñanza de la Historia y a adquirir cierto protagonismo en las actividades periodísticas y culturales de la capital paraguaya (BREZZO 2011b).

En *La Patria* principió la publicación, a partir del 2 de mayo de 1902, aniversario de la batalla de *Estero Bellaco* de la guerra contra la Triple Alianza,

de una serie de 26 escritos de índole histórica bajo el título general de *Recuerdos de Gloria*, cuyas entregas se prolongaron hasta el año 1904. El autor declaró que la principal intención que le movió a redactarlos fue el “de exaltar el heroísmo del pueblo vencido en una lucha desigual” y “exponer a las nuevas generaciones las hazañas de los héroes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza” quienes “dormían casi olvidados de la patria, después de haber escrito en sangre la estupenda epopeya de aquella defensa sobrehumana” (O’LEARY 2008, p. 35).

Poco después de principiar estas entregas, protagonizó con el prestigioso abogado paraguayo Cecilio Báez (1862-1941), la primera polémica sobre la historia del Paraguay. A través de las columnas de *La Patria y El Cívico* la disputa se inició en el mes de octubre de 1902 y se extendió hasta el 14 de febrero de 1903; fue la primera vez que la sociedad paraguaya participó, directa e indirectamente, en un debate sobre su pasado (SCAVONE YEGROS; BREZZO 2012).

Respecto a la guerra contra la Triple Alianza, Báez la explicaba como un efecto del propio sistema tiránico, que tuvo su origen en la época colonial y se consolidara durante los gobiernos de Francia y de los dos López:

La guerra – sostenía – se hizo de exterminio para el Paraguay, no solamente por obra de los aliados, sino también por obra del mismo López. Los déspotas siempre quieren aparecer como intérpretes de la voluntad nacional o sirviendo los intereses de la Nación. Cualquier hombre de sentido común comprenderá que López ni debió intervenir en el conflicto uruguayo-brasilero ni mucho menos provocar la guerra. Tal fue el desenlace de la tiranía paraguaya. Fue el sacrificio de todo un pueblo. El país quedó arruinado y desmembrado. Toca a la nueva generación reparar lo perdido, por la educación, por el trabajo, por la práctica de la libertad, por el concurso del elemento extranjero, pero principalmente por la educación, para que al rebaño humano lo reemplace un pueblo consciente de sus derechos, que haga imposible la vuelta de las omnímodas y embrutecedoras dictaduras (SCAVONE YEGROS; BREZZO 2012, p. 98).

19

O’Leary, por su parte, lo enfrentó con un discurso completamente opuesto desde las columnas de *La Patria*, centrándose en un pasado heroico y glorioso, en el que la sociedad paraguaya vivía feliz y próspera hasta que una serie de causas exógenas la habían condenado a su actual postración. Dedicó a cada episodio del acontecimiento bélico un artículo completo en un esfuerzo hermenéutico dirigido a mostrar

[...] quien fue la mano negra que arrojó, sobre el Plata y el Paraguay, el huracán de muerte que hizo añicos de nuestra pasada grandeza y poderío. Diremos que la intervención brasileña en el Uruguay y la guerra de 1865 fue el lógico desenlace de la política absorbente, de las miras ambiciosas del Imperialismo. En efecto, no de otro modo podían concluir las añejas pretensiones del único imperio de la América del Sud -verdadero parásito adherido al suelo del nuevo mundo- que en todos los momentos de su historia amenazó a sus vecinos y más que amenazó, asaltó con invasiones verdaderamente bárbaras, como las de sus mamelucos que han dejado triste memoria en los países limítrofes ¿Con qué país vecino no tuvo disensiones seculares por la cuestión de límites? ¿A qué país vecino no arrebató el Brasil inmensas zonas de territorio? (SCAVONE YEGROS; BREZZO 2012, p. 98).

Con estos contenidos fue desplegando en el transcurso de la disputa un conjunto de argumentos con el propósito de demostrar que la guerra tuvo su origen en las maquinaciones del Imperio del Brasil y en la complicidad del gobierno argentino de Bartolomé Mitre, y para salir victorioso en la polémica. El veinteañero letrado, que durante la controversia firmó todos sus artículos con el seudónimo de Pompeyo González, se hizo a un más conocido; sus seguidores comenzaron a identificarse como *pompeyistas* y su revisión de la historia clásica de la guerra contra la Triple Alianza comenzó a ser denominada como *pompeyismo*.⁸

Pues bien, poco después, a mediados de 1903, jaqueado por sus escisiones internas y por una vasta coalición de intereses sociales y económicos que se pusieron en su contra, empezó a tomar forma un vasto movimiento revolucionario en Paraguay contra el régimen del partido Colorado. Un grupo numeroso de personas estaba dispuesto a convertirse en partidario de una revuelta que se preparaba en Buenos Aires y en Asunción. Liderada por figuras conspicuas del Partido Liberal como Cecilio Báez y Benigno Ferreira y por jóvenes entusiastas como Manuel Gondra, José y Modesto Guggiari, Gualberto Cardús Huerta y Adolfo Riquelme, se inició una larga campaña para vencer la resistencia de los gubernistas en diversas zonas del país, en cuyo transcurso se sucedieron varios encuentros armados, hasta que la caída de la ciudad de Encarnación señaló la derrota definitiva del coloradismo. La revolución tuvo su desenlace en Puerto Pilcomayo, en el mes de diciembre, donde Juan Antonio Escurra y el jefe del gobierno rebelde, Benigno Ferreira, acordaron designar un presidente provisorio y constituir un gabinete mixto. O'Leary, aunque identificado con el Partido Liberal, no participó en el movimiento, asumiendo una conducta pasiva y prescindente. El triunfo de la revolución hizo, entonces, que quedase enfrentado con su partido en el que militaban algunos de sus más implacables enemigos intelectuales, como Cecilio Báez. En lo inmediato, el nuevo orden político condicionó que O'Leary se viera reducido al usufructo de una sola cátedra en el Colegio Nacional y marcó un momentáneo final a la colaboración en la prensa y a su activa participación cultural. Para paliar las consecuencias económicas de la situación, pero también como una especie de exilio y de resistencia al *orden liberal*, a comienzos del año 1906 se fue a vivir con su familia a San Lorenzo. La estancia en ese pueblo -muy cercano a la capital- tendría en la vida intelectual de O'Leary una notable densidad. Allí trabó vínculos de amistad con los reconocidos escritores Viriato Díaz Pérez, Hérib Campos Cervera (padre) y Gregorio Benites. Varias veces a la semana O'Leary viajaba por tren a Asunción para visitar y conversar con los amigos y colegas como Enrique Solano López

⁸ Durante estos años de juventud como escritor, O'Leary utilizó varios seudónimos: primero hizo uso de Diego de la Escosura y luego apareció Justas N. Zambrana. En la polémica con Cecilio Báez firmó sus artículos con un tercer seudónimo, el de Pompeyo González. Fue con éste con el que se hizo conocido. Según testimonio de sus amigos "no había veterano de la guerra que no hablara de Pompeyo González sin religiosa unción". Parece posible vincular, de este modo, los contenidos historiográficos del *pompeyismo* con una especie de proto-revisionismo histórico o, más precisamente, con algunos de sus temas. De hecho, el Mariscal Francisco Solano López no fue la figura central del debate O'Leary- Báez. Se ha desenvuelto esta lectura en (BREZZO 2011a). Autores dedicados a las relaciones entre historia y memoria en el Paraguay, como Luc Capdevila, han subrayado, asimismo, que a inicios del siglo XX el análisis de la trayectoria del Mariscal seguía siendo "ambiguo, incluso para los intelectuales nacionalistas. Las posiciones de Blas Garay, de Juan O'Leary, así como las de Manuel Domínguez en 1900 no estaban definidas" (CAPDEVILA 2010, p. 205).

e Ignacio Pane -con quienes tramitaba la reapertura del diario *La Patria*-y con Juan Silvano Godoi, con quien compartía tertulias en el Archivo Nacional.⁹

Pues bien, fue en ese contexto cuando, a comienzos del año 1907, se produjo el inicio de los vínculos con David Peña, luego de que O'Leary, en uno de esos semanales viajes a Asunción localizara en una librería un ejemplar del estudio sobre Juan Facundo Quiroga. Hay que mencionar que, aun en medio del difícil proceso de reconstrucción social que atravesaba el Paraguay, el negocio editorial cobraba impulso. En la capital paraguaya sobresalían tres librerías: la de los hermanos Muñoz, la de Uribe y la librería de Puigbonet. Las ediciones que se exhibían en los respectivos escaparates provenían de los recientemente instalados Talleres Nacionales de H. Kraus, estrechamente vinculados con la impresión de textos históricos y jurídicos (VELÁZQUEZ 1999) a las que luego se sumaron las provenientes de otras firmas de la plaza como La Mundial, La Colmena, la tipografía de Quell y la de Zamphirópolis. Aunque no se dispone de pruebas suficientes, es probable que O'Leary hubiera comprado el libro de Peña en el negocio de los hermanos Muñoz, a quienes conocía y cuya librería frecuentaba a menudo.

Luego de leer el libro sobre Quiroga, O'Leary se ocupó de consignar, en unos apuntes íntimos, la impresión que le produjo:

Hermoso libro. Su lectura me ha dejado una grata impresión. Quiroga resulta un prócer argentino. Desvanecida la sangrienta leyenda forjada por Sarmiento queda la vida del grande hombre, reducida a sus justas proporciones. Facundo ya no es el bárbaro, sediento de sangre, corrompido, enemigo jurado de la civilización como lo pintó el asesino de Peñalosa, el "doctor de Michigan". Queda, como dice Peña, el general Juan Facundo Quiroga, representante nato de las provincias y precursor de Urquiza en la obra de la organización nacional. La teoría de Peña se puede fácilmente aplicar al Mariscal López. Un libro así de reivindicación es mi más constante preocupación. Alguna vez lo haré.

Francamente me seducen los hombres que, como David Peña, defienden a los perseguidos, a quienes se ceba el odio inconsciente de las multitudes. David Peña ha vindicado a Alberdi levantándole un monumento en Buenos Aires. Y ahora vindica a Quiroga. Los dos hombres más odiados de su país. Tiene que ser un alma fuerte. Y son pocos en la Argentina: Saldías y él. Y si Rosas y Quiroga tienen sus panegiristas ¿No podrá tenerlos el Mariscal López? López no cometió ni la millonésima parte de los crímenes de Rosas, ni anarquizó a su patria como Quiroga. Loco por el desastre, traicionado, vendido, cometió actos de crueldad que condeno, pero que son perfectamente explicables. Derramó sangre paraguaya pero en defensa de la patria por cuya causa pereció en el último campo de batalla. Es mil veces más grande que Rosas y Quiroga juntos. Con razón dijo Alberdi que no tenía un igual en la América (BNP-CJEO, Diario de Juan E. O'Leary, vol. 1).

⁹ Biblioteca Nacional del Paraguay, Colección Juan E. O'Leary (en adelante BNP- CJEO), Correspondencia oficial y privada. Carpetas XXXI y XXXII. Interesa resaltar que entre los corresponsales de O'Leary en la primera década del siglo veinte figuran autores que pergeñaban lecturas opuestas a las clásicas sobre la guerra del Paraguay y la historia de las relaciones entre los países del Plata, como Ernesto Quesada, en Argentina y el uruguayo Luis Alberto de Herrera. Con este último inició una correspondencia fluida e ininterrumpida hasta el fallecimiento de Herrera, en 1959.

Al mismo tiempo remitió la primera carta a David Peña en la que, luego de presentarse, le ponía de manifiesto la identificación de sus ideas con el espíritu que, según entendía, había inspirado el estudio sobre el caudillo argentino:

Años hace que me consagro a una obra semejante desde las columnas de la prensa de mi país. No le asombre, pues, mi actitud, que ella es hija del entusiasmo que no puede menos que producirme esta afinidad entre su pensamiento y el mío. Cuan pocos son los hombres que, como usted, se atreven a desafiar los prejuicios en nombre de la justicia histórica. Yo que he combatido por todas partes en mi país brego en defensa de las glorias de mi patria, aprecio en su justo valor su actitud. Yo se las luchas, los trabajos, las amarguras que importa este noble apostolado. Créame, pues, su admirador y cuénteme en el número de los que le acompañan en su cruzada de vindicación iniciada con el monumento al más grande argentino -Alberdi- y meritoriamente continuada en su último libro (BNP-CJEO, Correspondencia Oficial y Privada, Carpeta XXX, Asunción, enero de 1907).

Merecen ser ponderados estos escritos porque, según entendemos, permiten fechar el origen de uno de los atributos principales de la forma de hacer historia de O'Leary: la vindicación. Aun no se había lanzado a la acción reivindicatoria del Mariscal Francisco Solano López, pero el influjo que la lectura del libro de Peña ejerció sobre él pone de manifiesto que comenzaba a explicarlo.

No se dispone de la respuesta de David Peña a esta carta. De hecho, todo indica que no hubo continuidad en la relación epistolar hasta bastantes años después, cuando se revivieron en Buenos Aires las controversias, iniciadas en las últimas décadas del siglo XIX, en torno a otro cuestionado actor de la historia de la guerra: Juan Bautista Alberdi.

22

Segundo momento: Juan Bautista Alberdi

A raíz de la ordenanza del 28 de noviembre de 1919 del Concejo Deliberante de la ciudad de Buenos Aires de darle a una calle el nombre de Alberdi, el diario *La Nación* hizo pública su objeción fundándose en la "traición" que había significado, según sostenía, la defensa intelectual de la causa paraguaya puesta de manifiesto en sus escritos divulgados en el transcurso del conflicto y en la correspondencia que había mantenido con el presidente paraguayo Francisco Solano López (RUBIO GARCÍA 2010). David Peña replicó a *La Nación* desde las columnas de *La Prensa* y *La Época*, refutando la acusación con la que se cuestionaba al polígrafo tucumano. Sostuvo que:

El odio a Alberdi forma parte del culto mitrista [...] A medida que se eleva el nivel de la cultura pública, en proporción a los progresos del criterio ilustrado y científico de la república, se exalta y consolida la figura reflexiva del pensador más robusto y adelantado que ha tenido la organización nacional. Correlativamente, otros valores ficticios descienden, descienden [...] La obra original y profunda de Alberdi se estudia con interés y respeto en las universidades argentinas, donde se le discierne el alto valor jurídico que le corresponde (*La Época*, Buenos Aires, 30 de noviembre de 1919).

Para reforzar la defensa desplegada por Peña, O'Leary le envió una breve nota de adhesión y publicó en Asunción un artículo titulado "Mitre contra Alberdi". Se trató de un texto extenso e intenso en el que procuraba, como se ha apuntado, ratificar la defensa que Peña llevaba a cabo en la capital argentina. Entre los argumentos desenvueltos frente a quienes calificaban a Alberdi como traidor a la patria, O'Leary escribía:

Por lo demás, es del caso preguntar dónde estaba la patria en aquellos momentos y quiénes eran los que estaban, realmente, en inteligencia con el enemigo.

La patria no eran, seguramente, Mitre y sus corifeos, únicos que sostenían la guerra contra el Paraguay y el sometimiento servil a la política imperialista del Brasil.

La patria era el país entero sublevado contra la política de Mitre, era toda la República Argentina, hostil a la guerra. Y los enemigos, los verdaderos enemigos *en armas contra la patria* eran los que arrastraban al país a una empresa vergonzosa, sirviendo los intereses del adversario tradicional y poniendo al Paraguay en el caso de tomar las armas en defensa de su vida amenazada. No eran traidores los provincianos que se sublevaron en Basualdo y en Toledo para no ir al Paraguay; no eran traidores los Saa, los Varela, todos los caudillos del interior que levantaron banderas de revolución, y durante toda la guerra protestaron, con las armas en la mano, contra el bárbaro exterminio de un pueblo; no eran traidores los contingentes provincianos que se dispersaban en el camino o eran embarcados a balazos en los buques de la escuadra; no eran traidores los Guido, los Andrade, los Navarro Viola, todos los que en la prensa porteña defendían al Paraguay o condenaban a Mitre; no era traidor Adolfo Alsina diciendo que se hacía una "guerra carnífera", ni Oroño pidiendo la paz en pleno parlamento, ni Quintana llamando "guerra desautorizada" a la guerra del Paraguay; no era traidor el mismo Urquiza haciendo una resistencia pasiva a la campaña; no eran traidores, en fin, todos los que de un confín a otro de la República estaban con el Paraguay o contra la funesta camarilla de Buenos Aires, coincidiendo en la condenación de una empresa que, al decir del mismo Mitre, "nunca fue realmente popular. Si esto no fuera así, resultaría que, junto con Alberdi, ifueron traidores todos los argentinos! (*Patria*, Asunción, 13 de diciembre de 1919).

23

Llegados a este punto conviene hacer referencia al lugar que O'Leary le otorgaba a Alberdi en su lucha contra el "mitrismo", al que definía como expresión de una "oligarquía omnipotente que había embargado la soberanía de las provincias del interior". Había conocido los textos del tucumano a favor de la causa paraguaya a través del diplomático paraguayo Gregorio Benites, quien, durante los años de la guerra contra la Triple Alianza, estuvo al frente de la legación paraguaya en Francia. En esas circunstancias Benites conoció a Alberdi con quien anudó una sólida amistad y, en los veinte años siguientes, mantuvo una fluida correspondencia.

Antes de fallecer, en el año 1909, Benites le legó a O'Leary su archivo, que contenía varios centenares de piezas epistolares que le dirigiera Alberdi. A partir de estas circunstancias, el historiador paraguayo hizo uso de la figura del argentino y de su posición intelectual durante la guerra para entretejerlo en su operación de revisión de la historia, en la cual fue presentado como un admirador de López y "justificador de sus crueldades" (BREZZO 2012).

Pues bien, en el contexto de la controversia suscitada en Buenos Aires, Peña entró también en contacto epistolar con un discípulo de O'Leary, Juan Stefanich (1889-1976), a la sazón presidente del Centro de Estudiantes de Derecho de la Universidad Nacional de Asunción y que, con el correr de los años, se convertiría en un abogado, periodista y político paraguayo de fuerte influjo en la posguerra del Chaco para luego, a partir de 1937, vivir exiliado en Buenos Aires hasta su fallecimiento en 1976 (CABALLERO CAMPOS 2011). En una carta del año 1919 que se conserva en el Fondo Peña de la Academia Nacional de la Historia puede leerse que Peña elogia al universitario por la decisión de fundar una Biblioteca y llevar adelante una empresa editorial. Algunos conceptos deslizados por éste a raíz de este emprendimiento universitario son particularmente significativos en el sentido de reclamar una historiografía paraguaya en torno a la guerra de la Triple Alianza que, a la vez que documentada y científica, aportase una visión alternativa desde la perspectiva de los vencidos, como una manera de colaborar a que se alcanzase la verdad histórica sobre el conflicto bélico que enfrentó a los países sudamericanos a mediados del siglo XIX:

El Paraguay debe a la América y al mundo, especialmente, la bibliografía de la Guerra con la Triple-Alianza y ojalá que en esa bibliografía figurara la histórica, la documentada, la serena, para que sirviera a las conciencias que reclaman y reclamarán en lo futuro la verdad (ANH-FDP, Caja 2, *De David Peña a Juan Stefanich*, Buenos Aires, abril 20 de 1919).

24

En la misma carta David Peña enlaza ese necesario proceso de revisión de la historia paraguaya, con el de reivindicación que él mismo asumió personalmente en torno a la figura de quien fuera su maestro y padre espiritual, Juan B. Alberdi, y aprovecha para anunciar a Stefanich que se ha conformado en Buenos Aires un comité de carácter nacional con el propósito de rendir homenaje y promover la erección de un monumento al inspirador de la Constitución Nacional argentina.

Invitado por Peña, Juan Stefanich junto a otros compañeros paraguayos, participó en Buenos Aires de ese homenaje, en el mes de mayo de 1920, ocasión en la que pronunció en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires una conferencia que tituló "*El Paraguay: su historia y sus hombres*". Tras su estadía en la capital argentina, le escribió a Peña para expresarle su agradecimiento por la acogida que le dispensara. Dada la distancia generacional, reconoce en Peña a un "padre", a un "amigo", a un "protector" y a un "consejero", y lo pone al tanto del entusiasmo con el que el público de Asunción ha reaccionado frente a las noticias y telegramas llegados desde Buenos Aires.

En particular, Stefanich agradece a Peña por los elogiosos conceptos que sobre la Delegación de Paraguay le ha expresado en una carta a Juan O'Leary, de lo cual se puede deducir que el contacto entre Peña y Stefanich había surgido de la relación en común con el historiador paraguayo. El vínculo intelectual e ideológico entre Stefanich y su maestro O'Leary queda reforzado en la carta por la alusión que hace el primero a algunas críticas que también han existido por parte de la prensa liberal asunceña, y en particular por el diario *El Liberal*, que ha descalificado a los delegados paraguayos enviados a Buenos Aires, tildándolos

de "víctimas e instrumentos del señor O'Leary". Stefanich le anuncia a Peña, además, que publicará sus crónicas de viaje en *El Diario* y que luego las editará en folleto (ANH-FDP, Caja 2, *De Juan Stefanich a David Peña*, Asunción, mayo 21 de 1920). Efectivamente, poco después aparece publicado el libro de Stefanich, titulado *Alberdi, la Argentina y el Paraguay: al margen de una misión*, de 199 páginas (STEFANICH 1920). En él, un capítulo se dedica específicamente a: "La delegación a Buenos Aires", en donde Stefanich brinda una versión testimonial de su viaje.¹⁰

El homenaje brindado a Alberdi en 1920 habría obrado como incentivo para la reflexión historiográfica. Además del mencionado libro de Stefanich, fueron publicados en Buenos Aires: *¿Alberdi fue traidor?* y *El gran americano Juan Bautista Alberdi*, de Adolfo S. Carranza, antecedido este último por una carta prólogo de David Peña. De ese mismo año data, además, la publicación de una nueva edición de las *Obras selectas* de Juan B. Alberdi, en 18 tomos, con introducción y selección a cargo de Joaquín V. González. Y también parece haber propiciado la reanudación del contacto epistolar entre O'Leary y Peña. En efecto, el 19 de mayo de 1920 el primero le escribía una carta al argentino encabezándola "mi querido amigo". La epístola demuestra que, no obstante, el inicial intercambio de 1907, no se habían conocido personalmente en los años que siguieron y tampoco habrían cultivado el intercambio promovido por O' Leary:

iAmigo, sí! Hace catorce años que lo soy ¿Recuerda Ud. la carta que le escribí entonces, después de leer su libro sobre Facundo? No importa que no nos hayamos encontrado en ninguna encrucijada de la vida. No importa que nunca hayamos tenido ocasión de darnos un abrazo fraternal. El culto a Alberdi nos vinculaba y nuestro común apostolado justiciero nos aproximaba. Yo, al menos, lo he contado siempre entre los hombres caros a mi corazón. Mis amigos podrían testificar si su nombre ha sido familiar en mis labios en nuestras tertulias intelectuales. Y su caballeresca conducta con nuestros delegados obliga profundamente nuestra gratitud. De hoy en adelante figurará Ud. al lado de Alberdi, entre los grandes argentinos amigos del Paraguay. Y yo espero que cultivaremos nuestras relaciones manteniendo una activa correspondencia. Porque uno y otro tenemos una gran misión que cumplir, la de vincular a nuestras patrias, reconciliándolas en el respeto a lo que constituye su honor y su gloria y sacudiendo sus odiosos prejuicios que nos legaron generaciones envenenadas por pasiones que ya no tienen razón de ser. Gracias, pues, por todas sus bondades, gracias, pues, por sus infinitas gentilezas y crea que siente por usted el más sincero afecto, su amigo paraguayo (BNP-CJEO, Correspondencia Oficial y Privada, Carpeta XXXVI).

25

Para ese entonces Peña ya había desarrollado la mayor parte de su trayectoria vital y era una figura reconocida de los círculos intelectuales argentinos. Según se ha apuntado, desde 1906 formaba parte de la Junta de Historia y Numismática Americana, y había sido secretario general de la Comisión Nacional del Centenario

¹⁰ Este libro corresponde al volumen 7 publicado por la Biblioteca paraguaya del Centro de Estudiantes de Derecho, integrando así una colección en la que le habían precedido títulos como *Nuestra epopeya (guerra del Paraguay)* (1919), de Juan E. O'Leary, *La causa nacional, ensayo sobre los antecedentes de la guerra del Paraguay (1864-70)* (1919), de Justo Pastor Benítez, *Rodó: homenaje de la juventud del Paraguay* (1919), *La cuestión social* (1919) y *Visiones uruguayas (impresiones de un viaje)* (1920), de Juan Vicente Ramírez, y *Aurora*, del mismo Juan Stefanich (1920).

de la Revolución de Mayo, también había fundado la revista *Atlántida* (1911), así como el Ateneo Nacional (1913). Tenía en preparación, la edición de las "Memorias de Alberdi", un conjunto de escritos distribuidos en tres tomos que pretendían abarcar los sucesos de su vida entera, entre 1810 y 1884. Habiendo sabido por el mismo O'Leary sobre la existencia del conjunto de cartas de Alberdi dirigidas a Gregorio Benites durante la guerra del Paraguay y en los años posteriores, Peña le escribió a O'Leary manifestándole que no se decidía a hacer públicos los tres tomos por faltarle esa correspondencia:

El tiempo pasa, los años transcurren, la vejez viene y nosotros nos quedamos cediendo el campo a enemigos comunes. Los que vengan después de nosotros, de usted y de mí, para hacer más real mi interrogación ¿tendrán la facilidad y el entusiasmo, el valor y los medios que nosotros poseemos para hacer la misión? De usted depende, pues, que lancemos a América un libro más sobre Alberdi, con su parte sobre Paraguay, y este será de combate y de interés porque será pura autobiografía (BNP-CJEO, Correspondencia Oficial y Privada. Carpeta XXXVI).

Las cartas de Alberdi no llegaron a manos de Peña. Tampoco O'Leary completó, en los años siguientes, la escritura de una biografía de Alberdi, ni la publicación de esas misivas, aunque mantuvo y reiteró su propósito en no pocas ocasiones, sobre todo cuando se renovaba la polémica en torno a la actuación del jurisconsulto argentino a favor del Paraguay.

26

Tercer momento: Peña, O'Leary y los "procesados de la historia"

La última carta de la relación epistolar Peña-O'Leary que se ha encontrado, fue escrita por el historiador paraguayo en 1928. La reanudación del contacto es motivada en este caso por un escrito de Peña relativo a Francisco S. López.

O'Leary había publicado, en 1920, *El Mariscal López*, con el sello editorial del diario *La Prensa*. El contenido estaba dividido en 26 capítulos a lo largo de 374 páginas. Si bien el autor sostuvo que se realizó una tirada de 2000 ejemplares del libro no existen, por el momento, constancias de su recepción en el espacio cultural paraguayo como tampoco ha sido posible, hasta ahora, determinar circuitos de su comercialización.

Cinco años después, en 1925, O'Leary fue designado por el gobierno de Eligio Ayala como Encargado de Negocios de Paraguay en España. Instalado en Madrid, conoció y entabló amistad con el escritor mejicano Carlos Pereyra y con los escritores venezolanos Rufino Blanco Fombona y Laureano Valenilla Lanz, entre otros. Todos ellos escribían y publicaban en la *Editorial América*, que fundara Fombona en la capital española. En este contexto, O'Leary logró publicar una segunda edición de la biografía sobre López, a la que tituló *El Mariscal Solano López* y que fue prologada por Rufino Blanco Fombona. En esta nueva entrega añadió un capítulo, con lo que la obra presentaba 27 capítulos con un total de 457 páginas. Así, si en la primera edición el contenido concluía con los titulados "La inmolación del héroe" y "Síntesis final de su vida", en

la más reciente se intercalaba el denominado "La glorificación del vencido".¹¹ El propósito principal del texto consistía en la reivindicación de la figura y la actuación de Francisco Solano López y en demostrar la injusticia de los atributos de *bárbaro, déspota y sanguinario* con los que la literatura histórica, sobre todo en Argentina, caracterizaban a López hasta entonces. De carácter ensayístico, sin el menor sustento de documentos ni de otras fuentes, O'Leary inició con esta obra la reivindicación de Solano López, un proceso que culminaría con la heroificación, en 1936, cuando se lo declararía, oficialmente, héroe nacional.

O'Leary residía, en esos años, en Madrid, en calidad de Encargado de Negocios de Paraguay, pero realizaba frecuentes viajes y estadías en París, donde con otros letrados paraguayos habían establecido la *Editorial de Indias*, dedicada a la publicación de obras de y sobre Paraguay. Al momento de conocer el escrito de David Peña sobre López, O'Leary divulgaba su biografía sobre el mariscal Solano López (1925). Estas circunstancias explican que se manifestase conmovido por la lectura del texto de Peña y encontrase natural la posición adoptada por quien otrora iniciara la defensa de Facundo Quiroga, como si un nexo invisible uniera a todos los repudiados de la historia, y los hiciera a todos igualmente merecedores de la reivindicación por parte de los historiadores identificados con una corriente de revisión del pasado:

No podía hablar en otra forma el gran justiciero de la historia argentina, el intrépido vindicador de la memoria de Alberdi, el que arrojó las primeras flores de piadosa recordación sobre la tumba sin nombre de Facundo Quiroga... Un espíritu selecto como el suyo no podía caer en la vulgar diatriba, ni, mucho menos, dejar de sentir la grandeza del hombre formidable a quien Buenos Aires juró un día "eterna gratitud", del patriota implacable que todo lo sacrificó por su patria, muriendo con la espada en la mano en la heroica actitud de los más bellos tipos de la historia del mundo. No! Un David Peña tenía que hablar así, sin temores, sin preocupaciones, libre de prejuicios, aplaudiendo al pueblo paraguayo que hoy alza orgulloso sobre su cabeza la figura del varón fuerte que fue la encarnación de su derecho y el representante armado de su soberanía (ANH-FDP, Carpeta 3, De *Juan E. O'Leary a David Peña*, Madrid, agosto 28 de 1928).

27

A través de estas palabras se trasunta la profunda admiración de O'Leary hacia el autor en cuyas ideas puede filiar su propia posición historiográfica. Se refleja, asimismo, el claro sentido de exaltación patriótica que el propio O'Leary le ha conferido a su labor como historiador, y la operación que ha puesto en marcha para transformar a López en héroe máximo y mártir sacrificado de su nación.

O'Leary se siente el intérprete y portavoz de los sentimientos de su "patria adolorida", cuando agradece en nombre de ésta a Peña por sus juicios ecuanímenes sobre el cuestionado gobernante paraguayo.

¹¹ En España la obra fue editada por la imprenta Félix Moliner. Hemos trabajado los ejemplares pertenecientes a la biblioteca personal de O'Leary, en la Biblioteca Nacional del Paraguay. Parece interesante resaltar que, en la segunda edición, el autor se ocupó de compilar exposiciones, opiniones y juicios de letrados y de gobiernos americanos que en distintos momentos reconocieron la actuación del Mariscal López, como el argentino Juan Bautista Alberdi, el uruguayo Luis Alberto de Herrera, el venezolano Laureano Vallenilla Lanz y el guatemalteco José Joaquín Palma, entre otros.

Finalmente, O'Leary aprovecha su carta para enviarle a Peña dos libros suyos que espera que lea y, de ser posible, comente. Lejos de buscar una actitud de prescindencia e imparcialidad frente al pasado, el autor paraguayo le confía a Peña en la intimidad de su intercambio epistolar "el dolor que trasuntan esas páginas". Espera encontrar comprensión y empatía de parte de Peña, y le especifica que en uno de ellos encontrará el texto íntegro de la carta de López a su hijo.

Dos años después, a los 68 años de edad, falleció David Peña. En el seno de la Junta de Historia y Numismática Americana, Peña fue recordado por Octavio Amadeo -en un sentido similar al que le había atribuido O'Leary en su carta de 1928- como el "abogado de los grandes procesados de la historia" y evaluó, con la perspectiva del tiempo transcurrido, el significado de su obra, diciendo que

Su *Quiroga* fue un golpe de piqueta a lo consagrado, a lo que parecía intangible, al *magister dixit*. [...] Peña cometió esa irreverencia patriótica; proclamó el libre examen, exigió la revisión de muchos fallos. Fue una novedad simpática. Hoy ya no se discute esa revisión; está decretada por todos (*BJHNA* 1936, vol. VIII, p. 220).

Conclusión

El estudio del intercambio epistolar entre David Peña y Juan E. O'Leary nos ha permitido ponderar la importancia de los discursos producidos en el ámbito privado para una mejor explicación de procesos historiográficos y de las concepciones del pasado de los historiadores. En el caso de las cartas remitidas por O'Leary allanan, entre otros asuntos, la reconstrucción del trayecto iniciático de su *revisión de la historia*, un movimiento que principió en Paraguay entre siglos diecinueve y veinte como respuesta a las visiones del pasado dominantes en su país, de manera particular sobre las causas y el desarrollo de la guerra contra la Triple Alianza (1864-1870), la censura a la memoria del Mariscal Solano López, y al socaire de su impugnación al orden político emergente tras la revolución de 1904. En el caso de las de David Peña permiten perfeccionar su itinerario intelectual como así también complejizar los orígenes del revisionismo en Argentina.

Aunque no ha sido posible desarrollar por completo el ejercicio comparativo entre las biografías construidas por Peña y por O'Leary, aparece con claridad el influjo que el primero ejerció sobre la obra del segundo. De hecho, en los años que siguieron a la publicación de la biografía de Francisco Solano López, se convertiría en el historiador más influyente del Paraguay.

Referencias bibliográficas

AMARAL, Raúl. **El Novecentismo paraguayo. Hombres e ideas de una generación fundamental del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2006.

BREZZO, Liliana M. **Juan E. O'Leary**. El Paraguay convertido en pluma de acero. Asunción: El Lector, 2011a.

_____. Representaciones del Paraguay en el Centenario de su independencia. In: MELIÁ, Bartomeu (coord.). **Otras historias de la independencia**. Asunción: Taurus, p. 39-63, 2011b.

_____. Vivimos en tiempo de las más grandes reivindicaciones. Las cartas privadas entre dos letrados paraguayos durante la primera década del siglo XX: Gregorio Benites y Juan E. O'Leary. **Revista Paraguaya de Sociología**, n. 141, p. 193- 233, 2012.

Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana (BJHNA), Buenos Aires, 1936

BORKOSKAY, María Mercedes. Epistolarios: la intimidad expuesta. **Cahiers du GRIAS**, n. 10, p. 27-45, 2002.

CABALLERO CAMPOS, Herib. **Juan Stefanich, el canciller de la revolución**. Asunción: El Lector, 2011.

CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: Ensayo de historia del Tiempo presente**. Asunción: CEADUC, 2010.

CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura Paraguaya**. Asunción: Biblioteca Ortiz Guerrero, 1961.

CHIARAMONTE, José Carlos. Revisión del revisionismo: orígenes del revisionismo histórico argentino. In: _____. **Usos políticos de la historia: Lenguaje de clases y revisionismo histórico**. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

DEVOTO, Fernando y PAGANO, Nora. **Historia de la Historiografía Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

GOMEZ LEZ, Osvaldo y ZARZA, Miguel (comp.). **Pensadores (as) del 900**. Asunción: CIF, 2013.

GONZÁLEZ de BOSIO, Beatriz. **Periodismo Escrito Paraguayo. 1845-2001**. Asunción: Intercontinental, 2008.

La Época, Buenos Aires.

MESTRE SANCHÍS, Antonio. La carta, fuente de conocimiento histórico. **Revista de Historia Moderna**, n. 18, p. 13-26, 2000.

MICHELETTI, María Gabriela. "Facundo Quiroga rehabilitado". Una aproximación al contexto de producción, repercusiones y aportes historiográficos del libro de David Peña (1906). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, n. 42, p. 125-153, 2015.

O'LEARY, Juan E. **El Mariscal López**. Asunción: La Prensa, 1920.

_____. **El Mariscal Solano López**. Madrid: Félix Moliner, 1925.

_____. **Recuerdos de Gloria**. Compilación y edición a cargo de Ricardo Scavone Yegros. Asunción: Servilibro, 2008.

ORTEGA, Soledad. Reflexiones en torno a los epistolarios. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 120, 1991.

Patria, Asunción.

- PEÑA, David. **Contribución al estudio de los caudillos argentinos**. Juan Facundo Quiroga: Conferencias en la Facultad de Filosofía y Letras (con ampliaciones y notas). Buenos Aires: Coni, 1906.
- REALI, María Laura. Entre historia y memoria: la producción de Luis A. de Herrera en los orígenes de un relato revisionista sobre la Guerra del Paraguay. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Coloquios, puesto en línea el 02 feb. 2006. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/1725>.
- RUBIO GARCÍA, María Sol. La temprana revalorización de Juan B. Alberdi en los escritos de David Peña. In: **III Jornada de Discusión de Avances de Investigación en Historia Argentina**: Fuentes, Problemas y Métodos. Anales... Rosario: Instituto de Historia, UCA-IDEHESI-CONICET, 2010.
- SCAVONE YEGROS, Ricardo (comp.). **Polémica sobre la historia del Paraguay**. Estudio preliminar de BREZZO. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2012.
- STEFANICH, Juan. **Alberdi, la Argentina y el Paraguay**: al margen de una misión. Asunción: Talleres Nacionales de H. Graus, 1920.
- VELÁZQUEZ, Rafael Eladio. **Breve historia de la Cultura en el Paraguay**. Asunción: Edición autor, 1999.

Archivos

30

- Academia Nacional de la Historia, Fondo David Peña (ANH-FDP).
- Archivo del Museo Histórico Provincial de Rosario "Dr. Julio A. Marc" (AMHP), Documentos manuscritos clasificados por Legajos personales: David Peña.
- Biblioteca Nacional del Paraguay, Colección Juan E. O'Leary (BNP-CJEO).

Producción, circulación y divulgación de conocimiento histórico en el Museo Mitre de la ciudad de Buenos Aires (1906-1946)

Production, circulation and dissemination of historical knowledge in the Mitre Museum of the city of Buenos Aires (1906-1946)

Maria Elida Blasco

eliblasco@yahoo.com.ar

Professora

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

25 de Mayo 221, 2º piso

1002 - Buenos Aires

Argentina

Resumen

El artículo analiza el contexto en el que se produjeron los primeros canales de contacto entre historiadores y espacios museográficos. El objetivo general se orienta a vincular la historia de la historiografía con el establecimiento de espacios culturales no orientados de manera exclusiva a la investigación y la enseñanza formal de la disciplina. El objetivo específico es reconstruir los primeros cuarenta años de funcionamiento del Museo Mitre creado en 1906 para conservar la biblioteca, el archivo, los objetos de uso personal y la composición de los ambientes del edificio en donde había vivido Bartolomé Mitre (1821-1906), consagrado en la Argentina como un prócer nacional por su actuación política, militar e historiográfica. Consideramos que dada la centralidad de la figura de Mitre y la influencia que generó su producción historiográfica, el Museo adquirió gran protagonismo en la vida cultural de la primera mitad del siglo XX vinculando la práctica de la historia con su representación y divulgación mediante la puesta museográfica.

31

Palabras claves

Historiografía; Historiadores; Museos.

Abstract

The article analyses the context in which took place the first channels of contact between historians and museographic spaces. The general goal aims at linking the history of historiography with the establishment of cultural spaces not oriented in an exclusive manner to the investigation and the formal teaching of the discipline. The specific goal is to reconstruct the first forty years of operation of Mitre Museum, created in 1906 to maintain the library, the archive, the objects of personal use and the composition of the rooms at the building where Bartolome Mitre (1821-1906) lived, consecrated in Argentina as a national leader for his political, military and historiography performance. We consider that because of the centrality of Mitre figure and the influence that generated his historiographical production, the Museum acquired a major role in the cultural life of the first half of twentieth century linking the history practice with its representation and dissemination by means of the museographic set.

Keywords

Historiography; Historians; Museums.

Recibido el: 26/8/2015

Aceptado el: 8/3/2016

En la actualidad argentina el conocimiento histórico se propaga por espacios sociales tan amplios como ajenos a los agentes que lo producen, dado que en la mayoría de los casos estos se recluyen en ámbitos académicos más interesados en fortalecer el rigor científico que en la divulgación. Los museos vinculados a lo histórico constituyen ejemplos paradigmáticos de este fenómeno dado que – a excepción de casos puntuales promovidos durante la última década – sus exhibiciones son producidas por agentes vinculados al ámbito de la museología que se nutren de conocimientos generales de la historia pero no están insertos en las prácticas académicas de la disciplina histórica.¹ Las cientos de miles de personas que visitan anualmente los museos históricos de la Argentina reciben conocimientos interpretados, seleccionados y redefinidos previamente por un amplio espectro de operadores generalmente desvinculados de la producción historiográfica.² Sin embargo, esta disociación no fue siempre así. En 1938 los historiadores de mayor prestigio académico constituyeron la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos (CNMyMyLH), surgida para delinear políticas públicas de intervención sobre bienes de interés histórico y administrar los museos históricos dependientes del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación. Esta Comisión dirigida por Ricardo Levene, en 1939 tuvo a su cargo la instalación del Museo Histórico del Cabildo y la Revolución de Mayo.

32

Este artículo propone remontarse al origen del acercamiento entre investigadores de la historia y espacios museográficos centrandolo en el Museo Mitre de la ciudad de Buenos Aires, creado como institución pública en 1906. Este museo funcionó - y aún funciona- en la casa en donde vivió Bartolomé Mitre (1821-1906) desde que dejó su cargo de Presidente de la Nación en 1868, hasta su muerte.³ Fue el segundo museo de carácter histórico organizado en el país – el primero fue el Museo Histórico Nacional (MHN) creado en 1889 (CARMAN 2013) – y se constituyó con el propósito de conservar la biblioteca, el archivo, los objetos de uso personal y hasta la composición de los ambientes para evocar la vida y obra de una figura consagrada como “prócer nacional” aún antes de su muerte debido a su actuación política, militar e historiográfica (BLASCO 2015a). Recordemos que al momento de su fallecimiento, Mitre presidía la Junta de Historia y Numismática Americana (JHNA) que desde 1893 nucleaba a coleccionistas e historiadores (RAVINA 1995).

¹ Recordemos por ejemplo que a diferencia de Brasil, en la Argentina las carreras de formación de museólogos orientados a las humanidades están desvinculadas de los organismos de formación científica - a excepción de algunos centros vinculados a las universidades- y que recién en los últimos años algunos historiadores mostraron interés en los procesos de formación de colecciones y museos de carácter histórico.

² Entre el año 2005 y 2011 el Museo Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo situado en la ciudad de Buenos Aires fue visitado por 1.224.890 personas. Se trata de un museo representativo de los acontecimientos sucedidos el 25 de mayo de 1810, que los argentinos consideran fundacionales de la nación y que en el marco de los festejos del bicentenario fueron sometidos a revisión y debate público del que se hicieron eco los historiadores profesionales dando cuenta de la amplitud de temas y perspectivas vinculadas al proceso revolucionario que la historiografía ha producido en las últimas décadas. Sin embargo, las exhibiciones del Museo permanecieron ajenas a estos replanteos. Sobre el número de visitantes, cf.: DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO 2011, p. 265.

³ Era un inmueble alquilado por Mitre en 1860 que en 1868 le fue obsequiada por una comisión de personas que reunió el dinero para adquirirla. Está situada en la calle San Martín 336 de la ciudad de Buenos Aires. Sitio web del Museo Mitre: <http://www.museomitre.gob.ar/>.

Nos proponemos reconstruir los primeros cuarenta años de funcionamiento del Museo para explorar el desarrollo de prácticas culturales vinculadas tanto a la investigación histórica como a la representación y divulgación del conocimiento mediante la puesta museográfica. Dada la centralidad que adquirió la figura de Mitre y la influencia que generó su producción historiográfica, el Museo consiguió gran protagonismo en la vida cultural de la primera mitad del siglo XX y convocó al mismo tiempo tanto a los investigadores de la historia como al público no especializado: por sus patios y salones circulaban historiadores profesionales, aficionados, periodistas, empleados, docentes, estudiantes, políticos y público en general que no solo compartía espacios físicos sino que, muchas veces, intervenían de manera conjunta en la conformación de asociaciones e instituciones de la vida cultural porteña que adoptaban el Museo como sede.

El período bajo análisis se inicia en el año 1906, cuando el Estado adquirió el inmueble y los herederos de Mitre donaron la biblioteca, la mapoteca, el monetario, el mobiliario y todos los objetos existentes al momento del fallecimiento para conformar el Museo. Culmina en 1946, cuando se realizó la donación del archivo privado de Mitre que se hallaba a disposición en el Museo pero hasta el momento continuaba en propiedad de la familia.

Un museo al servicio de los historiadores (1906-1938)

La idea de instalar un museo en la casa de Mitre comenzó a concebirse durante los meses previos a la muerte del prócer, cuando el propietario del inmueble manifestó a su familia la intención de donar sus bienes al Estado. El 19 de enero de 1906, durante los funerales, el ingeniero Emilio Mitre – hijo de Bartolomé, líder del Partido Republicano y director del influyente diario *La Nación* (ZIMMERMANN 1998) – divulgó la noticia de que la biblioteca privada podría transformarse en institución pública. Meses después se presentó un Proyecto de Ley propiciando la compra por parte del Estado de la casa en la que había vivido Mitre para conformar un museo con la biblioteca, las colecciones, el archivo y los muebles que serían donados por los herederos. Se trataría del primer museo con sede en una casa particular considerada histórica que se traduciría en una primera instancia conmemorativa de explícito contenido político (BISSO; KAHAN 2014): no casualmente el 26 de junio de 1906 – el día que se cumplía el 85 aniversario del nacimiento de Mitre – el proyecto se transformó en ley (BLASCO 2015a).

El 7 de julio el Poder Ejecutivo encargó al Poder Judicial que fijara el precio de adquisición de la casa.⁴ En representación de los herederos, Emilio Mitre manifestó que respetando la voluntad de su padre ponía a disposición del gobierno la biblioteca y el monetario americano para que se conserven en la casa como parte del museo que se instalaría. Aunque nada expresaba respecto al archivo privado que al parecer continuaría siendo propiedad de la familia, mencionaba que el catálogo de los libros y el monetario estaba siendo confeccionado por

⁴ Donación y venta. La sucesión del Señor Teniente General Don Bartolomé Mitre a la Nación Argentina, 1906, manuscrito; Archivo Museo Mitre.

el numismático Alejandro Rosa, vicepresidente de la JHNA al momento del fallecimiento de Mitre, que valoraba los materiales como insumos indispensables para el trabajo de investigación historiográfica. Además – informaba Emilio – completarían la donación “con la de todos los muebles, cuadros, bronce y objetos de uso” que tenía su padre hasta el día de su muerte “y que hoy se encuentran en sus habitaciones en la misma disposición que él les dio”: al parecer, conservar la distribución del “interior doméstico” era de importancia para una familia cuya función, consideraba, era perpetuar la memoria para que las futuras generaciones evocaran al prócer en su propio ambiente”. La idea de preservar el “interior doméstico” no dejaba de ser innovadora dado que desplazaba la atención generada por los objetos vinculados de manera exclusiva a los acontecimientos políticos y militares del pasado de la Argentina – banderas, uniformes militares, armas, etc. por entonces preservados en el MHN – hacia las piezas de uso cotidiano del “gran hombre” evocado como civil.

El 24 de agosto se determinó que el Estado debería pagar un millón de pesos para adquirir la casa. Días después el Poder Ejecutivo firmó el decreto aceptando la suma indicada y la donación realizada por los herederos. También establecía que el Estado se haría cargo de los gastos de conservación de la casa mientras se efectuara la transmisión definitiva, pero no fue aceptado por la familia que consideró que debía continuar a su cargo. El 29 de noviembre se expidió la orden de pago a favor de los herederos de Mitre. Luego el Escribano de Gobierno confeccionó la escritura y el 15 de diciembre de 1906 los descendientes se reunieron en el despacho del Presidente de la Nación, José Figueroa Alcorta, para rubricar sus firmas y finalizar el trámite. El traspaso de la vivienda particular a propiedad estatal había sido extremadamente veloz: se había iniciado doce días después de sancionada la ley y culminaba exitosamente luego de cinco meses mostrando un sólido consenso.

El Museo fue inaugurado el 3 de junio de 1907 bajo la dirección de Alejandro Rosa que si bien vinculaba a la institución con las prácticas de la historia como disciplina científica, tal como había sido consagrada por el fallecido Mitre, intentaba dotarla de una impronta más popular. El 26 de junio, por ejemplo, organizó el cumpleaños del prócer repitiendo los rituales de años anteriores, cuando Mitre recibía a sus amigos y se asomaba al balcón para saludar a sus seguidores que se agolpaban en las calles. Ante la ausencia física del “gran hombre”, Rosa mandó a acuñar medallas con el rostro del homenajeado y quienes se asomaron al balcón fueron los alumnos y maestros de las escuelas cercanas para ser retratados por la prensa.⁵ Era evidente que la casa comenzaba a transformarse en lugar evocativo que recordaba a un hombre devenido prócer.

En septiembre de 1907 el Ministerio de Justicia e Instrucción Pública envió al director del Museo Mitre el reglamento que desde 1899 regía para el Archivo General de la Nación (AGN), por entonces a cargo de José Juan Biedma, amigo de Mitre y de Rosa y miembro de la JHNA desde 1901.⁶ La idea era que se

⁵ Aniversario del natalicio del general Mitre. *Caras y Caretas*, n. 457, 6 de julio de 1907, p. 2.

⁶ Carta de Juan Bautista Gómez al Director del Museo, 14/9/1907; AE C16 C2 n. 27, Archivo Museo Mitre. Se adjunta *Reglamento del Archivo General de la Nación* [Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1899] redactado por el director Agustín Pardo entre 1894 y 1904.

adoptara el mismo texto lo cual no era inverosímil si se considera que la práctica de reglamentar el funcionamiento interno de instituciones públicas era aún incipiente⁷ y que el mayor interés de los estudiosos de la JHNA estaba puesto en la biblioteca - ahora pública - del Museo Mitre y el archivo, propiedad de la familia. También reflejaba la distancia establecida con otros museos cuyos propósitos principales eran la conservación de objetos diferentes a los libros y papeles que el Museo ponía al servicio de la historia como disciplina científica y no como material ilustrativo. En realidad los demás elementos entregados por la familia eran poco atractivos para los investigadores comparados con la riqueza de los documentos; sin embargo Rosa incrementó las colecciones solicitando piezas a sus conocidos y aceptando donaciones de particulares.⁸

Si bien la atención de los investigadores estaba puesta en descubrir los secretos de la biblioteca, Emilio Mitre logró que el atractivo fuera también el diario *La Nación* que dirigía. El 18 de marzo de 1908 el periódico comenzó a publicar algunos documentos del archivo privado que poseía la familia. La nota de presentación evocaba la honradez intelectual y política de Bartolomé recordando que no había querido hacer un uso público de los documentos que había acumulado a lo largo de su vida porque creía que "el debate histórico no debía abrirse sino cuando, desaparecidos los actores y calladas las pasiones, pudiera encontrar un ambiente de serena imparcialidad para el juicio de los hombres" y solo había quebrantado ese propósito cuando acusaron a la Argentina de haber prolongado la Guerra del Paraguay (MITRE 1911, p. X). La crónica eludía mencionar que en realidad se trataba de un hombre que había poseído en su archivo los documentos vinculados a su actuación como Gobernador de Buenos Aires y Presidente de la Argentina que deberían haber permanecido en una repartición pública. Luego aclaraba que ahora, muerto Mitre, había llegado la hora de comenzar a publicarlos para luego entregarlos al Museo; pero tampoco reflexionaba sobre el hecho de que era el hijo del fallecido quien seleccionaba el material que se divulgaba en el diario propiedad de la familia. Para finalizar, exponía:

Las piezas del archivo del General Mitre no son guijarros destinados a golpear ningún tejado: son piedras para el edificio de la historia contemporánea de la República Argentina, reunidas por el primero de sus obreros [...] su obra no puede renovar divisiones de largo tiempo allanadas, sino, por el contrario, confirmar la paz adquirida y apaciguar del todo las pasiones que todavía no hayan terminado de aquietarse (MITRE 1911, p. XII).

Sucedía que Emilio decidía dar a conocer los documentos en un contexto en donde el ideario político de Mitre continuaba ejerciendo influencia sobre la opinión pública. Ello contribuyó pero también condicionó los modos de organización del Museo.

⁷ El MHN redactó su reglamento en 1923. Agradezco el dato a Carolina Carman.

⁸ Angiolina Astengo de Mitre, esposa del recién fallecido Emilio Mitre, donó un reloj y una cadena usada por Bartolomé perteneciente a su fallecido hijo Adolfo; carta al director Alejandro Rosa, 5/6/1909; Armario 8, número 12414; Archivo Museo Mitre.

A fines de 1908 se propuso celebrar el centenario de la Revolución de Mayo con un congreso de historia americana en el Museo Mitre. Además se pensó en trasladar allí, de manera temporaria, la JHNA que desde 1906 funcionaba en el antiguo edificio del Congreso Nacional. Aunque en los años siguientes los investigadores continuaron reuniéndose puertas afuera del Museo su director orientó la labor institucional a la edición y recopilación documental a semejanza de lo que realizaba el AGN. Con apoyo económico del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública y de la Comisión Nacional del Centenario editó catálogos y compilaciones de documentos del archivo particular de Mitre vinculados a San Martín, Belgrano, la época colonial y el período de la independencia, aunque los concernientes a la actuación pública del prócer continuaban siendo seleccionados por la familia. Al menos hasta 1915 no se publicaron guías, catálogos o álbumes del interior del Museo (MUSEO MITRE 1914) ya que la disposición del mobiliario no era el principal interés del director.

En marzo de 1910, en el marco de los preparativos de los festejos por el centenario de la Revolución de Mayo, el diario *La Nación* – codirigido ahora por Luis Mitre y su primo menor Jorge Adolfo Mitre⁹ - volvió sobre el archivo y publicó un volumen con la correspondencia. En la advertencia Jorge alertaba sobre las modificaciones realizadas por los editores:

Cartas confidenciales [...] escritas algunas bajo la impresión de las contiendas civiles o militares y sin el propósito de que vieran la luz pública en esos momentos; tal cual apreciación de carácter exclusivamente personal, consignadas al pasar, desprovistas en absoluto de importancia para aclarar los sucesos o definir actuaciones decisivas, han puesto a los editores en el caso de suprimirlas unas veces o de substituir en otras el nombre del aludido por una inicial arbitraria y obviar así, sin mengua de la importancia histórica de ningún documento, el inconveniente señalado, propio del carácter que puede llegar a revestir una comunicación confidencial (MITRE 1911, p. VIII).

36

Sin embargo, mencionaba que si algunas apreciaciones incidentales en esas cartas fueran de interés al lector, podría dirigirse al Museo Mitre para confrontarlas con los documentos originales.

Durante la gestión de Alejandro Rosa el Museo había funcionado como custodio de los libros y documentos considerados fundamentales para la escritura de la historia y la interpretación del pasado todavía reciente. A su muerte, en 1914, la dirección pasó a manos de Luis Mitre: Luis no provenía del ámbito de la investigación ni ejercía la docencia universitaria, sin embargo fue invitado a incorporarse a la JHNA (RAVINA 1995, p. 76; 92) como homenaje a su abuelo y con el objeto de fortalecer los vínculos con el Museo y el diario. Por ese entonces también comenzó la carrera de ascenso a la escena pública de Ricardo Levene - que en 1914 se integró a la JHNA- y de Rómulo Zabala (AAVV 1950) estudioso de la historia, periodista, editorialista y jefe de archivo de *La Nación* y conocedor de los secretos de la casa dado que su madre había sido el

⁹ El cambio de dirección respondió al fallecimiento de Emilio Mitre en 1909. Luis y Jorge Adolfo eran nietos de Bartolomé Mitre.

ama de llaves hasta el fallecimiento de Mitre. Incorporado Levene y Luis Mitre a la JHNA y con Zabala a cargo del archivo se afianzó la idea de que el Museo debía ser el ámbito de socialización de los investigadores. Desde 1918 uno de sus salones se transformó en la sede de la JHNA y en el escenario en donde la nueva generación de historiadores realizaba reuniones privadas y conferencias públicas mientras intercambiaba datos sobre investigaciones en curso (RAVINA 1995, p. 70; 73).¹⁰ Además, allí se reunían las comisiones del Patronato Nacional de Sitios y Monumentos Históricos instituido en 1919 para relevar lugares de interés histórico (BLASCO 2012).

La importancia de la biblioteca y el archivo de Mitre generó que las personas a cargo de su ordenamiento y catalogación se ganaran la confianza de los historiadores como proveedores de datos, libros y documentos mientras incorporaban las prácticas relacionadas con la investigación: Zabala, por ejemplo, se incorporó a la JHNA en 1922, en 1923 fue prosecretario-tesorero y en 1924 director del boletín de la entidad. También sucedía que los historiadores de la JHNA veían en el Museo un espacio apto para desarrollar sus investigaciones contando con un sueldo provisto por el Estado: fue el caso de Juan Ángel Farini, miembro de la JHNA desde 1915, quien ingresó a trabajar en el Museo como escribiente en abril de 1924.¹¹ Claramente el Museo comenzaba a transformarse en un dispositivo clave que acompañaba el proceso de distinción entre saber especializado y amateur y promovía el desarrollo de las prácticas específicas de la historiografía como disciplina científica propias de las décadas de 1910 y 1920 (EUJANIAN 2003).

Aunque durante este período la puesta museográfica del Museo Mitre no era un gran atractivo para el público que lo frecuentaba,¹² conviene considerar que fue la primera institución que exhibió reconstrucciones de ambientes tal como estaban dispuestos en vida del propietario de la casa: ello constituyó una experiencia innovadora capitalizada por algunos promotores culturales ávidos por implementar estrategias para divulgar la historia a través de la escenificación y la representación museográfica. Primero fue el publicista e historiador Enrique Udaondo - visitante asiduo del Museo- que se inspiró en ellas para diseñar las exposiciones "didácticas y modernas" del Museo Histórico y Colonial de la Provincia de Buenos Aires que iba a dirigir desde 1923 (BLASCO 2011). El Museo tenía sede en el edificio donde había funcionado el Cabildo de la Villa de Luján y asumía características notables que lo diferenciaban del MHN. Este último se abocaba a la exhibición de "las reliquias capitales" de la vida política y militar de la Argentina donde predominaba un criterio de exposición convencional de los objetos; en Luján en cambio se había organizado un museo "colonial" que evocaba la vida "urbana" de la Villa en la época de la colonia y se caracterizaba por un despliegue expositivo que interpelaba más a la emotividad y a los sentidos del público: maniqués de cera con atuendo de época

¹⁰ Desde 1919 Levene ocupó el cargo de secretario.

¹¹ Fichas de calificación del personal enviadas por el Subdirector del Museo Jorge A. Mitre al Director Interino de la CNMyMH Aníbal F. Imbert, 11/12/1947; Legajo 316. Personal- varios- calificaciones. Museo Mitre. Carpeta 2, Archivo de la CNMyMyLH. Datos biográficos de Farini en *Quien es Quien* (1955, p. 241).

¹² Continuaba sin publicarse una guía ilustrada y que recién en 1925 se editará el primer catálogo de la Sección Numismática.

interactuaban con animales embalsamados que otorgaban realismo a los escenarios que reconstruían la vida cotidiana de “antaño”.

Además, con el paso del tiempo Udaondo se propuso que el Museo representara “todo el pasado de la nación” y evocara a sus héroes representativos, por lo tanto en 1926 expuso una figura de cera de tamaño natural de Mitre construida en base a la maqueta de la estatua ideada por el escultor español Torcuato Tasso: el maniquí lo reproducía en traje de civil, vistiendo la ropa que había usado en vida con el objeto de convertirlo en héroe inmortal. También en 1927 inauguró una sala reconstruyendo el dormitorio de una de las hijas de Mitre fallecida en 1925 con la donación del mobiliario realizadas por sus familiares. Años más tarde el director del MHN adoptó estrategias museográficas similares al instalar la “sala-dormitorio de José de San Martín” en el marco de los homenajes por el aniversario de su muerte: la idea era reconstruir los ambientes con el mobiliario original que constaba en el museo desde 1899 donados por la nieta del prócer y solicitar al gobierno francés las reconstrucciones de las puertas, ventanas, rejas y demás ornamentos del edificio que había habitado el prócer en Boulogne-Sur-Mer (BLASCO 2012). El Museo Mitre fue entonces el primer ámbito que posibilitó y promovió el conocimiento y la observación de prácticas culturales vinculadas a las maneras de evocar el pasado y representarlo museográficamente para un público heterogéneo.

38

Finalmente, en los diez años comprendidos entre 1927 y 1937 los historiadores auto-filiados herederos de Mitre e identificados como la Nueva Escuela Histórica (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 13-14, 139-200) fueron consolidando una relación cada vez más simbiótica con el Museo, acompañados por Farini que ante el alejamiento de Zabala era el “nexo” entre el archivo, la biblioteca y los investigadores.¹³ A su vez durante la década de 1930 se replanteó la cuestión de la divulgación de la historia patriótica (SUAREZ; SAAB 2012) y la presencia del pasado en diferentes ámbitos de la sociedad se hizo más evidente que en las décadas anteriores (CATTARUZZA 2001). Levene comenzó a erigirse en historiador de referencia (QUATTROCCHI-WOISSON 1995, p. 141-162; RODRÍGUEZ 2001) y dirigía la edición de *La Historia de la Nación Argentina* por indicación del gobierno nacional ejercido por su amigo Agustín P. Justo. Mientras tanto se profundizaba el apoyo oficial a la labor de la JHNA y el Museo Mitre se transformaba en un espacio frecuentado por intelectuales de renombre del ámbito nacional e internacional¹⁴ que lentamente supieron sacar provecho de las experiencias acumuladas en materia de organización de museos, señalamiento de lugares históricos, conservación de restos materiales y prácticas conmemorativas. Efectivamente hacia mediados de la década de 1930 la protección de monumentos y la promoción de museos

¹³ Recordemos que Levene fue presidente de la JHNA entre 1927 y 1931 y entre 1934 y 1938, GIRBAL DE BLACHA 1995. En 1931 Zabala fue nombrado director del Museo Municipal de Arte Colonial. Entre 1931 y 1935 Farini fue auxiliar de biblioteca y entre 1935 y 1944 contador habilitado del Museo.

¹⁴ Ver por ejemplo secciones Conferencias y Actos públicos realizados por la Junta en tomos XVIII al XI de los boletines de la JHNA. También en esos años surgió la Institución Mitre con sede en el Museo; Información nacional. Dr. Ángel Gallardo. *El Monitor de la Educación Común*, n. 737, mayo de 1934, p. 80. En 1937 el Museo fue sede de la Comisión Nacional de Publicación de las Obras Completas de Bartolomé Mitre presidida por el Presidente Justo; Nota de Juan A. Farini a Julio César Gancedo, 16/7/1968, Museo Mitre, carpeta 1, Archivo de la CNMyMyLH. En los salones del Museo también se realizaron jornadas del II Congreso Internacional de Historia de América en julio de 1937.

eran temas instalados en la agenda pública promovidos por estudiosos del arte y de la historia, representantes diplomáticos y funcionarios públicos con algún grado de interés en la investigación y divulgación histórica (BLASCO 2012). En este marco, en 1937 – luego de treinta años de inaugurado- se editó el primer catálogo ilustrado de las colecciones y la reconstrucción de los ambientes de la casa en donde había vivido Mitre (MUSEO MITRE 1937).

Historiadores y museos al servicio del público (1938 y 1946)

Desde abril de 1938 el Museo Mitre pasó a depender de la recién creada CNMyMyLH presidida por Levene y puesta bajo jurisdicción del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública.¹⁵ La nueva institución estaba integrada “por personas destacadas en el conocimiento y estudio de la historia patria” como José Torre Revello, Emilio Ravignani, Ramón J. Cárcano, Luis Mitre, Enrique Udaondo y Rómulo Zabala. No casualmente los elegidos eran miembros de la JHNA - recientemente transformada en Academia Nacional de la Historia (ANH)- y ninguno acogía con simpatía la cada vez más notoria actuación pública de los historiadores revisionistas que desde el flamante Instituto Juan Manuel de Rosas ponían en tela de juicio los beneficios de la herencia liberal dejada por Mitre (CATTARUZZA 2003). Según el decreto gubernamental Luis Mitre asumiría la vicepresidencia de la CNMyMyLH sin considerar que ello pudiera ser incompatible con su cargo de director de museo, dado que la Comisión debería controlar también el funcionamiento del Museo Mitre.

A fines de mayo de 1938 el Museo comenzó a oficiar de sede provisoria de la CNMyMyLH reuniendo a sus miembros en la misma sala donde funcionaba la AHN. Luis Mitre renunció a la vicepresidencia de la Comisión, según argumentó, por falta de tiempo; continuó como vocal ante la insistencia de Levene, pero en la práctica quien representaba los intereses del Museo era Rómulo Zabala, quien secundaba a Levene en la vicepresidencia de la AHN.¹⁶

Desde que pasó a estar supeditado a la CNMyMyLH se intentó que el Estado incrementara los recursos económicos asignados al Museo. Concretamente se aprobó un nuevo presupuesto institucional para el año 1939 que incrementaba notablemente el vigente y que colocaba al Museo en segundo lugar en cuanto a nivel de gastos luego del MHN (Actas, sesión del 14 y 22/6/1938, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS 1939, p. 194, 197-201). También era el segundo en cuanto a cantidad de empleados: mientras el MHN contaría con veinticinco incluyendo al director y vicedirector, el Museo Mitre tendría diecisiete, solo que su director ejercería el cargo *ad honorem*. Finalmente respecto a las prioridades de gastos, la CNMyMyLH consideró que a diferencia de los otros museos, el Mitre debería privilegiar la

¹⁵ Decreto del Poder Ejecutivo, de fecha 28 de abril de 1938, creando la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS 1941, p. 232-235. Los otros museos que dependían de la entidad eran el MHN, el Museo y Biblioteca de la Casa del Acuerdo de San Nicolás inaugurado en 1936, el Museo Histórico Sarmiento organizado en 1938 y la Casa de Sarmiento en la provincia de San Juan; al respecto ver AUTOR/A 2012.

¹⁶ Luis tenía 68 años y entre sus múltiples ocupaciones alternaba su puesto en el directorio de *La Nación* con su primo Jorge. Sobre la renuncia y actuación de Zabala Actas; sesión del 30/5 y 14/6/1938, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS 1939, p. 188-190 y 194.

compra y encuadernación de libros para sostener y ampliar su valiosa biblioteca. Aunque hay indicios de que los fondos públicos continuaron siendo escasos, es evidente el interés de Levene y sus colegas por persuadir a los funcionarios de la necesidad de invertir mayor presupuesto.

Pero el cambio más significativo que tuvo el Museo Mitre desde 1938 fue el aumento y diversificación de su público vinculado entre otras cosas a las acciones implementadas por la CNMyMyLH en los museos de Buenos Aires. Ellas se plasmaron en dos iniciativas concretas: la ampliación de los horarios de atención y la institucionalización de "visitas explicadas" para divulgar la "historia patria". La primera medida fue propuesta en 1938 por Enrique Udaondo – vocal de la Comisión Nacional- para que los museos abrieran de martes a domingo como lo hacía el Museo de Luján que dirigía: ello no llegó a implementarse en los inmediato por la escasez de personal pero logró que la biblioteca del Museo Mitre abriera diariamente de 12 a 18 hs y los sábados de 9 a 12 hs - cerrando los lunes- y que el público accediera al Museo lunes y jueves (LEVENE 1939; Actas, sesión del 8/6, del 31/10 y del 7/11 de 1938, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS 1939, p. 21, 192, 237-238).

En febrero de 1941 el Museo se habilitó también los sábados y en 1942 los domingos por la mañana: la iniciativa no contribuyó a aumentar el número de visitantes pero sí lo hizo la inclusión de un nuevo día para la biblioteca que a partir de ese año funcionó también los jueves (MITRE 1941; 1943; PIQUET 1942; LEVENE 1943). Claramente el público que frecuentaba el instituto estaba mayoritariamente interesado en la investigación pero ello no inhibió que se invitara a visitantes con intereses más heterogéneos para quienes en 1943 se habilitó el Museo los domingos y feriados a la tarde (MITRE, 1944). En diciembre de 1945 el director pidió a la CNMyMyLH ampliar el horario de la biblioteca para que permaneciera abierta doce horas diarias, de 9 a 21 (MITRE 1946). Ello se cumplió a partir de diciembre de 1946 cuando un decreto del Presidente de la Nación Juan Domingo Perón implantó el horario de 7 a 19 hs (MITRE 1948). Para ese entonces Levene había renunciado a la presidencia de la CNMyMyLH.

Respeto a la segunda medida considerada a mediados de 1939 consistía en instituir "visitas explicadas" a los museos con el objeto de promover la participación en actos conmemorativos, mantener vivo el recuerdo de los próceres "patronos" y enseñar a interpretar los objetos que se transformaban en ilustraciones de un relato preestablecido por los historiadores (LEVENE 1940, p. 13-14; Actas, sesión 16/8/1939, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS 1940, p. 457). Cabe advertir que por ese entonces la propuesta museográfica iniciada en el Museo Mitre y sustentada en la reconstrucción de ambientes de época estaba en auge aplicada por la CNMyMyLH para ambientar la Sala Capitular del Museo Histórico del Cabildo y la Revolución de Mayo inaugurado en noviembre de 1939 (BLASCO 2014). La primera visita al Museo Mitre se realizó el jueves 7 de septiembre de 1939 ante la presencia de Levene, de los directores de los otros museos, de algunos jefes del Ejército y del grupo de profesores de historia a quienes estaba dirigida la actividad (PIQUET 1940). Los visitantes fueron recibidos por el secretario del Museo y guiados por el Jefe del Archivo

y el Auxiliar de Biblioteca quienes explicaron el significado de las "reliquias" e invitaron a realizar un minuto de silencio al pasar por la alcoba en donde había fallecido Mitre. Luego visitaron la sede de la ANH, la biblioteca y el archivo y fueron obsequiados con un catálogo del Museo.

Ambas iniciativas incrementaron lentamente el número de concurrentes, propiciaron que los conocimientos se divulgaran en las aulas, que circularan láminas, retratos y postales con "vistas del museo" editadas por la CNMyMyLH (MITRE 1941). Sin embargo el aumento de visitantes estuvo vinculado también a las actividades organizadas por instituciones con sede en el Museo. Entre 1940 y 1945, por ejemplo, el primer y tercer sábado de cada mes la ANH realizó disertaciones y la Institución Mitre dictó conferencias sobre aspectos de la vida del prócer (MITRE 1941; PIQUET 1942). En 1940 se renovaron las muestras del Salón Civil y el Salón Militar del Museo patrocinadas por el Centro Guerreros del Paraguay exponiéndose los cuadros con las escenas de la guerra que el pintor argentino Cándido López había bocetado durante los años en los cuales había estado en los campos de batalla.¹⁷ Desde 1941 se recuperó la sistematicidad de celebrar el cumpleaños de Mitre cada 26 de junio.¹⁸ Finalmente, primero la Institución Mitre y desde 1942 también la ANH entregaron premios y diplomas a los mejores estudiantes, a las producciones historiográficas destacadas y a las redacciones sobre temas históricos que consideraban dignas de mención, convocando a estudiantes secundarios, terciarios y universitarios y a sus familias a asistir a las ceremonias y visitar el Museo.¹⁹

Por otro lado, el Museo también aumentó su caudal de público debido a las medidas adoptadas en el marco de la organización de la Dirección Nacional de Turismo y la redacción del anteproyecto de la Ley Nacional de Turismo en 1941 (BRUNO 2012). El ex director de *La Nación* Jorge A. Mitre -primo del director del Museo - presidía la flamante Comisión Asesora que también integraba Levene y que durante 1942 se reunía en el Museo (MITRE 1943). A su vez, durante el Congreso Nacional de Turismo realizado en Buenos Aires en agosto de 1942 - del cual Levene era vicepresidente- algunos miembros de la CNMyMyLH presentaron ponencias sobre la conveniencia de señalar los lugares históricos, editar ilustraciones de monumentos y guías de museos para ser distribuidas entre el público tomando como ejemplo las guías editadas por *La Nación* sobre el Museo Mitre (Actas, sesión 11/5 y 6/7/1942, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1943, p. 492, 498, 512. El Congreso Nacional de Turismo y la Comisión Nacional, p. 405-408; MITRE 1943). En un contexto en donde el fomento del turismo era uno de los ejes del gobierno, la casa de la calle

¹⁷ El Centro Guerreros del Paraguay era una asociación constituida a fines del siglo XIX por los ex combatientes de la Guerra del Paraguay (1864-1870). Durante la década de 1890 el MHN inauguró una sala con los "trofeos militares" de la contienda y la colección de cuadros de López que congregaba los ex combatientes para realizar actos conmemorativos (CARMAN 2013, p. 156-165).

¹⁸ Al respecto ver los índices de los boletines de la Comisión Nacional editados entre 1942 y 1946.

¹⁹ Sobre los premios de la Institución Mitre folio 197 y ss, caja 58, Fondo Enrique Udaondo del Archivo de la ANH. Sobre los premios de la Academia sabemos que por decreto del 29 de septiembre de 1942 el PEN aceptó la donación de \$ 10.000 efectuada por Levene para instituir un premio anual para alumnos de colegios nacionales, liceos y escuelas normales con promedio sobresaliente en las clases de Historia Argentina y Americana; ver Decreto n. 131763 en: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/normas/13855.pdf>.

San Martín fue declarada Monumento Histórico Nacional. Finalmente, desde 1943 la Dirección Nacional de Turismo quedó a cargo de las visitas guiadas a los museos históricos incluyéndolas en los programas de excursiones a la ciudad.²⁰ Estas iniciativas contribuyeron a que durante el año 1943 el Museo Mitre alcanzara los 17.780 visitantes anuales (MITRE 1944) lo cual no era un número espectacular pero tampoco nada despreciable (BLASCO 2015).

Para diciembre de 1945, el anciano Luis Mitre continuaba como Director Honorario pero quien lo dirigía en la práctica era su primo Jorge (MITRE 1946), subdirector desde 1944. A mediados de 1946 - a pocos meses de haber asumido la presidencia Juan Domingo Perón- en el marco de la separación de bienes y preparación de testamentos de la familia Mitre, Luis donó el archivo del prócer al Gobierno Nacional (IMBERT 1948, p. 20-21; Museo Mitre y El archivo del General Mitre: informe agregado al expediente n. 1705-1946, COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y MONUMENTOS HISTÓRICOS 1948, p. 224-226 y 331-334). Eran más de diez mil piezas entregadas en carpetas clasificadas por Zabala, colocadas en dos cajas de hierro con destino al Museo Mitre. El Ministerio de Justicia e Instrucción Pública aceptó la donación el 11 de septiembre y los miembros de la CNMyMyLH la recibieron el 24.

A partir de ese momento, el edificio, el Museo, la biblioteca y ahora el codiciado archivo privado de Mitre eran propiedad de la nación, solventados y protegidos con fondos públicos. Habían pasado cuarenta años desde la muerte de su propietario, ochenta y seis desde la actuación de Mitre como gobernador de la provincia de Buenos Aires y más de setenta y cinco desde su alejamiento del cargo de Presidente de la Argentina unificada. Era tiempo suficiente para abrir el debate y estimular la producción historiográfica sobre la actuación pública de Mitre. Pero la consagración como prócer de la Argentina moderna promovida desde el Museo terminó de constatarse en 1948 cuando un decreto del Presidente Perón nacionalizó el Ferrocarril Central Argentino bautizándolo Bartolomé Mitre. Justamente ese año - y al menos hasta 1956 - los descendientes del prócer se desvincularon del Museo que habían contribuido a organizar.²¹

42

Conclusión

Organizado en el marco de una formación estatal reciente y en un contexto de ausencia de instituciones públicas en donde desarrollar la investigación histórica (BUCHBINDER 1996), el Museo surgió como espacio de conmemoración de la familia Mitre que al donar parte de las colecciones del fallecido al Estado Nacional comprometió e involucró al resto de la dirigencia política en la conformación de la primera institución dedicada a recordar la vida y obra de un hombre devenido "prócer". Se trataba de un uso deliberadamente político del pasado (CATTARUZZA 2007) sustentado en la idea hegemónica de que Mitre había sido el artífice y

²⁰ La primera visita organizada bajo esta estructura se realizó el 8 de junio de 1943 - en medio de la conmoción política por el derrocamiento del gobierno de Ramón Castillo y la jura presidencial del General Pedro P. Ramírez- y tuvo como destino el MHN; Levene (1944 p. 30-34); también Memorias de los Directores del Museos, Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos (1944, p. 375- 387).

²¹ Entre 1948 y 1956 el Museo fue dirigido por Juan Ángel Farini. Luis Mitre falleció en 1950.

constructor del Estado Argentino moderno. Esta idea sumada al funcionamiento de un sistema de socialización basado en círculos privados y por lo tanto a la intervención activa de la familia Mitre, condicionó no solo el carácter público del Museo sino también la producción, interpretación y divulgación de relatos de un pasado de la Argentina unificada que para la década de 1910 era aún demasiado cercano. La propuesta de los descendientes de no donar los documentos inéditos vinculados a la actuación política de Mitre da cuenta de ello, como así también la decisión de los historiadores de incorporar a sus nietos a la JHNA, estableciendo una idea de continuidad entre el constructor del Estado, el productor del gran relato historiográfico de la Nación y la historia como saber disciplinar.

Una vez instalado, el Museo congregó a los estudiosos de la JHNA en torno a los libros y documentos, materia prima para la producción historiográfica. Pero la decisión de la familia Mitre de no alterar la disposición original del mobiliario posibilitó que los eruditos experimentaban también con la posibilidad de ilustrar los aspectos más representativos de la vida y obra del "gran hombre" mediante la exhibición de los objetos que le había pertenecido. El grupo de historiadores que se autodefinían como discípulos de Mitre fueron construyendo la percepción de que la puesta en escena de los objetos era un modo didáctico y novedoso de representar el gran relato de la "historia patria" elaborada por el historiador. Si en la década de 1910 y 1920 la inquietud principal era la colección de libros y documentos para la producción y circulación de conocimiento entre los eruditos, en los años siguientes el interés se trasladó a la extensión cultural en el marco de un programa político de marcado acento nacionalista.

De este modo, el Museo Mitre constituyó el espacio donde los historiadores comenzaron a diseñar una propuesta cultural integral impulsada desde el Estado para fomentar el culto de la historia patria: ese proyecto no solo contemplaba la institucionalización del culto a Mitre y su integración dentro del panteón de próceres sino también la transformación de las exhibiciones museográficas y los museos en dispositivos centrales para divulgar su culto. En este marco, la constitución de la CNMyMyLH y el conjunto de iniciativas desplegadas desde 1938 bajo dirección de Levene podría invitar a interrogarnos acerca de las lógicas de funcionamiento y de los sistemas relacionales de poder en la configuración de un campo cultural (BOURDIEU 1990). Más específicamente, podría estimular a reflexionar sobre la estrecha relación entre la institucionalización del campo historiográfico y la conformación inicial de un campo con mayor grado de especificidad vinculado a la preservación del patrimonio histórico.

Futuras investigaciones deberán explorar las particularidades del proceso de profesionalización de la museología en la Argentina durante la segunda mitad del siglo XX y las causas que provocaron la desvinculación de los historiadores que, como señalamos, persiste en la actualidad. Pero ello requiere no solo de un corpus de sólidas investigaciones empíricas sobre la vida cultural, el funcionamiento de las instituciones y la conformación de nuevas áreas disciplinares; también de la capacidad para problematizar, como lo ha señalado Eujanian (2003), sobre la historia de la historiografía como área de estudios que centre su mirada en las prácticas desarrolladas también en ámbitos alternativos a los espacios académicos.

Referencias bibliográficas

AAVV. **En memoria de Don Rómulo Zabala**. Buenos Aires: s/e, 1950.

BLASCO, MARÍA ELIDA. **Un museo para la colonia**. El Museo Histórico y Colonial de Luján, 1918-1930. Rosario: Prohistoria, 2011.

_____. De objetos a "Patrimonio moral de la nación": prácticas asociadas al funcionamiento de los museos históricos en la Argentina de las décadas de 1920 y 1930. **Nuevos Mundos**, 2012. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/64679>.

_____. La intervención de los historiadores en la organización del Museo Histórico del Cabildo y la Revolución de Mayo (Buenos Aires – Argentina-1938-1943). **Patrimonio e Memória**, v. 10, n. 1, p. 4-27, 2014.

_____. La asistencia de público a los museos históricos de Buenos Aires durante la década de 1940. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, 2015 [en prensa].

_____. El legado mitrista. La arquitectura de consensos para la construcción del prócer Bartolomé Mitre (1906-1938). **Prohistoria**, Rosario, 2015a [en evaluación].

BISSO, Andrés; KAHAN, Emmanuel. Introducción. En BISSO, Andrés; KAHAN, Emmanuel; SESA, Leandro (ed.). **Formas políticas de celebrar y conmemorar el pasado (1930-1943)**. Buenos Aires: Ceraunia, 2014, p. 7-24.

44

BOURDIEU, Pierre. Algunas propiedades de los campos. En BOURDIEU, P. **Sociología y cultura**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Grijalbo, 1990, p. 135-141.

BRUNO, Perla. Los hoteles de turismo (1930-1955): piezas claves del territorio turístico de la Argentina. **Registros**, n. 9, p. 54-80, 2012.

BUCHBINDER, Pablo. Vínculos privados, instituciones públicas y reglas profesionales en los orígenes de la historiografía argentina. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, n. 13, 1996, p. 59-82.

CARMAN, Carolina. **Los orígenes del Museo Histórico Nacional**. Buenos Aires: Prometeo, 2013

CATTARUZZA, Alejandro. Descifrando pasados: debates y representaciones de la historia nacional". En CATTARUZZA, Alejandro (dir.). **Nueva Historia Argentina**. Crisis económica, avance del estado e incertidumbre política (1930-1943). Tomo 7. Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 429-476.

_____. El revisionismo: itinerario de cuatro décadas. En CATTARUZZA, Alejandro; EUJANIAN, Alejandro. **Políticas de la historia: Argentina 1860-1960**. Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 143- 182.

_____. **Los usos del pasado.** La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires: Sudamericana, 2007

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 1, Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1939.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 2. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1940.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 3. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1941.

COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y MONUMENTOS HISTÓRICOS. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 4. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1942.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 5. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1943.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 6. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1944.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 7. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1945.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 8. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1946.

_____. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 9. Buenos Aires: Imprenta Ferrari Hermanos, 1948.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina.** Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. **Anuario estadístico 2011.** Ciudad de Buenos Aires: Ministerio de Hacienda, Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2011.

EJANIAN, Alejandro. Método, objetividad y estilo en el proceso de institucionalización, 1910-1920. En CATTARUZZA, Alejandro; EJANIAN, Alejandro. **Políticas de la Historia. Argentina 1860-1960.** Buenos Aires: Alianza, 2003, p. 69-99.

GIRBAL DE BLACHA, Noemí. Renovación y proyección nacional e internacional de la Junta. Ricardo Levene (1927-1931/1934-19389 y la gestión Ramón

J. Cárcano- Carlos Correa Luna (1931-1934). En: **La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)**. Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995, p. 124-167.

IMBERT, Aníbal F. Memoria correspondiente al año 1946, elevada el 31 de marzo de 1947. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 9. Buenos Aires: Imprenta Ferrari Hermanos, 1948, p. 7-29.

LEVENE, Ricardo. Memoria correspondiente al año 1938. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 1. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1939, p. 15-23

_____. Memoria correspondiente al año 1939. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 2. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1940, p. 5-24

_____. Memoria correspondiente al año 1942. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 5. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1943, p. 7-45

_____. Memoria correspondiente al año 1943. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 6. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1944, p. 7-50

MITRE, Luis. Memoria elevada a Ricardo Levene el 17 de diciembre de 1940. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 3. 1941, p. 399-401.

46

_____. Memoria elevada a Ricardo Levene el 7 de diciembre de 1942. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 5. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1943, p. 257-259.

_____. Memoria elevada a Ricardo Levene el 9 de diciembre de 1943. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 6. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1944, p. 387-389.

_____. Memoria elevada a Aníbal F. Imbert el 31 de diciembre de 1946. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 9. Buenos Aires: Imprenta Ferrari Hermanos, 1948, p. 224-226

MITRE, Jorge A. Advertencia. En **Archivo del General Mitre**. Documentos y correspondencia. Presidencia de la República. Campaña electoral (1867-68). Intervención nacional a Santa Fe (1868). Tomo I. Buenos Aires: Biblioteca de *La Nación*, 1911.

_____. Memoria elevada a Ricardo Levene el 13 de diciembre de 1945. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos**, n. 8. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1946, p. 350-352.

MUSEO MITRE. **Archivo Colonial**. Tomo I, Buenos Aires: Imprenta Rodríguez Giles, 1914.

_____. **Inventario del Museo Mitre**. Museo y Oficinas. (Este inventario solamente comprende la sección Museo, así como el mobiliario y útiles de las Oficinas. En cuanto al contenido de la Biblioteca, Monetario, Archivo y Mapoteca consta en los respectivos catálogos). Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Coni, 1937.

Quien es Quien en la Argentina. Biografías contemporáneas. Buenos Aires: Guillermo Frajt, 1955.

RAVINA, Aurora. La fundación, el impulso mitrista y la definición de los rasgos institucionales. Bartolomé Mitre (1901-1906) y Enrique Peña (1906-1911). En: **La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)**. Tomo I, Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995, p. 23-59.

_____. Nuevos proyectos, nuevos miembros, nuevos tiempos. Enrique Peña (1911-1915) y Marcó del Pont- Antonio Dellepiane (1915-1919). En **La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)**. Tomo I, Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995, p. 61-93.

JUNTA DE HISTORIA Y NUMISMÁTICA AMERICANA. **Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana**, v. X. Buenos Aires: Talleres Gráficos Rodríguez Giles, 1937.

PIQUET, Julio. Museo Mitre. Primera visita explicada a los profesores de historia. **Boletín de la Comisión Nacional de Museos y Monumentos y Lugares Históricos**, n. 2. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1940, p. 175-177.

_____. Memoria elevada a Ricardo Levene el 22 de diciembre de 1941. **Comisión Nacional de Museos y Monumentos Históricos**, n. 4. Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1942, p. 471-474.

QUATTROCCHI- WOISSON, Diana. **Los males de la memoria**. Historia y política en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1995

RODRÍGUEZ, Martha. Cultura y educación bajo el primer peronismo. El derrotero académico institucional de Ricardo Levene. En PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ, Martha (comp.). **La historiografía rioplatense de la segunda posguerra**. Buenos Aires: La Colmena, 2001, p. 39-65.

SUAREZ, Carlos A.; SAAB, Jorge. El Estado, Ricardo Levene y los lugares de memoria. **Clío y Asociados**, n. 16, 2012, pp. 211-227.

ZIMMERMANN, Eduardo. La prensa y la oposición política en la Argentina de comienzos de siglo: el caso de "La Nación" y el Partido Republicano. **Estudios Sociales**, n. 15, 1998, p. 45-70.

Historiografía académica e historia escolar. Los libros de texto de historia entre dos centenarios*

Academic historiography and school history teaching. History textbooks between two centennials

Mariana Lewkowicz

mariana.lewkowicz@gmail.com

Docente – Investigadora

Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, Facultad de Filosofía y Letras,
Universidad de Buenos Aires

UNIFE/INFOD

Galicia 128, CABA, 1414

Argentina

Martha Rodríguez

mrod@fibertel.com.ar

Docente – Investigadora

Programa de Investigaciones en Historiografía Argentina, Instituto de Historia Argentina y
Americana “Dr. E. Ravignani”, Universidad de Buenos Aires/CONICET

Ladislao Martínez, 238 PB

Martínez, Prov. de Buenos Aires, 1640

Argentina

48

Resumen

El uso escolar que se hace de la historia, los contenidos de historia que se enseñan en los distintos niveles del sistema educativo mantiene con la historiografía académica una compleja y profunda relación. Las representaciones del pasado que elabora la historia escolar son irreductibles al saber institucionalizado producido por la historiografía. En este artículo nos proponemos analizar en los libros de texto publicados en la década anterior y posterior a los dos centenarios de la Revolución de Mayo (1910-2010), la forma en que es presentado el proceso revolucionario iniciado en 1810 y la relación que guardan esas imágenes con las interpretaciones que para esos procesos había estabilizado en cada uno de esos momentos la historiografía académica. Para ello exploraremos las formas como fue entendida la historia, su función en el sistema educativo, las relaciones entre esos relatos y los construidos por la historiografía académica.

Palabras-clave

Historiografía argentina; Cultura histórica; Historia.

Abstract

The school use made of history, the contents of history taught in the school maintain with academic historiography a complex and deep relationship but representations of the past that made school history are irreducible to institutionalized knowledge by historiography. In this article we analyze in textbooks published in the anterior and posterior decades to the two centennials of the May Revolution (1910-2010), the way the revolutionary process commenced in 1810 is presented and how it relates to these images with the interpretations academic historiography had stabilized in each one of the moments. To explore the ways it was understood history, its role in the educational system, the relationships between those stories and those built by academic historiography.

Keywords

Argentina historiography; Historical culture; History.

Recibido el: 26/8/2015

Aceptado el: 16/11/2015

* En los inicios de esta investigación, algunos resultados preliminares fueron presentados en las XVI Jornadas Argentinas de Historia de la Educación realizadas en la Universidad Nacional de Entre Ríos en 2010. Allí nos beneficiamos con los comentarios de las coordinadoras de la mesa, Carolina Kaufmann y Delfina Doval, y del resto de los participantes.

Cuando en 1986 Habermas, en el contexto de la *Historikerstreit* alemana, introducía el concepto de *uso público de la historia*, iluminaba sin saberlo un campo de exploración más que interesante para los historiadores de la historiografía. Aunque su intervención en ese debate tenía por objeto saldar cuentas con el revisionismo histórico conservador alemán en torno a la interpretación de la identidad histórica y política de la República Federal Alemana –y en particular su vínculo con el nazismo–, al calor de ese debate acuñó una expresión destinada a tener un éxito considerable en las décadas siguientes. Con ella, llamaba la atención sobre las diferencias y las distancias existentes entre el tratamiento propiamente historiográfico de la historia por parte de los especialistas y su utilización en la esfera pública.¹

Esta distinción ampliaba considerablemente para la historiografía el repertorio de problemas a indagar, adicionando a la atención centrada en los procesos de producción y circulación del conocimiento histórico dentro del mundo académico – que demandaba estudiar obras históricas, historiadores, publicaciones e instituciones productoras de discursos históricos – aquellos derivados de la circulación (también de la creación) de relatos históricos entre diversos grupos sociales, los modos de apropiación y recepción de imágenes, representaciones e interpretaciones. Al mismo tiempo, ponía luz sobre las diferentes formas de gestión del conocimiento histórico y las relaciones constantemente redefinidas entre un saber académico y su transmisión a la sociedad (CARRERA ARES; FORCADELL ALVAREZ 2003).

También desde el mundo alemán y más o menos para la misma época, J. Rüsen ponía en circulación una noción para reflexionar en torno de estas cuestiones. El concepto de *cultura histórica* era una fórmula que intentaba dar cuenta de las formas de pensar y comprender la relación que un grupo humano mantiene con su pasado (RÜSEN 1994). Se trataba de analizar la construcción del significado asignado al pasado mediado por la conciencia histórica más allá del ámbito de la historiografía, la conciencia que el presente tiene del pasado, inseparable de la tensión siempre presente entre espacio de experiencia y horizonte de expectativa formulada en la ya clásica acepción koselekiana.

Al no restringir la cultura histórica a la Historia (en tanto campo de conocimiento) sino ampliarla al accionar de todos aquellos mediadores entre el pasado y el presente en el espacio social, político y cultural, estas reflexiones operaron como trasfondo hermenéutico para potenciar un campo de estudio no circunscripto al análisis de la literatura histórica académica, y atento a las complejas formas de la elaboración social de la experiencia histórica y su materialización, los agentes sociales que la crean, los medios por los que se difunde, las representaciones que divulgan. Esta indagación sobre las relaciones que los grupos humanos mantienen con su pasado condujo a la exploración de otros objetos que funcionaron y funcionan como mediadores y generadores de imaginarios sociales con sus correlativas derivas

¹ De la rápida adopción del concepto por parte de la historiografía da cuenta la multiplicación de obras que lo toman como eje de sus análisis (Cf.: GALLERANO 1995; HARTOG; REVEL 2001; CARRERA ARES; FORCADELL 2003; entre otros).

historiográficas, pedagógicas, culturales, sociales, y políticas, como el patrimonio histórico, la divulgación histórica, los medios de comunicación, la enseñanza escolar, los materiales didácticos.

Los estudios sobre estos dos últimos –la enseñanza escolar y los materiales didácticos- desplegados desde la historiografía en las últimas dos décadas son un ejemplo interesante de las aproximaciones a las que aludíamos. A diferencia del histórico interés de la didáctica y la pedagogía por los libros de texto y otros materiales didácticos, su incorporación como fuente o como objeto de estudio en el ámbito de las ciencias sociales fue bastante más reciente (RODRÍGUEZ 2015). En este “descubrimiento” empezaron a ser pensados no sólo como el producto de consideraciones de tipo didáctico y pedagógico, sino también como el resultado de la convergencia de otras lógicas como las disciplinares, las estatales, las de la política, las demandas sociales, el mercado, las empresas editoriales. Y *mutatis mutandis* como objetos valiosos para indagar ciertas formas de intervención sobre las interpretaciones del mundo –y de sus propios pasados- que a lo largo del tiempo construyeron las sociedades.

En la Argentina, por ejemplo, la indagación sobre los materiales didácticos en general y sobre los libros de texto en particular por parte de la historiografía y de la historia de la educación, ha cobrado relevancia en las últimas décadas, dando lugar a una profusa bibliografía y a la constitución de equipos de investigación y programas en las universidades dedicados al estudio de estos temas (OSSENBACH; SAMOZA 2001; RODRIGUEZ; DOBAÑO 2001; KAUFMANN 2015). En general estas investigaciones se centraron en el estudio de textos escolares producidos en tres períodos particulares de la historia argentina. Uno de los momentos privilegiados fue la segunda mitad del siglo XIX y las primeras décadas del XX, momento clave en el proceso de constitución de un estado y de un sistema educativo nacional pensado con la doble función de educar al ciudadano y argentinizar a la heterogénea población del país. Para cumplir con estos propósitos se diseñaron contenidos, se formaron docentes y se produjeron manuales escolares, que se convirtieron en fuentes privilegiadas para analizar los mecanismos de construcción y transmisión de una identidad nacional (ROMERO 2004; CUCUZZA 2007; GVIRTZ; BARREIRO 1998; HUARTE; VAN DER HORST 2002; MARISTANY 2005; BRASLAVSKY 1992; DEVOTO 1993).² El segundo momento corresponde al primer peronismo; los libros de texto producidos en ese período fueron analizados a la luz de los intentos de construir, consolidar y difundir una doctrina nacional, apoyada en una particular imagen de la sociedad, del pasado y del movimiento peronista (PLOTKIN 1994; AMÉZOLA 1996; CUCUZZA; SOMOZA 2001; CUCUZZA; PENEAU 2002; COLOTTA; SOMOZA 2001; CORA; RODRIGUEZ 2015). El tercer período estudiado fueron

² No es necesario ahondar aquí en el hecho de que la construcción de una identidad nacional no es reductible a la transmisión de contenidos desde el sistema educativo. Si bien la historia escolar es un instrumento privilegiado para moldear la cultura histórica de una sociedad; el conjunto de ideas que circulan en ella y conforman su imaginario es, como señalamos, mucho más complejo y contradictorio que, por ejemplo, los contenidos de los libros de texto que se utilizan en la educación formal.

las últimas décadas, en los que se produjo una convergencia particularmente fecunda con la historia reciente. Por un lado, el interés por el análisis de las características que asumió el proyecto educativo y cultural llevado adelante por la dictadura militar y la dinámica que adquirió en este contexto el sistema educativo, motivó no pocas investigaciones centradas en los libros de texto. Por otro lado, las transformaciones en la estructura académica, la organización institucional y la estructura curricular operada en el sistema educativo desde principios de la década del '90, sumadas a la renovación de la historiografía, convergieron para impulsar una extendida y profunda transformación en los libros de texto. Los nuevos diseños, contenidos, marcos teóricos y didácticos fueron objeto de análisis de varios artículos y libros en los últimos años (AMÉZOLA 1997, 2008; BRASLAVSKY 1991; EGGES BRASS 2006; KAUFFMAN 2006, 2009, 2015; KAUFFMAN; DOVAL 1997; RODRÍGUEZ; DOBAÑO 2001; DOBAÑO; RODRÍGUEZ 2009; RODRÍGUEZ 2009).

En general, las investigaciones centradas en el primero de los períodos mencionados han privilegiado el trabajo con libros para la escuela primaria. Este interés no es casual, ciertamente era el nivel primario el que, tanto para las elites dirigentes como para el mundo intelectual, actuaba como la principal correa de transmisión de los sentimientos, imágenes y valores destinados a la construcción de una memoria pública en la que todos los habitantes se vieran reflejados. Y fueron estos temas los que centralmente se abordaron en las investigaciones. Menos explorados están los libros destinados al nivel medio y los abordajes que privilegian el análisis del relato histórico y su sentido, sus particularidades y sus relaciones con aquellos construidos por la historiografía académica.

En este trabajo nos centraremos en el análisis de libros de historia producidos para el nivel medio en el marco temporal que va desde la década anterior hasta la posterior de dos momentos: el del Centenario y el del Bicentenario de la Revolución de Mayo, producidos en 1910 y 2010 respectivamente. En ellos exploraremos las formas como fue entendida la historia, su función en el sistema educativo, las relaciones entre esos relatos y los construidos por la historiografía académica.³ Focalizaremos estas cuestiones en las interpretaciones que los autores en uno y otro contexto hacen del momento en que comienza la ruptura del vínculo colonial y la lectura que realizan de Mayo de 1810. Aún a riesgo de opacar matices, en esta indagación priorizaremos el análisis de conjunto de los textos de cada período por sobre las comparaciones al interior de cada etapa; los elementos comunes y aproximaciones generales por sobre las diferencias y el estudio de cada texto en particular. La heterogeneidad de la muestra, en la que se han incluido libros para distintos años dentro de cada nivel tiene que ver con nuestro interés de

³ El tema de las relaciones entre la historia escolar y la disciplina en el ámbito académico es complejo y suscita intensos debates que no sería pertinente detallar aquí. Es importante tener en cuenta la perspectiva de la historia como disciplina escolar que sugiere Cuesta Fernández: "Un arbitrario cultural creado históricamente en razón de la práctica de diversos agentes sociales entre los que desempeña un indudable protagonismo los profesores y los alumnos, las profesoras y las alumnas, que con su acción han creado y transformado a lo largo del tiempo una tradición social" (CUESTA FERNÁNDEZ 1997). Así, consideramos con Chervel que la historia escolar posee un grado de autonomía con respecto a las ciencias de referencia y que debemos concebir los contenidos de enseñanza como entidades sui generis, más complejos que meras adaptaciones de los conocimientos científicos (CHERVEL 1991).

presentar un panorama amplio de los libros para el nivel medio, susceptible de ser profundizado y ampliado en investigaciones posteriores.

Para ejemplificar el análisis hemos incluido referencias a los siguientes textos: Para primer Centenario, Errotaberea (1910), García Merou (1922) - La primera edición es de 1907 -, De Vedia (1913), Torre, Carbia, Ravignani; Molinari, (1917); Levene (1912). Para el momento del bicentenario Burucua (2006) Alonso., Blanco y otros (2003) Chiaramonte (2006), Rizzi y otros (2009), Buonome, y otros (2010) y Carrozza y otros (2010).

El Centenario: libros de texto, historia y educación

Los años en torno al Centenario estuvieron surcados de reflexiones en las que se entrecruzaban la cuestión social, la cuestión nacional y el balance del camino recorrido desde la ya secular Revolución de Mayo. El sistema educativo ocupaba un lugar no menor en todas estas preocupaciones, aunque algunas de ellas desplegaran ya luces y sombras sobre sus resultados. Desde sus albores en la segunda mitad del siglo XIX las elites estatales proyectaron sobre la educación un objetivo civilizador y de integración social, formar a los ciudadanos de la patria, convertir a los individuos en parte de una comunidad de alcance nacional. A comienzos del siglo XX, aquella convicción comenzaba a resquebrajarse por lo que, tal como sostenía Ricardo Rojas en *La restauración nacionalista* era necesario reforzar una educación patriótica e ilustrada (ROJAS 1971). En este proyecto la historia, sus cultores, sus obras y sus instituciones desempeñaban el papel estratégico de constructores de un relato nacional en el que todos los habitantes se "reconocieran", fundamento de una identidad nacional homogénea capaz de conjurar el conflicto y la desintegración social.

Simultáneamente, – y en gran medida influido por las demandas estatales y el apoyo material y prestigio que éstas le otorgaban – entre fines del siglo XIX y principios del XX se inició un proceso de institucionalización y profesionalización de la disciplina histórica. Sus miembros, a pesar de divergencias personales e institucionales, compartían una serie de acuerdos sobre la forma y características en que debía desarrollarse esta actividad. En primer lugar, algunos de carácter teórico-metodológico: La historia era una ciencia de carácter ideográfico e inductivo, porque su objeto está integrado por hechos, procesos y personajes únicos e irrepetibles y por lo tanto la posibilidad de conocerlos no se da a partir de categorías universales sino a través de sus contextos particulares. Practicada según un canon metodológico riguroso (aprendido de los maestros europeos Ranke, Altamira, Xenopol, Langlois y Seignobos, Berheim) que comprendía una serie de operaciones heurísticas y hermenéuticas, esta ciencia podía producir un relato objetivo – y por lo tanto verdadero – sobre el pasado. En segundo lugar, existía un extendido consenso sobre la necesidad de elaborar una historia del pasado nacional desde estas premisas teórico-metodológicas cuyo punto de partida era ciertamente la última etapa del período colonial y especialmente los sucesos de 1810, entendidos como el momento fundacional de la nacionalidad. El formato que mejor se adaptaba a este propósito era una historia nacional, de corte político-institucional, estructurada según el eje cronológico que no sólo

permitía organizar los hechos en una sucesión diacrónica, sino que brindaba al relato un efecto de relación causal. Por lo general, éste era protagonizado por actores individuales, seres excepcionales que actuaban como motores del cambio histórico.

Finalmente, existía un acuerdo generalizado entre los historiadores (aunque unos lo practicaran más que otros) sobre las virtudes pedagógicas de la historia y la necesidad de “[...] Realizar la educación moral de la juventud con la enseñanza de la historia [...]” (LEVENE 1912), acercando al sistema educativo las investigaciones sobre historia argentina que se llevaban a cabo en los claustros académicos. Parte de los libros para el nivel medio que comenzaron a editarse en la primera década del siglo XX estaban escritos por jóvenes historiadores pertenecientes a esa generación, como Ricardo Levene, Rómulo Carbia, Diego L. Molinari o Emilio Ravignani, quienes más tarde serían reputados como conspicuos miembros de la Nueva Escuela Histórica. Sin embargo, esta profesionalización era más un horizonte de expectativas que una situación existente, y junto a estos historiadores profesionales convivían autores cuya autoridad para escribir manuales de historia emanaba de su prestigio en el campo literario o del desempeño de cargos públicos. Este es el caso de García Merou, personaje polifacético, poeta, ensayista y periodista, señalado por Adolfo Prieto como uno de los representantes más destacados de la literatura de su generación, quien desempeñó altos cargos públicos como Ministro de Agricultura y Embajador en EEUU durante el segundo gobierno de Roca y publicó una historia de la República Argentina de gran circulación en el nivel medio.

Podría suponerse que la formalización gradual del campo historiográfico, potenció un uso de la simbología patriótica y las imágenes del pasado acuñadas en los años inmediatamente posteriores a la Revolución de Mayo, no sólo destinadas a evocar pasados, sino más bien presentes y futuros. Fueron símbolos utilizados con el propósito de crear identidades colectivas, “argentinidad” como se proclamaba alrededor del Primer Centenario, ahí donde no existían o eran incipientes. Estas operaciones, destinadas a consagrar una memoria “pública” oficial se apoyaban en la retórica de la igualdad y la homogeneidad para construir una comunidad imaginada, modelizaban una norma para producir un ciudadano y al mismo tiempo diferenciarlo de aquellos que no lo eran (CASTRO GOMEZ 2000). Así, el pasado se celebraba en tanto caución o garantía de un futuro de “grandeza”.

Aquella simbología decimonónica perduró más de medio siglo, así como la idea de una sociedad “crisol de razas”, abierta y con movilidad ascendente. La simbología subsistió a pesar de que la Argentina del siglo XX demostró que aquel futuro era menos venturoso del que imaginaban los hombres del primer centenario, y el conflicto político y social marcó la mayor parte de la historia argentina reciente.

La historia presentada por los libros de textos del centenario

Ya desde los títulos de los libros (*Lecciones de Historia Nacional*, *Historia de la Civilización Argentina*) los autores adoptan un diseño para narrar la historia

argentina comúnmente denominado historia tradicional, en el que aparecen condensadas buena parte de las características descritas más arriba para la historiografía académica. El dispositivo para contar esta historia nacional pone el eje en la conformación y consolidación de un Estado y una Nación. El relato que explica este origen tiene límites temporales laxos; puede comenzar el recorrido en la colonia – y aún antes – y extenderse hasta el siglo XX. Son libros de Historia Argentina con muy escasas referencias al contexto internacional, lo mismo sucede con la dimensión americana, que está ausente como escala de análisis.⁴

En cuanto a los aspectos formales, los libros analizados presentan una diversidad bastante amplia. Los libros son en general extensos (de entre 200 y 400 páginas) y con gran cantidad de información. Sin embargo, existe un intento “didáctico” de hacer accesible la lectura a través de un armado que lo fragmenta en textos relativamente breves (dosificados en lecciones, por ejemplo), acompañado de imágenes y con la inclusión de algunas fuentes primarias. Levene incluye además textos de dos jerarquías diferentes; en un cuerpo de letra mayor el relato principal y en caracteres menores, textos secundarios que analizan en detalle enunciados del texto central o introducen otros aspectos no tratados en aquel. Por lo general despliegan a lo largo de un buen número de páginas los acontecimientos vinculados a la Revolución. En De Vedia, por ejemplo, hay cuatro lecciones dedicadas a los antecedentes y la quinta exclusivamente a la jornada del 25 de mayo. Errotaberea reserva todo un capítulo para desplegar cada una de las invasiones inglesas (capítulos XV y XVI), y dos capítulos íntegros a los días de la Revolución de Mayo (capítulos XVII y XVIII).

54

De todos modos, los libros están pensados más como material de estudio, de consulta para el hogar, que para ser trabajados en el aula y son valorados en función de la cantidad y veracidad de la información contenida. La mayoría incluye imágenes, pero con la idea de que éstas hablan por sí mismas, que cuentan lo que pasó, no como fuentes a las cuales interrogar. En el caso del texto de De Vedia, la inclusión de imágenes responde al propósito explícito de facilitar el aprendizaje y se fundamenta con argumentos que podríamos considerar didácticos como:

[...] la lectura es la tarea de imaginarnos el cuadro de lo que estamos leyendo [...] El conocimiento de ese hecho glorioso [la batalla de Maipú] quedara mas o menos claro en nuestra memoria: pero si leemos la descripción teniendo delante el cuadro de un artista que la haya representado con exactitud no olvidaremos jamás ni los detalles secundarios de la lectura correspondientes [...] (DE VEDIA 1913, p. V).

En relación al contenido, es común a todos los casos analizados el predominio de un relato basado en una sucesión cronológica de acontecimientos en general político-militares,⁵ con abundancia de anécdotas y centrado en

⁴ Son historias en las que la nación tal y como quedó conformada a fines del siglo XIX se proyecta hacia atrás en el tiempo. Cuando se refieren a hechos que tienen lugar en otros espacios es en general como “causa externa” de lo que sucede en el Río de la Plata. Es el caso de la Revolución Francesa o del levantamiento del Alto Perú.

⁵ Por lo general el discurso se circunscribe a los aspectos político- militares, a tal punto que, por ejemplo, no

actores individuales (los próceres-héroes).⁶ En algunos casos estos actores no son individuos sino colectivos personificados, como las naciones, los pueblos o las instituciones. Por ejemplo, en el libro de Errotaberea, la segunda invasión inglesa resulta de la intención de Inglaterra de castigar a quienes la habían derrotado por la ofensa infligida en la primera incursión.

Otro rasgo compartido por la mayoría de los textos escolares analizados es la preocupación por la rigurosidad de los conocimientos a transmitir y por acercar a los alumnos la producción historiográfica generada en la universidad. Así, el *Manual de Historia de la Civilización Argentina* ordenado por Rómulo Carbia se presenta como un libro “[...] preparado con los materiales de la sección historia de la facultad de Filosofía y Letras de la UBA y con la cooperación de sus miembros [...]” para reparar uno de los efectos del Centenario que considera alarmantes: la proliferación de editores

[...] cuya temible inexperiencia los erigió en autoridad y cuyo mal entendido patriotismo sirvió de excusa para todos los yerros [...] generalmente están atrasados en medio siglo [...] [y presentan] lagunas, omisiones y hasta errores [...] (CARBIA 1917, p. 9, 14).

Un aspecto que interesa especialmente desde la perspectiva actual es el lugar dado a la explicación. Si bien es cierto que en los textos de este período predomina la narración es posible inferir algunos esquemas explicativos. Por ejemplo, en el caso de la Revolución de Mayo, bajo la pregunta central que apunta a identificar qué fue lo que realmente ocurrió, y que se resuelve mediante un relato cronológico minucioso de los sucesos, subyace la idea de que esa secuencia cronológica no solo ordena, sino que en alguna medida explica los hechos. En el texto de Carbia la Revolución tiene una etapa *invisible* que comienza en 1806 y una *pública* que se manifiesta en mayo de 1810. En el de Levene, la Revolución tiene antecedentes externos (La Revolución Norteamericana y la Francesa) e internos considerados en un plazo realmente corto, como son la Representación de los Hacendados, el Motín de Alzaga (enero 1809) y la fracasada Revolución del Alto Perú (mayo 1809). En ambos casos estos esquemas funcionan como una explicación.

Por su parte, De Vedia plantea los hechos como el resultado del conflicto entre las *Tendencias* inglesa, española, francesa y argentina. Las nacionalidades llegan a funcionar como actores en un desarrollo que por momentos tiene un desenlace fatal. Derrotadas la tendencia francesa y la inglesa, en las invasiones inglesas y los años subsiguientes, “[...] Quedaron en pie, solamente, la influencia española en el gobierno, y la tendencia argentina en el alma indomable de los criollos [...]” *que necesariamente tenía que imponerse* (DE VEDIA 1913, p. 10). Para subrayar la veracidad de los argumentos introduce detalles. La

aparece mención alguna a la Revolución Industrial cuando se tratan las invasiones inglesas (solo la superioridad naval). Para un análisis detallado de estos tópicos nos permitimos remitir a LEWKOWICZ; RODRÍGUEZ (2009).

⁶ Es un conjunto muy numeroso de individuos excepcionales, no sólo los próceres habituales, como los miembros de la Primera Junta o San Martín, sino también cuadros medios de la política y los ejércitos de los que se destaca nombre, apellido y cargo desempeñado.

revolución es el resultado de un plan premeditado de independencia nacional sostenido con absoluta unanimidad por los revolucionarios. Sin embargo, en los momentos decisivos, junto a los héroes está la acción del pueblo como fuerza desequilibrante. Así “[...] Entre la gestión atemperadora de los políticos dirigentes y la influencia española se interpuso [...] en un sublime estallido de sacrosanto entusiasmo patriótico, la franca e impetuosa decisión del pueblo [...]” (DE VEDIA 1913, p. 25). Con estos actores, organiza una cronología con profusión de hechos fechados al detalle y de nombres propios de personas y lugares, con fragmentos de diálogos y de fuentes, como la historia escrita por Mitre o las invitaciones para el cabildo abierto del 22 de mayo de 1810.

En el caso de García Merou, en un relato con ribetes de tipo conspirativo y profusión de nombres propios, descripciones de lugares, tropas y pertrechos militares, cobra especial relieve la participación unánime del conjunto de la población, incluyendo a mujeres, niños y ancianos en la Defensa y Reconquista, así como a la “inmensa multitud” que acompaña las jornadas decisivas de mayo, pues “[...] La situación que se produjo después de la victoria [frente a los ingleses] fue el primer síntoma de la agitación revolucionaria que debía realizar la emancipación del Río de la Plata [...]” (GARCÍA MEROU 1922, p. 332). Como nota distintiva, cabe destacar que dedica algunos párrafos a registrar los cambios que se habían producido en el Río de la Plata sobre todo al crecimiento económico y demográfico, ausentes en otros autores. Por lo demás, su esquema de causas externas e internas es muy similar al desarrollado por Levene.

56

En los libros coexisten contenidos propiamente históricos con otros que hoy consideraríamos de otra naturaleza, por ejemplo, alusiones a los símbolos patrios o la oración para la jura de la bandera. La yuxtaposición de estos dos elementos es coherente con la finalidad de índole identitaria asignada a la enseñanza de la historia - y a la historiografía en general - en ese período.

Los relatos desplegados en los textos tienen una fuerte carga moral y moralizante. Los grandes hombres encarnan el espíritu nacional y son a la vez un modelo a imitar, pues reúnen todas las virtudes y ninguno de los defectos de los seres humanos. Tienen la misión de poner en acto toda la potencia de la nación, esto es, consolidar el futuro de grandeza y prosperidad que estaba prefigurado desde los orígenes. A modo de ejemplo puede señalarse la cobardía del Virrey Sobremonte en contraste con el heroísmo de los criollos⁷, o la apología de Washington introducida por Levene. En todos los autores hay una adjetivación sobrecargada cuyo objeto parece ser asegurarse un impacto de adhesión emocional en el lector. De Vedia introduce, además, máximas como “[...] Cuando se trata de la Patria no hay amenaza capaz de contener a los patriotas [...]” (DE VEDIA 1913, p. 14).

Otra cualidad de estos libros producidos en torno al Centenario, que resulta práctica para la enseñanza, es el carácter cierto y acabado que le otorgan al saber

⁷ Una adjetivación similar hay en el texto de Errotaberea, además de referenciarse como el primer hecho glorioso de las armas criollas. Las invasiones inglesas se narran con gran despliegue de detalle de individuos, lugares, avances y retrocesos. En De Vedia la sublevación del Alto Perú es denominada “sacrosanto movimiento”

histórico y por lo tanto del saber a enseñar. Una vez estabilizada una imagen de cada porción de ese pasado y corroborada por sus respectivas fuentes, lo que resta como tarea para la educación es simplemente asegurar su transmisión lo más completa e inalterada posible. Al mismo tiempo ese conocimiento acabado se plantea como conocimiento construido. Incluso se presentan debates, por ejemplo, De Vedia introduce el debate entre historiografías nacional

[...] Algunos historiadores españoles y franceses han sostenido la tesis de que los argentinos no pensaron en independizarse sino en organizar un gobierno [...] [que tendría] existencia solo mientras España no reorganizara el suyo. Esta tesis es banal. Los argentinos, como todos los pueblos americanos soñaban con ser libres [...] (DE VEDIA 1913, p. 19).⁸

Para De Vedia la existencia de este sentimiento en todas las colonias americanas es lo que explica la simultaneidad de los procesos independentistas.

Es posible señalar, a propósito de los objetivos identitarios de la enseñanza de la historia para el nivel medio, una cierta continuidad con los señalados para el nivel primario. Sin embargo, esta continuidad está apoyada en una perspectiva diferente. Los profesores y autores de libros para el nivel medio tienen como destinatarios estudiantes que ya pasaron por la escuela primaria, es decir que pueden pensar en una serie de tópicos como ya dados y avanzar en otros que los complementen a partir de un aprendizaje riguroso de la historia. Sin embargo, este conocimiento "riguroso" del pasado también tiene el sentido de profundizar el patriotismo y la identidad, pero en adelante no solo como una adhesión emocional sino también como fruto del conocimiento de su historia, producto de la erudición.

57

El Bicentenario: libros de texto, historia y educación

Las reflexiones a las que convocó la proximidad del bicentenario carecieron del optimismo que trasuntaban las de cien años antes. La sociedad había cambiado mucho, también las expectativas sobre el futuro y las formas de evocar el pasado. Entre los historiadores ya hacía algunas décadas que los marcados consensos epistemológicos y metodológicos sobre la disciplina habían cedido paso a una gran heterogeneidad en los modos de entender cómo hacer y enseñar historia. El estallido de estos paradigmas interpretativos estabilizados desde fines del siglo XIX, no dio lugar a la emergencia de otro que ocupara su lugar. Más bien el signo de estos tiempos parece ser la ausencia de paradigmas dominantes. Si ahora la historia como ciencia tiene el objetivo de centrarse en explicar los procesos históricos, los alcances de esa indagación son menos claros. Aún sin caer en las posiciones extremas que niegan a la historia toda posibilidad de conocer el pasado, convirtiéndola en pura retórica, es indudable que las lecturas del pasado son múltiples y los puntos de vista del sujeto variados. Hay cierto relativismo en toda interpretación del pasado.

⁸ Nótese el uso del gentilicio "argentinos" para la época de 1810. En otro lugar agrega que "con el primer conquistador que vino a América entró el germen de la independencia americana [...]".

Otras transformaciones acompañaron también estas reflexiones teóricas – y ciertamente fueron influidas por éstas –. Por un lado, una ampliación extraordinaria del repertorio de problemas, temas y formas de abordaje de las investigaciones históricas. En las últimas décadas las fronteras del territorio de investigación de los historiadores se expandieron hasta alcanzar nuevos temas, como la vida cotidiana, la infancia, los olores, los sabores, la producción, circulación y consumo de bienes culturales, los lugares de la memoria, la lectura, las prácticas culturales, los ritos y las creencias, las formas de sociabilidad; nuevos sujetos como las mujeres, los niños, las minorías; nuevas formas de abordaje conceptuales o metodológicas como la microhistoria, la historia de las prácticas o la historia de los conceptos. Por otro, esta vitalidad historiográfica se conjugó con la revalorización del sujeto y sus acciones – opacadas desde mediados del siglo XX por el auge de las aproximaciones macroestructurales, el énfasis en la construcción de modelos explicativos y el diálogo con otras ciencias sociales “modelos” de cientificidad –, y con la preocupación de los historiadores por las formas de difusión del conocimiento producido en la disciplina, por la comunicabilidad más allá de los muros de la academia. Las formas de la divulgación se han convertido en un fenómeno al que en los últimos años se le ha prestado una atención creciente.

Todos estos procesos, pusieron en debate y reformularon la relación de los historiadores con la sociedad y el Estado en un doble sentido. Si los historiadores han apartado su tarea de la generación de mecanismos identitarios, haciendo hincapié por el contrario en el carácter inventado de las tradiciones nacionales, también es cierto que desde el Estado tampoco se le ha pedido a la historia desempeñar ese papel.

58

Estas transformaciones afectaron a la historia enseñada en las escuelas. A diferencia de lo ocurrido en las décadas anteriores – pero en consonancia con lo reseñado para el momento del centenario⁹ – en la última del siglo XX las nuevas tendencias historiográficas se trasladaron más o menos rápidamente al sistema educativo. Entre otras razones, la gran cantidad de profesores universitarios e investigadores que durante los años '90 formaron parte de los elencos de funcionarios y técnicos del Ministerio de Educación, de los planteles de autores de las editoriales de libros de texto, o de los grupos de capacitadores docentes de los programas nacionales y provinciales de apoyo a la reforma educativa, fueron decisivos para ello.

El sistema educativo tampoco era el mismo que cien años antes. A lo largo de su historia, la educación secundaria registraba importantes transformaciones. De la mano de la significativa ampliación de la matrícula y el cambio en la composición social de docentes y alumnos, cambiaba también la naturaleza misma del nivel. Lejos de los propósitos de socialización de élites dirigentes que

⁹ Es interesante destacar que tanto el momento Centenario como el momento Bicentenario las relaciones entre historiografía académica y sistema educativo fueron estrechas, vínculo facilitado por la convergencia de autores, profesionales y funcionarios en ambos ámbitos. Esto contrasta con las décadas que median entre estos dos momentos (o por lo menos entre la década de 1940` y fines de los años 1980`), donde el divorcio entre mundo académico y sistema educativo fue pronunciado tal como señalan Hilda Lanza y Silvia Finocchio en su libro *Curriculum presente, ciencia ausente* (LANZA; FINOCCHIO 1993, v. 3).

signaron sus comienzos, la educación media se generalizaba hasta alcanzar en los años previos al bicentenario la obligatoriedad.¹⁰

El retorno al régimen democrático en 1983 luego de 7 años de dictadura, supuso importantes cambios en la sociedad. En el sistema educativo significó repensar entre otras cosas los contenidos que se enseñaban y la inclusión de otros nuevos, el concepto de ciudadanía que se quería transmitir, los procesos de enseñanza, aprendizaje, todo esto en un clima de apertura y recepción de novedades teóricas y metodológicas desarrolladas en otros contextos nacionales. Estos procesos se profundizaron en la década siguiente y se combinaron con transformaciones en la estructura y características del sistema educativo. En diciembre de 1991 por Ley 24.049 el Ministerio de Cultura y Educación traspasó a las provincias los niveles medio y superior no universitario, concluyendo el proceso de transferencia de los servicios educativos iniciado en los años '60. En abril de 1993 se sancionó la Ley 24.195, Ley Federal de Educación y en diciembre del 2006 fue reemplazada por la nueva Ley Nacional de Educación, actualmente vigente.¹¹

La historia presentada por los libros de textos en torno del bicentenario

Los libros de texto para la enseñanza de la Historia editados en la última década para el nivel medio no toman la historia de la nación como eje articulador del relato. No solo ha sido abandonado ese eje sino que, además no fue reemplazado por otro sino por una diversidad de ejes: político, social, económico, cultural, las ideas. Los libros de texto asumieron las nuevas concepciones de la historia desplegadas en la historiografía académica a lo largo de las últimas décadas y también los cambios en las finalidades de la enseñanza de la disciplina en los distintos niveles del sistema educativo. En conjunto, todos ellos presentan una historia procesual donde los protagonistas son actores sociales colectivos. No se reducen a la cronología, sino que intentan desplegar las complejidades del tiempo histórico. En lugar de ofrecer información supuestamente objetiva sobre el origen y desarrollo de la Nación, intentan responder a interrogantes diversos formulados desde el presente y trabajar con la subjetividad. Junto a esto, ponen énfasis en presentar al conocimiento histórico como un resultado provisorio, aunque no arbitrario, y en familiarizar a los estudiantes con los problemas de la operación histórica y el oficio del historiador. A esto se suma una atención

¹⁰ La ley de Educación Nacional 26206, sancionada en 2006 dispuso la obligatoriedad de la educación secundaria.

¹¹ Para el sistema educativo en su conjunto las modificaciones fueron múltiples. Aquí nos interesa señalar las relacionadas con los contenidos curriculares que introducidas en la LFE se mantuvieron inalteradas en la LEN: Se diseñó una política curricular de definición en el nivel central, pero de aplicación descentralizada por parte de cada una de las jurisdicciones, lo que significó la necesidad de establecer un primer nivel de especificación curricular acordado entre autoridades nacionales y provinciales referido a que enseñar, los Contenidos Básicos Comunes (CBC). En relación a este último punto, la reforma comenzó por producir una transformación, modernización y actualización de los contenidos de las ciencias sociales se enfatizó la necesidad de orientar la enseñanza hacia la explicación de los procesos sociales como resultado de las relaciones sociales, políticas, económicas y culturales establecidas entre los grupos humanos en el tiempo y el espacio, con énfasis en las épocas más recientes y en el contexto argentino. La contemporaneidad, la realidad social presente, encuentra así en el análisis del ayer una de sus claves de interpretación. Por este motivo, otro de los ejes de estos nuevos contenidos son los procedimientos relacionados con la comprensión y la explicación de la realidad social, es decir con el modo en que las disciplinas del campo de las ciencias sociales producen conocimientos.

especial a las cuestiones pedagógicas y didácticas y una voluntad de constituirse en el apoyo del trabajo docente en el aula.

Los autores de los textos analizados son en su mayoría egresados de Universidades Nacionales que desarrollan paralelamente tareas de docencia e investigación en ámbitos académicos. Se evidencia una voluntad de acercar las transformaciones operadas en la historiografía y en el rol de la historia y los historiadores a públicos más vastos – en este caso estudiantes – Por su parte, las empresas editoriales hacen desde sus propios “staff” aportes pedagógicos. Como resultado, la figura del editor y el peso de la editorial como creadores cobraron especial relevancia.¹²

Como resultado de este conjunto de transformaciones cambiaron los contenidos y formatos de los libros de texto y también la función misma del texto escolar. Del uso tradicional, corriente en tiempos del Centenario y vigente durante décadas, que lo situaba básicamente como material de estudio; se pasó a considerar el texto escolar como herramienta del trabajo cotidiano del aula. En relación con este nuevo rol se valorizan características diferentes de los libros de texto, como la presencia de fuentes primarias,¹³ de textos de especialistas, las actividades que proponen, las imágenes, la inclusión de láminas desplegadas, los dossiers sobre temas especiales y análisis de casos, atlas para trabajar, cuadros estadísticos y mapas, los proyectos de investigación que acompañan al libro etc. A diferencia de los textos del Centenario en la actualidad, y desde hace tiempo, junto a los textos escolares frecuentemente se produce otro para el docente, que se entrega en forma gratuita y que suele incluir mapas conceptuales, repertorios bibliográficos y propuestas didácticas para cada tema. Los textos actuales incluyen, además, otras “aperturas” y vinculaciones como la sugerencia de sitios de Internet para visitar, noticias, la exploración en museos (virtuales y reales), listados de películas tanto documentales como cine de ficción, etc.

Los libros ofrecen textos de distintas jerarquías, consignas para el trabajo de los alumnos, fuentes, imágenes, así como aspectos de la construcción del conocimiento histórico y de los debates historiográficos.¹⁴

El tratamiento de la Revolución de Mayo de 1810 en estos libros de texto es precedido por un amplio desarrollo de otros procesos que se dan simultáneamente como la Revolución Industrial, La Revolución Norteamericana y la Revolución Francesa, y de un pormenorizado análisis de la sociedad, la economía y la política en las colonias españolas de América. En el caso del publicado por la editorial Aique, bajo los títulos “La situación de las colonias americanas a principios del siglo XVIII”, “La reorganización de los imperios iberoamericanos” y “La resistencia a las reformas” se ofrece un amplio panorama del contexto hispanoamericano. El libro de Kapelusz Norma incluye un capítulo entero dedicado a la “Crisis del

¹² Consecuencia de estos cambios es que desde hace unas dos décadas es muy común que tanto docentes como alumnos conozcan a los libros de texto por la editorial y no por los autores que los escribieron.

¹³ La presencia de fuentes no es una novedad, pero sí la función que se les asigna y su relevancia dentro del texto.

¹⁴ En el texto de Aique, por ejemplo, se incluye una propuesta de trabajo acerca de “Discusiones y debates sobre la organización política de los nuevos países hispanoamericanos en las primeras décadas del siglo XIX.

orden colonial español” y uno a “Revoluciones y guerras de independencia”. En este último, se desarrollan la revolución de Venezuela y de Nueva Granada y, finalmente en un espacio acotado los acontecimientos de mayo de 1810 en Buenos Aires. Además, a modo de integración de contenidos, ofrece como tema especial “las mujeres y los niños en las revoluciones”. Esto último se fundamenta en que “[...] En las revoluciones europeas y americanas [...] participaron en distintos papeles mujeres y niños. Todos ellos formaron parte de procesos de gran movilización social que transformaron las estructuras de las sociedades en las que vivían [...]” (RIZZI *et al.* 2009, p. 102).¹⁵ En Buonome *et al.* (2010) se selecciona el caso de la independencia de Cuba para profundizar ofreciendo un espacio considerable – 3 carillas – que contempla aspectos económicos y sociales además de los específicamente políticos. También se propone un trabajo de análisis comparativo entre los procesos de independencia en, por ejemplo, el Río de la Plata y la Gran Colombia. En Carrozza *et al.* (2010) la independencia en el Río de la Plata constituye un capítulo independiente, pero está antecedido por uno dedicado al orden tardocolonial, uno a las revoluciones inglesa y francesa, un tercero a las revoluciones hispanoamericanas en el que se abordan los casos de Venezuela, la Gran Colombia, Perú, México y Brasil y un trabajo de análisis comparativo entre el Río de la Plata y México. Respecto del espacio dedicado a la Revolución, el libro de Carrozza *et al.* merece una mención aparte. En éste hay un capítulo entero de 15 páginas dedicado a la Revolución de Mayo. No sólo llama la atención por su extensión sino porque también despliega con mayor detalle que otros textos, los cambios políticos y da cuenta de un número muy considerable de actores individuales. En contraposición, la independencia del Río de la Plata y la Primera Junta ocupan mucho menos espacio en otras propuestas – una página en el caso del libro de Alonso, M. E., J. Blanco *et al.* (2003) y dos páginas en Burucua J. E. (2006) – así como la situación en el interior del Virreinato (una página en ambos casos) diferenciando territorios, por ejemplo, Córdoba, Salta, la Banda Oriental, Paraguay y el Alto Perú.

Todas las propuestas contemporáneas tratan las cuestiones relativas al Río de la Plata en estrecha relación con el contexto americano y mundial. La Revolución en el Río de la Plata se presenta como caso dentro de un proceso a escala americana desencadenado por la caída de los imperios ibéricos y ligados a su vez al movimiento juntista peninsular. Las consecuencias de la revolución y la guerra también son objeto de análisis a escala continental, y son estudiadas en sus aspectos económico, social y político.

En todos los textos analizados, lejos de inaugurar la vida de la nación, la revolución aparece como un momento de transformaciones trascendentes, de resultado incierto, en el que intervienen actores diversos con intereses también diversos. Lo que guía el análisis de la esfera política, a partir de allí, es la idea de las dificultades que surgieron para la organización de un Estado, la falta de unanimidad y las resistencias a la organización de un gobierno central.

¹⁵ En Rizzi *et al.*, los ecos de las transformaciones en la historiografía de las últimas décadas son muy claras. Además de esta consideración de diversidad de actores vale la pena subrayar el sub título elegido para la obra, *La Argentina en el largo siglo XIX*.

El libro de la editorial Tinta Fresca (CHIARAMONTE *et al.* 2006) pensado para los estudiantes de los últimos años de la escolaridad secundaria, ofrece un desarrollo mucho más extenso de los temas en cuestión. El periodo 1780-1820 se desarrolla en dos capítulos completos, el primero más enfocado a los aspectos políticos e ideológicos mientras que el segundo se complementa con el tratamiento de las transformaciones socioeconómicas. En su conjunto totalizan 60 páginas.¹⁶ La escala latinoamericana tiene una presencia muy fuerte. Al igual que en el de la editorial Aique (ALONSO *et al.* 2003), la revolución en el Río de la Plata es resultado de un proceso que se desencadena por la disolución del imperio. Las invasiones inglesas están inextricablemente ligadas a la Revolución Industrial y, entre sus efectos se subrayan, lejos del despertar de una identidad criolla, el proceso de la militarización y politización de amplias capas de la población y la organización de grupos con ideas revolucionarias. Los acontecimientos, protagonizados por sujetos individuales y colectivos con ideas e intereses diversos tienen resultados que no pueden determinarse a priori y, tras la Revolución, la guerra impacta en todos los aspectos de la sociedad.

En todos los casos se apunta al discurso explicativo. La información se brinda con el objeto de posibilitar la elaboración de explicaciones multicausales.¹⁷ Ninguno de los textos analizados presenta a la Revolución como un proceso cuya realización tenía fatalmente que registrarse. Ninguno postula la existencia de un proyecto revolucionario definido desde los comienzos, ni la unanimidad entre los grupos que participaron de las jornadas de mayo. Los actores individuales son tratados en forma simultánea a la introducción de actores colectivos y diversos. No se hacen apreciaciones ni juicio moral alguno. Todos consideran la conformación fuertemente estratificada de la sociedad y prestan especial atención a la categoría de vecino para evitar anacronismos.

62

A modo de balance: los centenarios, los historiadores, los libros de texto y sus contextos

La elección de los dos momentos analizados no es casual, aunque la indagación no se haya ceñido estrictamente al año de la conmemoración sino extendido a la década que antecede y sucede al centenario y bicentenario de la Revolución de Mayo. Consideramos que alrededor de las conmemoraciones se activan un conjunto de fenómenos claramente colocados en el cruce de las dimensiones cognitiva, instrumental y memorial. Son acontecimientos, en

¹⁶ La propuesta de Tinta Fresca para los estudiantes de lo que entonces constituía el Tercer Ciclo de la Educación General Básica (BURUCUA 2006) dedica un capítulo a las revoluciones de independencia en América Latina y enmarcado allí sólo 4 páginas para el caso del Río de la Plata que cubren hasta la Declaración de la Independencia en 1816. El resto del capítulo desarrolla otros casos nacionales.

¹⁷ También reflejado en consignas de actividades propuestas. Por ejemplo, en el texto de editorial Aique "[...] ¿Por qué la oposición más fuerte al movimiento revolucionario en el Río de la Plata estuvo localizada en las ciudades del interior del antiguo virreinato? (ALONSO *et al.* 2003, p. 151) Reunidos en grupos discutan por qué la mayoría de los grupos dirigentes [...]. Dieron marcha atrás con algunas medidas... ¿Como la abolición de la esclavitud y de los tributos indígenas [...]?" (ALONSO *et al.* 2003, p. 149) O en el texto de la editorial Tinta Fresca: "...Comparen las causas que condujeron a la independencia de los Estados Unidos con las que posibilitaron la independencia de las naciones latinoamericanas [...]" (BURUCUA 2006, p. 213).

el sentido otorgado por Arlette Farge, que permiten acercarnos al análisis de las dinámicas sociales, políticas y culturales que una comunidad exhibe en un contexto históricamente situado, y por lo tanto sensibles a un análisis atento a la cultura histórica y los usos de la historia (GARGE 2002; DEVOTO 2015).

En ambos momentos se registran relaciones estrechas entre imágenes del pasado construidas por la historiografía académica y las que aparecen en los libros de texto. También es común a ambos períodos la voluntad de los historiadores profesionales de estrechar lazos con el sistema educativo a fin de corregir errores, difundir las últimas innovaciones y superar el atraso bibliográfico. Lo mismo puede decirse de la fuerte coherencia entre los contenidos de enseñanza y ciertos consensos básicos en el campo intelectual sobre la sociedad y sus valores.¹⁸

La cronología como eje organizador excluyente de los tiempos del Centenario ha cedido su lugar a la periodización y el despliegue de las diversas dimensiones del tiempo histórico. Aunque cabe subrayar que a veces en los textos actuales la periodización aparece naturalizada. Los sujetos de la historia resultan contrastantes en uno y otro momento. Si la argentinidad aparecía como sujeto hace cien años, hoy la Argentina se presenta como realidad histórica compleja a explicar. Por lo general se ha abandonado el hábito de personificar a las naciones, ciudades y regiones. El relato protagonizado por grandes hombres seguidos unánimemente por la nación o el pueblo, propio del Centenario, también ha sido dejado de lado.

Se ha pasado de las certezas a las incertidumbres. De un saber cerrado y objetivo a un saber en construcción, siempre provisorio, cambiante, subjetivo que obliga a enseñar en un contexto de falta de certezas. Si no hay objetividad ni un "paquete cerrado" a transmitir a las nuevas generaciones, habrá saberes presentados como estado actual del conocimiento, ideas que tienen consenso entre los especialistas o por el contrario, polémicas y controversias persistentes. La renuncia a una supuesta objetividad impone la necesidad de dar cuenta de múltiples miradas.

En contraste con lo observado en los textos escolares del Centenario, en los del Bicentenario se presenta el proceso independentista más allá de los sucesos que tienen a Buenos Aires como escenario o como lugar desde el que parten las iniciativas. Así, distintas regiones son presentadas con sus propias características económicas y sociales y conforman escenarios de conflictos diversos que definen a su vez sus propios actores.

Los libros del Centenario requerían de la lectura de corrido, en sintonía con el relato y la linealidad del acontecer histórico. Los textos escolares actuales invitan al lector a construir un texto (toda lectura es una escritura). Convertidos en herramientas de trabajo para el aula, los libros de texto de hoy invitan al

¹⁸ El foco puesto alrededor de los centenarios, deja en sombras el estudio del período que media entre ellos, en el que es perceptible, tal como señalamos, una tendencia de sentido inverso a la descripta, donde la brecha entre historiografía e historia escolar se ensancha. Intuimos que esa distancia está relacionada con los nuevos rumbos que adopta la historiografía profesional y su escasa utilidad como contenido para la historia escolar y también con cierta inercia que se registra en el sistema educativo, aunque estas cuestiones deberían ser objeto de un análisis pormenorizado.

lector individual y colectivo a desplegar estrategias y recorridos diferentes (mediados o no por la intervención del docente).

Un comentario aparte merece las imágenes incluidas en los textos escolares para el desarrollo de los temas analizados. En los textos del Centenario son escasas¹⁹ y predominan los retratos y las escenas de batallas. Las imágenes que se reproducen en los libros escolares de hoy son en muchos casos las mismas u otras de naturaleza semejante, aunque en mayor cantidad y variedad. De todos modos, con frecuencia lo escueto de los epígrafes y las pocas referencias a autores y contextos de producción dan lugar a que prevalezca su naturalización. Creemos que en este sentido sería deseable visitar las imágenes de nuestros libros de texto con una mirada que las enriquezca, pensándolas como parte de un discurso histórico, un proyecto elaborado en gran medida también en torno del centenario.²⁰ A diferencia de lo que pasa hoy con los temas políticos que son ilustrados a la manera del Centenario, con retratos, escenas de batallas y de edificios, cuando se tratan aspectos de la economía y la sociedad, en cambio, las ilustraciones ofrecen una variedad mucho mayor, con escenas de la vida cotidiana en el hogar y en el mundo del trabajo, de las ciudades, de distintos grupos sociales, etc. Otra "novedad" es la inclusión de abundante información cuantitativa (muchas veces en gráficos o en cuadros de doble entrada) sobre todo referida a la población, el comercio y la producción.

Finalmente, sería interesante considerar qué pasa cuando estas perspectivas desplegadas en los libros de texto actuales son desarrolladas en la práctica docente. El impacto de los consensos disciplinares alcanzados en ambos períodos permearon rápidamente la propuesta editorial de libros de texto, facilitado por el rol jugado por los historiadores en su producción. Menos investigado está – por las dificultades que entraña su aprehensión y estudio- qué pasó y qué pasa con el desarrollo efectivo de estos temas en el aula.

64

Referencias bibliográficas

ERROTABEREA, M. **Lecciones de Historia Nacional**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de J. Sesé, 1910.

LEVENE, R. **Lecciones de Historia Argentina**. Buenos Aires: Lajouane, 1912.

TORRE, J. M.; CARBIA, R.; RAVIGNANI, E.; MOLINARI, D. L. **Manual de Historia de la Civilización Argentina**. Buenos Aires: Franzetti, 1917.

GARCIA MEROU, M., **Historia de la República Argentina**. Buenos Aires: Estrada, 1922.

DE VEDIA, E. **Lecciones Argentinas**. Buenos Aires, 1913.

¹⁹ No había una producción considerable de obras artísticas de carácter histórico antes del Centenario. De hecho, es en torno de la celebración que se desata la producción en mayor escala. Ver, por ejemplo, la labor de Carranza desde su lugar de director del Museo Histórico Nacional como comitente y asesor de artistas como Pedro Subercasseaux.

²⁰ Para posibilitar este trabajo deberían introducirse mas referencias a cuestiones del contexto de producción, los artistas, las ideas que se querían expresar y los modos de hacerlo, etc.

- ALONSO, M. E. *et al.* **Ciencias Sociales 8**. Buenos Aires: Aique, 2003.
- BURUCUA, J. E. *et al.* **Historia Moderna. Europa y América (1450-1850)**. Buenos Aires: Tinta Fresca, 2006.
- CHIARAMONTE, J. C. *et al.* **Historia I**. Buenos Aires: Tinta Fresca, 2006.
- RIZZI, A. *et al.* **Una historia para pensar. La Argentina en el largo siglo XIX**. Kapelusz-Norma, 2009.
- BUONOME, J. *et al.* **Historia moderna y contemporánea americana y argentina siglos XV a XIX**. Tinta Fresca 2010
- CARROZZA, W. *et al.* **Historia. La Argentina, América Latina y Europa entre fines del siglo XVIII y comienzos del siglo XX**. Santillana, 2010.
- AISENBERG, B. La historia escolar en la Argentina: continuidades del modelo de la 'identidad nacional' e intentos de ruptura. *Reseñas de enseñanza de la Historia*. **APEHUN**, n. 5, sep. 2007.
- AMEZOLA, G. de. El pasado servicial. Elementos revisionistas en los textos de Cultura Ciudadana (1952-1955). **Clío & Asociados**, n. 1, 1996.
- _____. La historia argentina reciente en los manuales escolares. **Segundo Seminario Internacional: Textos escolares en Iberoamérica, Avatares del pasado y tendencias actuales**, Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 1997.
- _____. **Esquizohistoria. La Historia que se enseña en la escuela, la que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la historia escolar**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2008.
- FARGE, A. Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux. **Terrain. Revue d'ethnology de l'Europe**, n. 38, 2002.
- BRASLAVSKY, C. Los libros de texto en su contexto: Argentina 1975-1989. En RIECKENBERG, M. (comp.). **Latinoamérica: Enseñanza de la historia, libros de texto y conciencia histórica**. Buenos Aires: Alianza; FLACSO; G. Eckert Institut, 1991.
- _____. **Los usos de la historia en la educación argentina**: con especial referencia a los libros de texto para las escuelas primarias (1853-1916). Buenos Aires: FLACSO Argentina, 1992 (Serie Documentos e Informes de Investigación, n. 133).
- CARRERAS ARES, J. J.; FORCADELL ALVAREZ, C. **Usos públicos de la historia**. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- CASTRO GOMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la 'invención del otro'. En: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

- CHERVEL, A. Historia de las disciplinas escolares. Reflexiones sobre un campo de investigación. **Revista de Educación**, n. 295, 1991.
- COLOTTA, P.; CUCUZZA, H.; SOMOZA, M. Texto y lecturas escolares durante el primer peronismo. En: CUCUZZA, H. (dir.). **Estudios de Historia de la Educación durante el primer peronismo. 1943- 1955**. Buenos Aires: Los libros del Riel, 2001.
- CORA, G.; RODRIGUEZ, M. Construyendo la "Nueva Argentina". Cultura Ciudadana y la consolidación de la política educativa del peronismo (1952-1955). **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, 2015.
- CUESTA FERNANDEZ, R. **Sociogénesis de una disciplina escolar: la historia**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1997.
- CUCUZZA, H. **Yo argentino. La construcción de la Nación en los libros escolares (1873-1930)**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007.
- _____; SOMOZA, M. Representaciones sociales en los libros escolares peronistas. Una pedagogía para una nueva hegemonía, en OSSENBACH G. y SOMOZA M. **Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina**. Madrid: UNED, 2001.
- _____; PINEAU, P. (dirs.). **Para una historia de la enseñanza de la lectura y la escritura en Argentina. Del catecismo colonial a 'La razón de mi vida'**. Buenos Aires: Miño y Dávila; Universidad Nacional de Luján, 2002.
- DEVOTO, F. Idea de nación, inmigración y cuestión social en la historiografía académica y en los libros de texto en Argentina. **Propuesta Educativa**, n. 8, 1993.
- _____. En torno a un problema: la enseñanza de la historia en el sistema escolar, en TENTI FANFANI E. (comp.). **Diversidad cultural, desigualdad social y estrategias de políticas educativas**. Buenos Aires: IIPE-UNESCO, 2009.
- _____. Conmemoraciones poliédricas: acerca del Primer Centenario en la Argentina, en PAGANO N., RODRIGUEZ M. (comps.). **Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado. La elaboración social de la experiencia histórica**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014.
- DOBAÑO, P., RODRIGUEZ, M. Los contenidos de los libros de texto escolares de historia y ciencias sociales. 1983-2006. En: **Textos escolares de historia y ciencias sociales**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 2009.
- EGGERS BRASS, T. Los libros de texto y la enseñanza de la historia reciente. **Revista de Historia Bonaerense**, n. 31, 2006.
- GALLERANO, N. (ed.). **L'uso pubblico della storia**. Milan: F. Angeli, 1995.
- GVIRTZ S., BARREIRO G., Patria y ley en la construcción de la ciudadanía. Los libros de lectura y los manuales de Instrucción Cívica en la escuela primaria argentina: 1870-1930. **Veritas**, v. 43, n. especial, 1998.

- HARTOG, F., REVEL, J. (eds.). **Les usages politiques du passé**. Paris: EHESS, 2001.
- HUARTE, G.; VAN DER HORST, C. Historiografía y enseñanza de la Historia en Argentina (1880-1910). En: CASTRO, I. (coord.). **Visiones latinoamericanas. Educación, política y cultura**. México: CESU; UNAM; Plaza y Valdés, 2002.
- KAUFMANN, C. Producciones sobre textos escolares argentinos: hitos, tendencias y potencialidades. **Anuario de Historia de la Educación**, n. 4, 2002/2003.
- _____. (dir.). **Dictadura y educación. Los textos escolares en la historia argentina reciente**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006. t. 3.
- _____. "La quiebra del orden constitucional". La Dictadura en los textos de civismo (1983-1986). En: ASCOLANI, A. (comp.). **El Sistema Educativo en Argentina. Civilidad, derechos y autonomía, dilemas de su desarrollo histórico**. Rosario: Laborde Libros, 2009.
- _____. Manualística Escolar en Argentina (2003-2013). **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, 2015.
- _____; DOVAL, D. Libros aprobados – libros prohibidos. Libros recomendados. Argentina 1976-1982. En: _____. **Una pedagogía de la renuncia. El Perennialismo en Argentina (1976-1983)**. Paraná: Universidad Nacional de Entre Ríos, 1997.
- LANZA, H.; FINOCCHIO, S. **Curriculum presente, ciencia ausente**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 1993. v. 3.
- LEWKOWICZ, M.; RODRIGUEZ, M. De los relatos nacionales a la comprensión de la complejidad social en los libros de texto. **Actas de las XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Comahue, 2009
- MARISTANY, J. Las ficciones del pasado en los manuales de historia argentina (1880-1910). En: KOHLER F. (ed.). **Stéréotypes culturels et constructions identitaires**. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais; CIREMIA, 2007 (Série Études Hispaniques XVIII).
- _____. *et al.* Argentina: los manuales que cuentan la historia (1860-1920). En: GUERAÑA, J.; OSSENBACH, G.; POZO, M. (dirs.). **Manuales escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)**. Madrid: UNED, 2005.
- MUSCIA, A. Los manuales de moral e instrucción cívica en la escuela Argentina (1884-1916). En: OSSENBACH, G.; SOMOZA, M. **Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina**. Madrid: UNED, 2001.
- PLOTKIN, M. **Mañana es San Perón**. Buenos Aires: Ariel, 1994.
- RODRIGUEZ, L. La Historia que debía enseñarse durante la última dictadura militar en Argentina /1976-1983). **Antíteses**, v. 2, n. 3, 2009.

- _____; DOBAÑO, P. **Los libros de texto como objeto de estudio**. Buenos Aires: La Colmena, 2001.
- _____. Libros de texto y sociedades: entre didáctica, política, cultura y mercado. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 2, 2015.
- ROJAS, R. **La restauración nacionalista**. Buenos Aires: A. Peña Lillo, 1971.
- ROMERO, L. A. (coord.). **La Argentina en la escuela. La idea de nación en los textos escolares**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- RÛSSEN, J. **¿Qué es la cultura histórica?** Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponible en: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. Acceso el: 20 ago. 2015. Original en: FÛSSMANN, K.; GRÛTTER, H. T.; RÛSEN, J. (eds.). **Historische Faszination**. Geschichtskultur heute, 1994.
- SIEDE, I. Preguntas y problemas en la enseñanza de las Ciencias Sociales. En: _____ (coord.). **Ciencias sociales en la escuela. Criterios y propuestas para la enseñanza**. Buenos Aires: Aique, 2010.
- VALLS, R. (dir.). **Los procesos independentistas iberoamericanos en los manuales de Historia**. Madrid: OEI- Fundación MAPFRE, 2005.

Um papel histórico para a teleficção: a minissérie *Anos rebeldes* e a cultura histórica brasileira dos anos 1980

A historical role for TV fiction: the miniseries *Anos rebeldes* and the Brazilian historical culture of the 1980s

Roberto Abdala Junior*

abdalajr@gmail.com

Professor

Universidade Federal de Goiás

Rua 56, 635, apart. 1701 - Qd. B19; Lt. 17/18 - Jardim Goiás

74.810-240 - Goiânia - Goiás

Brasil

Resumo

O artigo coloca em debate o emprego da teledramaturgia como elemento da cultura brasileira revelador de aspectos “silenciados” das memórias sociais e merecedor de se tornar fonte nas pesquisas históricas. O *objeto* da pesquisa consiste da análise da minissérie *Anos rebeldes* para investigar de que maneira repercutiu nas manifestações *pró-impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. O argumento é que, ao assistir a *Anos rebeldes*, o público jovem encontrou uma narrativa na qual, por um lado, eram articuladas algumas das experiências de décadas anteriores e, por outro, orientaram suas ações na esfera pública. A análise referenciou-se nos argumentos de Rüsen e da Didática da História, bem como na articulação de três autores, cujas teses permitem abordar uma narrativa audiovisual como uma minissérie: Vygotsky, Bakhtin e Williams. A investigação exigiu que, metodologicamente, noções de outros campos fossem empregadas. A pesquisa também sugere uma nova categoria analítica: as “memórias coletivamente compartilhadas”.

69

Palavras-chave

História; Memórias; Didática da história.

Abstract

The article debates the use of television drama as part of Brazilian culture, revealing aspects “silenced” social memories and therefore worthy of becoming a source in historical research. The object of the research is a year in Brazilian history (1992) when there was a display of the miniseries *Anos rebeldes* and pro-impeachment protests of President Fernando Collor de Mello, in which students were references to that work of TV fiction. Our argument is that when watching the work, the public found a narrative of historical culture in which, on the one hand were articulated their experiences from the period of military dictatorship and, on the other, guided his action in the public sphere. The analysis referenced on the arguments of Rüsen as epistemological foundation. Research demanded that, methodologically, other fields notions were employed, as suggested Rüsen to Teaching studies of history. In this sense, we turn to authors who conceive their objects in anthropological bias, recognizing the language as an essential tool of sociocultural interaction processes, although their fields of research were different: Vygotsky, focusing on mind; Bakhtin, language and Williams in the media. The research also suggests a new analytical category: the “collectively shared memories.”

Keywords

History; Memoirs; History didactics.

Recebido em: 27/8/2015

Aprovado em: 1/6/2016

* O presente trabalho apresenta parte dos resultados do doutorado (UFMG/2009), cujo processo de pesquisa foi financiado, durante dois anos, pelas agências de pesquisa CAPES e depois CNPq.

As reflexões que apresentamos surgiram ao longo da pesquisa de doutorado: um estudo sobre as chamadas memórias sociais,¹ relativas à ditadura militar brasileira nos anos 1980. A investigação nasceu a partir de dois “acontecimentos” ocorridos em 1992: a exibição de uma minissérie pela Rede Globo de Televisão chamada *Anos rebeldes*, cujo contexto histórico da trama coincide com o período de vigência da ditadura e o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, marcado por grandes manifestações públicas, nas quais a presença de estudantes era maciça. O mais intrigante foi que os dois acontecimentos apresentaram uma incontestável e rara relação: os estudantes que assumiram um protagonismo político do qual haviam se afastado desde o início dos anos 1970, referiam-se deliberadamente à minissérie, não somente nas palavras de ordem, mas numa diversidade de signos que animavam as ações públicas das quais participavam.

Ao investigar aqueles acontecimentos, nos deparamos com as lutas pelas memórias da ditadura, além de outra categoria de memória que, a rigor, não era contemplada entre aquelas postuladas como “nacionais”, nem por militantes de esquerda, nem por militares. A imersão nos anos 1980 nos levou a analisar alguns *sinais*² da cultura histórica³ de época e a explorar a possibilidade de a teleficção, no afã de dialogar – no sentido bakhtiniano – com o repertório de “todas” as memórias do grande público,⁴ ter acolhido também uma categoria de memória que não costuma figurar entre memórias consideradas nacionais pelos agentes sociais que, tradicionalmente, disputavam poder na esfera pública: as “memórias coletivamente compartilhadas”.

70

No final da pesquisa a hipótese que orientava todo o trabalho sofreu uma mudança significativa, pois passamos a considerar que *Anos rebeldes*, ao trazer as mobilizações dos anos 1960 para a televisão do início dos anos 1990, “dialogava” não somente com as memórias daqueles anos “revolucionários” – e não rebeldes, como propõe o título da obra –, mas também com memórias de experiências mais recentes dos brasileiros comuns: dos então emergentes movimentos sociais da década que se encerrava. A hipótese que doravante passamos a alimentar, embora fosse difícil de investigar, seria facilmente

¹ A partir de uma análise dos estudos de Candau (2012), Ricoeur (2004), Jelin (2002), Yerushaumi (1989) Halbwachs (1990) Fentress & Wickham (1994) consideramos que seria mais adequado nos estudos sobre memória lidar com a noção de cultura histórica proposta por Rüsen (2001, 2007a, 2007b; 2009, 2014). Neste trabalho empregaremos o termo memória social como contraponto de memória individual (FENTRESS; WICKHAM 1994) e memória coletiva como memória de grupos (HALBWACHS 1990) que, por ora, será suficiente para dar andamento às nossas reflexões.

² Segundo Carlo Ginzburg há um paradigma analítico – antropológico e preso à interpretação das imagens – que recorre a alguns elementos (*sinais*) que não seriam reconhecidos numa análise ligeira, mas somente por um estudo atento aos detalhes. Trata-se de um método análogo aos procedimentos da medicina (“semiótica médica”). Os sintomas apresentados pelos homens (medicina) e/ou por expressões de uma cultura (história) são, pois, considerados *sinais* pelos quais se elucida a causa, seja doença ou aspectos antropológicos de uma sociedade (GINZBURG 1989).

³ A noção de “cultura histórica” é empregada segundo a argumentação de Rüsen e contempla as chamadas memórias coletivas e/ou sociais, mas também a historiografia, a cultura histórica escolar e política, além de toda a diversidade da produção cultural de uma sociedade que, de alguma maneira, tem por foco o passado, a história (RÜSEN, 2001; 2007a; 2007b; 2009; 2014). Merece atenção o argumento de Jelin, segundo o qual a memória também “se manifesta nas ações e expressões, [de forma que] antes de re-presentar o passado, incorporam-no performativamente” (JELIN 2002, p. 37, tradução livre).

⁴ A noção de “grande público” que exploramos neste trabalho é inspirada nos argumentos da obra *Elogio do grande público*: uma teoria crítica da televisão (WOLTON 1996).

defensável com argumentos e reflexões de Raymond Williams, Mikhail Bakhtin no que se refere à arte e à cultura, e aos postulados de Jörn Rüsen, sobre a epistemologia da ciência História.

Sob o ponto de vista empírico era possível comprovar a hipótese, em larga medida, por meio das experiências ocorridas com o cinema ao longo do século XX.⁵ Afinal, a sétima arte, então com quase um século de existência, nunca mediu esforços para cumprir o papel que na época foi atribuído à minissérie: mais do que participar, interferir em processos históricos concretos.⁶ Testemunhos de época atestam a relação intrínseca e evidente entre os dois eventos e indicam que houve em 1992 um raro momento na sociedade brasileira em que memórias, história e teleficção estabeleceram relações de tal ordem que poderiam se configurar em objeto de estudo para o campo da História.⁷

Noutros termos, a história recente do Brasil apresentava uma oportunidade ímpar para que se realizasse um estudo no qual evidências empíricas não deixavam dúvidas quanto ao impacto de uma obra de teledramaturgia sobre a sociedade, cuja repercussão mais *evidente* se deu entre os estudantes. Mas, um estudo desta natureza exigia uma abordagem que levasse em conta, sobretudo, as circunstâncias históricas que fizeram a recepção da obra, inusitadamente, favorável à ação social. Somente assim, a imbricação daqueles dois acontecimentos (cultural e político) poderia ser estudada.

A análise demandava uma abordagem que permitisse pensar obras audiovisuais, memórias – individuais e sociais – e História de maneira articulada. O estudo que apresentamos a seguir visa, pois, estudar uma obra de teleficção que, por uma série de circunstâncias históricas, configurou-se como um dos elementos centrais daquele momento: a minissérie *Anos rebeldes*. Não se trata, sem dúvida, de uma estrita análise de obra teleficcional, mas sim de uma investigação que busca compreender o papel que uma obra de teleficção desempenhou na sociedade brasileira no ano de 1992. Um campo de pesquisa recuperado, contemporaneamente, para a História por Rüsen: a Didática da História (RÜSEN 2014; 2015).

O objetivo deste trabalho é, pois, apresentar parte dos resultados da pesquisa, sobretudo algumas conclusões, de maneira a demonstrar como a teleficção pode ser tomada como fonte histórica, considerando-a *obra de arte ordinária* característica do Brasil contemporâneo e empregando como evidências históricas aqueles dois acontecimentos. Nesse sentido, bastava

⁵ Uma delas, especialmente rica, por referir-se à época da própria ditadura quando o filme *Terra em transe* (1967) de Glauber Rocha foi exibido na cidade do Rio de Janeiro e assistido pelo músico Caetano Veloso.

⁶ A ideia de um cinema que pretende desempenhar uma ação militante pode ser atribuída, desde o cinema norte-americano do início do século XX, aos cineastas soviéticos dos anos 1920 (Eisenstein, Vertov, etc.), passando pelo cinema europeu do pós-guerra, ao Cinema Novo brasileiro dos anos 1960. Sobre a possibilidade de o fenômeno ter um significado mais amplo do que vem sendo considerado na “cultura histórica” nacional, podemos nos remeter a, pelo menos, dois trabalhos: Anderson (2005) que defende o papel da imprensa no século XIX na formação das “Comunidades imaginadas” e Kornis (2000) que analisa uma função análoga pretendida pela Rede Globo, desde os anos 1980, projeto que seria realizado por meio das minisséries.

⁷ A revista de maior circulação nacional – a *Veja*, destacava que, nos cinquenta mil panfletos e vinte mil cartazes distribuídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas que visavam incitar a participação dos jovens na manifestação de São Paulo “se lia ‘Anos rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment Já’”. Um pouco mais tarde, a revista *IstoÉ*, então a maior concorrente de *Veja*, afirmava, categoricamente: “A panfletagem eletrônica, patrocinada involuntariamente pela Rede Globo de Televisão com a minissérie *Anos rebeldes* ajudou a engrossar as manifestações”.

encontrar em *Anos rebeldes* “diálogos” propostos e/ou travados com outras obras-história e/ou obras-memória que compunham o repertório da cultura histórica brasileira sobre os anos 1960 naquele momento. No entanto, no decorrer de nossa investigação deparamo-nos com outra categoria de memórias que denominamos “coletivamente compartilhadas”, cuja definição será esclarecida a seguir.

História e teleficção: em busca de um quadro analítico

Um quadro teórico vinha mostrando sua eficácia em análises cujo espectro se estendia da Psicologia Sociocultural à Antropologia, da Comunicação à Sociologia da Cultura, especialmente com relação aos meios de comunicação. Algumas dessas ideias foram disseminadas no Ocidente a partir dos anos 1970, quando as teses de Vygotsky, Bakhtin e seu círculo, finalmente, passaram a ser conhecidas fora da União Soviética. Articuladas às proposições de Raymond Williams formavam um quadro teórico que permitia estudar o papel estruturante desempenhado pela linguagem/arte/mídia na era da reprodutividade técnica, embora contrariassem algumas correntes analíticas recentes, pois exigiam um estudo da obra contextualizada cultural e historicamente.

Neste quadro analítico, não era possível considerar obras audiovisuais como fundadoras de memórias,⁸ mas sim considerá-la como “arte” – ordinária (WILLIAMS 2003) – que oferece articulação às experiências sociais de maneira inusitada, logrando acolhida positiva entre amplos segmentos da população brasileira, devido à trajetória histórica que a teleficção havia cumprido na cultura brasileira, colocando temas importantes do presente como aspecto explorado pela trama (HAMBURGER 2005). Uma obra como *Anos rebeldes* poderia ser concebida como narrativa, cujo caráter antropológico recuperado no presente – como propõe Rüsen – *apreendeu, organizou, descreveu e comunicou* (WILLIAMS 2003) experiências sociais, fazendo com que lembranças individuais fossem articuladas em discursos partilhados coletivamente.

Segundo esse enquadramento teórico, a obra não teria a possibilidade de mobilizar multidões *per se*. O papel cumprido pela minissérie *Anos rebeldes* consiste em formular *diálogos* com a “cultura histórica” (RÜSEN 2009) de época sobre a ditadura, nas interações (WILLIAMS 1979) que estabelece com o público ao ser exibida. A partir dos *diálogos* engendrados com as obras-memórias, as obras de História e outras formas de expressão cultural voltadas para representar o passado, formando a “cultura histórica”, é que ela ganha significados, ainda que muitas vezes reconfigurados por meio da narrativa. Nesse sentido, a obra somente pode encontrar a repercussão ocorrida em 1992 porque havia uma situação histórica na qual o repertório que compunha a cultura histórica do público assegurava a ela uma *resposta* daquela natureza. Noutro contexto, isso não aconteceria; pelo menos, não da maneira como ocorreu naquele ano.

⁸ Sobre o tema há uma extensa bibliografia da qual citaremos aquelas que consideramos mais difíceis de serem contestadas, como Pollak (1989) e Carretero (2006).

Alguns dos elementos que contribuíram para a construção daquele “acontecimento-problema” precisavam ser tomados, necessariamente, sob o viés pelo qual as obras dos autores que nos servem como referências autorizam: conceber a criação coletiva da minissérie, cuja linguagem era acessível ao grande público; considerar sua exibição em interação com um contexto histórico no qual seus significados sociais e políticos consolidam-se, repercutem e podem até ser ampliados e, por fim, contar com a existência de um *repertório cultural partilhado* – discursivo – e experiencial (uma *cultura histórica*),⁹ com o qual a obra pudesse estabelecer “diálogos”.

Nosso argumento é que esse conjunto de fatores articulados da maneira como ocorreu em 1992 permitiu que os “diálogos” travados entre a minissérie e as demais obras que compunham a cultura histórica fundamentassem os significados nas experiências coletivas compartilhadas por amplos segmentos da população brasileira naquele momento. *Anos rebeldes* ofereceu, pois, uma narrativa cuja descrição correspondia (ainda que parcialmente) às experiências, então recentes, que a sociedade brasileira partilhava de tal forma que se forjou uma “resposta” social, não somente àquela obra, mas a toda a história que ganhava expressão e significado por meio dela.

Dito de outra maneira, todos estes elementos, reunidos pelas circunstâncias históricas, levaram alguns segmentos da população a orientar sua ação (RÜSEN 2001; 2014) conforme aquela narrativa. Uma obra que, embora não pudesse ser caracterizada como *científica* era concebida, genericamente, como uma narrativa histórica – uma interpretação verossímil do passado (RÜSEN 2001, 2007a; 2007b) – à disposição do grande público e, nesses termos, experiências ordinárias de amplos segmentos da população foram apreendidas, organizadas, descritas e comunicadas/compartilhadas por meio da minissérie.

Uma estratégia de abordagem: “enunciado” e os discursos em “diálogos”

As considerações de Williams definem algumas diretrizes orientadoras para uma investigação que envolva uma obra de ficção televisiva. Metodologicamente, entretanto, seus argumentos e reflexões não enfocam as estratégias (especialmente de linguagem) que obras desta natureza empregam. Uma lacuna que buscamos preencher com as teses de Mikhail Bakhtin.¹⁰

O filósofo da linguagem, contrapondo-se à tradição linguística de considerar o texto divorciado do contexto, enfocou em suas reflexões e investigações a ação completa de “enunciação” da qual o discurso participa – considerando os contextos sociocultural, discursivo, verbal e não-verbal.¹¹ Nas suas análises, demonstra que todos os discursos se caracterizam por serem *dialógicos*. O conceito de “dialogismo” constitui um elemento central nas suas proposições,

⁹ Diversos autores têm feito uso da ideia, entre eles, Rüsen (2007; 2014), Abreu, Soihet e Gontijo (2007).

¹⁰ A respeito de articulações entre premissas e proposições de Vygotsky, Bakhtin e Williams, consultar este último (WILLIAMS 1979, p. 27-59).

¹¹ Segundo Bakhtin, o *tema* que consiste do significado sociocultural e historicamente situado, não do discurso, mas “da *enunciação* é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação” (BAKHTIN 1997, p. 128, grifo nosso.).

porque é ele que desloca o foco da análise dos discursos para o *enunciado* – a “unidade da comunicação discursiva” (BAKHTIN 1992, p. 270), além de manter em tensão dinâmica os processos interativos ocorridos nas práticas socioculturais, cujos resultados configuram significados.

Bakhtin defende que os discursos, ao serem enunciados, realizam “diálogos” em dois contextos culturais diferentes. O que nos interessa é o que ele considera mais complexo e amplo, o da “comunicação cultural” – dos discursos científicos, artísticos, políticos etc. (BAKHTIN 1992). Ao circular pela cultura, o discurso se depara com outros e “não pode deixar de participar com eles de uma interação viva e tensa”. Nesse sentido, qualquer discurso “nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica no discurso de outrem” (BAKHTIN 1998, p. 88-89).

Tomando estas reflexões como referência, Bakhtin reconhece outra característica precípua dos discursos: a “reação responsiva”. Segundo ele,

A obra, assim como a réplica do diálogo, visa à resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. *A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural.* A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras-enunciados: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem [...] (BAKHTIN 1992, p. 197, grifo nosso).

74

A “reação responsiva” constitui-se, pois, em noção operatória para análise de uma forma de expressão cultural como a minissérie, pois anima toda obra, interpela seu(s) interlocutor(es) e, como uma réplica do diálogo, busca seu engajamento, pretendendo engendrar uma compreensão responsiva por parte dele(s). Afinal, os discursos são forjados e enunciados visando a exercer uma influência sobre seu(s) interlocutor(es), convencê-lo(s), suscitar nele(s) apreciações críticas.

No quadro teórico elaborado (e depois empregado) por Bakhtin,¹² as “respostas” cognitivas relativas à “compreensão responsiva ativa” são tomadas como outros discursos, cuja principal característica é ainda o diálogo.¹³ Afinal, a obra sempre deve ser considerada como um elo na cadeia da comunicação verbal e/ou não verbal e, do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela consiste de uma resposta contextualizada da(s) interpelação(ões) que lhe foi(ram) formulada(s).

Nessa medida, todo o processo de comunicação, no interior do qual ocorrem as enunciações e as reações responsivas, pode ser tomado como um contexto dialógico no qual os diálogos são, permanentemente, instituídos entre aqueles que compartilham o contexto da comunicação cultural. A noção de “diálogo” estende-se, pois, do sentido primário do discurso entre duas pessoas, a outros

¹² Referimo-nos a sua obra: *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais* (BAKHTIN 1996).

¹³ Merece destaque o fato de trabalhos contemporâneos apresentarem resultados semelhantes, como pode ser confirmado nas obras de Wertsch (2002) e Carretero (2006).

domínios, até mesmo metafóricos, como afirma Stam. O dialogismo, segundo o autor, pode referir-se inclusive “às maneiras como o discurso fílmico é conformado pelo público, cujas reações potenciais são levadas em conta” (STAM 1992, p. 34).

Na observação acima que corrobora o argumento de Bakhtin assenta-se a possibilidade de pensarmos a noção de “reação responsiva” como operatória na análise de uma obra audiovisual. Afinal, como esclarece Bakhtin, a “obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural”. Mas, a clara dimensão do significado que os conceitos de “dialogismo” e de “reação responsiva” representam como elementos operatórios na análise de uma minissérie, somente podem ser apreendidas com um exercício de aplicação empírica que não é possível ser realizada no espaço deste trabalho.

Lembranças, memórias e narrativa audiovisual em interação

A minissérie *Anos Rebeldes*, seguindo esse enquadramento teórico, procura dialogar com a cultura histórica sobre o período da ditadura civil-militar que foi-se engendrando ao longo dos anos. Uma incursão nesta seara seria proveitosa, se não para esclarecer, pelo menos para comprovar sua eficácia e também para demonstrar o espectro de possibilidades que se abre a partir do quadro teórico-metodológico que construímos. O campo desses diálogos é muito difícil de dimensionar, pois é composto pelas mesmas formas de expressão cultural que compõem a “cultura histórica” sobre o tema na época da enunciação/exibição da obra.

O exíguo espaço para explorar esse universo amplo nos obriga a indicar, somente, um dos inúmeros aspectos nos quais é possível comprovar as proposições dialógicas com as quais a produção orientou seu trabalho, no momento da elaboração da narrativa: a verossimilhança. Importa atentar para o fato deste aspecto; além de interpelar a “cultura histórica” sobre a ditadura, também confere credibilidade à narrativa por parte do público, pois tem um caráter diégetico na trama e não se esgota nestas observações. A verossimilhança será analisada segundo dois elementos: cenários e os “painéis documentais” – uma novidade constituída por imagens e imagens-movimentos de época inserida na narrativa tradicional, criada pelo cineasta Silvio Tendler, responsável por realizá-los.

Na minissérie, “há uma espetacular reconstituição de época – não apenas de cenários, [...] mas também nos fatos culturais que marcaram o país” (GIANNINI 1992, p. 86). O esmero com a produção que marcava as obras da TV Globo desde os anos 1970 chegou a tal nível que a revista *IstoÉ* considerou que “Até os integrantes da chamada geração 68 vão achar um exagero” (*IstoÉ* 1992, p. 62). A narrativa recorre, pois, a uma estratégia clássica das produções audiovisuais: as reconstituições de cenários e figurinos de época.

Numa narrativa audiovisual temos o apelo à verossimilhança de cenários e figurinos, mas também a interpelação do repertório das experiências individuais de brasileiros que compunham o público da minissérie. Tanto aqueles para os quais era fácil lembrar e contextualizar o que vinha sendo representado, quanto

para os mais jovens que poderiam deter aquelas memórias noutros registros, ou nem mesmo lembrar – em ambos os casos a minissérie teria um significado mais expressivo.¹⁴

O primeiro dos painéis documentais, iniciado com um recorte de jornal no qual vemos diversos generais, entre eles, Castelo Branco, lê-se a seguinte manchete: “Generais acusam governo de promover baderna”. A seguir, vemos uma foto de “Che” Guevara, em “close”; tomadas do comício da Central do Brasil, ocorrido pouco antes do golpe, onde vemos Jango discursando. Logo a seguir há um recorte de jornal sobre as Reformas de Base e Jango conclamando apoio da população. Aparece um recorte de jornal sobre a “Marcha da família, com Deus, contra o comunismo”. Depois, outro no qual se lê: “Marinheiros amotinados. Grave crise nas Forças Armadas”. O painel é finalizado com a notícia de que as tropas marcham contra Jango.

Observa-se, não somente uma contextualização histórica bastante sofisticada, com imagens ordenadas em uma narrativa audiovisual, como uma interpelação das memórias históricas do público, relativas aos acontecimentos que antecederam o golpe militar de 1964. Afinal, o que confere significado racional às imagens é o repertório cultural de uma sociedade em uma determinada época (AUMONT 2001). Noutros termos, para aqueles que não detivessem algum conhecimento sobre as imagens e ao que se referiam seu significado ficaria muito empobrecido.

76

A música que serve de fundo musical às cenas que são apresentadas é a versão de *Pra não dizer que não falei de flores*, apresentada no festival da canção (1968) em um dos últimos painéis (*Anos Rebeldes*, 2003; disco 2; 2:09:03 – 2:09:03) do segundo disco. Nas imagens que são apresentadas por ele, as cenas de rua são mais violentas, aparecem cenas da insurreição dos estudantes no México, o incidente do PAR-SAR, no qual o capitão Sergio Carvalho, da Força Aérea Brasileira, denuncia o plano para assassinar líderes da oposição. Seguem-se cenas do congresso da UNE em Ibiúna, mostrando a prisão de estudantes e finda com a apresentação do AI-5. Num painel seguinte, o recorte de jornal estampa: “Governo nega a prática de tortura” (*Anos Rebeldes*, 2003; disco 3; 00:32:29).

A operação didática – como propõem, diferentemente, Rüsen e Bakhtin¹⁵ – das sequências é possível reconhecer até mesmo nas transcrições escritas. No entanto, os significados são construídos nos diálogos propostos pela narrativa. São as imagens isoladas, as sequências narrativas e a narrativa completa que interpelam o público. Interpelam, na verdade, suas lembranças individuais, suas memórias individuais e coletivas, a cultura histórica que compõe o repertório compartilhado sobre a experiência da ditadura.

Assim, para que a narrativa, com sua versão ficcional do passado, fosse apreendida pelo público, conforme pretendiam os autores, era necessário que

¹⁴ Sobre o impacto do cinema sobre sobreviventes dos campos de concentração, ver Pollak (1989)

¹⁵ Rüsen considera que uma das dimensões narrativas de caráter histórico consiste em apresentar as relações entre passado e presente, enquanto Bakhtin está mais preocupado em como cada discurso opera as características estéticas e retóricas que lhes são próprias, como vimos acima.

as imagens e os acontecimentos fizessem parte de seu repertório cultural, de sua cultura histórica. Merece atenção o fato de que não existe possibilidade de a obra ser apreendida igualmente por todos aquelas que compõem o “grande público”. Há também, nesse caso, uma tensão histórica – como Rüsen sugere que ocorra para a narrativa da historiografia – que se estabelece, exatamente, porque existe uma proposta de diálogo com o que o passado legou aos brasileiros durante período ditatorial.

A resumida série de “painéis documentais” que apresentamos indica que, embora *Anos rebeldes* tenha omitido aspectos importantes do golpe e da ditadura, a narrativa não se negou a contemplar os mais importantes discursos sobre esse passado que compunham a cultura histórica sobre o tema na época da produção da obra. No entanto, se *Anos rebeldes* pudesse obedecer a uma categorização básica quanto às escolhas que orientaram a obra, para além da literatura que lhes deu inspiração, não é possível negar que sua opção foi pelos “revolucionários”, a despeito do uso do termo não ser admitido nem mesmo no título.

O passado no presente: memórias, cultura e televisão

Ao visitarmos a história brasileira não é difícil perceber como as elites, sistematicamente, tentaram silenciar as formas de ação política e/ou social autogestadas da sociedade, particularmente no que se refere às iniciativas de segmentos populares (WELFORT 1973). Se não foi possível sufocar *todas* as suas manifestações, sobretudo no que tange à política, isso se deve ao caráter intrínseco das sociedades, sempre capazes de oferecer alguma forma de resistência, explícita e/ou velada.

No contexto brasileiro dos anos 1960 em diante, em função da opressão política perpetrada pelo Estado ditatorial, as lutas pela representação do passado nacional, bem como as múltiplas formas de atribuição de significado às experiências e memórias sociais ganham importância superlativa, expressando as mazelas deste embate. Nos anos que se seguiram à ditadura tais disputas se acirram, aprofundam e disseminam por toda a sociedade, pois as experiências que militares pretendiam negar eram exatamente as mesmas que seus opositores, em diversos níveis – não somente os militantes de esquerda, procuravam dar voz e, eventualmente, enfatizar (REIS FILHO 2004).

No espaço deste texto não cabe, entretanto, aprofundar todos os aspectos empíricos relacionados aos embates pela memória/História nacional, exercício que desenvolvemos noutro trabalho (ABDALA JUNIOR 2009). No entanto, vamos apresentar, a seguir, uma análise que lida com alguns desses aspectos no campo de nossas reflexões.

A invenção da nação: um Brasil sem exclusão

Inicialmente, seria importante recordar que o processo de invenção da “nação” brasileira, no bojo dos demais movimentos que visavam a esse mesmo propósito, foi engendrado pelas elites, senão sócio-econômicas, muitas vezes culturais ou militares. Nessa empreitada das elites brasileiras, é fácil observar a prática de ignorar ou negligenciar as manifestações de segmentos populares,

tanto em momentos que estes agiam na esfera pública, quanto naqueles voltados para reivindicações relativas à ação do Estado (MOTA 1977).

Sabemos que a produção de memórias no Brasil – como tradicionalmente aconteceu nos países ocidentais – coube, sobretudo, a esses mesmos agentes sociais.¹⁶ Negligenciados, os segmentos populares brasileiros escarneciam dos grupos que se arrogavam da liderança social, pelo menos desde o final do século XIX, conforme título da obra de Carvalho expressa muito bem. Em *Os bestializados* (CARVALHO 1987) nos deparamos com segmentos populares que, não somente tinham claro o que lhes impingia a elite política, como percebemos que a ideia de “bestializado” se aplicava, melhor e ironicamente, a essa mesma elite.

Mesmo correndo o risco de uma interpretação exagerada, só a possibilidade de a elite intelectual brasileira considerar ser escarnecida pelo populacho como encontramos na obra é, em si, um sinal de mudança característica dos anos 1980. Também não se pode menosprezar o fato de que, no período ditatorial, a situação que era “história” – ou, noutros termos, que fazia parte de nossas indigentes tradições políticas – se agravou. Afinal, é notório que as práticas de opressão desferidas pelos órgãos oficiais da ditadura não criaram mecanismos alternativos para mediar as insatisfações e reivindicações sociais que, a partir do golpe de 1964, só cresceram em função das políticas públicas instauradas pela ditadura, que aprofundaram um quadro social historicamente grave.

78

Nos anos que se seguiram ao golpe, especialmente à sua radicalização no final dos anos 1960 com a decretação do AI-5 (1968), ocorreu que os segmentos populares, compostos por recém-chegados das zonas rurais, puderam agir na esfera pública de forma mais autônoma. Livres das formas tradicionais de ação política que sempre os excluía das hostes do poder e das decisões de Estado, mas também alheios às interpretações canônicas sobre “sua condição” e a “sua realidade”, segundo os quais eram considerados “manipulados” em suas aspirações e reivindicações (WEFFORT 1978), estes segmentos da população puderam empregar registros menos maniqueístas para apreender o mundo que os cercava, ao negociarem, cotidianamente, as condições de sua sobrevivência com órgãos do poder instituído (SADER, 1988).

Ao cumprirem essa trajetória, os movimentos sociais brasileiros operaram uma *carnevalização* – para empregar um termo de caráter mais cultural¹⁷ – dos procedimentos políticos voltados para alcançar conquistas sociais e econômicas. Mesmo que muitas vezes influenciados por ex-membros da esquerda, a verdade é que esses movimentos ganharam legitimidade empregando, frequentemente, argumentos oficiais a seu favor, apropriando-se e subvertendo os significados dos discursos sobre “cidadania” que lhes eram impingidos pela ditadura.¹⁸

¹⁶ Sobre os autores que escreveram sobre o tema, merecem destaque Hobsbawm (2002), Anderson (2005) e Balakrishnan (2000).

¹⁷ Apropriamo-nos do termo bakhtiniano, empregando-o aqui no sentido de apreender um deslocamento de significados e valores operado na sociedade brasileira. Referimo-nos às mudanças fundamentais ocorridas na esfera cultural, engendradas pelos movimentos sociais desde os anos 1970/1980, na América Latina em geral e no Brasil em particular, cujo traço característico é a instauração de uma cultura categorizada por reivindicar o “direito a ter direitos”. Ver a respeito Dagnino (1994; 2000) e Maia (2006), especialmente, em Avritzer e Costa (2006).

¹⁸ Argumento defendido por Sader (1988).

Nos anos 1980, talvez em decorrência do ocaso das ditaduras na América Latina, esse caráter dos movimentos sociais culminou por revelar um potencial transformador insuspeitado. Ao contradizerem análises “clássicas” sobre seu papel social e político, os movimentos sociais latino-americanos converteram-se então em fenômenos reconhecidos e para os quais convergiram os olhares de cientistas sociais de todo o mundo.

Uma minissérie em diálogos: os movimentos sociais dos anos 1980 e a cultura política engendrada por eles

No caso brasileiro, não seria errado considerar que a televisão cumpriu um papel importante no processo de desenraizar e modernizar as tradicionais práticas políticas, mesmo que a dimensão e extensão de sua participação ainda não tenham sido devidamente esclarecidas (SKDIMORE 1988; SODRÉ 1984). Isso ocorreu porque, embora apoiando o golpe e a ditadura – de forma velada ou não¹⁹ – as empresas de comunicação continuavam a depender de audiência para posicionarem-se no incipiente mercado de consumo brasileiro, inclusive o de bens simbólicos. Assim, essas empresas eram obrigadas a manter profissionais em seus quadros que, não obstante suas declaradas escolhas políticas (de esquerda), fossem capazes de assegurar a fidelidade do público aos programas que veiculavam.²⁰

A manutenção de quadros da esquerda entre seus funcionários, alguns deles de reconhecido destaque²¹ foi um fenômeno que ocorreu em todos os setores da incipiente indústria televisiva que se consolidava no país, mas sobretudo nas áreas ligadas à telenovela – a maior responsável pelo lucro e pela fidelidade da audiência.²² Um aspecto contraditório, mas que nem mesmo a ditadura pode evitar e que, nos anos 1980, até pesquisadores de esquerda eram obrigados a reconhecer.²³

Merece atenção neste contexto histórico o fato de que, embora a televisão tivesse sido implantada no país na década de 1950, o setor somente conhece um expressivo dinamismo a partir da segunda metade da década de 1960 em diante. A explicação para que isso ocorresse então é apresentada de forma sucinta e esclarecedora por Ortiz:

Ambos os setores [empresários e os militares à frente do governo ditatorial] vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado (ORTIZ 1988, p. 118).

Além dos esclarecimentos fornecidos por Ortiz, é ainda importante observar que também ocorreu um avanço vertiginoso no que concerne à

¹⁹ Entre os autores que se enfatizaram esse aspecto, mesmo que de forma distinta, podemos destacar Skdimore (1988), também Sodré (1984), Clark e Priolli (1991), além de Kushnir (2004).

²⁰ Ver Dias Gomes (1998) a esse respeito.

²¹ Referimo-nos a gente como os autores de obras como Dias Gomes, Jorge Amado (que não trabalhou na empresa, mas forneceu inspiração para inúmeras obras) mais uma infinidade de atores e atrizes, bem como técnicos e diretores, etc.

²² Ver a esse respeito o trabalho de Ortiz, Borelli e Ramos (1991), além de Mattelart (1991) Walter Clark e Priolli (1991).

²³ Sobre a questão, conferir, especialmente, Sodré (2001), Mattelart (1998) e Skidmore (1988).

penetração alcançada pela televisão na sociedade brasileira, além da retomada do crescimento econômico na segunda metade da década. No período que se estende de meados da década de 1960 a meados da de 1970 também se deu a consolidação da televisão como principal veículo de comunicação do país. Um processo que decorreu, sobretudo, da ampliação do crédito ao consumidor que assegurava acesso a televisores a uma parcela maior da população, bem como de avanços técnicos e tecnológicos da indústria e de outras ações governamentais que almejavam apoiá-las. Um verdadeiro fenômeno midiático, cujo mais importante, inovador e lucrativo gênero foi a telenovela.

Vale lembrar que as características das transformações mencionadas anteriormente devem ser consideradas no bojo de outras mais amplas ocorridas no Brasil no período, como o incremento da industrialização e da urbanização. Merece atenção especial o fato de que, em meados da década seguinte, o panorama político ganhava nova configuração, com a vitória da oposição nas eleições majoritárias de 1974. Segundo analistas de época e os próprios militares, tratava-se de um fenômeno que contou com contribuição decisiva da propaganda veiculada pela televisão no horário eleitoral.²⁴

Ao retomarmos o fio de nossa argumentação, percebemos que no novo contexto histórico e cultural que então se configurou no Brasil, as memórias que se têm como acervo para travar um efetivo “diálogo” com a minissérie não se restringiriam mais, somente, às de militantes e militares. As memórias eram, sobretudo, aquelas que vinham se consolidando a partir de novas práticas políticas, nascidas dos movimentos sociais que ganhavam autonomia, relevância e expressão na sociedade. Surgia então uma “cultura histórica” que resultava de “diálogos” entre os discursos forjados pelas elites brasileiras para representar a “História Nacional”, mas também de “memórias coletivamente compartilhadas” pelos brasileiros comuns, engendradas nas suas lutas cotidianas ao longo do tempo, especialmente nas décadas precedentes, nas quais os movimentos sociais haviam se consolidado como uma força política nova e sem precedentes.

O fundamental, nesse caso, é observar que, segundo a interpretação que construímos, estas últimas “memórias” foram apreendidas, organizadas, descritas e comunicadas por meio de uma minissérie de televisão. Noutros termos, as lembranças engendradas nas lutas políticas cotidianas de membros da sociedade civil ainda não haviam sido “articuladas” em discursos mais abrangentes, convertendo-se em memórias coletivas, embora fossem partilhadas como experiência por amplos segmentos da população que, progressivamente, ganhavam a urbe, conquistavam espaço na esfera pública e reivindicavam espaço político.

Assim, uma obra que pode ser considerada como um dos gêneros mais populares da televisão brasileira, a teleficção, articulou elementos históricos em uma narrativa que, por suas características, contemplava os mais diversos discursos sobre o passado. No entanto, mais significativo é reconhecer o caráter

²⁴ Ver a esse respeito Sodré (2001), Mattelart (1998) e Skidmore (1988). Sobre a opinião dos militares, a chamada “Lei Falcão” que limitava a propaganda na televisão nas eleições seguintes é um índice claro que, para eles, também a propaganda televisiva havia prejudicado os candidatos governistas.

inusitado da obra que foi capaz de incluir algumas experiências então recentes que ainda não haviam recebido articulação discursiva mais ampla e por isso corriam o risco de serem silenciadas, como ocorre frequentemente na história.

Nessa mesma perspectiva, é fundamental reconhecer que a teledramaturgia brasileira, por uma série de fatores que indicamos sucintamente acima, foi capaz de realizar uma obra de teleficção que “dialogava” com as memórias oficiais – que ganharam voz entre militantes e militares em décadas anteriores à sua exibição – mas também e, sobretudo nesse caso, com as memórias dos brasileiros comuns, nascidas nas práticas mais prosaicas da sociedade, embora (ainda) não convertidas em discursos mais abrangentes: as “memórias coletivamente compartilhadas”. Tomados sob o quadro analítico elaborado anteriormente, os acontecimentos de 1992 escapam, pois, de serem considerados somente sob o viés de um fenômeno midiático e/ou político imediato e ganham densidade histórica.

Assim, uma minissérie produzida pela empresa que se caracterizou por ganhar a liderança nacional no campo dos meios de comunicação de massa apoiada pela ditadura militar, a Rede Globo de Televisão, tendo sido considerada; inclusive, como a “porta-voz oficial do regime” (SKIDMORE 1988; CLARK; PRIOLLI 1991), por uma conjunção de fatores históricos, foi capaz de cumprir um papel social no Brasil que, muitas vezes, foi atribuído ao cinema e sua produção nos países que passaram pelos processos de industrialização e urbanização mais cedo do que o Brasil e a América Latina. Resta-nos, parafraseando Marc Ferro, estudar a telenovela e outras formas de produção teleficcional e associá-los ao mundo que o produz. Afinal,

[...] imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou mera invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto História quanto a História (FERRO 1979, p. 203).

81

Referências bibliográficas

ABDALA JUNIOR, Roberto. Brasil anos 1990: teleficção e ditadura — entre memórias e história. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 94-111, 2012.

_____. **História e cinema**: um diálogo educativo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2003.

_____. **A história em cena**: memórias da ditadura militar e os ‘rebeldes’ anos 1980. Curitiba: Ed. Prisma, 2016. (No prelo)

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALEGRIA, alegria: enquanto os governistas trocam favores, com humor e objetividade a rebeldia adolescente toma as ruas pedindo a saída do presidente. **Veja**, São Paulo, n. 1248, p. 18-23, 19 ago. 1992. Semanal.

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.
- Anos rebeldes**. Roteiro: Gilberto Braga. Direção: Denis Carvalho, Silvio Tendler e Ivan Zettel. Direção geral: Dennis Carvalho. Produção: Rede Globo de Televisão, 1992.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 261-306.
- _____. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EDNUB, 1996.
- CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. **Enseñanza de la historia y memoria colectiva**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 82 CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. **O campeão de audiência**. São Paulo: Best Seller, 1991.
- DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90**: política e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DARTON, Robert. Cinema: Danton e o duplo sentido. In: _____. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990, p. 51-63.
- DAYAN, Daniel. Os mistérios da recepção. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni B., FEIGELSON, Cristian (orgs.). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador; São Paulo: EDUFUBA; Ed. UNESP, 2009.
- DREIFUSS, Réne Armand. **1964, a conquista do estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1994.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 199-213.

- _____. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992.
- _____. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro**. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- GIANNINI, Silvio. Romance nos porões: com a minissérie Anos Rebeldes, pela primeira vez a TV mostra o Brasil do regime militar de 1964, **VEJA**, São Paulo, Abril, 15 de jul. 1992, p. 86.
- GINZBURG, Carlo. Sinais. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo: Vozes, 1985.
- _____. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo: Cortez, 1982.
- GOMES, Dias. **Apenas um subversivo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HAMBURGER, Esther. **O Brasil Antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ISTO É**. Globo não é bobo. Estreia Anos Rebelde, a série de Gilberto Braga cujo pano de fundo é o regime militar. São Paulo. Editora: Três, n. 1189, 17 jul. 1992, p.62.
- ISTO É**. A força da galera: a geração Coca-Cola deixa os shoppings, vai às ruas e lidera com bom humor o movimento a favor do impeachment de Collor. São Paulo, n. 1196, p. 32-36, 2 set. 1992. Semanal.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno De España Editores, 2002.
- KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.
- _____. **Uma História do Brasil recente nas minisséries da Rede Globo**. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.
- KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler**: Uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LAGNY, Michele. **Cine e Historia**: Problemas y métodos en la investigación cinematográfica. Barcelona: Bosch, 1997.
- LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Rio de Janeiro. Vozes, 1986 [1983].
- LIMA, Venício A. de. Globo e política: "tudo a ver". In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. S. (org.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p.103-129.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. **Vivendo com a telenovela**: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.
- MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spíndola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- MARTINS F., João Roberto. **O Palácio e a Caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969). São Carlos: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 1996 [1995; Tese defendida em 1989].
- MATTELART, Michèle & Armand. **O carnaval das imagens**: a ficção na TV. 2. ed. Trad. Suzana Calazans. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1989].
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira** (pontos de partida para uma revisão histórica). São Paulo: Ática, 1977 [1974].
- MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 271-296.
- NAPOLITANO, Marcos. Representações políticas no movimento das Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 207-219, 1995.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**: as forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papyrus, 1994.
- ORTIZ, Renato, BORELLI, Silvia Helena Simões, RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela**: História e produção. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1989].
_____. **A moderna civilização brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAOLI, Maria C; SADER, Eder; TELLES Vera da S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 6, 1983.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDOC/FGV, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1989].
- _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (org.). **Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro e João, 2010.
- RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia e el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.
- RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. Que es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Tradução: F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. 2009. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. Acesso em: 3 jan. 2016. Original em: FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H.T.; RÜSEN, J. (eds.). **Historische Faszination, Geschichts Kultur Heute**. Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994, p. 3-26.
- _____. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e rev. téc. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007a.
- _____. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007b.
- _____. **Historiografia comparativa intercultural**. In: MALERBA, Jurandir. (Org.) A história escrita: teoria e historia da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Razão histórica**. Teoria da História I: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- SADER, Eder. **Quando novos atores entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92 (Coleção Literatura e teoria literária, v. 27).
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964 a 1985. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001 [1977].
- STAM, Robert. **Bakhtin**: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992.
- _____; SHOHAT, Ella. **Crítica à imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SWAIN, Tânia Navarro (org.). **História no plural**. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
- SYRKIS, Alfredo. **“Os Carbonários”**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1998.
- THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-200.
- THOMPSON, John P. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1998].
- VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003 [1988].
- VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WERTSCH, James V. **Voces de la mente**. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.
- _____. **Voices of Collective Remembering**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.
- _____. **Literatura e marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1971].
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996 [1990].
- XAVIER, Ismail. Do senso moral-religioso ao senso comum pós-freudiano: imagens da história nacional na teleficção brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Telenovela**: internacionalização e interculturalidade. São Paulo: Loyola, 2004, p. 47-73.
- YERUSHAUMI, Yosef Hyim. Reflexiones sobre el olvido. In: YERUSHAUMI, Yosef H. *et al.* **Usos del olvido**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- _____. Zajor: **La historia judía y la memoria judía**. Rubí: Anthropos; México: Fundación Cultural Eduardo Cohen, 2002.

Coleção e identidade na crítica de Ángel Rama nos anos setenta*

Collection and identity in Ángel Rama's critique in the 1970s

Pedro Demenech

p_demenech@yahoo.com.br

Doutorando em História Social da Cultura (PUC-Rio)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea

22453-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

Este artigo analisa a trajetória intelectual de Ángel Rama (1926-1983), crítico uruguaio, nos anos setenta. Quando lança *La generación crítica 1939-1969*, em 1972, projetava escrever um segundo tomo, pois o livro tem o subtítulo "I. Panoramas". Entretanto, jamais trabalhou nele novamente e isso é sintomático neste trabalho. No único livro dedicado à cultura de seu país, o Uruguai, Rama analisa os problemas no tom de nostalgia, notando que uma cultura de felicidade individual e confiança no Estado se desintegra. Surpreendido pelo golpe de Estado de 1973, Rama não pôde retornar à terra natal. Exilado, aprimora seu trabalho de crítico literário que já na década sessenta era reconhecido em *Marcha* e projetos coletivos de integração cultural, como na Casa de las Américas do governo cubano. Com a quebra de continuidade com seu passado, trabalha na criação da Biblioteca Ayacucho, em 1974, quando projeta uma história aberta ao futuro.

Palavras-chave

Crítica; América Latina; Cultura.

Abstract

This paper analyzes the intellectual trajectory of Ángel Rama (1926-1983), an Uruguayan critic from the 1970's. When he issued *La generación crítica 1939-1969*, in 1972, he intended to write a second volume, since the book's subtitle is "I. Panoramas". However, he never worked on it again, and this is symptomatic in this work. In his only book dedicated to his country's culture, Rama analyzes nostalgically the problems, noting that an individual-happiness culture with confidence in the State vanishes. Surprised by the 1973 coup, Rama could not return to his homeland. In the exile, he improves himself in his work as a literary critic, which already in the 1960's was recognized in *Marcha*, along with cultural-integration collective projects like the one in the Casa de las Américas, from the Cuban government. With the discontinuity of his past, he worked in the foundation of the Ayacucho Library, in 1974, when he planned a history opened to the future.

Keywords

Criticism; Latin America; Culture.

Recebido em: 30/8/2015

Aprovado em: 18/2/2016

* Este artigo conta com apoio financeiro da CAPES. Agradeço aos tradutores Wladimir Cazé e Marcelo Rouanet por revisarem as traduções no artigo e, também, ao meu orientador Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-Rio), a professora Maria Elisa Noronha de Sá (PUC-Rio) e Gustavo Naves Franco (UNIRIO) que leram e comentaram a primeira versão deste texto, parte da pesquisa que realizo no doutorado.

Aspiração e nostalgia

No ano de 1972, Rama lança *La generación crítica 1939-1969*, uma reunião de notas, ensaios e artigos escritos durante os 20 anos anteriores, como pode se constatar pelo levantamento bibliográfico feito por Blixen e Barroz-Lémez (1986, p. 208-09). O projeto de Rama seria escrever um segundo livro sobre o assunto, pois o livro tem como subtítulo "I. Panoramas". Na nota introdutória, escrita em 1971, ele justifica: "Se o volume está numerado é porque aspiro em recolher, num segundo tomo, diversos ensaios, publicados e inéditos, sobre as obras e escritores do período que aqui se revisa panoramicamente e no próximo de forma monográfica" (RAMA 1972, p. 10).¹ Entretanto, jamais voltou a trabalhar nessa questão e acredito que isso é sintomático para este artigo.

Assim, no único livro dedicado sistematicamente ao estudo da cultura de seu país, o Uruguai, analisa os problemas no tom de nostalgia, lançando perguntas:

A pergunta que nos dirige o estrangeiro não é demasiadamente distinta da que vem formulando o homem comum uruguaio, embora este, obviamente, com maior desconcerto e emoção: Que aconteceu conosco? Por que nós chegamos a isto? Como foi que se perdeu aquele Uruguai? Como se acabou assim, tão de golpe, com bem-estar, o civilismo, a democracia? (RAMA 1972, p. 11).²

88

Todas essas perguntas são sinônimos para somente uma questão: o que ocorre com a cultura uruguaia? A percepção de um Uruguai sustentado pela felicidade individual e a confiança no Estado estava se desintegrando. Isso coloca em cheque a reforma social modernizadora conhecida como *battlismo*, iniciada pelo presidente José Battle y Ordoñez logo na primeira década do século XX, que produzia, ou ao menos, respaldava uma série de valores sociais que davam aos uruguaios a sensação de serem diferentes de seus vizinhos latino-americanos, com cidadãos exemplarmente educados e instituições sociais e políticas democráticas – conhecido naquele momento por "Suíça das Américas".

Assim, a cultura cunhada no *battlismo* dava sinais de desgaste desde a década de 1950. Juan Fló³ escreveu que essa situação gerava observadores hiper-críticos sem que se tornassem agentes ativos na transformação social. Como consequência, esse criticismo, essencial à vida intelectual, teria produzido uma paralisia diante das circunstâncias instauradas. A visão de futuro para Fló seria a seguinte: "Se fosse possível fazer previsões, poderíamos dizer que nosso destino é salvar nós mesmos como exceção ou indivíduos. Nenhum de nós, já

¹ No original: "Si el volumen está numerado es porque aspiro a recoger, en un segundo tomo, diversos ensayos, éditos e inéditos, sobre las obras y escritores del período que aquí se revisa panoramicamente y en el próximo en forma monográfica". As traduções são minhas.

² No original: "La pregunta que nos dirige el extranjero no es demasiado distinta de la que se ha venido formulando el hombre común uruguayo, aunque éste, obviamente, con mayor desconcierto y emoción: ¿Qué nos ha pasado? ¿Por qué hemos llegado a esto? ¿Cómo fue que se nos perdió aquel Uruguay? ¿Cómo se conluyó así, tan de golpe, el bienestar, el civilismo, la democracia?".

³ Trata-se do ensaio *Problemas de la juventud en nuestro país*, de 1952, feito para um concurso organizado por *Marcha*. Fló, com 21 anos, percebeu um problema do qual a intelectualidade uruguaia se ocuparia nas duas décadas seguintes, até o golpe de Estado de 1973. Anos mais tarde, Fló tornou-se professor de estética na *Universidad de la República*. Parte dessa reflexão foi elaborada a partir da troca de informações que tive com Fló.

que existimos somente como potência, tem a capacidade de justificar a vida cinzenta em que vivemos” (FLÓ *apud* GREGORY 2009, p. 7).

Fló, nessa análise, não oferece soluções nem grandes esquemas: ataca o individualismo como possível causa da paralisia. Porém, 20 anos após a publicação do ensaio, a sociedade uruguaia via seu estilo de vida ruir com a chegada da década de 1970, quando o presidente eleito, Juan María Bordaberry (1972-1976), tornou-se ditador.

Um historiador fez a seguinte observação no livro *La conciencia histórica uruguaya*: “Uruguai, um país sem problemas, de repente tornou-se um país problemático” (TORRES WILSON *apud* GREGORY 2009, p. 1). O espanto de Torres Wilson e os questionamentos de Fló nos levam até algo desejado com grande intensidade e que não se realiza. Esse fenômeno, que parece acontecer repentinamente, parece ser inexplicável: diagnosticam as causas, porém parecem estarrecidos com os acontecimentos. A narrativa sobre o Uruguai não mais existia ou já estava agonizando.

Deste modo, constatando também o problema, Rama formula o seguinte pensamento:

Quando o questionador da vez se afasta, podemos refletir um instante: nesse uruguaio, a pergunta pelas causas antecede, como absurdo e obsessivo ritornelo, a inquisição acerca do futuro, embora seja esta, obviamente, a interrogação que urge. Nessa inversão de prioridades tocamos o coração do desconcerto: a nostalgia de um paraíso idealizado, já perdido; a teimosia com que se sai a perguntar por algo que já não existe; o matiz desvalido ou rancoroso com que se pedem contas ao passado. Porque, agora, agora mesmo, se compreende o engano que se viveu e há todo um passado oficial que se revela como fraude (RAMA 1972, p. 11).⁴

89

A composição e diluição da cultura uruguaia estudada por Rama trazem a questão da desagregação da unidade nacional uruguaia. Aquele país do *battlismo* se desgasta e as falhas econômicas e sociais expõem os problemas de um sistema de valores no qual a sociedade fora alçada. Para Rama, o problema residia na incapacidade dos intelectuais uruguaiois se articularem por mudanças sociais, enfrentando a ordem estabelecida. Entretanto, o próprio Rama, após *Lá Generación Crítica* e o golpe, vai deslocando suas questões para a formação de outra unidade, já que o Uruguai não poderia mais ser a síntese daqueles valores que ele defendia publicamente.

Segundo Blixen e Barros-Lémez (1986, p. 48), a partir desse momento a carreira e os projetos de Rama vão se desenvolvendo no exterior à medida que amplia e sistematiza seus horizontes e conhecimentos sobre a América.

⁴ No original: “Cuando el preguntante de turno se aleja, podemos reflexionar un instante: en ese uruguayo, la pregunta por las causas antecede, como absurdo y obsesivo ritornelo, a la inquisición acerca del futuro, aunque sea esta, obviamente, la interrogación que urge. En ese trastrueque de prioridades tocamos el corazón del desconcerto: la nostalgia de un idealizado paraíso, ya perdido; el empecinamiento con que se sale a preguntar por algo que ya no existe; el matiz desvalido o rencoroso con que se le piden cuentas al pasado. Porque ahora, recién ahora, se comprende el engaño en que se ha vivido y hay todo un pasado oficial que se revela como un fraude”.

Uma vez na Venezuela, surpreendido pelo golpe de Estado no Uruguai, Rama trabalha como professor da Escola de Letras da Universidade Central da Venezuela⁵ e toma conhecimento de que não pode retornar à sua terra natal. A partir da chegada dos militares ao poder, aquele Uruguai, fruto do *battlismo*, foi desmantelado pelo próprio Estado – que governou a partir do estado de exceção, suspendendo a ordem democrática. Esse evento põe um ponto final na cultura em que Rama se formou.

Rama abandonou o que deveria ter sido o segundo tomo de *La Generación Crítica*, porém, em seus estudos sobre o Uruguai encontramos as chaves que lhe auxiliam no estudo da cultura na América Latina. Nesse sentido existe uma passagem do nacional ao continental na obra crítica de Rama. E, embora as dificuldades, Rama vive, nesse período, um momento intenso de produção intelectual e se coloca na condição de intelectual latino-americano. Segundo Peyrou (2007, p. 27), o exílio se transforma num acicate que impulsiona seu vigor intelectual.

Com o futuro desmantelado, faz sentido que a nostalgia se manifeste, afinal, um passado sólido se desmontou. E a forma com que Rama o analisa nos revela outra face sua atuação: a trágica. Assim, o juízo de Rama está próximo da reflexão de Rosset (1989), em *Lógica do Pior*, que considera o enfrentamento da realidade como a impossibilidade de reverter a ordem estabelecida. Entretanto, esse é o paradoxo dessa lógica: reconhecer o impossível é a possibilidade de pensar o impensado e estabelecer um discurso à margem do oficial. Rama, então, se volta para a revisão dos valores sociais em que foi criado e estabelece uma busca por um equilíbrio social que permanece instável.

90

Essa face trágica de Rama contrasta com aquele passado idealizado, que se lança cegamente em direção ao futuro. Quando Rama e sua vida são brutalmente transplantados, ele se obriga a criar elementos que lhe auxiliam numa direção oposta ao paraíso perdido de *La Generación Crítica*. O transplante de uma terra a outra, acredito, contribuiu ainda mais para a articulação que Rama faz entre sua história pessoal com a da América Latina.

Insatisfeito com o presente, Rama enfrenta e experimenta uma ruptura tanto material como simbólica com o passado uruguaio, encerrado pela consciência de não poder voltar para casa. Nesse período começa a escrever um diário que o acompanha durante seu desterro. Desvinculado de sua terra natal, abre o diário, em primeiro de setembro de 1974, da seguinte forma:

Nesta idade, normalmente, se redigem as memórias. Na falta delas, me decido por uma anotação de diário, nem público nem íntimo. Com os perigos do solilóquio (esse enrarecimento da vida do ser deslocado de seus eixos naturais) mas também com os benefícios da subjetividade, particularmente num ser humano que sempre procurou substituí-la pelas coordenadas intelectuais ou comunitárias (trabalho, movimentos políticos).

[...]

⁵ No levantamento de Blixen e Barros-Lémez (1986, p. 48), constata-se que Rama dava, nesse período, três cursos: *Estrutura da poesia latino-americana*, *Introdução à simbologia* e *A novela breve de Juan Carlos Onetti*.

Tudo tem a ver com essas feridas secretas, ou essas obsessões e temores que me acompanham desde sempre, vivos e irresolutos, e que pedem uma consideração (RAMA 2008, p. 43-44 *passim*).⁶

Acredito que o diário escrito por Rama ajude a mapear as principais questões de seu pensamento crítico, pois segundo Rosa (2009, p. 39) esse texto serve como ferramenta para pensar e acompanhar tanto o desenrolar de questões pessoais de Rama como fatos que marcam a história da América Latina. Nesse sentido parece que Rama opta pela produção de um futuro. Quando viu que aquele tempo e espaço uruguaios se fecharem no horizonte, restou-lhe abrir outros que não seriam encerrados por questões políticas. A política é cada vez mais deslocada para o âmbito da cultura, pois lhe possibilita incorporar o inesperado a sua própria narrativa pessoal.

Poderíamos contar, também, com a análise de Pachet sobre diários íntimos, ao abordá-los como uma narrativa que se passa fora do tempo histórico regular (PACHET 1990, p. 9), pois não são produzidos por regras sociais que regulam a atuação de quem o escreve. Porém, essa característica pode ser temporária, já que um diário publicado passa a integrar e interagir com a obra de quem o produziu. Assim, diante das dificuldades que cercam o indivíduo, o diário pode ser um “instrumento de aperfeiçoamento moral”, lugar de trabalho da alma (PACHET 1990, p. 13).⁷ A origem dessa prática é religiosa, embora, com fenômeno de secularização moderna passe a se proliferar entre os sujeitos que procuram se singularizar perante a massificação que atinge a sociedade, principalmente, após a Revolução Industrial. Porém, diferente de quem se confessa, o escritor de diários não segue estritamente práticas e ritos regulados por valores religiosos. O diário é, então, como um barômetro que registra acontecimentos, escolhas, percalços, entre outros fatos, que são incorporados ou não pela alma. Deste modo, o diário é capaz de medir a consciência e criar uma unidade que pode vir a ser incorporada na história.

O diário íntimo seria uma metonímia do seu escritor. A construção de um diário é, geralmente, atrelada às experiências do sujeito, mesmo que não haja um compromisso efetivo com a verdade. Funciona como um depósito de *souvenirs*, que garante autenticidade às experiências de quem o escreve, pois sua narrativa passa a estar vinculada com a do escritor que, a partir dela, procura urdir a reflexão interna com os eventos exteriores do seu cotidiano.⁸

O escrutínio das *feridas secretas* reabertas por Rama deve ser entendido como um lançar-se ao futuro. Diferente da concepção que vislumbra o presente enquanto prolongação do passado, quando uma memória se atualiza, o sentido é outro: a lembrança do diário está mais próxima da aspiração de se aventurar,

⁶ No original: “A esta edad, normalmente, se redactan las memorias. A falta de ellas, me decido por una anotación de diario, ni público ni íntimo. Con los peligros del soliloquio (ese enrarecimiento del vivir al ser desgonzado de sus naturales quicios) pero también con los beneficios de la subjetividad, particularmente en un ser humano que siempre ha procurado reemplazarla por las coordenadas intelectuales o las comunitarias (trabajo, movimientos políticos). [...] Todo tiene que ver con esas heridas secretas, o esas obsesiones y temores que me acompañan de siempre, vivos e irresolutos, y que llaman a una consideración”.

⁷ O termo “alma” designa o movimento que o indivíduo sente acontecer dentro de si, um aflorar da subjetividade na medida em que ele está se conectando ao mundo.

⁸ Parte dessa reflexão é inspirada no estudo de Stewart (1993).

afinal, o passado não aparece mais como província segura.

Manter as feridas secretas abertas à consideração, deixar elas vivas e irresolutas. Ora, essa preferência soa estranha quando se procura a solução viável aos impasses. Não parece ser esse o caminho escolhido por Rama, afinal, seus questionamentos *nem íntimos, nem públicos* apontam para direção oposta à resolução. Resistir ao conflito, incorporar suas experiências e lições e organizá-las numa narrativa são alguns dos trabalhos realizados por Rama.

Essas reflexões de Rama são próximas da elaboração que Stewart (1993) tece sobre a narrativa, vista como estrutura de desejo capaz de inventar seus objetos para se distanciar deles, logo que são inscritos num intervalo daquilo que se deseja e do que é desejado – o futuro frustrado pela indisposição do passado em deter-se no presente.

Na verdade, uma busca vã: a entrada no paraíso, já perdido; a teimosia cínica de sair perguntando por algo que já não existe; pedir rancorosamente que o passado preste contas. Nada disso, aliás, auxilia no trabalho de cicatrização das feridas, apenas as esconde sob a instabilidade do presente. Rama, então, tentando acertar-se com o passado, aproxima-se da nostalgia da perda e da aspiração do que pode ganhar. Para isso, Stewart (1993) dá o nome de *doença social da nostalgia* e diz que não há cura, mas a localização de seu sintoma pode inscrever a relação numa narrativa de possível origem para o objeto que se deseja (no caso de Rama, a América Latina).

92

A palavra *longing*, do inglês, é a pedra-de-toque dessa relação. Para Stewart, seus significados estão relacionados ao *desejo ardente*, às *fantasias extravagantes das mulheres durante a gravidez* e ao *pertencimento*. Entretanto, traduzida para o português, pode ser entendida simultaneamente como *saudade* – desejo de reavivar algo que já se passou – e *aspiração*, enquanto vontade de realização. A saudade dirige sua força ao passado, a aspiração para o futuro. Assim, quando o *desejo ardente* não se realiza, o futuro torna-se passado: um futuro passado que, segundo Stewart, é adiado na origem e no fim da narrativa que o engendra. A localização do que seria o desejo está subordinada a uma formação histórica.

É o *absurdo e obsessivo ritornelo* daquele *desconcerto* uruguaio de *La Generación crítica* quando o futuro é interrogado por Rama que, também, está presente em sua alma:

Viver na insegurança, de um dia para o outro, sem saber o que será do amanhã, como num incessante colapso. Não consigo acostumar-me. Toda a cultura uruguaia de meus anos se edificou contra essa situação, construindo um quadro vigoroso e planejado destinado a instaurar a segurança. Vi-o desfazer-se como uma rede mal tecida. Deixou-nos todos flutuando no vazio. A mim com a sensação constante de viagem por desfiladeiros pedregosos entre cataclismos, faíscas que explodem, terra que se racha, ar seco, perigos e emboscadas inevitáveis. Dessa condição é possível que proceda a resignação com que me vejo seguindo adiante, com calma ou inconsciência, com indulgência (RAMA 2008, p. 51-52).⁹

⁹ No original: "Vivir en la inseguridad, al día, sin saber que será de uno mañana, como en un incesante derrumbamiento. No consigo acostumbrarme. Toda la cultura uruguaya de mis años se edificó contra esa"

Recusar o presente pode parecer insanidade, mas não é essa a questão de Rama. Quando o destino *vigoroso e planificado* se rompe, o elo com o passado é desfeito. Assim, o *desejo ardente*, de que fala Stewart, vai sendo ressignificado: o conjunto de fios que sustenta a rede da narrativa uruguaia, agora à deriva, se desfaz. Entre as desventuras, uma escolha: enfrentar a circunstância e transcendê-la tanto material como simbolicamente à medida que outra narrativa é tecida. A reconstrução da história, nesse caso, repete-se como diferença. Recolocando seu desejo no mundo e se reposicionando, Rama vai, aos poucos, reformulando aquilo que lhe escapou.

Como no conto "O Aleph", de Jorge Luis Borges, quando o narrador se depara com uma pequena esfera que o coloca no "lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos" (BORGES 2000, p. 693), mas sem que o passado possa ser recuperado. Nesse aleph, o tempo está sujeito ao espaço, tornando-se história quando o presente se desfaz – como sucede com o diário de Rama.

Assim, quando as *fantasias extravagantes* estão próximas da aspiração, remetem a um lugar idealizado de origem, uma paisagem intocada pelo homem. Implicam uma separação entre a *realidade* biológica (o útero, a origem) e a *realidade* cultural que dá sentido à narrativa, como a maternidade que inscreve o ser humano no mundo. A existência de uma anterioridade permite a cultura se assentar, como Rama deslocado de seus *eixos naturais*, tendo que se reinserir em outra cultura.

A mudança forçada para uma realidade distinta da que lhe formou impele esse movimento. O rompimento com o vínculo uruguaio faz com que pedaços e pequenas memórias sejam incorporados às bases existências de sua nova condição. Infância, família, coordenadas intelectuais e o próprio passado enfraquecem com a sensação de perder aquilo que lhe pertencia. Entretanto, do vínculo rompido com o passado nasce outro, ainda mais forte: a aspiração de aproximar-se da América Latina, através de sua cultura.

Quando o sentimento de pertencer à cultura de origem já não é mais concreto, cabe engendrar outra via de pertencimento. Deste modo, Rama produz uma história pessoal e aberta para o futuro. Trata-se de uma história mais aberta e porosa, oposta ao destino planificado que se transforma em futuro passado porque não se realiza.

Rama, em Caracas, condiciona sua vida a um novo estilo e produz a centelha que estreita o seu vínculo com a cultura latino-americana, projeta e renova seu fôlego enquanto homem público.

No *El Nacional* um jornalista cultural (espanhol, claro embora morando no país há cerca de trinta anos) arremete contra nosso projeto da Biblioteca Ayacucho recorrendo a argumentos do século XIX de Menéndez Pelayo:

situación, construyendo un entramado vigoroso y planificado destinado a instaurar la seguridad. Lo vi deshacerse como una redé mal tejida. Nos dejó a todos flotando en el vacío. A mí con la sensación constante del viaje por desfiladeros pedregosos entre cataclismos, centellas que revientan, tierra que se resquebraja, aire seco, peligros y acechanzas inevitables. De esa condición es posible que proceda la resignación con que me veo siguiendo adelante, con calma o inconsciencia, con indulgencia".

que existe uma unidade fornecida pela língua e que portanto só se pode encarar uma coleção onde estejam os clássicos espanhóis. Até aqui é simplesmente um extemporâneo uso de uma velha tese que os espanhóis já não aplicam, nem nunca aplicaram: não existe nenhuma biblioteca espanhola (Ribadeneyra, Clássicos Catelhanos) que incorpore os hispano-americanos em plano de igualdade com os castelhanos e que junto de Bécquer publique Sarmiento. [...] Aqui sai à luz o velho e único desprezo dissimulado pelas antigas colônias que segue habitando no peito dos espanhóis e que só os grandes espíritos (como Unamuno) foram capazes de vencer para ler, comentar e debater com toda liberdade e num mesmo plano, o peninsular e o hispano-americano (RAMA 2008, p. 52).¹⁰

Rama defende o que foi sua maior obra em vida: a Biblioteca Ayacucho. Contrário às posições de Menéndez Pelayo (gramático e historiador da literatura espanhola), Rama não enxerga a cultura americana subordinada à história da Espanha e nem aceita totalmente que a língua e a conquista espanholas sejam as chaves de leitura para a unidade latino-americana. E escreve, como que se queixando, “que quinhentos anos de história cultural não possam nos dar trezentos volumes qualificados seria certificar a inferioridade de um povo e uma verdadeira fatalidade histórica que o condenaria para sempre à esterilidade”¹¹ (RAMA 2008, p. 53).

Trata-se de interpretar a história cultural latino-americana em igualdade com a da Europa e, assim, produzir um sentido contrário a essa fatalidade que condena o continente à esterilidade. Rama, nesse sentido, dá-se o trabalho de tornar visível uma história que estaria em constante movimento e que lhe permitiria enfrentar e pressionar, até a fímbria, o futuro passado que, em primeira instância, paralisa.

A partir disso, lidou com inúmeras questões que o levam a pensar sobre o passado e o futuro da América Latina (que naquele momento eram submetidos às ditaduras), como também o sentimento de nostalgia que o acomete. Todos esses pontos se conectam com a esperança de definir e conceituar uma ideia de cultura para o espaço latino-americano. Preocupado com a dimensão do futuro, Rama projeta a Biblioteca Ayacucho como instrumento de articulação entre a história cultural latino-americana com as obras que a imaginam e a projetam no tempo.

O corpo da história: forma da aspiração

A Biblioteca Ayacucho foi criada pelo governo venezuelano em 1974, quando se completaram 150 anos da batalha de Ayacucho liderada pelo general

¹⁰ No original: “En El Nacional un periodista cultural (español, claro aunque vecinado en el país desde hace treinta años) arremete contra nuestro proyecto de Biblioteca Ayacucho aduciendo los argumentos del Siglo XIX de Menéndez Pelayo: que hay una unidad que presta la lengua y que por lo tanto sólo puede encararse una colección donde estén los clásicos españoles. Hasta aquí es simplemente un extemporáneo uso de una tesis vieja que los españoles ya no aplican, ni di hecho nunca aplicaron: no existe ninguna biblioteca española (Ribadeneyra, Clásicos Castellanos) que incorpore a los hispanoamericanos en plano de igualdad con los castellanos y que junto a Bécquer publique a Sarmiento. [...] Aquí sale a luz el viejo y sólo embozado desprecio por las antiguas colonias que sigue anidando en el pecho de los españoles y que sólo los grandes espíritus (como Unamuno) fueron capaces de vencer para leer, comentar y debatir con toda libertad y un mismo plano, lo peninsular y lo hispanoamericano”.

¹¹ No original: “que quinientos años de historia cultural no puedan depararnos trescientos volúmenes calificados sería certificar la inferioridad de un pueblo y una verdadera fatalidad histórica que lo condenaría por siempre a la esterilidad”.

venezuelano Antonio José Sucre, que pôs fim ao domínio espanhol na América. O projeto inicial consistiu numa biblioteca fechada em cerca de trezentos volumes onde seriam selecionados os principais autores e obras da literatura, da história e do pensamento da América (hispanica, portuguesa e francesa).

Sua inauguração coincide com o que teria sido a *Grande Venezuela* sob o governo do presidente Carlos Andrés Pérez, eleito democraticamente, ao projetar uma modernização cultural que intensificaria a produção de valores e conceitos na sociedade venezuelana. Na década de 1970, o alto preço do petróleo no mercado internacional deu ao governo de Andrés Pérez uma posição privilegiada no cenário político, o que chama a atenção dos países latino-americanos, principalmente no Cone Sul que, dado as ditaduras, viveu uma verdadeira diáspora populacional.

Parte dessa população migrou para a Venezuela, onde seria absorvida numa rede de instituições dedicadas ao estudo e a promoção da cultura na América Latina. A editora Monte Ávila e o Centro de Estudos Latino-americanos Rómulo Gallegos (CELARG) são dois exemplos de instituições patrocinadas pelo Estado que, também, auxiliam na criação da Biblioteca Ayacucho.¹² Entretanto, além da privilegiada situação econômica e desse aporte cultural, o surgimento da Biblioteca Ayacucho, acredito, é produto do que Stewart (1993) identifica como "doença social da nostalgia". Após a década de 1970, a América Latina vê o esfacelamento da cultura democrática que vinha sendo gestada desde o final dos anos cinquenta, impulsionada e inspirada na Revolução Cubana.

Assim, entre aqueles anos, a América Latina transforma-se numa unidade conceitual em que aspectos nacionais têm caráter secundário. O plano cultural aparece marcado por um viés internacionalista, colocando em segundo plano as decisões governamentais. Esse enfrentamento e a elevação da cultura ao plano internacional marcam a formação de uma "nova *paideia*" latino-americana que, segundo Gilman (2012, p. 27-33), produz a legitimidade discursiva e o espaço público necessários para sedimentar a vocação latino-americanista, de caráter internacionalista.

Nesse sentido a Biblioteca Ayacucho aparece como mecanismo que impulsiona essa narrativa sobre a história da América Latina, expressando uma formação dos povos e, deste modo, procurando integrá-los ao celebrar a independência e o progresso cultural de que comungam. Esse gesto está impresso no texto de orelha dos primeiros volumes, lançados na segunda metade da década de 1970. Vejamos:

[...] através desta coleção se busca pôr em prática um dispositivo que se oriente para manter a vigência do legado civilizador e coletivo da América e que sirva como aglutinação dinâmica dos intelectuais do Continente, como estímulo para a defesa, difusão e comunicação do pensamento e a formação de uma área comum para a circulação das ideias e dos livros (BIBLIOTECA AYACUCHO 1978).¹³

¹² O trabalho de GORDON-BURROUGHS (2014) mapeia as políticas culturais do governo venezuelano.

¹³ No original: "a través de esta colección se busca poner en práctica un dispositivo que se oriente a mantener la vigencia del legado civilizador y colectivo de América y que sirva a manera de aglutinación dinámica de los

Ao abrir os livros, a citação acima é parte da primeira informação visualizada dentro dos volumes. A Biblioteca Ayacucho aparece como ponto de encontro para uma comunidade de leitores latino-americanos, especialmente os intelectuais dispersos pelo mundo (Europa, Estados Unidos e os vários países do continente). O desejo de formar uma unidade expressa-se na conexão entre a biblioteca e seus leitores e, assim, são construídos os elementos que a integram. Embora imaginados, esses dispositivos garantem a produção dos contextos na disputa pelos elementos que integram o conjunto de narrativas sobre a América Latina. Essa narrativa da coleção conecta outras inúmeras narrativas individuais a algo maior, unindo-as nesse espaço imaginado. A Biblioteca Ayacucho é um instrumento que insere as pessoas num tempo e espaço ordenados, sobrepondo-se às experiências individuais. Deste modo, a existência material e abstrata da coleção garante que uma autoridade agregue essas distintas comunidades e gere elementos para o desenvolvimento de uma cultura.

Como consequência disso, através da Biblioteca Ayacucho, é possível produzir um novo texto sobre a América Latina, reestruturando outra realidade possível, que não aquele destruído pelos governos militares. Leiamos:

A BIBLIOTECA AYACUCHO [...] esta destinada a recolher as mais importantes obras da criação e do pensamento latino-americanos, desde da origem até o presente, cuidadas, prologadas e anotadas por especialistas de reconhecida competência em seus respectivos gêneros. A BIBLIOTECA AYACUCHO é, em síntese, uma homenagem permanente [...] à cultura de nossa América, já que pretende se constituir no repositório de sua rica tradição literária, destacando o que há de lição viva e presente para as gerações atuais e o que nela convoca a uma plena autonomia intelectual e a uma ampla unidade cultural (BIBLIOTECA AYACUCHO 1978).¹⁴

96

Os elementos internos aos livros da Biblioteca Ayacucho garantem a estrutura da narrativa da coleção, que é produzida externamente. Parte disso, foi projetado numa concepção do artista gráfico argentino Juan Fresán: (1) a arte das capas, valorizando artistas latino-americanos, com imagem ou motivo que correspondem ao momento histórico do volume; (2) a tipografia do livro e a logomarca em negativo, com o B cravado no A. Elementos visuais que convergem com o propósito da Biblioteca Ayacucho de resgate da tradição e construção de um cânon literário para a América Latina.

Nesse sentido a "edição crítica" dos livros é tão importante quanto os elementos visuais. Pensado por Ángel Rama, os volumes da Biblioteca Ayacucho são integrados por um prólogo, os textos autorais, a cronologia (dividida em três partes: (a) vida e obra do autor, (b) o país do autor e a América Latina e (c) mundo externo) e a bibliografia sobre o tema que integra o volume. Em vários

intelectuales del Continente, como estímulo para la defensa, difusión y comunicación del pensamiento y la formación de un área común para la circulación de las ideas y los libros".

¹⁴ No original: "LA BIBLIOTECA AYACUCHO [...] está destinada a recoger las más importantes obras de la creación y del pensamiento latinoamericanos, desde los orígenes hasta el presente, cuidadas, prologadas y anotadas por especialistas de reconocida competencia en sus respectivos géneros. LA BIBLIOTECA AYACUCHO es, en síntesis, un homenaje permanente [...] a la cultura de nuestra América, a la vez que pretende constituirse en el repositorio de su rica tradición literaria, subrayando lo que tiene de lección viva y presente para las generaciones actuales y lo que en ella convoca a una plena autonomía intelectual y a una amplia unidad cultural".

casos, uma obra perde seu *status* para ser integrada aos volumes.

Esses aspectos conectados entre si engendram a estrutura do edifício cultural da biblioteca e oferecem uma dupla possibilidade de transcendência: a primeira, quando ordena a história numa narrativa estruturada, diferente das sucessões cotidianas; segunda, ao se organizar por concepções plásticas de tempo e espaço que estão incorporadas no interior da coleção. Assim, os valores que organizam a coleção dão a ela uma condição espiritual, com vida própria e fora do tempo hodierno. Em vez de criar sua unidade a partir do exterior, tendo a Europa como modelo, a Biblioteca Ayacucho realiza uma unidade a partir do interior, de dentro da própria América. Nesse sentido a forma da Biblioteca Ayacucho é aberta para receber novos elementos que fortalecem o corpo de sua narrativa.

Vamos nos afastando da posição que enxerga a cultura como forma acabada: se a civilização americana é metáfora para a cultura na América, cada volume da Biblioteca Ayacucho é uma metonímia que atualiza a virtual unidade americana. Deste modo, o arquivo da cultura mantém viva a história da autonomia e unidade latino-americanas.

O sentido que Biblioteca Ayacucho dá aos livros é próximo ao de um *souvenir*, quando garante autenticidade a uma experiência vivida. Isso está expresso quando esses *souvenirs* são organizados num mesmo espaço: a distância temática e temporal desses volumes é que confere intimidade para integrarem uma mesma coleção como, desse modo, é a separação das obras de seus "locais de origem" que restaura sua expressão no universo da Biblioteca Ayacucho. Essa dialética do *souvenir* segundo Stewart (1993) promove a invenção, fusão e sobreposição de narrativas, dando a autenticidade de que necessitam para existir.

Parte dessa abertura, também, está expressa no que Lukács entende como estado de aspiração (LUKÁCS 1978, p. 91-92). O sentimento de proximidade e distância, o senso de união e de estar separado, nesse estado, garantem tanto o entendimento como criam uma sensibilidade de estar fora do tempo e do espaço que são rememorados pelo *souvenir*. A outra questão nasce da sobreposição entre narrativas, principalmente quando a condição do futuro é precária. Percebe-se que, na Biblioteca Ayacucho, a abertura da cultura garante que passado e futuro sejam incorporados dentro de uma mesma coleção. Essas temporalidades se dispõem do seguinte modo: (a) uma sincrônica, integrando diferentes obras e épocas culturais num mesmo espaço, e, (b) outra diacrônica, quando coloca o passado em diálogo com o presente, abrindo-se para o futuro.

Assim, a cultura aparece de forma mais frouxa e ambígua nesse cenário latino-americano, marcado pela precariedade dos valores e futuros frustrados pelas ditaduras, embora sejam essas duas que impulsionam o caráter sólido da Biblioteca Ayacucho como instrumento de integração que engendra novas narrativas – aliás, sua importância aumenta à medida que o domínio de sua narrativa parece diminuir. Mantendo-se aberta, aspira cumprir sua função à medida que surgem novos elementos para integrar a história. E essa abertura começa a aparecer cada vez mais na obra de Ángel Rama que abandona a resolução dos conflitos na forma de síntese, para incorporar a complexidade da

cultura latino-americana.

Por conta das atividades que Rama desenvolve ao assumir um cargo na Biblioteca Ayacucho, as concepções desenvolvidas por ele anteriormente são revisadas. Antes, se ele enfatizava as contradições da sociedade uruguaia, agora, assume uma postura de lidar com os “antagonismos em equilíbrio” e a “síntese dos opostos” que formam a sociedade americana, oscilando entre a abertura do processo e a concretização do projeto da unidade americana.¹⁵

Deste modo, ao lermos o diário de Rama, podemos ver que parte de sua narrativa pessoal passa a se confundir com a da cultura latino-americana, principalmente quando assume o cargo de diretor literário na Biblioteca Ayacucho. E escutando sugestões para a biblioteca, anota em 18 de setembro de 1974:

Quase nada de interesse, sobretudo por causa da estreiteza nacionalista dos olhares [...] Comprovo, e com a melhor audiência possível, a atroz incomunicação latino-americana. E, mais que nada, a ausência de um verdadeiro plano continental, unitário para medir sua criação cultural, aplicando na ótica crítica essa consciência latino-americana de que tanto se fala e que tão escassamente se pratica (RAMA 2008, p. 53).¹⁶

Notamos que seu interesse de criar uma “consciência latino-americana” (ao menos, pô-la em prática) transforma a Biblioteca Ayacucho num instrumento para medir a criação cultural. Além de arquivo, a biblioteca é, também, um barômetro que registra a amplitude crítica da consciência, dando coordenadas para sua concretização. Assim, prezando a autonomia (política e cultural), é interessante notar que o primeiro volume da coleção seja *Doctrinas del Libertador*, dedicado a Simón Bolívar e que procura apresentar os diversos aspectos do pensamento desse personagem e reconstruir o ideário da união entre os países da América Latina.

Eis um trecho da apresentação, alocado no catálogo das coleções e dos livros da Biblioteca Ayacucho: “O presente volume reproduz integralmente e em rigorosa ordem cronológica cem documentos que obedecem à necessidade de oferecer num só *corpus* o que há de mais representativo do pensamento político, econômico e social de Simón Bolívar” (BIBLIOTECA AYACUCHO 2004, p. 21). O primeiro volume traz em si o espírito da coleção: integrar diversos pensamentos num *corpus* que recebe o nome de América.

Assim, a parte (o livro) expressa o todo em que se articula (a coleção). Desde os primeiros livros, a Biblioteca Ayacucho inscreve num *corpus* a narrativa que preenche sua existência. Assim, das *Doctrinas del Libertador* vai-se para o

¹⁵ Ao assumir o cargo de diretor literário na Biblioteca Ayacucho, Ángel Rama intensifica a leitura dos chamados ensaios de interpretação da identidade: o brasileiro Gilberto Freyre, o venezuelano Mariano Picón-Salas, o cubano Fernando Ortíz. Parte dessas leituras é aproveitada em *Transculturación narrativa en América Latina*. Acerca do tema do ensaísmo na América Latina: cf. Benzaquen (2005) que analisa a obra de Freyre e Cunha (2007) que estuda a recepção de Picón-Salas e Ortíz em Rama. Em guisa de aprofundamento sobre a presença do Brasil na obra de Rama cf. Rocca (2006) que, a partir do contraste com a obra de Emir Rodríguez Monegal, estuda o projeto de América Latina construído por Rama nos anos sessenta.

¹⁶ No original: “Casi nada de interés, sobre todo a causa de la estrechez nacionalistas de miras [...]. Compruebo, y con la mejor audiencia posible, la atroz incomunicación latinoamericana. Y, más que nada, la ausencia de un verdadero plano continental, unitario para medir su creación cultural, aplicando en la óptica crítica esa conciencia latinoamericana de la que tanto se habla y la que tan escasamente se practica”.

Canto General (volume 2) de Pablo Neruda, chegando em Rodó, integrando no mesmo volume (3) *Ariel* e *Motivos de Proteo*, o impulso político deriva em poesia e a seguir no discurso engajado de formação. Cria-se uma cosmogonia americana que transita entre gêneros dando a marca do cânon híbrido e inconcluso que a Biblioteca Ayacucho produz.

A produção do *corpus* da Biblioteca Ayacucho, também, passa a integrar a obra de Ángel Rama à medida que vai tecendo a história da formação e da origem da América, afirmando sua existência física a cada volume. Assim, quanto mais o corpo físico da biblioteca se expande através dos livros incorporados à coleção, sua estrutura narrativa é perpetuada, pela garantia de que uma nova narrativa será conectada a que já existe. E acredito que essa lógica vai sendo aprimorada por Rama a ponto de que, em certos momentos, o *corpus* da Biblioteca Ayacucho passa a ser também o de seu idealizador. Na verdade, a metáfora do corpo preenchido por uma narrativa expressa o desejo ambíguo de totalidade em Rama, pois se cada livro é um *souvenir* da coleção que expressa a América, isso está garantido na certeza de que a totalidade jamais será alcançada. A Biblioteca Ayacucho já dura cerca de 40 anos, mantendo o projeto de uma coleção que perpetue o pensamento latino-americano.

Deste modo, Ángel Rama expressa decepção quando, em 25 de setembro, na primeira reunião da Comissão da Biblioteca Ayacucho, questionam a escolha de Simón Bolívar como autor para inaugurar a coleção. Vejamos: "Já são muito conhecidos! É tão assombroso que é inútil lhe dizer que os livros que justamente deverão formar a Biblioteca são os mais conhecidos. Limito-me a argumentar que em outras áreas do continente, desgraciadamente não é igualmente conhecido" (RAMA 2008, p. 58).¹⁷

Comentando a escolha de Bolívar como primeiro número da Biblioteca Ayacucho, Croce (2015, p. 86) nota que essa presença marca o entusiasmo latino-americanista e, também, atualiza o desgosto de Bolívar, em seus últimos dias de vida, em realizar o sonho de unir a América. Assim, podemos suspeitar que Rama emula em sua história pessoal esses dois pontos da trajetória de Bolívar. E, acredito, é essa heroicidade que dá o *corpus* da narrativa da Biblioteca Ayacucho.

Rama começa a estabelecer um projeto histórico e literário que escape às formações culturais "dominadas" e "oficiais", que segundo Aguilar (2001) expressa seu esforço crítico de demonstrar que na América é a escrita, e não a oralidade, que mantém o poder do Estado. Assim, como na Biblioteca Ayacucho, Rama defende que a formação cultural latino-americana é produto de contradições de seu funcionamento que, segundo ele, se concretizam em obras do pensamento.

¹⁷ No original: "¡Ya son muy conocidos! Es tan asombroso que es inútil decirle que los libros que justamente deberán formar la Biblioteca son los más conocidos. Me limito a argumentar que en otras áreas del continente, desgraciadamente no es igualmente conocido".

Referências bibliográficas

- AGUILAR, Gonzalo. Ángel Rama y Antonio Candido: salidas del modernismo. In: ANTELO, Raúl (org). **Antonio Candido y los estudios latinoamericanos**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2001.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- ARCHIVO de Ángel Rama. **La expulsión de Colombia**. Série 6. Caixa 36. Carrapeta 1.
- BIBLIOTECA AYACUCHO. **Catálogo general 1974-2007**. Caracas: 2004.
- _____. **Texto de orelha**. Caracas: 1975.
- BLIXEN, Carina e BARROS-LÉMEZ, Alvaro. **Cronología y bibliografía de Ángel Rama**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1986.
- BORGES, Jorge Luis. O Aleph. In: **Obras completas I**. Trad. Flávio José Cardoso. São Paulo: Globo, 2000, p. 686-698.
- COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina**: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa. São Paulo: Alameda, 2013.
- CROCE, Marcela. **La seducción de lo diverso**: literatura latinoamericana comparada. Buenos Aires: Interzona, 2015.
- 100 CUNHA, Roseli Barros. **Transculturação narrativa**: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama. São Paulo: Humanitas, 2007.
- GILMAN, Claudia. **Entre la pluma y el fusil**: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina. 2. ed. ampl. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012 [2003].
- GORDON-BURROUGHS, Jessica. Monuments and ephemera: the Biblioteca Ayacucho. **Contracorriente**, v.11, n. 3, p. 90-118, 2014.
- GREGORY, Stephen. **Intellectuals and left politics in Uruguay, 1958-2006**: frustrated dialogue. Eastbourne: Sussex Academic Press, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2011.
- LUKÁCS, Georg. **Soul and form**. Trad. Anna Bostock. Massachusetts: MIT press, 1978.
- PACHET, Pierre. **Les baromètres de l'âme**: naissance du journal intime. Paris: Hatier, 1990.
- PEYROU, Rosario. Prólogo. In: RAMA, Ángel. **Diario**: 1974-1983. Buenos Aires: El Andariego, 2008.
- RAMA, Ángel. **Diario**: 1974-1983. Montevideo: Trilce, 2008 [2001].

RAMA, Ángel. **La generación crítica (1939-1969)**: I Panorama. Montevideo: Arca, 1972.

ROCCA, Pablo. **Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil**: dos caras de un proyecto latinoamericano. 2006. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROSA, Sandro Ricardo. **O Diário de Ángel Rama**: a vítima e o carrasco. Tese (Doutorado em Literatura) – Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROSSET, Clément. **Lógica do pior**. Trad. Fernando J. Fagundes e Ivana Bentes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

STEWART, Susan. **On longing**: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection. Durham: Duke University Press, 1993 (Versão para Kindle).

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia e filologia. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

Cambios en la historiografía académica en Argentina (2001-2015)*

Changes in Argentina's academic History (2001-2015)

Ernesto Bohoslavsky

ebohosla@ungs.edu.ar

Professor

CONICET e Universidad Nacional de General Sarmiento

J. M. Gutiérrez 1150 (1613), Los Polvorines

Provincia de Buenos Aires

Argentina

Resumen

Este artículo discute algunas de las modificaciones vividas por la historiografía argentina a inicios del siglo XXI. Asimismo, también se ofrecen indicios acerca de cuáles han sido los temas que han generado mayor interés en los últimos años en la historiografía académica, una disciplina que ha vivido un impactante proceso de expansión y consolidación. Se intenta mostrar que uno de los efectos de la crisis económica y política de 2001 fue una intensificación de la preocupación por la manera de difundir los saberes sobre la historia nacional, sobre todo la referida a la última dictadura. Algunas de las discusiones y las prácticas de divulgación han puesto en debate los problemas de la normalización profesional ocurrida en los años ochenta y noventa.

Palabras-clave

Argentina; Historiografía; Política.

102

Abstract

This article discusses the changes lived by Argentina's academic historiography at the beginning of the 21st century. Furthermore, here is offered some information about which have been the most attractive topics in scholar history, which definitively became an expanding and consolidated social science. It's intended to show that one of 2001 economical and political crisis' impact was the enlargement of discussions on how to spread historical scholar knowledge, mainly the one referred to the last dictatorship. Some of these debates and diffusion practices have stimulated historians to re-think the problems that professional "standardization" has generated in the eighties and nineties.

Keywords

Argentina; Historiography; Politics.

Recibido el: 20/7/2015

Aceptado el: 10/1/2016

* Este texto fue producido en el marco del Proyecto de Investigación Científico-Técnico 2013/1160 "Desafíos teóricos, historiográficos y didácticos del abordaje del pasado reciente en Argentina", financiado por el Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica de la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica, República Argentina.

Si hay algo peor que hacer un examen
de conciencia demasiado pronto es
hacerlo demasiado tarde
(ROTH 2000, p. 99).

Este artículo tiene la intención de mostrar algunas de las modificaciones suscitadas en el campo de la historiografía académica argentina en los últimos quince años.¹ En ese período se ha consolidado un campo disciplinario muy diversificado y heterogéneo, en diálogo (subordinado) con las metrópolis académicas y sus agendas de investigación. Este campo ha vivido una expansión que se expresa en la ampliación del número de proyectos de investigación, investigadores, becarios, programas de posgrado y eventos académicos vinculados a la disciplina. Ese campo está "normalizado" según señala la bibliografía sobre el particular (PAGANO 2010): sobre el significado del término hay poca discusión, pero sí la hay en torno a las valoraciones sobre ese proceso, así como sobre la existencia, la necesidad o la viabilidad de mecanismos que filtren, limen o sobrepasen esa normalidad. Por normalización se entiende el proceso por el cual la historiografía argentina adoptó patrones internacionales de funcionamiento regular tales como un "abordaje metodológico riguroso, el uso variado de documentos, la explicitación del aparato erudito en los textos y una búsqueda de distancia crítica con el objeto de estudio" (DI MEGLIO 2011). La contracara de este proceso -a veces agriamente reconocida, otras veces entusiastamente asumida- es la despolitización de la práctica historiográfica, expresada en la convicción de que un ajustado estudio del pasado en poco o en nada colaborará en la comprensión y sobre todo posible intervención en la vida social contemporánea. Ese escepticismo fundacional sobre la capacidad para "formar las almas" descansa en razones que acertadamente ha indicado Alejandro Eujanian:

103

primero porque no es nuestro objetivo, segundo porque no nos pondríamos de acuerdo, tercero porque [...] aquello que se considera historia profesional o académica todavía puede estar sujeto a discusión. Por último, [porque] dependerá menos de nosotros que de la decisión política de apropiarse de nuestra producción como un insumo para hacer con él otra cosa (EUJANIAN 2011, p. 179).

Podría especularse que frente a ese divorcio entre pasado y presente generado por una despolitización vigilada del campo historiográfico argentino, en los últimos años han sido cultivados espacios profesionales en los cuales se despliegan otras estrategias de difusión y transmisión del pasado: los museos, la reflexión sobre la enseñanza y la divulgación audiovisual y bibliográfica son

¹ Agradezco a Sandra Fernández la información sobre el funcionamiento de las Jornadas Interescuelas y Departamentos de Historia y a Mónica Marquina los presupuestos nacionales de la última década. Asimismo, hago llegar mi reconocimiento a Guadalupe Ballester, Pablo Buchbinder, Maximiliano Catoira, Jorge Cernadas, María Paula González, Alejandro Eujanian y Daniel Lvovich por sus sugerencias y lecturas. Las versiones preliminares presentadas en la Universidade Estadual Paulista (Assis, Brasil), la Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires (Tandil, Argentina) y la Universidad Autónoma de Baja California (Mexicali, México) fueron enriquecidas por los comentarios de los asistentes. Como es tradición, a todos ellos eximo de los errores y problemas que este texto contiene.

algunos de esos ámbitos. Mientras que la normalización de la disciplina estimuló y premió la publicación en revistas especializadas e internacionalmente indexadas de artículos con un nivel de refinamiento metodológico y conceptual que resultan de escaso interés para el grueso de la población, en los últimos quince años se han ido presentando o desplegando propuestas en sentidos divergentes. Este artículo intenta mostrar que el desarrollo de esas actividades académicas y para-académicas ha ido de la mano de un diálogo con algunas políticas de ciencia y tecnología y con políticas de memoria ensayadas en los últimos años en Argentina. Para ello se ha organizado este texto en cuatro secciones: la primera de ellas da cuenta del proceso de expansión de la historiografía argentina en los últimos quince años gracias a la ampliación del gasto público y la consolidación disciplinar. La segunda sección ilustra sobre el particular crecimiento que tuvieron los estudios dedicados a la historia reciente argentina, en vínculo con el campo de la memoria y de la enseñanza. La tercera sección se concentra en el impacto que tuvo la crisis de 2001 sobre las prácticas historiográficas, específicamente en materia de desarrollo de estrategias de divulgación por fuera de las opciones consideradas legítimas o centrales en el paradigma normalizador. La cuarta sección intenta mostrar cómo el proceso de expansión de la historiografía se entroncó con otros dos que fueron convergentes: una política pública destinada a fomentar rasgos identitarios de raíz histórica y por otro lado, con la politización de un amplio sector del público de las librerías, que expresó mayor interés por encontrar claves explicativas de la realidad en el pasado nacional. Finalmente, en las conclusiones se ofrecen algunas ideas sobre las prácticas historiográficas actuales.

104

La historiografía académica: expansión, consolidación y especialización

Los gobiernos kirchneristas (2003-2015) ampliaron sustancialmente el presupuesto en las áreas educativas y de ciencia y tecnología. La decisión de llevar la inversión educativa anual al 6% del PBI, expresada en la Ley de Financiamiento Educativo, constituyó el marco general de tal incremento. La creación en el año 2007 del Ministerio de Ciencia y Tecnología fue en igual sentido. El impacto financiero sobre las universidades y las instituciones promotoras de la investigación se dejó sentir muy fuertemente en los últimos años, multiplicando el número de proyectos, de becarios doctorales y posdoctorales y de investigadores. Lo que han mostrado algunos análisis de la política universitaria de los gobiernos Kirchner es la ausencia de una clara línea programática (CHIROLEU; IAZZETTA 2009), pero en lo que se refiere a los presupuestos, se observa un notorio crecimiento, que debe ser analizado con cierto detenimiento. Como mostró Mónica Marquina (2012), las universidades nacionales quintuplicaron su presupuesto entre 2003 y 2010, pero lo hicieron a) en un contexto inflacionario, sobre todo desde 2006, que hizo que en realidad el efecto fuera de duplicación o cuadruplicación según el índice de precios que se use; b) sin mejorar demasiado su participación en el total del presupuesto nacional (entre 3% y 3,8%). Lejos de ser suficiente, ese incremento de los presupuestos, así como la continuidad de los programas de ampliación de la dedicación laboral de los docentes y de reincorporación de investigadores

argentinos residentes en el exterior y los numerosos proyectos y becarios financiados por la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica y el CONICET, contribuyeron a un aumento de las oportunidades del desarrollo de investigaciones en diversas disciplinas, entre ellas la historiografía. Todas esas tendencias permitieron que explotaran temas y preocupaciones que hasta entonces habían estado más esbozados que realmente desarrollados. Entre otras cosas, alentó la internacionalización de algunas actividades académicas a través de la participación en eventos científicos en el extranjero, financiación de intercambios de docentes e investigadores y de proyectos de investigación con universidades del exterior.

Uno de los puntos que reflejan claramente la expansión de la actividad historiográfica tiene que ver con las Jornadas Interescuelas y Departamentos de Historia. Se trata del evento académico más relevante del campo profesional, organizado cada dos años por las escuelas y departamentos de historia de universidades públicas nacionales. Si en las jornadas de 1999 hubo poco más de medio centenar de mesas temáticas, diez años después había sido aceptado casi el doble de mesas. En efecto, una recorrida muy rápida sobre el particular da cuenta de la evolución del volumen de participantes en estas jornadas:

	1997	1999	2003	2005	2009	2011	2013	2015
Mesas temáticas	37	56	67	87	95	99	128	114
Ponencias aceptadas	276	s.d.	766	900	s.d.	1100	2001	s.d.

105

Este nivel de crecimiento y de consolidación puede rastrearse en cualquier otro evento del campo que se realice con regularidad: las Jornadas de Historia Económica (con sede rotativa), las jornadas "Espacio Memoria e identidad" (con sede en la Universidad Nacional de Rosario) o las Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente (también con sede rotativa).

Un asunto bien distinto es tratar de discernir cuáles fueron los temas y cuestiones que más se discutieron en esas jornadas. Es que en la actualidad el campo académico de la historiografía tiene tal envergadura y complejidad que difícilmente se pueda observar, como hasta mediados de la década de 1990, quiénes eran los historiadores que eran "dueños" de un tema. Esos patronazgos son ahora discutidos, y la aparición de nuevas universidades en los últimos quince años permite adivinar que ese proceso de desvanecimiento de autoridades consuetudinarias en el campo, se irá profundizando aún más. Por patronazgo me refiero a la constitución de redes jerarquizadas, piramidales y endogámicas que ofrecen recursos simbólicos y materiales para sus integrantes, a la vez que celan por la posibilidad de que otros grupos de colegas produzcan análisis e investigaciones alternativas y competitivas, sobre los mismos temas. Lo que se percibe cada vez con mayor notoriedad es la creciente diversificación y especialización que dominan a la práctica historiográfica profesional. La multiplicidad de grupos, de temas, de eventos y de publicaciones dificulta

cualquier visión no ya de conjunto de la historiografía profesional, sino de los diversos sub-campos en que se encuentra dividida El panorama no es nuevo. Hace una docena de años un balance de la historiografía argentina destacaba que ésta tenía sintonía con otros campos académicos historiografías nacionales en lo que se refería a

la falta de un paradigma dominante, perceptible en la multiplicidad de aproximaciones, tendencias, métodos y horizontes teóricos utilizados en las investigaciones presentadas [...] fuerte internacionalización, perceptible en las redes y los intercambios académicos (RODRÍGUEZ 2002-2003, p. 293).

En efecto, no se trata de un problema argentino ni mucho menos. En términos irónicos un destacado colega italiano se refería a la supuesta "crisis" de la disciplina histórica en Europa:

Estoy hablando del diluvio de libros, artículos, revistas, conferencias de historia que se abaten cada año sobre el público. No me parece que ésta sea aquella gran crisis de la disciplina (MASTROGREGORI 2012, p. 1).²

106

Se trata, entonces, de un vigor más renovado que original. La noticia no está en *cómo* se investiga sino en *cuánto* se investiga ¿Hay algo dónde reside la novedad de la historiografía argentina? ¿En el *que* se investiga? ¿Son distintos los temas actuales de aquellos que dominaban la escena en 2001? La respuesta parece ser que no, salvo por unas pocas innovaciones. Ello guarda relación con el hecho de que la agenda de investigación parece responder principal, cuando no exclusivamente, a una lógica interna de las (sub)disciplinas, que a su vez están (asimétricamente) vinculadas a una dinámica metropolitana de desarrollo de las ciencias humanas y sociales. Uno de los puntos que aparece como innovador, y además como evidente herencia de la crisis de 2001 y 2002, es el reverdecido interés por el accionar político de los sujetos subalternos. Vale la pena hacer notar algunas de las diferencias de estas perspectivas respecto de la historia de los trabajadores o la historia del movimiento obrero, tendencias que en los años ochenta y noventa sufrieron una fuerte caída del interés en toda América latina (MALERBA 2010). Las preocupaciones historiográficas de la década del 2000 no pasan tanto por la vida de los sindicatos ni el peso político de los trabajadores sino por el análisis de otros actores cuya principal pertenencia no era -o no era siempre, o no era la principal- la pertenencia de clase, aun cuando un estudio de estratificación social nos permitiría clasificarlos objetivamente como trabajadores. Así, los trabajos de Gabriel Di Meglio (2007) sobre el "bajo pueblo" en la Revolución de Mayo de 1810, el de Raúl Fradkin (2008) sobre la historia popular de la primera mitad del siglo XIX, el de Ricardo Salvatore (2003) sobre la agencia plebeya en tiempos rosistas, el de Adriana Kindgard

² En el original: "Sto parlando del diluvio di libri, articoli, riviste, convegni di storia che si abbatte ogni anno sul pubblico. Non mi sembra che ci sia questa grande crisi della disciplina".

sobre las prácticas políticas de indígenas jujeños bajo el peronismo (2004), son esfuerzos historiográficos que, sin haber nacido estrictamente en 2001, testimoniaron mejor que otros cómo las preguntas del presente formateaban a aquellas orientadas al pasado.

Se podría especular que el ingreso en la historiografía de la conflictividad plebeya fue el resultado de varios factores convergentes. En primer lugar, la recurrente presencia desde finales de los años noventa de la agencia política subalterna en los medios y la vida cotidiana en un contexto de rápida y masiva caída de los indicadores socio-económicos (KESSLER *et al.* 2010). Es como si las escenas de diciembre de 2001, la reiteración de los piquetes en calles y rutas, hubiesen convocado a los historiadores a percibir una novedad que valía la pena rastrear en el pasado. En segundo lugar, la legitimidad que recibieron selectivamente, también hay que decirlo- algunas de esas expresiones políticas a partir de la asunción como presidente de Néstor Kirchner, en mayo de 2003. La decisión de seducir, cooptar y/o aceptar a algunos grupos de trabajadores, precarizados, desempleados, piqueteros, etc., llevó a que la protesta social fuera parte de la vida diaria de millones de argentinos, que la veían en la televisión, en las calles y las rutas, en las escuelas, hospitales, universidades y fábricas entre algunas de las instituciones que albergaron conflictos (SVAMPA; PEREYRA 2009). En tercer lugar, por la escucha cada vez más atenta que algunos historiadores (GIORDANO 1996; MAYO 1997) prestaron a los *Subaltern Studies* de la India, que invitaban a percibir los conflictos sociales con categorías y herramientas que incluían -pero también escapaban- a las más tradicionales metodologías con las que se estudiaban los choques de clases de sociedades urbanas (GUHA 2002; RIVERA CUSICANQUI; BARRAGÁN 2002).

Pero probablemente la gran novedad historiográfica argentina en lo que va del siglo XXI no es el estudio de las condiciones de subalternidad sino la imantación que ha producido la historia del pasado inmediato.

Historia reciente: política y memoria

Al finalizar las VII Jornadas Interescuelas y Departamentos de Historia en 1999, se dirigió al público la directora del Departamento de Historia de la Universidad Nacional del Comahue, la institución organizadora. En esa ocasión Gladys Varela señalaba que

En estas jornadas, hemos observado, cómo un número importante de colegas jóvenes, empiezan a preocuparse sobre la historia del pasado cercano, particularmente del argentino, que tanto ha marcado a nuestra sociedad, logrando romper el bloqueo que el análisis de ciertas temáticas producía a nuestra generación (VARELA 2000, p. 257).

Si en 1999 ya se avizoraba la aparición de "colegas jóvenes" que se preocupaban por el pasado cercano, lo que hoy tenemos es la profundización de ese fenómeno a niveles imposibles de imaginar sobre el filo del siglo pasado. En efecto, el campo de la llamada "historia reciente" es el que ha tenido un verdadero *boom* en la última década. Se han multiplicado las publicaciones,

los eventos, los sitios web y los espacios de formación destinados a la difusión y producción de conocimientos sobre el pasado cercano.³ Por ese pasado se entiende, en líneas generales, al período posterior a 1955, aunque, por la propia naturaleza polémica del campo (FRANCO; LEVIN 2007), esos límites no son nada rígidos. Es cierto que se trata de un fenómeno de alcance global, que ha contribuido a entronizar a la memoria como un objeto de análisis primordial, cuando no exclusivo (HUYSEN 2002).

La gran producción bibliográfica sobre historia reciente nace en parte como respuesta a las indagaciones periodísticas producidas en la década de 1990 y también a la de corte testimonial, que aspiraba a dar a conocer los detalles de los mecanismos de represión, así como de la subjetividad revolucionaria desarrollada en el período anterior a la dictadura: pienso aquí en un libro como *Recuerdos de la muerte* (BONASSO 1984). Al final del siglo XX un historiador podía decir que en los quince años anteriores “ha aparecido una abundante y desapareja producción sobre los '70 desde la que se han formulado distintas preguntas al pasado” (DE AMEZOLA 1999, p. 142). Ese crecimiento ha sido mucho mayor desde entonces. El estudio de la historia reciente ha permitido identificar a un conjunto de actores que hasta hace diez años apenas tenían lugar en el registro historiográfico: los exiliados (FRANCO 2008; JENSEN 2010), las mujeres embarcadas en las actividades guerrilleras en las décadas de 1960 y 1970 (ANDUJAR *et al.* 2011) o los abogados radicalizados (CHAMA 2006), entre otros.

108

Este campo de estudios se constituyó y consolidó, a diferencia de otros, con tres rasgos particulares que quisiera detallar y cuya historicidad no responde exclusivamente a la dinámica historiográfica. Como resultado de la combinación de esos tres aspectos, abajo indicados, hay en marcha una difícil -e improbable- separación entre los que se dedican a analizar testimonios por un lado, los que intentan reconstruir un proceso socio-histórico pasado y quienes estudian cómo se enseñan o se podrían enseñar estas cuestiones en las aulas. Esos tres rasgos son:

- a) diálogo con el mandato (y el problema de) la transmisión en sede escolar de esas memorias tomadas como ejemplares. González (2014, p. 59-75) señaló el despliegue de políticas de memoria en ámbitos educativos – incluso poco antes de los años noventa- que se expresó en la implantación de nuevas efemérides como el 24 de marzo (día de aniversario del golpe de Estado de 1976) y el 16 de septiembre (aniversario del secuestro de un grupo de estudiantes secundarios en La Plata en 1976) y en la inclusión de contenidos sobre las décadas de 1970 y 1980 con una matriz crítica. Si bien tales novedades en el ámbito escolar no fueron consecuencia de un desarrollo historiográfico previo, los avances de la disciplina histórica fueron incorporándose posteriormente a las sucesivas modificaciones curriculares. Pero hasta no hace mucho fueron otras

³ Una manera de percibir los temas y cuestiones abordadas por la historia reciente es revisar la biblioteca y las novedades del sitio web de la Red Interdisciplinaria de Estudios sobre historia reciente (www.riehr.com.ar).

ciencias sociales y las organizaciones defensoras de derechos humanos las que impulsaron y dotaron de contenido a los diseños curriculares y las efemérides (GONZÁLEZ 2014, p. 74-76).

- b) recurrencia de la comparación con otras experiencias latinoamericanas. En efecto, el interés por los procesos dictatoriales sudamericanos es una marca registrada de quienes se dedican al estudio del tiempo reciente (BERGERO; REATI 1997; GROppo; FLIER 2001; BOHOSLAVSKY et al. 2010b), incluyendo en algunos casos la comparación con España (AGUILA; ALONSO 2013; CHÁVES PALACIOS 2010).
- c) superposición con los estudios sobre la memoria de los pasados traumáticos. La fuerte producción del Núcleo de estudios sobre memoria del Instituto del Desarrollo Económico y Social (Buenos Aires), la maestría en Historia y Memoria de la Universidad Nacional de La Plata (junto a su revista *Aletheia*) y las actividades promocionadas por la Comisión Provincial por la Memoria, con sede en La Plata, han sido probablemente los grandes animadores de un debate que ya parece imposible de reseñar por la cantidad de participantes (CHAMA; SORGENTINI 2010). Es que el estudio de las memorias de los pasados traumáticos es prácticamente un campo científico con autonomía (CARNOVALE et al. 2006; JELIN; KAUFMAN 2006; JELIN; LONGONI 2005), que se evidencia en el notorio crecimiento de la historia oral como sub-campo.⁴ La creación de la Asociación Argentina de historia oral, la muy numerosa presencia de interesados en practicar y reflexionar sobre la historia oral, las revistas *Testimonios* y *Voces recobradas* parecen mostrar la amplitud y vitalidad de un campo, lo cual es también parte de un fenómeno mayor, de alcance occidental. Ello le ha permitido a la historia oral dejar de ser una rama "subversiva" y desacartonada de la disciplina histórica y pasar a ser "respetable" y estar en franco proceso de institucionalización y reconocimiento académico (FIELD 2009).

Uno de los problemas que en los últimos años fue asumido con más valentía que certezas metodológicas, tiene que ver con el problema (político) de cómo generó y obtuvo consenso la dictadura en la población (LVOVICH 2010). El otro punto interesante de este enfoque del pasado reciente es que dejaba de lado una premisa que las ciencias sociales y la historiografía habían asumido durante la transición a la democracia: la existencia de un enfrentamiento de larga data en la historia argentina entre autoritarismo y democracia (CHAMA; SORGENTINI 2010). Así, se ha postulado que después de 1983, en Argentina

los historiadores más relevantes del campo académico aspiraron a construir una narrativa nacional que dotara de sentido a la nueva experiencia. Contaron historias que apuntaban a la construcción de un país normal,

⁴ En efecto, como ha postulado Cattaruzza (2011), desde mediados de los años setenta "la memoria social no sólo conquistó legitimidad como objeto de estudio entre los historiadores, sino que también se volvió un campo muy frecuentado". Eujanian (2011) ha ofrecido sólidos contra-argumentos contra la existencia de ese supuesto "boom" en Occidente.

capitalista y democrático, contra el país deforme de los años anteriores. La normalización del país tuvo su correlato en la reconfiguración de la historia nacional: la lectura que se hacía entonces del pasado estaba atravesada por la clave del desarrollo de la democracia (VÉLIZ *et al.* 2010, p. 38).

El repudio y abandono de la llamada "teoría de los dos demonios" que suponía que el accionar guerrillero y su represión clandestina eran moral y legalmente equivalentes (FRANCO 2015) ha permitido reconstruir las particulares situaciones y contextos en que diversos actores recurrieron a prácticas autoritarias. Como señalan Chama y Sorgentini (2010), ese ejercicio ofreció una comprensión más amplia de los actores en su contexto, pero a cambio generó una fuerte tensión con la necesidad de mantener el rigor moral de la condena a sus actos. Por la naturaleza de los temas abordados, por el uso -posible o real- de los saberes académicos en aulas de las escuelas, por el vínculo con el sostenimiento de la memoria, la historia reciente presenta algunas confrontaciones -que no rupturas- con el paradigma de la normalidad historiográfica. La ampliación del número de practicantes de este campo especializado ha permitido poner en discusión algunos de los supuestos en los que se basaba el proceso de "re-profesionalización del campo historiográfico" argentino (PAGANO 2010) en las décadas de 1980 y 1990. Como en muchos otros aspectos, los cambios en la historiografía obedecían al impacto de fenómenos ajenos al campo, como fue la crisis de inicios del siglo XXI.

110

2001: el año que vivimos peligrosamente (y llegamos tarde)

Los efectos de la convulsión social y política del 2001 en Argentina fueron múltiples. Entre otros, que aquí interesan, se cuentan el abandono de muchas de las pretensiones y auto-imágenes que habían sustentado la transición a la democracia en los primeros años ochenta. Y en ese grupo de nociones se incluían también referencias acerca de la misión de los científicos, del vínculo entre intelectuales y política y entre universidad y desarrollo. Esas ideas se fueron abriendo paso en la medida en que

la confianza en el 'país normal' y en la democracia 'sin adjetivos' propia de la coyuntura alfonsinista -que de manera larvada funcionaba como soporte ideológico del campo historiográfico- se fue haciendo añicos (ADAMOVSKY 2011, p. 91).

Esa erosión de las convicciones que habían orientado al proceso de normalización se combinó con una inusitada demanda de saberes sobre el pasado, demanda montada en la convicción de que debía buscarse en ese tiempo pretérito alguna de las claves para entender lo que era diagnosticado como un "fracaso nacional". En efecto, pese a las expectativas en contrario, "la sociedad sí demandaba sentidos a la historia y los historiadores profesionales no estaban a la altura de esa demanda" (ADAMOVSKY 2011, p. 91). Todavía en pleno impacto de la crisis, Alejandro Cattaruzza (2002, p. 33) creía encontrar en este renovado interés por el poder explicativo del pasado, una "oportunidad

para que los historiadores que creemos que nuestros procedimientos entrenan en el ejercicio del juicio crítico sobre la realidad volviéramos a actuar allí, en la sociedad; ése es un horizonte que nunca debimos haber abandonado”.

El diagnóstico de muchos historiadores era que cuando la sociedad reclamó la provisión de herramientas intelectuales y culturales para comprender cómo había llegado al borde de la auto-disolución nacional, el campo historiográfico estaba políticamente inerte, incapaz de ofrecer nada salvo discursos crípticos y auto-centrados y que debían restablecerse puentes entre la historiografía profesional y el gran público. Por ello una de las herencias de la crisis de 2001 sobre la práctica historiográfica guarda relación con las estrategias usadas para la circulación del conocimiento. Así, emergió una preocupación intensa por el problema de la divulgación de los saberes académicos por fuera de las propias instituciones académicas. ¿Para quién se escribe?, ¿quién lo lee?, ¿qué se hace con esos conocimientos? Estas preguntas se instalaron con cierta recurrencia, y en algunos casos generaron posicionamientos muy críticos hacia las estrategias endogámicas de legitimación asumidas por los historiadores profesionales, que supuestamente le daban la espalda a problemas sociales relevantes. Es por ello que en la década del 2000 un grupo significativo de historiadores se preocupó de manera muy sincera, muy política (VELIZ *et al.* 2010) y muy productiva del problema de la difusión y la popularización de la ciencia, así como por los usos sociales de los saberes (CATTARUZZA 2010) y se encargó de la producción de materiales audiovisuales,⁵ de bibliografía para divulgación (BANDIERI 2005; BARRANCOS 2008; BRAGONI 2010; BUCHBINDER 2008; CATTARUZZA 2007; DEVOTO 2003; GOLDMAN 2009; MORENO 2009) y de manuales de uso escolar. Probablemente uno de los puntos en los que se evidencian esos puntos de contacto entre los historiadores profesionales y un mundo mayor, sea en la producción de libros de texto para la educación media. En esa interfaz entre educación, investigación y divulgación se producen turbulencias profesionales, académicas y de distribución del poder que sólo recientemente han venido a ser puestas en discusión (DE AMEZOLA 2008). En la década de 1990 numerosos historiadores profesionales intervinieron en la producción de manuales de historia que tienen por destinatarios a los profesores o los estudiantes de escuela media (por ejemplo, DE PRIVITELIO *et al.* 1998). A los interesados en estas cuestiones recomiendo la lectura del artículo de Mariana Lewkowicz y Martha Rodríguez incluido en este mismo dossier.

111

⁵ Numerosas producciones audiovisuales se han venido ofreciendo por el canal estatal *Encuentro* desde su creación en 2007, cuya programación se centra en la difusión de la ciencia, la cultura y la historia. Al final del 2015 los programas dedicados a la difusión de historia nacional en *Encuentro* son “10 minutos de historia”, “Historia de un país. Argentina siglo XX”, “Bio.ar”, “Caudillos”, “La asombrosa excursión de Zamba en el Cabildo” (un cómic que mixtura tiempos actuales con 1810, gracias a una animación) y “Mujeres. Lo personal es político”. Todos esos materiales pueden ser descargados libremente en: http://descargas.encuentro.gov.ar/tema.php?tema_id=4. Junto con ello hay ciclos dedicados a temas puntuales de historia como “Años decisivos”, “Argentina y la gran guerra”, “Asamblea 1813”, “Bajo pueblo”, “Batallas de la libertad”, “Crónicas de archivo”, “Ejército y política”, “Escenas de la historia de un país”, “Historia de la clase media argentina”, “Historia de las clases populares”, “Historia de los partidos políticos”, “XIX: Los proyectos de nación”, “Jesuitas en Córdoba”, “Juventud y militancia”, “La era de los caciques”, “Los Valencia, serie animada”, “Madres de la plaza”, “Malvinas. La historia de la usurpación”, “Padres de la plaza”, “Pensar Malvinas”, “Presidentes argentinos”, “Pueblos originarios” y “Revoluciones”, entre otros.

Estas iniciativas testimonian también la existencia de un recambio generacional al interior del campo. Al poner el acento en el vínculo entre la ciencia histórica y la sociedad, se alejaban del que había sido el propósito inicial de la generación que lideró la reconstrucción disciplinaria en la década de 1980 y que lideró el proceso de "normalización" de las universidades durante el gobierno de Alfonsín. Esta generación consideró urgente apostar por la constitución científica de la disciplina, autonomizándola de las presiones ejercidas por las fuerzas sociales y políticas. Tanto la discusión sobre el agotamiento de la historiografía académica como proyecto "profesional" así como las impugnaciones más severas al ordenamiento despolitizante dentro del campo son anteriores a la crisis del 2001. Era un aspecto sobre el cual incluso algunos historiadores consagrados admitían ya a mediados de los años noventa que valía la pena debatir (Hora y Trímboli 1994). En igual sentido iba el *Manifiesto de Octubre* lanzado por un conjunto de estudiantes y graduados de la carrera de historia de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, pieza clave del campo académico argentino. Según denunciaban con fuerte potencia política en 1997, la situación que se vivía era de hartazgo respecto del modelo de historiador profesional, productor serial de *papers*: "nos invita a que medremos, a pulirnos en el aprendizaje de congregar a los sucesivos referatos y evaluaciones para que el sueño de una carrera universitaria exitosa no se vea interrumpido" (TRÍMBOLI *et al.* 1997, p. 2). Una de las voces más lúcidas de la crítica a la generación de historiadores "normalizadores" –y también firmante del *Manifiesto de Octubre*– planteó abiertamente la necesidad de abandonar el paradigma del distanciamiento del historiador profesional respecto de su sociedad y las tensiones políticas contemporáneas:

Nuestros interrogantes del presente orientan las preguntas que lanzamos al pasado. Las respuestas que encontramos allí llevan la esperanza de dotarnos de claves para mejorar nuestra vida actual [...] En ese interés práctico por el pasado coincidimos (o deberíamos coincidir) tanto historiadores como el vecino de a pie. Una conexión más estrecha entre el historiador profesional y el gran público –con los recaudos que sean necesarios– no conspira contra la buena historia: por el contrario, la fortalece" (ADAMOVSKY 2011, p. 104).

La pregunta por la circulación de los saberes también provino de confrontar con el masivo éxito comercial obtenido por aquellos productos generados por intelectuales o comunicadores mediáticos, carentes de prestigio académico, pero llenos de lectores, oyentes y televidentes (LANATA 2002, 2004; PIGNA 2004, 2005, 2006, 2008). La percepción de que los relatos sobre el pasado que más circulaban eran los provistos por estas figuras (RODRÍGUEZ 2010; SEMÁN *et al.* 2009) también reforzó la auto-crítica de miembros del campo, por haber desdeñado durante mucho tiempo la divulgación de la ciencia y sobre todo por haberle sacado el cuerpo a la dimensión política de la historia, al punto de producir una "malla de escritura que sólo deja enunciar aquello que no tenga rasgo de pasión, de dramaticidad" (TRÍMBOLI *et al.* 1997, p. 4). Es interesante que el vínculo entre los historiadores profesionales y los amateurs

o “prácticos” haya sido estudiado en otros puntos del planeta. Así, Malerba ha mostrado en esta misma revista que esos lazos no son necesariamente ríspidos en Estados Unidos y Australia, pero sí más complicados en Brasil (MALERBA 2014, p. 28-33).

Política pública, público politizado y usos de pasado

Es notorio el incremento en el consumo social de libros, películas y programas de radio y televisión dedicados a la historia argentina desde 2001. Ese *revival* de la historia viene de la mano de un resurgimiento de la creencia en que la historia puede actuar como maestra de la vida, en el sentido de enseñarles a los hombres cómo es que han llegado a donde están en la actualidad. Esa convicción, desterrada hace tiempo de la historiografía normalizada, actuó después de la crisis de 2001 como un desesperado salvavidas generador de sentido y de certezas en un momento especialmente complicado para la reproducción de las anteriores seguridades acerca de quiénes eran los argentinos. Pero seguramente la preocupación social por encontrar respuestas en el pasado, nacida de la angustia social generada durante la crisis, no habría bastado para sostener desde entonces ese fuerte interés por la historia. Fue clave el hecho de que se combinó con otros dos fenómenos con los que convergió: el Bicentenario y las políticas públicas. Como señaló Trímboli (2015, p. 225), esa reaparición de la historia “ocurre con la intervención muy activa del Estado”. El bicentenario de la revolución de mayo de 1810 suscitó un gran número de producciones bibliográficas y audiovisuales, así como de celebraciones públicas, inauguración de obras y monumentos, en definitiva, un conjunto de políticas de memoria destinadas a celebrar los doscientos años de aquel episodio considerado seminal de la vida nacional. La celebración del Bicentenario fue, probablemente, la más relevante de las políticas de los gobiernos kirchneristas, para formular un nuevo sentido nacional e histórico, de un tono fuertemente fundacional, ligado a preceptos historiográficos provenientes del revisionismo histórico, especialmente en su versión izquierdista, que probablemente hoy constituyan el sentido común histórico de una porción significativa de la población nacional. En ese sentido también hay que ubicar al feriado permanente en recuerdo del combate de la Vuelta de Obligado de 1845 (en 2010) y el feriado extraordinario por la batalla de Tucumán de 1812 (en 2012). Se debe incluir asimismo la creación en 2011 del *Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego*, dedicado a la reivindicación de quienes, según indica el decreto presidencial de su creación “defendieron el ideario nacional y popular ante el embate liberal y extranjerizante de quienes han sido, desde el principio de nuestra historia, sus adversarios” (PALERMO 2015, p. 189). Durante el festejo del Bicentenario un amplio conjunto de actividades públicas (culturales, educativas, mediáticas, intelectuales) invitaron a reflexionar sobre la particularidad de ser argentinos y de cuáles eran las tradiciones patrias. A riesgo de caer en el impresionismo, vale la pena mencionar que para el acto del 25 de mayo de 2004, en celebración de la fiesta patria, y también del primer año de gobierno de Néstor Kirchner, se convocó a la población a escuchar a

destacados músicos en la Plaza de Mayo. Lo extraño no fue que se tocara en esa ocasión el himno nacional, sino que quien se encargara de hacerlo fuera Charly García -prohombre del *rock* argentino, ajeno a la solemnidad con la que suelen investirse estos actos- lo que marcó una recreación de los símbolos nacionales.

En el nuevo sentido de lo nacional que se intenta imprimir, la historia argentina aparece reverdecida como un elemento identitario de primer orden. De nuevo, con Trímboli (2015, p. 227) podría postularse que "la nueva presencia pública de la historia tiene la pretensión de reencontrar el sentido de nuestra experiencia a partir de la inmersión en el pasado". Reformulación y modernización de algunos museos nacionales (BOHOSLAVSKY *et al.* 2010a), propaganda, iniciativas públicas para crear espacios de recordación y erigir monumentos son algunas de esas políticas que tienden a instalar un sentido de orgullo nacional, entre cuyos patrimonios se incluye el tratamiento judicial de las violaciones a los derechos humanos sucedidas durante la última dictadura militar. En esa serie de actividades -numerosas, diversas, desplegadas por buena parte del país- participaron numerosos historiadores con credenciales académicas. Tanto en charlas como en guiones para dibujos animados, exhibiciones en centros de conservación de la memoria y en la elaboración de discursos que refirieran al pasado reciente, hubo involucrados destacados historiadores argentinos.

114

La auto-imagen de la Argentina que se promueve en muchos de los discursos públicos en los últimos años aparece revestida de una pertenencia inequívoca a América latina, lo cual es expresado en políticas de integración económica y comercial (como la continuidad del Mercosur y el lanzamiento de la UNASUR), pero también en muchas referencias simbólicas, centradas en el común nacimiento de las repúblicas americanas en las guerras de independencia de inicios del siglo XIX. Basta recordar que el cierre del mencionado acto del 2004 le cupo al cantautor cubano Silvio Rodríguez y que el show final de los festejos del Bicentenario contaron con la participación del también cubano Pablo Milanés y de la murga uruguaya Agarrate Catalina. En definitiva, el Bicentenario fue la oportunidad usada por el gobierno nacional para afirmar la inclusión de Argentina en América latina, en un esfuerzo de diferenciación con respecto a anteriores políticas de identidad que insistían en la pertenencia del país al primer mundo o a Occidente.

Conclusiones

Se aprecia que la historiografía académica se encuentra en una etapa de florecimiento, consolidación y expansión que se puede cuantificar con distintas variables (participantes en eventos, publicaciones especializadas, apertura de nuevas carreras de grado y posgrado, número de becarios e investigadores, proyectos en marcha, etc.). Parece claro que esa "edad de oro" de la historiografía resulta áurea por el contraste con el cuarto de siglo anterior, en el que esa expansión estaba fuertemente amenazada por la estrechez presupuestaria y por la solidez de los patronazgos al interior de las instituciones universitarias y de promoción de la investigación. Sin embargo, el precio que se paga por desarrollar esa vigorosa tendencia de crecimiento, especialización y diversificación de la

disciplina es la notoria dificultad para elaborar relatos (de distintos soportes) que puedan circular por espacios socialmente más amplios. En efecto, una de las consecuencias de la especialización disciplinaria es una percepción cada vez más aguda de la complejidad de los entramados sociales, de cuán abigarrados son los procesos de cambio y los actores, y en consecuencia, de lo enormemente dificultoso que resulta producir textos que respeten esa complejidad y a la vez puedan ser apropiados por un número de lectores más amplio que el ofrecido por las aulas universitarias. La paradoja que resulta de esa situación podría ser que en el momento en el que el Estado nacional coloca más fondos en la promoción del saber histórico científicamente fundado, los historiadores están en peores condiciones de intervenir con un macro-relato y una reconstrucción histórico-literaria global sobre el pasado argentino. Así, la condición que permite el éxito de la consolidación del campo normalizado sería, simultáneamente, la garantía de la inutilidad política de la historiografía. El triunfo del especialista implica abandonar al intelectual, para decirlo mal y pronto.

Sin embargo, esa conclusión debería ser revisada en función de un conjunto de prácticas que se vienen dando en la historiografía argentina en los últimos quince años. En efecto, numerosos historiadores profesionales, formados en la universidad normalizada de los años noventa, han desarrollado numerosas y muy originales iniciativas para dar a conocer su manera de interpretar el pasado nacional (reciente o no). En el despliegue de esas iniciativas han recurrido a soportes más originales y atractivos -como los audiovisuales o las colecciones para divulgación-, a espacios por fuera de la universidad -aulas de escuelas primarias, secundarias y penitenciarias, salas de museo, ex-centros clandestinos de detención, *podcasts*, etc.- y con ello han ido proponiendo una relación distinta con la disciplina histórica, las políticas públicas y la sociedad. La sensación paradójica y cruel de que los historiadores habían faltado a la cita con la historia en el 2001 fue un estímulo para participar de programas de radio, en la prensa masiva y en la elaboración de materiales bibliográficos y televisivos novedosos que, sin renunciar a la pretensión de tener niveles aceptables de científicidad, esperaban encontrar un público receptor por fuera de los espacios académicos.

Referencias bibliográficas

- ADAMOVSKY, Ezequiel. Historia, divulgación y valoración del pasado: acerca de ciertos prejuicios académicos que condenan a la historiografía al aislamiento. **Nuevo Topo**, n. 8, p. 91-106, 2011.
- AGUILA, Gabriela; Luciano ALONSO (eds.). **Procesos represivos y actitudes sociales**. Entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sud. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- ANDÚJAR, Andrea et al. **Hilvanando historias**. Mujeres y políticas en el pasado reciente latinoamericano. Buenos Aires: Instituto Interdisciplinario de estudios de Género (UBA) y Luxemburg Ediciones, 2011.

- BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.
- BARRANCOS, Dora, **Mujeres, entre la casa y la plaza**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- BERGERO, Adriana; REATI, Fernando (comps.). **Memoria colectiva y políticas del olvido**. Argentina y Uruguay, 1970-1990. Rosario: Beatriz Viterbo, 1997
- BOHOSLAVSKY, Ernesto; DI LISCIA, María Silvia; GONZÁLEZ DE OLEAGA, Marisa. Del centenario al bicentenario. Memorias (y desmemorias) en el Museo Histórico Nacional. **A contracorriente. Una revista de historia social y literatura de América Latina**, v. 7, n. 3, p. 100-125, 2010a.
- _____. *et al.* (eds.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento y Prometeo Libros, 2010b. 2 v.
- BONASSO, Miguel. **Recuerdo de la muerte**. Buenos Aires: Planeta, 1984.
- BRAGONI, Beatriz. **San Martín**. De soldado del rey a héroe de la nación. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- BUCHBINDER, Pablo. **¿Revolución en los claustros?** La reforma universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- 116 CARNOVALE, Vera, Federico LORENZ y Roberto PITTALUGA (comps.). **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: Memoria Abierta y CeDInCI, 2006.
- CATTARUZZA, Alejandro. La Historia en tiempos difíciles. **Revista Todavía**, n. 2, 2002.
- _____. **Los usos del pasado**. La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- _____. Panel inaugural. In: CERNADAS, Jorge; LVOVICH, Daniel (comp.), **Historia, ¿para qué?** Revisitas a una vieja pregunta. Buenos Aires: Prometeo Libros y Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010, p. 25-32.
- _____. Las representaciones del pasado: historia y memoria. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 33, p. 155-164, 2011.
- CHAMA, Mauricio. Peronización y radicalización de grupos de abogados en los años '60 y principios de los '70. **Cuestiones de Sociología. Revista de Estudios Sociales**, n. 3, 2006, p. 143-168.
- _____; SORGENTINI, Hernán. A propósito de la memoria del pasado reciente argentino. Notas sobre algunas tensiones en la conformación de un campo de estudios. **Aletheia**, v. 1, n. 1, 2010, p. 1-7.

CHAVES PALACIOS, Julián (coord.). **La larga memoria de la dictadura en Iberoamérica**. Argentina, Chile y España. Buenos Aires: Prometeo libros, 2010.

CHIROLEU, Adriana; IAZETTA, Osvaldo. La política universitaria en la agenda de gobierno de Kirchner. In: MARQUINA, Mónica, SOPRANO, Germán y MAZZOLA, Carlos (coords.). **Políticas, instituciones y protagonistas de la universidad argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Universidad Nacional de San Luis y Prometeo Libros, 2009, p. 21-46.

DE AMÉZOLA, Gonzalo. **Esquizohistoria**. La Historia que se enseña en la escuela, la que preocupa a los historiadores y una renovación posible de la historia escolar. Buenos Aires: Libros del zorzal, 2008.

_____. Problemas y dilemas de la enseñanza de la historia reciente. **Entrepasados. Revista de Historia**, n. 17, 2009, p. 137-162.

DE PRIVITELIO, Luciano *et al.* **Historia de la Argentina contemporánea**. Desde la construcción del mercado, el Estado y la nación a nuestros días. Buenos Aires: Santillana, 1998.

DEVOTO, Fernando. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

DI MEGLIO, Gabriel. **¡Mueran los salvajes unitarios!** La Mazorca y la política en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

_____. Wolf, el lobo. Observaciones y propuestas sobre la relación entre producción académica y divulgación histórica. **Nuevo Topo**, n. 8, p. 107-120, 2011.

EUJANIAN, Alejandro. La memoria, los historiadores y el pasado. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 33, p. 175-180, 2011.

FIELD, Sean. De hijastra a anciana: ¿Se ha vuelto "respetable" la historia oral? **International Oral History Association Debate**, 2009. Disponible en: <http://www.iohanet.org/debate/?p=21>. Accedido el 29 jun. 2015.

FRADKIN, Raúl. **¿Y el pueblo dónde está?** Contribuciones para una historia popular de la revolución de independencia en el Río de la Plata. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

FRANCO, Marina. **El exilio**. Argentinos en Francia durante la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

_____. La "teoría de los dos demonios" en la primera etapa de la posdictadura. In: FELD, Claudia; FRANCO, Marina (eds.). **Democracia, Hora Cero**. Actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015, p. 23-80.

_____; LEVÍN, Florencia (eds.). **Historia reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

- GIORDANO, Verónica. La resistencia simbólica en las haciendas de la sierra sur peruana. **Estudios Sociales**, n. 11, 1996, p. 161-177.
- GOLDMAN, Noemí. **¡El pueblo quiere saber de qué se trata!** Historia oculta de la Revolución de Mayo. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- GONZÁLEZ, María Paula. **La historia reciente en la escuela.** Saberes y prácticas docentes en torno a la última dictadura. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.
- GROPPO, Bruno y FLIER, Patricia (eds.) **La imposibilidad del olvido.** Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Ediciones al Margen, 2001.
- GUHA, Ranajit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos.** Barcelona: Crítica, 2002.
- HORA, Roy y TRÍMBOLI, Javier. **Pensar la Argentina.** Los historiadores hablan de historia política. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1994.
- HUYSEN, Andreas. **En busca del futuro perdido.** Cultura y memoria en tiempos de globalización. México: FCE, 2002.
- JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana (eds.). **Subjetividad y figuras de la memoria.** Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI de España Editores y Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2006.
- 118 ———; LONGONI, Ana (comps.). **Escrituras, imágenes y escenarios ante la memoria.** Madrid: Siglo XXI Editores de España y Siglo XXI de Argentina Editores, 2005.
- JENSEN, Silvina. **Los exiliados.** La lucha por los derechos humanos durante la dictadura militar; Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- KESSLER, Gabriel; SVAMPA, Maristella; GONZÁLEZ BOMBAL, Inés (coords.). **Reconfiguraciones del mundo popular.** El conurbano bonaerense en la post-convertibilidad. Buenos Aires: Prometeo Libros y Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.
- KINDGARD, Adriana. Tradición y conflicto social en los Andes argentinos. En torno al Malón de la Paz de 1946. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 15, n. 1, p. 165-184, 2004.
- LANATA, Jorge. **Argentinos.** Barcelona: Ediciones B, 2002.
- . **ADN.** Mapa genético de los defectos argentinos. Buenos Aires: Planeta, 2004.
- LVOVICH, Daniel. Burócratas, amigos, ideólogos y vecinalistas: el reclutamiento de funcionarios municipales de Morón durante la dictadura militar (1976-1983). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; SOPRANO, Germán (eds.). **Un Estado con rostro humano.** Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010, p. 411-430.

MALERBA, Jurandir. **La historia en América Latina**. Ensayo de crítica historiográfica. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2010.

_____. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, n. 15, p. 27-50, 2014.

MARQUINA, Mónica. ¿Hay una política universitaria K? Posibles respuestas a partir del análisis del financiamiento. In: CHIROLEU, Adriana *et al.* (eds.). **La política universitaria de los gobiernos Kirchner**: continuidades, rupturas, complejidades. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012, p. 75-92.

MASTROGREGORI, Massimo. Google, la bibliografía e l'attenzione. **Le parole e le cose**. Disponible en: <http://www.leparoleelecose.it/?p=4357>. Accedido el 8 jun. 2016

MAYO, Carlos. Patricio de Belén: Nada menos que un capataz. **The Hispanic American Historical Review**, v. 77, n. 4, p. 597-617, 1997.

MORENO, José Luis. **Éramos tan pobres...** De la caridad colonial a la Fundación Eva Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

PAGANO, Nora. La producción historiográfica reciente: continuidades, innovaciones, diagnósticos. In: DEVOTO, Fernando (dir.). **Historiadores, ensayistas y gran público**: la historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 39-67.

PALERMO, Vicente. **La alegría y la pasión**. Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada. Buenos Aires: Katz editores, 2015.

PIGNA, Felipe. **Los mitos de la historia argentina 1**. De los pueblos originarios y el descubrimiento de América a la independencia. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma-Planeta, 2004.

_____. **Los mitos de la historia argentina 2**. De San Martín a 'el granero del mundo'. Buenos Aires: Planeta, 2005.

_____. **Los mitos de la historia argentina 3**. Desde la ley Sáenz Peña a los albores del peronismo. Buenos Aires: Planeta, 2006.

_____. **Los mitos de la historia argentina 4**. La Argentina peronista (1943-1955). Buenos Aires: Planeta, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia; BARRAGÁN Rossana (eds.). **Debates post coloniales**: una introducción a los estudios de la subalternidad. La Paz: Historias-Sephis-Aruwiri, 1997.

RODRÍGUEZ, Martha. Una década de historiografía argentina (1990-2000). Orientaciones, temas y problemas. **Anuario del Centro de Estudios Históricos 'Prof. Carlos S. A. Segreti'**, año 2, n. 3, p. 285-303, 2002/2003.

_____. Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia. Ensayistas, historiadores y gran público, 2001-2006. In: DEVOTO, Fernando (dir.). **Historiadores, ensayistas y gran público: la historiografía argentina, 1990-2010.** Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 117-137.

SALVATORE, Ricardo. **Wandering paysanos.** State order and subaltern experience in Buenos Aires during the Rosas era. Durham: Duke University Press, 2003.

SEMÁN, Pablo, MERENSON, Silvina y NOEL, Gabriel. Historia de masas, política y educación en Argentina. **Clío & Asociados. La Historia Enseñada**, n. 13, p. 69-93, 2009.

SVAMPA, Maristella y PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio.** La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2009.

TRÍMBOLI, Javier. La vuelta de la historia. Consideraciones sobre la nueva presencia pública de la historia. **Pasado Abierto**, n. 1, p. 220-229, 2015.

TRÍMBOLI, Javier *et al.* **Manifiesto de octubre.** Para una crítica de la razón académica. Buenos Aires, 1997. Disponible en: <http://ezequieladamovsky.blogspot.com.ar/2013/03/normal-0-manifiestode-octubre-para-una.html>. Accedido el 11 dic. 2015.

VARELA, Gladys. VII Jornadas Interescuelas de Historia. **Revista de Historia**, n. 8, , p. 257-258, 2000.

120 VELIZ, Romina *et al.* En boca de todos: apuntes para divulgar historia. **Interface - a journal for and about social movements**, v. 2, n. 1, p. 334-380, 2010.

La construcción del pasado chubutense en el discurso histórico provincial: representaciones de la experiencia exploratoria y colonizadora española en Chubut, Argentina, en textos escolares provinciales (1978-2006)

The construction of Chubut's past in the provincial historical discourse: representations of the Spanish exploratory and colonizing experience in Chubut, Argentina, in school textbooks (1978-2006)

José Guillermo Williams

jgwilliams_85@yahoo.com.ar

Pesquisador

Instituto de Estudios Sociales y Políticos de la Patagonia (IESyPPat)

Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (UNPJSB)

Guerrico, 346 - Rada Tilly

9001 - Chubut

Argentina

Resumen

En este trabajo nos proponemos analizar de qué modo se ha representado la experiencia exploratoria y colonizadora española en el territorio de la actual provincia de Chubut, Argentina, en los textos escolares de educación primaria de producción provincial. Para ello iniciamos el artículo explicando el rol de la educación y los textos escolares en la conformación de la historia y la identidad de un territorio, y luego nos referimos brevemente al papel que ha jugado la "hispanidad" en la nación y en la provincia, especialmente desde principio del siglo XX, pero también en la actualidad. Tras una descripción de lo que denominamos la "experiencia española" en Chubut, analizamos cinco textos escolares, viendo cómo esta experiencia es representada en cada uno de ellos. El artículo finaliza explicando que el rol asignado va variando entre un texto y en otro, pero, a pesar de aparecer siempre, su papel nunca llega a ser más relevante que otros episodios históricos de la provincia, principalmente el de la colonización galesa.

121

Palabras-clave

Educación; Identidad; Historia.

Abstract

The following paper proposes to analyze the ways in which Chubut school textbooks have represented the Spanish exploratory and colonizing experience in the current territory of Chubut, Argentina. We start the article by explaining the role of education and school textbooks in the conformation of a territory's history and identity, and then we briefly refer to the role played by "Hispanity" in the nation and the province, especially since the early 20th century, but also in current time. After describing what we call the "Spanish experience" in Chubut, we analyze five school textbooks, seeing how this experience is represented in each of them. The article ends by explaining that the assigned role varies between one text and the other but, despite its continuous appearance, its importance never manages to be bigger than other historical episodes of Chubut, chiefly, the Welsh settlement.

Keywords

Education; Identity; History.

Recibido el: 31/8/2015

Aceptado el: 10/11/2015

La escuela representa uno de los principales espacios utilizados por el Estado para producir y reproducir el discurso oficial de pertenencia a un determinado territorio y a una determinada cultura, siendo el ejemplo principal la Nación. Esto se logra principalmente a través de la conformación del curriculum correspondiente a Historia. Como explica Luis Alberto Romero, "La Historia fue en la escuela no solo una disciplina de saber, sino un poderoso instrumento para identificar con la comunidad nacional a cada futuro ciudadano que pasaba por sus aulas" (ROMERO 2004, p. 39-40). En este ámbito, el libro de texto constituye la principal herramienta de reproducción del curriculum. Héctor Rubén Cucuzza afirma que "[...] la influencia del libro escolar no es menor en la conformación de las identidades nacionales a través de tradiciones inventadas o los mecanismos por los cuales determinadas comunidades se imaginan a sí mismas [...]" (CUCUZZA 2007, p. 59).

Este proceso de construcción del pasado y la identidad se realiza de manera similar a nivel regional y provincial. Aquí, se construye una narración de la historia de la provincia, estableciendo así cuales fueron sus actores y acciones principales, y cómo la provincia fue definida por estos procesos históricos. Para articular estos contenidos curriculares, se han diseñado y producido una serie de libros de texto escolares, dedicados a cubrir aspectos geográficos, biológicos, históricos y culturales de la provincia.

En el caso de la provincia de Chubut, Argentina, que trabajaremos aquí, los libros de texto escolares han partido de una concepción de la historia pensada desde la Dirección de Cultura y Educación, que plantea dos pilares que estructuran la historia provincial: la experiencia exploradora española, durante el periodo colonial (1492-1810), y la presencia definitiva, inaugurada por la colonización establecida por galeses a partir de 1865. Si bien el segundo es, indiscutiblemente, el elemento más fuerte en la construcción del pasado provincial, la experiencia española adquiere un carácter de relevancia en estos textos, en cuanto ayuda a introducir al territorio del Chubut en los procesos de exploración por parte de europeos que ocurrían simultáneamente en el resto del continente americano, centrándose en el proceso colonizador español. Paralelamente, en cuanto la "Hispanidad" comenzó a ser pensada desde principios del siglo XX como un elemento fundante de la identidad nacional¹, la exaltación de este elemento hispano como constitutivo del pasado chubutense representa un intento de enmarcar la identidad regional en la nacional.

El propósito de este trabajo es analizar las representaciones de la "experiencia española" en Chubut en los contenidos históricos de los libros de texto escolares provinciales. Nuestro interés reside en analizar el espacio que se le otorga a la temática dentro del reducido cuerpo del texto, distinguir qué elementos son resaltados y qué individuos son mencionados, así como también ver el rol asignado a estos episodios dentro de la historia provincial.

Nuestras fuentes consistirán en cinco documentos, producidos en el periodo 1978-2006. El primero consiste en una carpeta titulada "Chubut mi provincia",

¹ Especialmente vista como un rescate de una identidad "original" frente al aluvión migratorio.

realizada por el Consejo Provincial de Educación de Chubut en 1978 con el objetivo de recopilar información para elaborar un libro de texto. Seguidamente, trabajaremos cuatro libros de texto escolares producidos para el estudio de la provincia en la educación primaria. Estos son: *Chubut mi Provincia*, de la década de 1980, *Chupat Chubut* de 1991, *Sentir Chubut* de 1998 y *Chubut Pura Naturaleza*, de 2006 (reeditado en 2010).

Historiografía y educación: formas de construir nacionalidad y provincialidad

La escritura de la historia de un territorio (geográfico o administrativo) representa un elemento central en la construcción de la identidad de su población. En esta escritura no sólo se dan cuenta los acontecimientos ocurridos en el mismo, sino que estos son estructurados, asignándosele un sentido específico, y conformado así un discurso. La historiografía se ha ocupado ampliamente de la escritura de las historias nacionales, fuertemente ligadas a los nacionalismos. En el ámbito de las historias territorianas y provinciales, la dinámica de construcción de estos pasados opera de manera similar a la de la nación. Estas historias pueden plantear continuidades, similitudes o diferencias con la historia nacional, pueden resaltar cómo su poblamiento y crecimiento se desarrolló en consonancia con los planes del Estado nacional, o bien distinguir características que destacan sus particularidades respecto al resto del país. Y precisamente, tienen por objetivo enmarcar la identidad de su población en clave histórica.

Para lograr constituir una identidad, esta historia oficial es también didactizante, y esto lo hace a través de ejemplos que resaltan los valores que el Estado (nacional, provincial) pretende promover. Fernando Devoto explica que la escuela, uno de los órganos principales para esta tarea,

123

[...] jugó un rol de significación a los efectos de imponer un conjunto de valores sobre los habitantes de un determinado territorio, el hecho de cuáles eran los valores que debían enfatizarse y cuales los instrumentos de transmisión de los mismos pudo presentar relevantes diferencias en los distintos casos nacionales (DEVOTO 1992, p. 9).

En este sentido, debemos pensar a los libros de texto escolares como uno de los ejes que articulan la educación primaria y secundaria. Ellos son utilizados tanto por los alumnos como por los maestros y profesores en las prácticas de aprendizaje y enseñanza que se establecen dentro del aula. Como explican Palmira Dobaño Fernández y Martha Rodríguez:

Los libros de texto son los materiales curriculares con mayor incidencia en el aprendizaje en el aula y que tienen un rol directivo y configurador de la práctica docente que los hace cualitativamente diferentes de los demás recursos. Aún fuera del aula, en general, la mayor parte del tiempo que los alumnos dedican a sus estudios y tareas gira en torno de los libros de texto (DOBAÑO FERNANDEZ; RODRIGUEZ 2009, p. 480).

El análisis de los libros escolares, y sus usos ha generado una importante producción académica, dedicada a trabajar múltiples facetas, desde la clasificación

de la variada literatura escolar, hasta los discursos que reproducen y los usos y prácticas que establecen.

Alain Choppin explica que el libro escolar posee múltiples funciones: la referencial, la instrumental, la ideológica-cultural y la documental. Para este trabajo nos focalizaremos en la primera y la tercera función. Como explica Negrín, Choppin plantea que en la función referencial, también llamada curricular o programática,

[...] el manual traduce las prescripciones curriculares más amplias y constituye el soporte privilegiado de los contenidos educativos, es depositario de conocimientos, de técnicas o de competencias que un grupo social estima necesario transmitir a las nuevas generaciones (NEGRIN 2009, p. 192).

Choppin considera la función ideológica y cultural como la más antigua. Surge con los Estados nacionales y los sistemas educativos modernos, donde el libro de texto se establece “[...] como uno de los instrumentos esenciales que moldean la lengua, la cultura y los valores de las clases dirigentes” (NEGRIN 2009, p. 192). En esta misma línea, Egil Børre Johnsen explica que “tradicionalmente, los estudios se han basado en el deseo de describir la imagen que se hace la nación de sí misma, tal como se presenta en los libros de texto” (JOHNSEN 1996, p. 74). Pensando en estas funciones, coincidimos también con Johnsen, al citar a Ruth Miller Elson, quien “[...] considera los libros escolares como un reflejo de los objetivos políticos y culturales prevaletentes de una sociedad. El análisis de Elson sobre los puntos de vista y las actitudes se basa en la suposición de que los libros de texto son el espejo último del poder” (JOHNSEN 1996, p. 115).

124

Esto también concuerda con las categorías de análisis de libros escolares propuestas por Johnsen, siendo la primera que propone la del análisis de “ideología en el libro de texto”. Volviendo a Negrín, compartimos su afirmación de que “[...] el libro, en su esencia pedagógica, mantiene el sentido original para el que fue concebido: la distribución de un conocimiento “legítimo” en el ámbito de las escuelas” (NEGRIN 2009, p. 189). Entre las herramientas disponibles para llevar a cabo este tipo de análisis, tomamos dos de las que plantea Johnsen: el análisis cuantitativo del contenido y el método hermenéutico o descriptivo analítico.

El estudio de los diversos aspectos de la provincia del Chubut comprende un espacio curricular reducido y localizado en la educación general básica chubutense. Dado el carácter centralista que poseían (y poseen) los libros de texto producidos a nivel nacional, la cobertura de los espacios regionales y provinciales más allá de Buenos Aires debían ser cubiertos por producciones propias.

En el periodo temporal que cubrimos, desde mediados de la década de 1970 hasta la actualidad, este espacio se incluye en el cuarto grado de la escuela primaria, perteneciente al segundo ciclo de la Educación General Básica, el cual fue reformado en la década de 1990 y nuevamente en la década de 2000, pero siempre manteniéndose, más allá de los cambios de nomenclatura, en el cuarto año de la escuela primaria.

El material básico con el que tanto alumnos como maestros trabajan la provincia es provisto por libros de texto o manuales, requeridos, encomendados, aprobados e incluso producidos por el Ministerio de Educación de la provincia, y comprenden los varios aspectos de la provincia: geográfico y climático, histórico, humano y natural. En este sentido vemos una "naturaleza calidoscópica de los libros de texto y de su investigación" (JOHNSEN 1995, p. 25).

Hispanidad, argentinidad y la "identidad chubutense". Pensando en el siglo XX

En 1992, en el 500° aniversario del arribo de Cristóbal Colón a América, un grupo de jóvenes oriundos de Comodoro Rivadavia realizó una travesía en el catamarán "Gandul", de construcción local, que consistió en un viaje de Comodoro hasta España, para luego retornar, uniendo así la costa patagónica con el viejo mundo. Este fue uno de las múltiples y numerosas formas de homenajear el inicio del "descubrimiento" y ocupación de América. Pero las conmemoraciones tenían también otro propósito: el pensar la herencia hispana como fundacional en la construcción de la "argentinidad" y, en este caso, en la historia y la población de Chubut.

A partir de principios del siglo XX, la elite intelectual argentina se abocó al proyecto de pensar la nacionalidad, construyendo sus elementos simbólicos, inventando y resignificando tradiciones y escribiendo una historia oficial, tarea iniciada centralmente por Bartolomé Mitre a partir de la segunda mitad del siglo XIX. El fin de este siglo había dejado al gaucho como uno de los principales elementos de la "tradición" argentina, planteando una hegemonía de esta figura mítica y ya perdida (GELMAN 1995), perteneciente a la pampa húmeda y especialmente al litoral, como representante identitario de un país mucho más extenso y diverso de lo que Buenos Aires era capaz de interpretar. Desde los retratos realizados por José Hernández, que luego fueron suavizados por el propio autor y por otros como Leopoldo Lugones o Ricardo Güiraldes, el gaucho comenzó a ser repensado un elemento central en la construcción del "ser nacional" (INTERSIMONE 2007).

Los orígenes de la "argentinidad" fueron repensados, volviendo a la raíz colonial y rescatando la herencia hispánica. En ello influyó el 400° aniversario del "descubrimiento" de América, que en España fue ampliamente festejada, al punto de realizar réplicas de las naves de Colón. En Argentina se realizaron además numerosos actos y monumentos en numerosas localidades. En Chubut, se erigió una pirámide en el pueblo de Gaiman, en el corazón de la colonia Galesa. Su constructor fue el italiano Francesco Pietrobelli, quien en 1901 fundaría Comodoro Rivadavia. Pero las buenas relaciones con España habían sido establecidas especialmente a partir de la década de 1860, cuando la Corona española reconoció la independencia de Argentina. Por pedido de Vicente Fidel López, y ratificado en 1900 por el propio Julio Argentino Roca, el himno nacional fue recortado, dejando de lado su marcada hostilidad hacia España (CATTARUZZA 2007, p. 66).

El cambio de siglo trajo también para Latinoamérica una revalorización de la raíz hispana, especialmente en contraposición a la pretensión hegemónica

estadounidense, simbolizada con la guerra de Cuba (1898). En este contexto, se estableció en Buenos Aires la Asociación Patriótica Española, que estuvo a cargo de presionar al gobierno para posicionar al 12 de octubre como una fiesta nacional. En 1917, bajo el gobierno de Yrigoyen, se define la fecha como "Día de la Raza", planteado explícitamente como un homenaje a España (CATTARUZZA 2007, p. 83). El concepto de raza resultaba de interés para los intelectuales nacionalistas, como José Ingenieros, dedicados a definir una "raza argentina". El componente hispano será esencial a la hora de definir esta raza.

En relación a los sentidos político culturales atribuidos a la fecha, Alejandro Cattaruzza afirma que,

[...] a partir de la segunda mitad de los años veinte, ellos [los sentidos] volvían a cambiar, y desde algunos grupos del catolicismo español más tradicionalista se planteó la conveniencia de celebrar ya no el Día de la Raza, sino el día de la "Hispanidad". Con tal termino se aludía, de acuerdo con uno de sus promotores, al "conjunto de todos los pueblos de cultura y origen hispánico diseminados por Europa, África y Oceanía" y al "conjunto de cualidades que distinguen del resto de las naciones del mundo a los pueblos de cultura y estirpe hispana (CATTARUZZA 2007, p. 83-84).

En España, la fecha será definida por el franquismo como "día de la hispanidad" en la década de 1950.

126

En lo referente al caso chubutense, la presencia española en el territorio que posteriormente sería denominado Chubut había sido muy esporádica, en cuanto se encontraba, una vez establecida la Colonia, muy lejos de la frontera. Sin embargo, existieron momentos de contacto entre los españoles y el territorio.

El primero fue el desembarco de Simón de Alcazaba y Sotomayor, adelantado español que tenía por objetivo tomar posesión del territorio sudamericano por debajo del paralelo 35° sur, en nombre de la corona española. Alcazaba desembarcó en 1535 en las cercanías del actual pueblo de Camarones. Tras una expedición hacia el interior del territorio, una parte de la tripulación se amotinó, asesinando a Alcazaba (DUMRAUF 1996, p. 65). La expedición fundó un asentamiento destinado a funcionar como base durante la expedición. Algunos historiadores consideran esto como la primera fundación de un poblado en el territorio argentino, ya que Buenos Aires fue fundada al año siguiente.

Posteriormente, en 1779, se estableció un fuerte en la bahía San José, con el propósito de comenzar a controlar el tráfico marítimo rumbo al estrecho de Magallanes, así como de asegurar que ninguna potencia extranjera se estableciera en el territorio. Tres años antes se había creado el Virreinato del Río de la Plata, comenzando sólo en este período un interés real de parte de la colonia española en proteger sus territorios coloniales más australes. Eventualmente, el fuerte fue atacado por indígenas y abandonado (DUMRAUF 1996, p. 108). Tras este establecimiento, la presencia europea (y estatal, pensando después de 1810) en la Patagonia y en Chubut fue esporádica, siendo la colonización galesa a partir de 1865 el próximo proyecto de establecimiento de hombres blancos en el territorio.

A partir de la provincialización del territorio chubutense, entre 1955 y 1958, surgió la necesidad de establecer una historia provincial, y un marco identitario

que defina a su población. La colonia galesa representaba uno de los elementos más fuertes en esta construcción, pero no era el "primer intento colonizador". En este marco, fueron rescatados la expedición de Alcazaba y el establecimiento del Fuerte San José.

A pesar de que las huellas de estos asentamientos son escasas o inexistentes, han representado elementos de interés a la hora de pensar la historia de Chubut, en particular para la comunidad española, que se ha esmerado en poner estos sitios y estas experiencias en valor, promoviendo el emplazamiento de monumentos para conmemorarlos. En el caso de la expedición de Alcazaba, se edificó una torre con una cruz, que simbolizaban de cierto modo la "Hispanidad". En diciembre de 1970 el sitio fue declarado "Lugar Histórico Nacional" por el Ministerio de Cultura y Educación de la Nación.

El ejemplo del fuerte San José representa el más interesante, en cuanto se construyó lo que se consideraba una réplica de la capilla original del fuerte. Según la investigación de Bianchi Villelli, Buscaglia y Sancci (2013), existió una confusión en la interpretación de ciertos planos coloniales españoles que representaban un fuerte San José, pero que resultaron pertenecer a un emplazamiento defensivo de Montevideo, entonces en la Banda oriental del Uruguay.

De todas formas, el 9 de marzo, fecha de fundación de Nueva León,² a pesar de ser una fecha reconocida en las efemérides provinciales, es un día laboral, a diferencia del 28 de julio, (aniversario del desembarco de los colonos galeses), y el 30 de abril, (aniversario del plebiscito del Río Corintos, cuando un grupo de habitantes de la cordillera, en su mayoría galeses, votaron por permanecer argentinos, en el marco del establecimiento de los límites con Chile, en 1902).

La principal objeción ante esta "infravaloración" de la experiencia exploradora española proviene de los círculos culturales hispánicos. En los últimos años, el Instituto argentino de cultura hispánica de Chubut "provincia de Nueva León, establecido en Rawson, capital de Chubut, ha abogado por una revalorización del evento. En 2009 publicó su boletín n. 2, referido enteramente a la "fundación de la provincia de Nueva León". La primera parte comprende un recuento histórico de la expedición de Alcazaba, desde los antecedentes y motivos hasta su desenlace. La segunda parte comprende una nota enviada al gobernador Mario Das Neves, en la que plantean que la conmemoración del 9 de marzo no debería representar únicamente a las comunidades españolas, sino a toda la población chubutense, citando antecedentes nacionales y provinciales de puesta en valor del evento y el lugar (Camarones), impartiendo así una "justicia histórica". Además, considera el evento de una relevancia similar al desembarco gales en 1865. Sus propuestas, además de considerar tal fecha como día no laboral, consisten en pedir el cambio del nombre del Río Chico a "Guadalquivir Chico" (como

² En 1534, el Rey Carlos I de España firmó una capitulación concediendo la Gobernación de Nueva León al adelantado Simón de Alcazaba y Sotomayor. Este territorio comprendía una longitud de 200 leguas que se extendían desde la pampa húmeda argentina (y la zona de la actual Santiago de Chile) hasta la zona norte de la Patagonia. La historiografía dedicada a la expedición de Alcazaba menciona con múltiples nombres el asentamiento que el explorador funda en su llegada al territorio patagónico. Uno de los nombres es Puerto Leones, otro, Nueva León.

lo había denominado la expedición) y establecer el hermanamiento de las ciudades de Camarones con León, en España.

Actualmente, la conmemoración no ha logrado consolidarse como una fecha relevante en el calendario festivo-litúrgico provincial. Los eventos conmemorativos se realizan principalmente en Rawson y en Camarones. Sin embargo, los actores centrales del evento continúan siendo las comunidades españolas, así como figuras representantes del gobierno español, en este caso, los vicecónsules honorarios de España (*El Chubut*, 12 de marzo 2014). Las autoridades presentes eran las locales y delegados del gobierno provincial. Notablemente, el gobernador provincial no se hace presente en los actos de los últimos años.

La “experiencia española” en textos escolares provinciales.

En 1978, las leyes 21.809 y 21.810 del Poder Ejecutivo Nacional transfirieron la educación primaria y secundaria al ámbito provincial (GONZALEZ; BETANCUR 2010, p. 113), y con ello la definición de los nuevos contenidos curriculares por parte del Consejo Provincial de Educación. Desde esta entidad, se propuso la creación de un libro de texto escolar, que tendría por objetivo cubrir el aprendizaje sobre los múltiples aspectos de la provincia. En ese mismo año el Consejo Provincial de Educación compiló una carpeta didáctica denominada *Chubut mi Provincia*, con información para elaborar el posible libro de texto escolar.

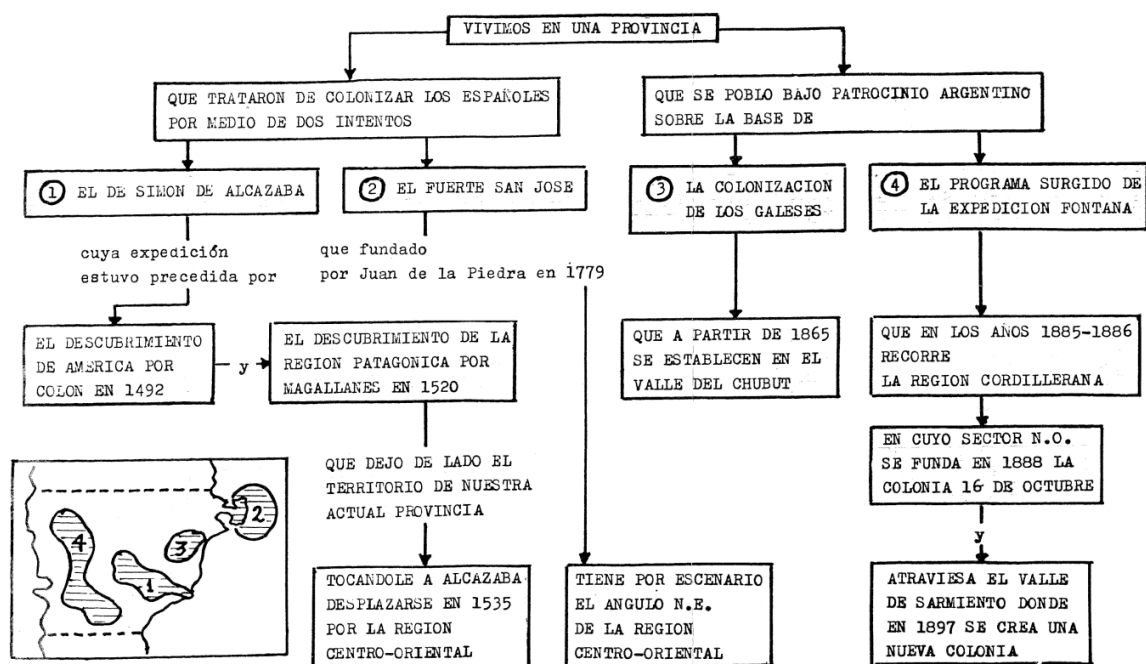
128

En sus primeras hojas podemos encontrar el objetivo de este nuevo programa: estudiar a la provincia en tres etapas, desde cuarto grado hasta séptimo, con el objetivo de afianzar progresivamente los conocimientos de la provincia. Si bien es en cuarto año donde se cubriría la mayoría de los aspectos del conocimiento respecto a la provincia, entre quinto y séptimo se afianzarían mediante “un apropiado empleo del calendario escolar”, culminando en séptimo grado, donde “se completa la visión del Chubut en el marco de la historia nacional, desde su poblamiento estable hasta el momento actual” (CARPETA *Chubut mi provincia*, 1978). Sus contenidos comprenden diversas áreas de estudio: geografía, clima, relieve, flora, fauna, población, e historia.

La información histórica provista por el documento es uno de los aspectos más ricos a analizar. Desde el comienzo, plantea una visión histórica de la provincia separada en dos grandes bloques, que son explicitados por dos diagramas que jerarquizan eventos y procesos. Ambos varían entre sí pero poseen el mismo sentido.

El primero de estos bloques refiere al contacto que tuvieron los españoles con el territorio chubutense, cubriendo esencialmente el periodo colonial. Este comprende dos puntos, siendo el primero denominado “primer intento colonizador”, que cubre del descubrimiento de “Patagonia” por parte de Magallanes y la descripción de la región consolidada de la mano de Pigafetta, hasta la expedición de Simón de Alcazaba y Sotomayor, que representó la primera exploración del actual territorio chubutense por parte de europeos. El segundo punto comprende la historia del fuerte San José, pensado como el primer intento de establecer un asentamiento estable en el actual territorio chubutense, y la conflictiva relación con los indígenas.

Fig. 1 - Primer cuadro de articulación de la historia de Chubut



Fuente: Carpeta "Chubut mi provincia, Dirección Provincial de Educación, Chubut, 1978.

Estos dos diagramas poseen, sin embargo, diferencias que merece la pena mencionar. El primero responde a un cuadro en el cual se construye efectivamente - e intencionalmente - una jerarquización de los procesos referidos, ya que la explicación que acompaña el cuadro informa de la necesidad de hacer esto, creando, según dicha explicación, "núcleos determinantes". De esta forma, el cuadro se origina a través de la premisa "vivimos en una provincia", de la cual se desprenden las dos ramas principales "que trataron de colonizar los españoles por medio de dos intentos" (Alcazaba y fuerte San José) y "que se pobló bajo patrocinio argentino sobre la base de" (la colonización de los galeses y el programa surgido de la expedición Fontana). De estos cuatro puntos surgen otros puntos secundarios que pretenden cubrir la posterior expansión al resto de la provincia.

El segundo diagrama, como indicamos previamente, cubre las mismas temáticas pero explicitando los dos grandes bloques desde una óptica diferente, señalando un "Periodo colonial" y un "Periodo independiente", colocando además a los cuatro bloques secundarios en la misma jerarquía, enumerados cronológicamente, y con un "espíritu" más clasificador y menos determinista, ya que el primer cuadro, al conformarse con cuadros de texto consecutivos y orientados con flechas, implican una causalidad y una linealidad que el segundo no intenta evidenciar. Por demás, el segundo intenta ser más detallado en los subtemas a ver, a partir de subtítulos y contenidos.

Esta clasificación de la historia chubutense en cuatro grandes periodos concuerda además con la historización planteada por Virgilio Zampini en su libro *Chubut: breve historia de una provincia argentina* (ZAMPINI 1975). El autor siempre estuvo vinculado al ámbito cultural provincial por lo que es posible que su obra haya servido para compilar la carpeta.

La carpeta incluye además material referido a la exploración española en Chubut, especialmente a la expedición de Alcazaba, en la que incluso aparece un borrador de una historieta sobre la expedición. En la década de 1980 esta historieta será concretada (con guion de Virgilio González e ilustraciones de Horacio Marras) y publicada. Hasta la década de 1990 fue publicada en el suplemento "Crónicas escolares" del diario *Crónica* de Comodoro Rivadavia. En la década de 2000 el fondo editorial provincial reeditó la historieta.

El libro de texto *Chubut mi provincia*

Este fue el primer libro de texto producido en el marco de las adecuaciones a la nueva ley de educación de 1978, y es el más conocido de los libros escolares de Chubut. Si bien data de la década de 1980, sigue siendo utilizado, en diversos niveles y de distintas formas, hasta la actualidad. El libro *Chubut mi provincia* ha tenido un uso y una distribución muy amplia, en especial debido a su fácil reproducción (está impreso en hoja oficio, por lo que puede ser fácilmente fotocopiado), lo que ha permitido la existencia de numerosas copias. Su autor es Marcelino Castro García, docente rionegrino con experiencia en la producción de libros escolares sobre las provincias patagónicas. El texto es acompañado por *Mutisia*, un libro adicional de lecturas también escrito por Castro García, al cual nos referiremos posteriormente.

130

Los aspectos históricos de la provincia son cubiertas en la cuarta sección del libro, "Antecedentes históricos, población", que comprende doce páginas. El primer tópico abordado corresponde al de los pueblos originarios de Chubut, ocupando cuatro páginas para describir a los grupos tehuelches y mapuches. Posteriormente, bajo el subtítulo "exploradores blancos" el texto cubre el rol de los españoles en el descubrimiento, la exploración y la ocupación del territorio chubutense, comenzando con el viaje de Magallanes y el de Jofre de Loayza, que fue el primero en registrar algunos accidentes costeros de Chubut.

Posteriormente, y con mayor extensión, trabaja la expedición de Simón de Alcazaba y Sotomayor. Este es presentado efectivamente como un agente colonial, enviado por la corona española para tomar posesión del territorio. Prosigue mencionando la fundación de la población de Puerto Leones y la expedición hacia el interior de la provincia, y amotinamiento de parte de su tripulación, que termina con la muerte de Alcazaba. Luego, desarrolla brevemente la historia de la población en San José, explicando que se mantuvo por 30 años hasta ser arrasado por un malón en 1810. El texto finaliza afirmando que "así quedo nuevamente despoblada de blancos nuestra tierra, cuando ya la patria tenía su gobierno propio: la Primera Junta" (CASTRO GARCIA S/F, p. 25). Estos temas conforman la historia del territorio de Chubut en el periodo colonial.

Los textos son acompañados con ilustraciones. Las referidas a la exploración y la expedición de Alcazaba son, por un lado un grupo de naves acercándose a la costa, donde se pueden ver lobos marinos, y por el otro, a un hombre blanco (probablemente Alcazaba) en tierra firme con espada en mano y con dos barcos a su espalda. La referida al fuerte San José, sin embargo, representa una imagen violenta del malón que avanza hacia el fuerte para capturarlo. Resulta

interesante ver que el fuerte no es retratado de acuerdo a como en ese momento se lo pensaba, con muros elevados de piedra, y edificaciones tales como la puerta de entrada o la capilla, sino que es presentado con una empalizada y una torre de madera, muy similar a como son representados los fortines de la frontera de Buenos Aires en el siglo XIX.

Chupat Chubut

La década de 1990 vio el surgimiento de un nuevo libro de texto destinado a cubrir el curriculum referido a la provincia de Chubut. En este caso, dos docentes de la provincia se dedicarían a confeccionarlo: Manuela Marcote Nemiña y Adelina del Rosario Magallanes de Orellana. El nuevo libro fue editado en 1991 por la editorial provincial Alfa, y poseía un diseño que difería notablemente con el del *Chubut mi provincia*, destinado a brindar información más sistemáticamente, tanto a través de texto como por medio de cuadros y fotografías.

Esta sistematización también se ve a la hora de cubrir la presencia española en el territorio chubutense, iniciando este periodo con el arribo de Colón a América. El viaje de Colón ocupa una página entera, incluyendo un mapa del trayecto. Tras esto, se narra el viaje de Magallanes y el encuentro de los europeos con Patagonia. En este contexto, las autoras aprovechan para definir los significados de "América", "Patagonia" y "Chubut". Resulta interesante que la Argentina no sea planteada como una entidad en este momento, ni siquiera para definir el territorio pasado desde una interpretación del presente, algo tan común en libros textos o libros de historias nacionales, donde siempre se plantea pensar al Estado nación como algo siempre presente.

Posteriormente, las autoras plantean cómo la corona española organizó el territorio sudamericano (incluyendo un mapa), desarrollando en este contexto la expedición de Alcazaba. El hombre es definido como "instruido, educado, perseverante y de nobles ideales" (MARCOTE NEMIÑA; ORELLANA DE MAGALLANES 1991, p. 52). La expedición es descrita desde su salida de España hasta su trágico desenlace en la costa chubutense. Presenta un dato erróneo, que contradice al texto anterior, en cuanto plantea que el asentamiento fundado se denominó "Nueva León". El texto presenta la expedición como esencialmente un fracaso, pero con el "gran valor de haber sido el primer reconocimiento del territorio chubutense y la primera fundación de la provincia del Chubut" (MARCOTE NEMIÑA; ORELLANA DE MAGALLANES 1991, p. 52-53). El texto es acompañado por un mapa del territorio de Chubut (con los límites provinciales delimitados) delineando el itinerario de los exploradores

Tras esto, las autoras trabajan la expedición de Juan de la Piedra y la fundación del fuerte San José. Presentan mucho detalle a la hora de hablar de la expedición, enfatizando las fechas en que partió y llegó, e incluso mencionando los buques participantes. El argumento que esgrime para justificar la expedición es el resguardo y protección de los territorios australes de la colonia, específicamente ante las aspiraciones inglesas. La empresa se vincula estrechamente con el descubrimiento del río Negro y el establecimiento de un fuerte en su orilla, Carmen. En 1783, la corona ordena abandonar los fuertes al

sur de Carmen, pero San José se mantiene con una guarnición mínima. El final del fuerte, ya en período de revolución (agosto de 1810) representa el fin del "primer intento de poblamiento de Chubut".

El libro *Chupat Chubut* es innovador en cuanto presenta la experiencia colonizadora española de Chubut en el marco general de la exploración y colonización de América, y no como un hecho aislado de la historia del resto del continente, o incluso del país.

La década de 1990 implicó para el sistema educativo nacional un periodo de reestructuración. En 1993 se sancionó la Ley Federal de Educación, que reformaba una ley vigente desde fines del siglo XIX (DOBAÑO FERNANDEZ; RODRIGUEZ 2009, p. 475). Estas reformas implicaron también cambios y una actualización de los contenidos en el área de las ciencias sociales (que comprendía Historia, Geografía, Educación Cívica y datos demográficos), así como un establecimiento de Contenidos Básicos Comunes a nivel nacional, y una reestructuración del ciclo educativo, denominado Educación General básica, con nueve años de duración. En Chubut, el sistema de Educación Nacional, que reemplazó a la ley de 1993, reestructuró el esquema curricular, volviendo al esquema previo de escuela "primaria" y "secundaria". La actualización de los contenidos curriculares en las ciencias sociales a nivel nacional (que influenció los contenidos a nivel provincial) se enfocó principalmente en la integración regional latinoamericana, la causa Malvinas, los procesos de quiebre del orden institucional, democracia y estado de derecho, derechos de los pueblos originarios, e igualdad y respeto de géneros (DOBAÑO FERNANDEZ; RODRIGUEZ 2009, p. 478).

132

Paralelamente, los avances tecnológicos en diseño e impresión permitían una mayor facilidad en la producción de libros escolares, y aumentando la posibilidad de incluir imágenes a color, mapas o cuadros de texto.

Los dos textos a trabajar a continuación fueron producidos a fines de la década de 1990 y a fines de la década de 2000, aprovechando estos avances en diseño e impresión, logrando estructurarse y graficarse como los modernos libros escolares de uso a nivel nacional.

Sentir Chubut

El libro de texto *Sentir Chubut* fue editado en 1998, diseñado en Neuquén, e impreso en La Pampa por Ediciones Alfa, como parte de una serie de textos escolares sobre provincias argentinas. El equipo de realización es conformado, similarmente al *Chupat Chubut*, por dos docentes, una maestra normal nacional y una maestra normal superior y bachiller. Uno de los primeros elementos que lo diferencian de los libros anteriores es la referencia a los créditos de las fotografías y los textos utilizados, pertenecientes a diversas instituciones provinciales así como a particulares. Además, posee mayores dimensiones físicas que el *Chupat Chubut*.

La sección histórica es considerablemente más larga, tomando en cuenta otros temas no vistos en los documentos previamente analizados. La primera diferencia que se establece con los libros previos, pensando en los contenidos, es que el espacio que cubre ya no se circunscribe únicamente a la provincia del Chubut, sino que establece una óptica de estudio a nivel regional y trabaja la

historia de la Patagonia. Al igual que en el *Chubut mi provincia* y en el *Chupat Chubut*, la sección histórica comienza con los pueblos originarios, bajo el título “civilizaciones patagónicas”. Pero a diferencia de los libros de texto previos, este abarca la totalidad de la Patagonia y la zona sur de la región pampeana, para explicar sus áreas de movilidad. Resulta interesante ver cómo se explican los procesos de contacto entre grupos indígenas y los europeos, así como entre los propios grupos indígenas. De todas formas, se repiten ciertos estereotipos establecidos ya desde el *Chupat Chubut*,³ evidenciado una clara influencia literaria y narrativa sobre este libro.

En este texto, la presencia española en Chubut se enmarca, de forma similar al libro *Chupat Chubut*, al proceso de exploración y ocupación de América. A pesar de tener el enfoque en el territorio patagónico, no únicamente el chubutense, resalta la importancia de la expedición de Alcazaba en cuanto funda la primera ciudad en suelo argentino, algo que, según los autores es un hecho “[...] casi no reconocido por la historia argentina” (AGHEMO; TORRES 1996, p. 54).

Posteriormente, se cubre la historia de las diversas exploraciones de la Patagonia, especialmente en Neuquén, así como las relaciones con los indígenas en la frontera de la colonia. En ese sentido, la fundación de Carmen de Patagones es representada como un elemento central en la consolidación de estas relaciones, mientras que se menciona el establecimiento del asentamiento en el golfo San José, así como su duración por más de 30 años y su eventual fin, debido a la atracción que el ganado llevado allí generó a los grupos indígenas que habitaban el área.

Es de destacar que Chubut no es mencionado en ningún momento como una definición territorial ni identitaria. No parece adquirir la relevancia que se le otorgaba en los textos previos, lo que evidencia que no se intentó estructurar una historia de la provincia a partir de la jerarquización de hechos y eventos. Por el contrario, los eventos previamente estructurados como determinantes en la formación de la provincia y su sociedad son sólo unos entre tantos, muchos de los cuales se desarrollan fuera de la órbita chubutense. Claramente se está pensando en una óptica histórica a nivel regional y patagónico.

Chubut pura naturaleza

Chubut Pura Naturaleza es el último libro de texto editado por el Ministerio de Educación de la provincia. Fue concebido en el marco de la Nueva Ley de Educación Nacional, que reemplazó al anterior sistema del EGB, e introdujo temáticas nuevas en el curriculum de ciencias sociales que representan elementos que aparecen en la actual agenda pública, como derechos humanos, derechos de los pueblos originarios o igualdad de género.

³ Especialmente en los conceptos propuestos por el arqueólogo Rodolfo Casamiquela respecto a tehuelches y mapuches, en lo referido al concepto de araucanización, unido al de tehuelchización. Este libro condensa estas ideas a través de un cuadro comparativo entre ambos grupos étnicos, que los clasifica mediante variables como: aspecto físico, aspecto moral, vestimenta, armas, alimentación, organización social o costumbres. Las conclusiones que el cuadro presentaría indicarían que, mientras el indígena tehuelche es alto, fornido, inteligente y pacífico, el mapuche es “achaparrado” y belicoso.

El libro fue publicado en 2006, y parece haber sido efectivamente construido por un equipo de realización, ya que en los anteriores la autoría recaía en uno o dos individuos. Además, se resalta la participación de un docente universitario de Historia.

Ya desde el título de la sección "histórica" encontramos diferencias con las publicaciones anteriores, el cual es "El tiempo y el espacio. Construir la memoria y la identidad colectiva". En cierto modo plantea que todo aquello que abarca la unidad, conforma la "identidad chubutense". Este es un importante giro discursivo respecto a los textos anteriores, especialmente al *Sentir Chubut*, desde el cual se pensaba una óptica regional en la que lo provincial se diluía entre procesos más abarcativos.

Por otro lado, el inicio de esta sección resulta interesante en cuanto, antes de dedicarse a presentar los datos y los hechos históricos al alumno, provee de herramientas para su comprensión: opta por explicar, sintética y simplemente, qué es el tiempo y la Historia, la existencia de causas y consecuencias, utilización de fuentes y la multiplicidad de estas, así como la variedad de miradas con las que se pueden abordar (SEIJO DE FRAGOZA 2006, p. 92-93). Al igual que los textos ya trabajados, el tópico de los pueblos originarios da comienzo a la sección histórica, pero con una interpretación actualizada de la historia de estos grupos. Por un lado, introduce el concepto de "pueblo originario" el cual es el más aceptado en la actualidad, aunque ocasionalmente se utiliza "indígenas". Por el otro, no se los piensa como extintos, sino como un grupo y una cultura todavía vigente, con reclamos legítimos y con el derecho a ser reconocidos. Esta es una reproducción de las políticas del gobierno del período, orientado hacia un reconocimiento de los grupos representantes de pueblos originarios en la provincia.

134

Este texto continúa con la tradición narrativa iniciada en el *Chupat Chubut*, de inscribir la expedición de Alcazaba en el contexto de exploración por parte de los conquistadores españoles. Se describen brevemente las expediciones de Colón y el viaje de Magallanes, donde la Patagonia (y sus habitantes) son narrados por primera vez por los europeos. En este contexto, los autores mencionan este periodo como "época colonial", en cuanto "América fue gobernada por autoridades de España" (SEIJO DE FRAGOZA 2006, p. 116).

La expedición de Alcazaba comprende un apartado que cubre tres páginas, mucho más que en los libros anteriores. A diferencia de los textos anteriores, la figura del adelantado no es descrita, pero sí (aunque muy simplificada) las causas de su expedición. La llegada al actual territorio chubutense y la expedición hacia su interior es cubierta bajo el título "la primera fundación". Sin embargo, no se menciona la fundación de un poblado, sino de la provincia de Nueva León. De todas formas, el texto pone en valor esta acción en cuanto finaliza explicando que "La misión colonizadora había fracasado. Sin embargo, la expedición fue muy importante, por ser la primera fundación en el territorio del Chubut" (SEIJO DE FRAGOZA 2006, p. 117). Es interesante que no se la mencione como la primera fundación en suelo argentino, algo que definitivamente le daría un valor mucho mayor a la experiencia.

Respecto al establecimiento del fuerte San José, el libro presenta una contextualización del establecimiento de asentamientos españoles en la zona a partir de los viajes exploratorios de europeos en Patagonia en el siglo XVIII, especialmente el de Thomas Falkner. Las descripciones positivas de los territorios patagónicos, y la posibilidad de ocupación por otras potencias europeas llevan a la corona española a ordenar el establecimiento de puestos en el territorio.

La historia del fuerte San José es básicamente descrita como trágica, e interesantemente no se la vincula a la exploración del río Negro y el establecimiento del Carmen de Patagones, como lo hacen los otros libros de texto, aunque es mencionado tangencialmente. Juan de la Piedra es mencionado pero no se explicita nada de esta figura.

Explica el estado de abandono del fuerte al decir que España estaba en guerra con otros países europeos, por lo que era incapaz de mantener estos puestos lejanos. El texto afirma que "esto determinó que las costas patagónicas siguieran abandonadas durante mucho tiempo" (SEIJO DE FRAGOZA 2006, p. 120). Este problema fue heredado por el gobierno patrio a partir de 1810. La última parte del texto afirma que "como consecuencia, estas regiones volvieron a ser descuidadas".

En definitiva, la experiencia exploradora y colonizadora española es valorizada por representar los primeros intentos de asentamientos, pero es evidente, según el texto, que dichas experiencias no dejaron una impronta significativa o duradera en la población. Más adelante, se evidencia una centralidad de la colonización galesa en el proceso poblacional del territorio chubutense, en cuanto ocupan una porción significativa del texto, considerablemente mayor a las de la "experiencia española".

Consideraciones finales

A pesar de representar hitos relevantes en la historia de la ocupación europea-estatal en el actual territorio chubutense, la experiencia exploratoria y ocupacional española en los siglos XVI y XVIII-XIX no logra dejar el plano de lo anecdótico a la hora de pensar la historia de Chubut. En el caso de los libros de texto escolares, el reducido espacio otorgado a las temáticas históricas permite que eventos como la expedición de Alcazaba o la instalación de un fuerte en península Valdez ocupen tanto espacio como la organización de los pueblos originarios, la colonización galesa o los últimos 50 años de historia provincial. En la medida que estos libros aumentan de tamaño, pensando especialmente en *Chubut Pura Naturaleza*, se percibe un menor otorgamiento de espacio textual a estas experiencias respecto a otros procesos más significativos en la historia de Chubut.

Respecto a estos episodios de protagonismo español, a pesar que ambos aparecen en los libros de texto, en ninguno obtienen la preponderancia pretendida por las comunidades que valorizan la herencia hispánica en la provincia, pero se otorga un rol significativo, como la primera exploración del territorio chubutense, en el marco de la época de exploración en el siglo XVI, y como el primer intento de ocupación por parte del Estado (en este caso, el colonial español) en el actual territorio provincial. Esta importancia, sin embargo, varía entre los diversos textos.

Mientras la carpeta compilada por el Consejo Provincial de Educación explicitaba estos dos eventos como pilares de la historia provincial (junto con los episodios relacionados con la colonización galesa y su expansión hacia el oeste), algo compartido por el libro de texto *Chubut mi provincia* y el *Chupat Chubut*, estos episodios son pormenorizados en *Sentir Chubut*, en cuanto plantea un enfoque más regional a nivel patagónico, donde otros eventos, como la fundación de Carmen de Patagones, y la expansión de la frontera ganadera de Buenos Aires adquieren mayor relevancia. Finalmente, el libro *Chubut pura Naturaleza* otorga mayor importancia (y desarrollo) a estos temas, explicitando la importancia de estos eventos en la historia del territorio chubutense.

A pesar de no contar con una bibliografía, es posible determinar que estos textos se nutrieron de producciones historiográficas sobre la historia de Chubut, particularmente la obra de Virgilio Zampini (1975) y, posteriormente, Clemente Dumrauf (1991). Sin embargo, se importante remarcar que estos textos provienen de diferentes contextos de producción. En los casos de *Chubut mi provincia* y *Sentir Chubut*, los autores no son chubutenses, y han producido textos escolares para varias provincias. En el caso de *Chupat Chubut*, el texto fue producido y editado en Comodoro Rivadavia.

136

Si bien la bibliografía con la que hemos pensado al libro de texto interpreta al mismo esencialmente como un producto surgido como resultado de un discurso específico sobre la historia nacional, es posible que en la esfera provincial la dinámica sea distinta, en cuanto la intervención de la agencia estatal, si bien ha sido planificada (como demuestra la compilación de la carpeta *Chubut mi Provincia*), no es posible ver en los la mayoría de estos textos. Únicamente *Chubut pura Naturaleza* responde a un proceso de producción que parte del Estado provincial.

De todas formas, a la hora de pensar en la constitución de una narración histórica oficial de Chubut, la experiencia galesa continúa siendo el elemento central a la hora de escribir la historia provincial en estos textos.

Referencias bibliográficas

- AA.VV. **Carpeta Chubut mi provincia**. Consejo Provincial de Educación, Chubut, 1978.
- AGHEMO, Vilma Isidora; TORRES, Olga Nélica Elsa. **Sentir Chubut**: manual de apoyo para la Educación General Básica. Bahía Blanca: Alfa Centro Literario, 1998.
- CASTRO GARCIA, Marcelino. **Chubut mi provincia**. Ciencias sociales, II Ciclo, Escuela Primaria, Rio Negro
- _____. **Mutisia**. Lecturas, Chubut, II Ciclo, Escuela Primaria. Rio Negro (sin fecha)
- CATTARUZZA, Alejandro. **Los usos del pasado**. La historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

- CUCUZZA, Rubén Héctor. **Yo argentino**. La construcción de la Nación en los libros escolares (1873-1930). Buenos Aires: Miño & Dávila, 2007.
- DEVOTO, Fernando. Idea de Nación, inmigración y cuestión social en la historiografía académica y en los libros de texto de Argentina (1912-1974). **Estudios Sociales**, n. 3, p. 9-30, 1992.
- DOBAÑO FERNANDEZ, Palmira; RODRIGUEZ, Martha. Los contenidos de los libros de texto escolares de historia y ciencias sociales 1983-2006. En: AA.VV. **Seminario Internacional "Textos Escolares de Historia y Ciencias Sociales"**. Santiago de Chile: Ministerio de Educación, 2009, p. 475-486.
- DUMRAUF, Clemente I. **Historia de Chubut**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1991.
- El Chubut**, Trelew, 12 de Marzo 2014. Disponible en: <http://www.elchubut.com.ar/nota/83655/>.
- GELMAN, Jorge. El gaucho que supimos conseguir. Determinismo y conflicto en la historia argentina. **Entrepasados**, año V, n. 9, p. 27-37, 1995.
- INTERSIMONE, Luis Alfredo. El discurso nacionalista de Don Segundo Sombra, **Alpha**, n. 24, Osorno, p.165-176, 2007.
- JOHNSEN, Egil Børre. **Libros de texto en el calidoscopio**. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996.
- MARCOTE NEMIÑA, Manuela; MAGALLANES DE ORELLANA, Adelina del Rosario. **Chupat Chubut**. Comodoro Rivadavia: Alfa Centro Literario, 1991.
- NEGRIN, Marta. Los manuales escolares como objeto de investigación. **Educación, lenguaje y sociedad**, v. VI, n. 6, p. 187-208, 2009.
- ROMERO, Luis Alberto (coord.). **La Argentina en la escuela**. La idea de nación en los textos escolares. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- SEIJO DE FRAGOZA, Marta (coord.). **Chubut pura naturaleza**, 4 año EGB 2. Ministerio de Educación de la Provincia de Chubut, 2006.
- ZAMPINI, Virgilio. **Chubut**. Breve historia de una provincia argentina. El Regional: Gaiman, 1975.

Artigos
articles

Masonería, historia y memoria: la cuestión de los Orígenes

Freemasonry, history and memory: the question of origins

Dévrig Mollès

devrigmolles@gmail.com

Doutor em História

Université de Strasbourg (França)

Chile 2546, 4

1227 - Buenos Aires

Argentina

Resumo

O artigo trata da maçonaria e seus "mitos de origem". É uma contribuição à nova história científica da maçonaria desenvolvida na América Latina desde os anos 2000 seguindo as influências francesas e espanholas. Com os melhores especialistas da história da maçonaria, e com os instrumentos da sociologia do conhecimento e da história das ideologias, resume as origens das duas grandes neo-tradições disponíveis sobre as origens da maçonaria. Em seguida, o artigo busca refletir sobre os fundamentos ideológicos destas neo-tradições; sonda de forma preliminar alguns dos usos militantes que tiveram no século XX, vislumbrando uma relação entre o mito da origem antiga e a moderna ideologia do progresso por um lado, e entre o mito das origens medievais e a ideologia tradicionalista, reacionária ou conservadora por outro lado. Neste aspecto, o artigo só abre o caminho para um estudo mais amplo e sistemático, cujas bases – genealogia, história e sociologia – são propostas na conclusão.

Palavras-chave

Memória coletiva; Ideologia; Historiografia.

Abstract

The article deals with Freemasonry and its myths of origin. It is a contribution to the new scientific history of Freemasonry developed in Latin America since the 2000, in response to the French and Spanish influences. From the best specialists of Freemasonry, of sociology of knowledge and of the history of ideologies, the origins of the two large neo-traditions available on the origins of Freemasonry (the myths of ancient origins and medieval origins) are summarized. Then, the article seeks to reflect on the ideological foundations of these neo-traditions. It polls in a preliminary way some variants and militant applications that resulted from this neo-traditions during the 20th century, glimpsing a link between the myth of the ancient origins and modern ideology of progress on the one hand, and between the myth of medieval origins and traditionalist, reactionary or conservative ideology on the other hand. At this point, the article only paves the way for a broader and more systematic study whose bases are proposed in the conclusion.

Keywords

Collective memory; Ideology; Historiography.

139

Recibido el: 25/5/2015

Aceptado el: 17/5/2016

Frecuentemente evocada pero marginal en la historiografía universitaria generalista (MOLLÈS 2014), la franc-masonería solo se constituyó como objeto de investigaciones científicas a partir de 1950-1960 en Francia. Desde 1970-1980, científicos españoles, británicos y estadounidenses han reforzado esta dinámica. Desde los años 2000, las influencias francesas y españolas convergieron hacia América latina, generando por primera vez publicaciones científicas, una revista científica y congresos internacionales.¹ Lejos de haber agotado la cuestión, esta nueva escuela comenzó a explorar un iceberg desconocido. Lidia con una pesada herencia: abandonada durante mucho tiempo a militantes y aficionados, la cuestión masónica suscitó en América latina innumerables supercherías y simulaciones.

Entre mitos fundadores y leyendas apócrifas, el mundo masónico carga pesadas anclas, un folklore anquilosado del que es preciso librarse para adquirir lucidez. Abordada durante décadas en los márgenes de las ciencias sociales, concebida como un fenómeno aparte por los militantes y poco estudiada por los sociólogos e historiadores, la cuestión masónica quedó frecuentemente librada a fantasías que ocultaban la carencia de formación científica o la voluntad de manipulación ideológica. Esta cuestión, sin embargo, ¿no es susceptible de análisis utilizando los métodos de la historia social y de la sociología histórica, como lo son todas las instituciones sociales?

De todos los debates relativos a la historia de la francmasonería, la cuestión de los orígenes es uno de los principales. Es, quizás, la que ha generado la mayor cantidad de leyendas apócrifas. Los mejores especialistas lo subrayaron: la masonería fue una invención del Siglo de las Luces; no se relacionaba con las lejanas tradiciones antiguas o medievales sino por alegorías y símbolos (RÉVAUGER 2013, p. 33; DACHEZ 2008). No obstante, el desfase entre historia y memoria es notable, muy particularmente en las Américas. Pese a los inmensos avances realizados por los profesionales de las ciencias sociales, los relatos pseudohistóricos perduran en la memoria colectiva de los no-masones y, sobre todo, de los masones. Influyen en sus representaciones colectivas, a la vez que orientan el perfil de reclutamiento. Este texto procura una clarificación: ¿cuáles son las matrices de estos relatos? ¿Con qué perfiles sociológicos e ideológicos se relacionan?

140

La invención de la tradición: Las neotradiciones

Estos mitos, ¿remiten a una "invención de la tradición" (HOBBSAWM; RANGER 1983)? Más que del pasado, las neotradiciones hablan de la época en que son inventadas. Crecen a partir de nuestra necesidad de compartir imaginarios y memorias que nos identifiquen y nos incluyan en una comunidad imaginaria. Proveen una suerte de seguridad simbólica, funcionan como referencias estables en el cambio permanente, en la "modernidad líquida" (BAUMAN 2003), en la

¹ La revista puede consultarse en: <http://rehmlac.com/>. Una síntesis en: Ferrer Benimeli (2012); Martínez Esquivel (2013). Para Brasil, entre los nuevos autores, véase a los brasileiros C. M. Marinho de Azevedo (2010), A. Mansur Barata (2013), M. Morel (2008), M. Goulart (2015) y, desde una perspectiva atlántica incluyendo Brasil, Argentina y México, al francés D. Mollès (2013). Sobre los congresos de 2014 y 2015: Del Solar (2014); REHMLAC (2015).

gran aceleración del tiempo, en la urbanización acelerada y en la disolución de las comunidades tradicionales.

En las comunidades reducidas de la Antigüedad, las condiciones de vida permanecían inalterables por siglos. La tradición y el sentido común que el individuo había obtenido de sus predecesores y de su experiencia eran suficientes para mostrarle su lugar y sus funciones en la sociedad. Pero hoy, en “una sociedad cuyo mercado abarca el mundo entero, que está en proceso de constante transformación, de revolución industrial y social” (KAUTSKY 2013, p. 23-24), estas comunidades tradicionales se han disuelto. El individuo no puede apoyarse ni en ellas ni en su sentido común para adaptarse.

De allí un sentimiento de vacío y el deseo de crear nuevas comunidades de referencia. En determinados contextos, algunos de estos vacíos pudieron ser rellenados por tradiciones inventadas. En una obra clásica, Eric J. E. Hobsbawm y Terence Ranger (1983, p. 1-16) clasificaron estas neotradiciones en tres tipos dominantes: a) las neotradiciones que establecen e instituyen comunidades (reales o artificiales), otorgándoles mitos fundadores e identidades colectivas; b) las neotradiciones que establecen o legitiman instituciones, estatus sociales o relaciones de poder; c) las neotradiciones destinadas al adoctrinamiento ético-ideológico. Mito fundador, fuente de identidad colectiva, fuente de legitimidad o guía ético-ideológica, la neotradición es frecuentemente el producto de operaciones de manipulación sobre la *memoria* –que no debe confundirse con la *historia* (LE GOFF 1990). El nacionalismo moderno y sus “comunidades imaginadas” constituyen un buen ejemplo (ANDERSON 1983; SMITH 1991). Todas las naciones modernas se autoconstituyeron a partir de experiencias fundadoras como la Revolución inglesa (1689), la Revolución francesa (1789) y las Independencias americanas. No obstante, durante los siglos XIX y XX, tanto en Europa como en América, los nacionalismos modernos procuraron crear y consolidar el sentimiento nacional cultivando ciertos mitos de orígenes antiguos. Los rituales desplegados por la monarquía británica en sus ceremonias públicas ofrecen otro ejemplo. Aunque se revistan solemnemente de todos los signos de antigüedad, fueron inventados, en su forma actual, durante los siglos XIX y XX (CANNADINE 1983).

Así, una tradición que se pensaba inmemorial era la creación reciente de un grupo humano concreto, localizado en el espacio y en el tiempo. Así, una tradición que se pensaba fija, invariable y sagrada gozaba en realidad de una asombrosa plasticidad, adaptándose a las necesidades de un tiempo presente.

La invención del texto fundador de la masonería

Publicadas por primera vez en Londres en 1723, *The Constitutions of the Freemasons* no escaparon a estos procesos. Texto fundador de la masonería, permanecen mal conocidas y superficialmente leídas en América Latina. ¿Cómo explicarlo? Por cierto, las *Constituciones* fueron ampliamente difundidas en el mundo anglófono desde el siglo XVIII. Agotada en 1735, la edición inglesa de 1723 fue modificada e impresa cuatro veces entre 1738 y 1784. En la colonia norteamericana de Pennsylvania, Benjamin Franklin imprimió y difundió el

texto por primera vez en 1734. Lejos de ser monolítico, este texto evolucionó, desplegando progresivamente cierto imaginario social. Así, cuando la primera versión de 1723 contaba con 110 páginas, la quinta y última totalizó 484 páginas.²

Sin duda, las *Constituciones* fueron esenciales en la formación de las primeras generaciones masónicas inglesas. Como lo mostró uno de sus mejores conocedores, el francés Maurice Paillard,³ este volumen de la ley masónica fue el único libro utilizado por la primera *Grand Lodge of England* durante sus ceremonias, excluyendo todo otro “Libro de la Ley Sagrada” como la Biblia. Colocadas sobre un cojín de terciopelo, escoltadas por el venerable maestro de la logia más antigua de la federación, las *Constituciones* precedían inmediatamente al gran maestro en la ceremonia de su instalación como primer dignatario de la cofradía. Este libro, aún en su cojín de terciopelo, se le presentaba – junto a una espada y colocado en un pedestal – para prestar juramento. El símbolo –revolucionario para la época – era evidente: el dignatario gobernaba, las *Constituciones* regían.

¿Cómo explicar, después de 300 años, el conocimiento superficial que tiene hoy de ellas el público masónico latinoamericano? Este texto fundador parece haber ingresado tardía y superficialmente en su horizonte. Una amplia experiencia de los archivos latinoamericanos sugiere que, hasta hoy, este texto fundador permaneció reservado, sin difusión entre los propios masones.⁴ ¿Por qué? En realidad, fuera del mundo anglófono, las *Constituciones* circularon poco y no parecen haber desempeñado un papel significativo hasta el siglo XX. Pese a algunas traducciones al francés (1742) y al alemán (1741), su papel en Europa continental fue, a lo sumo, modesto durante el siglo XVIII.⁵ Casi olvidadas durante décadas, fueron en realidad reinventadas por la derecha católica durante los años 1930. Monseñor Jouin – editor de la *Revue Internationale des Sociétés Secrètes* (subtitulada “órgano antijudeomasónico”) – vio en ellas la prueba decisiva: la masonería era un agente del liberalismo cosmopolita y disolvente, cuyos valores se hallaban en los orígenes de la Revolución francesa, de la Tercera República y del Estado laico (ANDERSON; DÉSAUGLIERS; JOUIN 1930). Encantados, los masones franceses se reapropiaron de las *Constituciones*, las reinventaron, publicando después de la Segunda Guerra Mundial una nueva traducción comentada (PAILLARD 1938, 1952). Con ello, legitimaban su tradición librepensadora frente al conservadurismo que – desde fines del siglo XIX (RÉVAUGER 2013) – se había apoderado de sus homólogos ingleses y norte-americanos.

En su estela, ¿redescubrieron el texto fundador los masones latinoeuropeos y latinoamericanos? Nada permite afirmarlo. Durante el siglo XIX, la influencia francesa había sido vigorosa en América latina, fuera y dentro de la esfera

142

² Las ediciones inglesas fueron realizadas en 1723, 1738, 1756, 1767 y 1784. La primera edición americana fue realizada en 1734 en Filadelfia. Una aproximación genealógica en: Ligou (1998, p. 303); Mollès (2015a, p. 20-22).

³ Maurice Paillard (1952, p. 29–31, 41) comparó las cinco ediciones y analizó más de 242 actas de reuniones del Consejo de la primera *Grand Lodge of England* (de 1717 a 1783). Enseñó el papel central de las *Constituciones* en las ceremonias de esta organización y mostró que la palabra «Biblia» solo fue utilizada en la parte pseudohistórica de las *Constituciones* (en sus cinco versiones de 1723 a 1784). Solo pudo rastrear un caso de utilización ceremonial de la Biblia, durante una ceremonia pública el 23 de mayo de 1776.

⁴ El ejemplar más antiguo localizado por ahora entre México, Brasil, Uruguay, Chile, y Argentina está conservado en el Archivo de la Gran Logia Argentina. Se trata de una versión *en inglés*, impresa en New York en 1859.

⁵ Sigo aquí dos especialistas del siglo XVIII: Porset (1999) y Önnersfors (2010, p. 12).

masónica (MOLLÈS 2011). Entre las dos Guerras mundiales, los fascismos habían destruido todas las masonerías latinas; después de 1945, algunas se reconstituyeron con dificultad, en Francia e Italia esencialmente (MOLLÈS 2007). Su influencia en América latina estaba tomada en un ciclo estructural confirmado por la Segunda Guerra mundial: el retroceso del modelo francés y el auge de la influencia estadounidense (ROLLAND 2000; ROCK 1994).

Mitos, leyendas, alegorías... ¿ideologías? Los orígenes antiguos

Aún revestida de los paramentos simbólicos de la ciencia y de la verdad, la masonería nació entre historia y memoria. Su texto fundador, publicado en Londres en 1723, ya procuraba una identidad y una legitimidad para la naciente cofradía. En la introducción de *The Constitutions of the Free-Masons*, su editor – un exiliado protestante francés de 40 años, entonces vice gran maestro de la *Grand Lodge of London and Westminster* y asistente de Isaac Newton en la *Royal Society* (MOLLÈS 2015b) – aseguraba entregar a los lectores “una relación fiel y exacta de la Masonería desde el Comienzo del mundo”. Solapadamente, no obstante, admitía el carácter contemporáneo de esta relación. De los “viejos archivos”, solo se había conservado “[...] lo que de las antiguas Constituciones era verdaderamente antiguo y auténtico”. Este contenido seleccionado se había redistribuido de acuerdo con “la Historia y la Cronología” (ANDERSON; DÉSAUGULIERS 1723, p. II–III).⁶ Así, más allá de las afirmaciones realizadas, la verdadera autenticidad y la verdadera tradición eran construcciones irremediabilmente modernas. A través de un relato legendario –que hoy “no puede ser considerado seriamente” (LIGOU 1998, p. 303) –, la joven masonería se presentaba como heredera de una antigua tradición científica. Este neopasado hundía sus raíces en la creación del mundo, que en esta época remontaba a 4003 años antes de Cristo:

143

Año del Mundo I, 4003 antes de J.C.:

Adam, nuestro primer Ancestro, creado a imagen de Dios, el gran Arquitecto del Universo, debió tener las Ciencias Liberales, particularmente la Geometría, grabadas en su Corazón; porque desde la misma Caída, hallamos estos Principios en el Corazón de sus Descendientes, Principios que, a través del tiempo, han sido reunidos en un eficiente Método (ANDERSON; DÉSAUGULIERS 1723, p. 1).⁷

Esta antigüedad primigenia confería nobleza e identidad. La masonería era la legítima heredera de una tradición inmemorial, anterior a todas las demás:

En resumen, varios y gruesos Volúmenes serían necesarios para contener los múltiples y espléndidos Ejemplos de la poderosa Influencia de

⁶ En el original: “in compiling and digesting this Book from the old Records [...] and made every thing agreeable to History and Chronology, so as to render these New Constitutions a just and exact Account of Masonry from the Beginning of the World [...] still preserving all that was truly ancient and authentick in the old ones.”

⁷ En el original: “Adam, our first Parent, created after the Image of God, the great Architect of the Universe, must have had the Liberal Sciences, particularly Geometry, written on his Heart; for even since the Fall, we find the Principles of it in the Hearts of his Offspring, and which, in process of time, have been drawn forth into a convenient Method of Propositions.”

la Masonería desde la Creación, en cada Época y en cada Nación [...] Porque realmente ningún [otro Arte] es más generalmente útil a la Humanidad [...] Hasta podríamos, si fuese más expediente, enseñar que las Sociedades u Órdenes Militares de Caballería, y de Religiosos también, han –en el tiempo– tomado prestados numerosos Usos Solemnes a esta antigua Cofradía (1723, p. 44-46).⁸

Con un método científico y una filosofía universalista por trasfondo, el relato mítico estaba tejido de anacronismos. De Oriente a Occidente, desfilaban África y Asiria, Egipto y Jerusalén, Grecia, Sicilia y Roma. Atada a la historia de la arquitectura, de los grandes monumentos y de los reyes antiguos, la antigua cofradía había preservado la geometría, el dibujo, las artes mecánicas y la albañilería. De allí había desembarcado en Francia y luego en Inglaterra y Escocia, donde reyes y señores la habían cobijado.

Desplegado en símbolos y parábolas, su mito fundador no era, como suele pensarse, la leyenda de Salomón y de Hiram Abif. El rey y el arquitecto integraban una alegoría más vasta y profunda: la Torre de Babel, símbolo de la dispersión de la humanidad. Así comenzaba la historia leída en la recepción de todo nuevo hermano. En el principio, Adán había cultivado las ciencias y las artes. Luego la Caída, sus descendientes habían perpetuado “la noble Ciencia” e inventado “un Método” experimental, fundado en las “proposiciones” y “la observación de las Leyes”. Después de 1656 años, el Diluvio había sumergido el viejo mundo. La humanidad aún hablaba el mismo idioma. Se había lanzado a la aventura de la Torre de Babel, para alcanzar los cielos. Celoso de su monopolio, Dios había perturbado su empresa, dividiendo el lenguaje común en varios idiomas. La confusión de los discursos había precedido la “Gran Dispersión” y la fragmentación en múltiples “Reinos, Repúblicas y Dinastías”. En este preciso punto había nacido la masonería, para reunir la humanidad dispersa. A través de los siglos, esta cofradía había preservado el patrimonio común de la humanidad: “la Ciencia y las Artes [...] transmitidas a las Edades posteriores y en Regiones alejadas, a pesar de la Confusión de los Idiomas o de los Dialectos”.⁹ Algunas regiones, sin embargo, habían sido precipitadas en la decadencia por “los Estragos de la Guerra y porque no mantuvieron las Relaciones deseables con las Naciones refinadas e instruidas”.¹⁰ En este preciso momento entraban en escena los “Extranjeros” quienes, gracias a sus “Peregrinaciones”, habían diseminado y perfeccionado el Saber original; pueblo tras pueblo, transmisión tras transmisión, habían perfeccionado la Ciencia y contribuido al progreso de la humanidad (ANDERSON; DÉSAGULIERS 1723, p. 1-7).

Salomón e Hiram integraban una alegoría: el mito de la Torre de Babel. ¿Cuál era su sentido profundo? La humanidad era una sola, pese a su fragmentación

144

⁸ En el original: “In short, it would require many large Volumes to contain the many splendid Instances of the mighty Influence of Masonry from the Creation, in every Age and in every Nation, as could be collected from Historians and Travellers [...] as indeed none other is so extensively useful to Mankind [...] Nay, if it were expedient, it could be made appear, that from this ancient Fraternity, the Societies or Orders of the Warlike Knights, and of the Religious too, in process of time, did borrow many solemn usages.”

⁹ En el original: “From hence, therefore, the Science and Art were both transmitted to latter Ages and distant Clime, notwithstanding the Confusion of Languages or Dialects”.

¹⁰ En el original: “Until their original Knowledge was almost lost by the Havock of War, and by not maintaining a due Correspondence with the polite and learned Nations”.

lingüística, religiosa y política. La ciencia y las artes eran su común patrimonio. Su decadencia eran la guerra y el aislamiento internacional. Su progreso y su felicidad exigían el intercambio y la libre circulación de los conocimientos y las técnicas.

La masonería había nacido para reunir lo disperso. ¿Pero cómo ser un asilo del género humano? Era preciso superar las divisiones sectarias que tanto daño habían causado a Europa, dividida entre la Reforma protestante y la Contrarreforma católica. La masonería era el templo cosmopolita de una nueva religión de la humanidad

“Religión sobre la cual todos los Hombres concuerdan, dejando a cada uno sus propias Opiniones; es decir, ser Hombres de bien y leales, Hombres de Honor y de Probidad, cualesquiera sean las Denominaciones o Confesiones que ayudan a distinguirlos” (ANDERSON; DÉSAUGLIERS 1723, p. 50).¹¹

La logia masónica nacía pues como un espacio público laico y cosmopolita. Era el “centro de unión” entre hombres de distintas nacionalidades, religiones, condiciones y sensibilidades. Para mantener la armonía, “ninguna Enemistad o Querella privada” debía trasponer su umbral, “menos aún Querellas sobre la Religión, las Naciones o las Políticas de Estado” (1723, p. 54). Solo se rendiría culto a “la Libertad de Conciencia [...] la noble Ciencia y [...] las Virtudes Sociales” (1738, p. V). Las logias eran laboratorios para una nueva ética secular y humanista. Sus creadores eran científicos ingleses y exiliados franceses, de distintas confesiones protestantes (MOLLÈS 2015b, p. 194-197); asumían el programa de la *Royal Society*, el verdadero crisol de la masonería, cuya meta consistía – según el obispo Thomas Spratt, su primer historiador (1667) – en congregar a

hombres de distintas religiones, de distintos países y de distintas profesiones [...] porque preconizaba abiertamente establecer los cimientos, no de una filosofía inglesa, escocesa, irlandesa, papista o protestante, sino de una *filosofía del género humano* (apud GOULD 1936 II, p. 99).¹²

145

Los orígenes medieval-caballerescos

Las *Constituciones* de 1723 inventaron los orígenes antiguos, científicos y humanistas. Prolífico y fantasioso, el siglo XVIII también inventó los orígenes medievales, el 26 de diciembre de 1736. Su autor – un católico escocés emigrado en Francia – tenía 50 años. Preceptor apreciado por la aristocracia parisina, el caballero Andrew Michael Ramsay publicaba exitosas novelas de viajes iniciáticos y religiones enigmáticas. Las *Constituciones* de 1723 habían plasmado el mito del origen antiguo-artesanal. Ramsay le sustituyó el mito del origen medieval, caballeresco y católico:

¹¹ En el original: “that Religion in which all men agree, leaving their particular Opinions to themselves; that is to be good Men and true, or Men of Honour and Honesty, by whatever Denominations or Persuasions they may be distinguish’d.”

¹² En el original: “men of different religions, countries and professions of life [...] For they openly profess not to lay the foundation of an English, Scottish, Popish o Protestant philosophy - but a philosophy of mankind.”

En el tiempo de las Cruzadas en Palestina, muchos Príncipes, Señores y Ciudadanos entraron en Sociedad y se comprometieron a restaurar los Templos de los Cristianos en Tierra Santa [...] Se pusieron de acuerdo sobre signos antiguos y palabras simbólicas, extraídos de las profundidades de la Religión, para reconocerse entre sí y distinguirse de los Infieles y Sarracenos [...] Estos compromisos sagrados, por lo tanto, no eran una blasfemia execrable, como se ha sugerido, sino un respetable vínculo que une a los Cristianos de todas las Naciones en la misma Fraternidad. Tiempo más tarde, nuestra Orden se vinculó estrechamente a los Caballeros de San Juan de Jerusalén. Desde entonces, nuestras logias son llamadas Logias de San Juan. Esta unión siguió el ejemplo de los Israelitas, cuando construían el segundo Templo. Mientras sostenían la paleta y el mortero en una mano, en la otra sostenían la espada y el escudo (RAMSAY *apud* MOLLIER 2014, p. 84-85).¹³

¿Cómo explicar este giro narrativo? Sin duda, Ramsay se adecuaba al gusto literario del siglo XVII y de los inicios del siglo XVIII. Escritor y comerciante de libros, respondía a la pasión que los reducidos círculos de lectores de la época mantenían por las novelas de caballería. Muy a tono con este gusto, adaptó el relato de los orígenes y declamó sobre los monjes-soldados cruzados del siglo XII. Por supuesto, eligió la más antigua de todas las Órdenes militares: los Caballeros de San Juan.¹⁴

146

El texto se insertaba en un contexto. Discípulo de Fenelón, Ramsay seguía un camino cristiano-místico: el quietismo, muy difundido en los siglos XVII y XVIII, aunque condenado como herético por la Iglesia católica en 1687. Quizás reforzaba su propia identificación con la masonería inventándole orígenes medievales y cristianos. Por otra parte, y por, sobre todo, Ramsay presentó su discurso al cardenal de Fleury, principal ministro del joven rey Luis XV – el obispo de los obispos en Francia – y hombre fuerte del Estado francés. Las logias comenzaban a desarrollarse. El poder político había empezado a manifestar cierta suspicacia; el 17 de marzo de 1737, había prohibido estas asambleas. En la carta adjunta a su discurso poco después, Ramsay solicitaba a Su Majestad tolerancia y protección para la cofradía que, decía, deseaba servir a la religión, al Estado y a las letras. El relato caballeresco y cristiano probablemente le proveía cierta legitimidad aristocrática y católica. No obstante, su tentativa fracasó. El cardenal de Fleury simplemente respondió que estas asambleas disgustaban al rey y procedió a un simulacro de represión. Ramsay se retiró definitivamente de la masonería (COMBES 1998, p. 21-22).

¹³ La cita corresponde a la versión definitiva del discurso (inicios de 1737), reproducida en La Tierce, *Histoire, obligations et statuts de la Très Vénérable Confraternité des Francs-Maçons*, Francfort-sur-le-Meyn, 1742, por (MOLLIER 2014, p. 84-85). «Du temps des guerres saintes dans la Palestine, plusieurs Princes, Seigneurs et Citoyens entrèrent en Société, firent voeu de rétablir les temples des Chrétiens dans la Terre Sainte [...] Ils convinrent de plusieurs signes anciens, de mots symboliques tirés du fond de la religion, pour se distinguer des Infidèles, et se reconnoître d'avec les Sarasins. On ne communiquoit ces signes et ces paroles qu'à ceux qui promettoient solennellement et souvent même au pieds des Autels de ne jamais les révéler. Cette promesse n'étoit donc plus un serment execrable, comme on le débite, mais un lien respectable pour unir les hommes de toutes les Nations dans une même confraternité. Quelques temps après, notre Ordre s'unit intimement avec les Chevaliers de S. Jean de Jérusalem. Dès lors et depuis nos Loges portèrent le nom de Loges de S. Jean dans tous les pays. Cette union se fit en imitation des Israélites, lorsqu'ils rebâtirent le second Temple, pendant qu'ils manioient d'une main la truelle et le mortier, ils portoient de l'autre l'Épée et le Bouclier.»

¹⁴ Posteriormente llamado de Rodas en el siglo XIV y de Malta desde el siglo XVI. El nombre actual de esta Orden es *Soberana Orden Militar y Hospitalaria de San Juan de Jerusalén, de Rodas y de Malta*. Sobre el discurso de 1736. Véase (LASSALLE 2003)

Los orígenes templarios

Más allá de la política, no obstante, quedaba una huella imaginaria. Pese a su fracaso político, Ramsay dejó en el imaginario colectivo el brote de una nueva neotradición. Pese a la monarquía francesa, popularizó una idea: la masonería no era una fraternidad civil sino una orden de caballería. Este relato alimentó el naciente imaginario de la naciente masonería francesa. La creencia se esparció por los países que mantenían relaciones con sus logias, como Alemania, Italia, Suecia y Rusia. Las variantes de este discurso proliferaron a borbotones. Con el tiempo, el núcleo primigenio se fragmentó en mil microcosmos imaginarios. La galaxia de los Templarios fue el principal. ¿Cuáles fueron sus planetas y cometas?

La Orden del Temple había sido destruida en 1314. El Papa Clemente V y el rey Felipe el Bello de Francia habían condenado a sus miembros por herejes, pretexto entonces habitual para el despojo y la destrucción de rivales políticos o económicos. Perseguidos, los Templarios habían entonces huido. Se habían refugiado en Escocia. En este pequeño reino norteño, lejos de Roma y de París, las logias masónicas operativas los habrían cobijado. Así, los Templarios habrían sobrevivido secretamente durante 400 años gracias al apoyo de la dinastía reinante. Una historia fascinante, como lo recordaba recientemente Pierre Mollier, un gran conocedor de la cuestión:

Es una linda historia... pero no existe un solo hecho histórico serio para sustentarla [...] Para los historiadores que estudian el Medioevo, no existe un solo documento, un solo indicio que pueda sustentar la hipótesis según la cual los Templarios sobrevivieron de una u otra forma [...] En la propia Escocia, el tema templario parece haber tocado muy tardíamente a la masonería (MOLLIER 2014, p. 82-83, 85).¹⁵

147

En realidad, la leyenda de los Templarios apareció por primera vez "en un ritual masónico, una antigua versión del grado de Caballero Kadosh, fechada en 1750" (MOLLIER 2014, p. 88). No puede invocarse "ninguna prueba [...] ningún vínculo" (HARRISON 2014)¹⁶ de ningún tipo para relacionar masonería y templarios. El consenso científico sobre este punto es absoluto. Según David Stevenson, el principal especialista mundial de la masonería en Escocia:

Las afirmaciones acerca de una relación entre los Caballeros Templarios o los Rosacruces (si es que estos realmente existieron) y la formación de la Francmasonería deben ser rechazadas como extremadamente fantasiosas (para permanecer dentro de los límites de la cortesía) (STEVENSON 2014, p. 61).¹⁷

Los usos militantes del mito: Los orígenes antiguos y la ideología del progreso

Flexibles y polimórficas, las neotradiciones se adaptan a las intenciones más diversas. El mito de los orígenes antiguos sirvió admirablemente a los

¹⁵ Pierre Mollier es director del Archivo histórico del Gran Oriente de Francia.

¹⁶ En el original: "There is no evidence whatsoever assuming to the Knight Templars as an Order, a Masonic Order [...] no links at all with Medieval Knight Templars".

¹⁷ En el original: "Claims of the involvement of the Knights Templar o the Rosicrucians (if, indeed, the latter ever really existed) in the formation of Freemasonry may be dismissed (to be polite) as fanciful in the extreme."

partidarios de la modernización, del cambio y del progreso. Los filósofos del siglo XVI, XVII y sobre todo XVIII, por ejemplo, encendieron las luces de la filosofía natural y de la democracia antigua para alumbrar tiempos de oscurantismo y absolutismo. Cementaron nuevas representaciones colectivas, nutriendo una nueva cultura política que, a partir de la Revolución francesa, irrigó el siglo XIX.

En São Paulo, en 1921, esta huella seguía viva. María Lacerda de Moura daba conferencias sobre los orígenes de la masonería. Esta joven intelectual, profesora de escuela normal, se interesaba por la teosofía, era feminista y librepensadora. Su padre era un viejo masón socialista. Ella se había involucrado en las logias mixtas del *Derecho Humano*, una rama de la masonería francesa.¹⁸ Por primera vez, quizás, se expresaba en una logia masculina, también francesa.

Sin referirse a las *Constituciones* de 1723, reseñaba la antigüedad inmemorial de la cofradía, partiendo de los antiguos misterios egipcios, griegos, hindúes o celtas. Según ella, "los faraones, Salomón, Hermes, Rama, Krishna, Sócrates, Orfeo, Pitágoras, Jesús Cristo, fueron iniciados". En el antiguo Egipto, "las Logias Masónicas [...] no tenían más de 40 miembros". Allí, por ejemplo, "la mujer participaba en estos trabajos [...] derechos iguales y obligaciones iguales le eran otorgados". Asimismo, en la "tradición celta", la mujer era considerada como "una compañera y no como una subalterna". Después de este período de fastos había caído una "noche de mil años". La noble tradición masónica de "investigación de la ciencia" había sido dispersada por las "religiones sectarias". Las mujeres habían sido "alejadas [...] quizás por influencia de las Corporaciones de trabajadores, durante el Medioevo" (LACERDA DE MOURA 1922, p. 9, 16, 18, 20).

148

Esta crónica era totalmente imaginaria, pues "no se puede relacionar el culto de Isis o los misterios de Eleusis con la futura masonería sino por analogía" (COMBES 1998, p. 7). No obstante, plantea una pregunta: ¿cuál era su significado cultural e ideológico? Demostraba que la masonería era anterior a la "Iglesia Romana", definida como fuente de opresión, superstición, oscurantismo y esclavización del género femenino. En los tiempos primigenios, la antigua cofradía había reunido a los Hijos e Hijas de la Luz, una élite espiritual e intelectual reclutada entre hombres y mujeres. Perseguidos durante siglos por la Sombra del fanatismo, los masones habían olvidado sus orígenes. Desde la Revolución francesa, y más aún en el inicio del siglo XX, peleaban nuevamente entre Luz y Sombra. La emancipación no debía limitarse al género femenino, sino extenderse a las clases obreras y, más allá, a "toda la humanidad". Hijos de la Luz, los masones libraban desde siglos este combate por la "libertad, igualdad, fraternidad". Para triunfar, debían retornar a sus antiguas raíces tradicionales, reintegrar a la mujer y librar por fin la gran batalla final por la "república humana, la fraternidad internacional", "la abolición de la esclavitud femenina", "la igualdad de los derechos en el Código para ambos sexos", "la proclamación de los Derechos Humanos", "la justicia social" (LACERDA DE MOURA 1922, p. 18, 33, 34, 23, 28, 42).

¹⁸ Sobre ella, véanse las referencias consistentes de Ferreira (1996). Sobre su padre –Maurício de Lacerda, diputado socialista en Brasil en la década de 1920– véase: Mollès (2010).

Los orígenes medievales y la ideología de la conservación o de la reacción

El mito de los orígenes antiguos sirvió frecuentemente a la causa de la modernidad y del progreso. Por el contrario, el mito de los orígenes medievales sirvió a la causa de la reacción y el conservadurismo. Desde mediados del siglo XVIII, y más aún después de 1789, la aristocracia prusiana buscó en el romanticismo neomedieval un dique contra la filosofía moderna que minaba su hegemonía. Sus poetas, eruditos y bardos exaltaron las jerarquías y la religión, que constituían el alfa y el omega de la tradición feudal.

¿Por qué mencionarlo? Se trata de una cuestión actual. A través de un largo recorrido, el relato neomedieval reapareció por ejemplo en Buenos Aires en 2004. En un texto mitológico y alucinado, el narrador Eduardo Callaey sostenía por ejemplo la teoría de una "alianza inaudita" entre órdenes monásticas, órdenes militares y corporaciones medievales para explicar el origen de la masonería y su supuesta "esencia" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, cap. 1). De la orden monástica de San Benito, fundada en el siglo VI, había surgido una primera "masonería benedictina" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, cap. 6), posteriormente integrada al servicio de los Templarios, creados durante la primera "peregrinación armada a Tierra Santa".¹⁹ Llegado a este punto de fantasía, se podía teorizar sobre una "transición de la masonería benedictina a la futura masonería operativa" (CALLAEY ARRANCIBIA 2006, p. XIII, XVI), a los "constructores de catedrales" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, cap. 6) y luego de "la francmasonería operativa a la francmasonería especulativa".²⁰ Así, algunos narradores argentinos del siglo XXI habían descubierto entre monjes, templarios y masones europeos una filiación que, curiosamente, había escapado a los historiadores y sociólogos europeos y americanos.

Reivindicando "las novelas de caballería"²¹ por modelo, convocaron todos los recursos de la imaginación. A la manera del Código da Vinci, se remontaron a los Carolingios, sopesando las "múltiples razones" (CALLAEY ARRANCIBIA 2004, cap. VI.1) que, según ellos, permiten atribuir la invención de la masonería a Carlomagno o a Carlos Martel en el siglo IX. Confundían tiempos y mundos inconmensurables. Compartían una concepción esencialista: los fenómenos estudiados poseían características intangibles, una "esencia" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. 1). Para demostrarlo, recurrían a la técnica de "la sorprendente similitud" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. XIII): un símbolo o una palabra poseían una misma esencia en el tiempo y en el espacio.²² Esta técnica anticientífica ignoraba así los fundamentos de la sociología, de la antropología y de la etnografía.²³ Omitía que "los textos circulan sin sus contextos", y que cada

¹⁹ Parece sorprendente hablar en éstos términos. Como lo enseñó el historiador libanés Amin Maalouf (2009), la crueldad, la tortura y hasta el cannibalismo caracterizaron el comportamiento de estos "peregrinos armados" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. 3).

²⁰ Al año siguiente, el autor completó: "Las logias masónicas, nacidas en el época de las catedrales, se revelan, a la luz de esta investigación, como las herederas de las estructuras creadas por los monjes constructores que elevaron los grandes templos de la Cristiandad" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. 103; 2006).

²¹ Modelo explícitamente reivindicado en, por ejemplo, (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. XI).

²² La técnica de "la sorprendente similitud" fue elevada al rango de método científico. Entre las "pruebas", mencionemos las "espadas, guantes, paramentos propios de la caballería y un sinnúmero de símbolos y términos provenientes de las órdenes religiosas surgidas en la Edad Media" (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. XII, 2).

²³ El sentido de un símbolo es relativo a la cultura que le da significación. Antes de ser apropiada por los nazis,

generación cultural los reinterpreta en su propia circunstancia (BOURDIEU, 2002). Descontextualizaban, afirmaban sin probar y citaban sin brindar referencias. Las ocasionales notas bibliográficas revelaban conocimientos historiográficos débiles y azarosos. El relato se tejía impermeable a la opinión científica. Este castillo de naipes se elevaba sobre vulgatas fantasiosas de estilo neotemplario. A esta altura, también se podía adaptar la teoría neocorporativa a América Latina. “Masonólogos” eminentes excavaron los vestigios de una “masonería operativa” medieval en Sudamérica que, curiosamente, también había escapado a los historiadores, sociólogos y arqueólogos (FERRO FAVA 1993).

¿Se trataba de investigación científica o de operación ideológica? Invocando la grandeza de un imperio occidental y cristiano, evocaban “la espiritualidad de Occidente”; ¿existe *la* espiritualidad de Occidente o *las* múltiples espiritualidades humanas, de Oriente a Occidente? ¿Se reflejaba así la preocupación de personas incómodas por su “doble pertenencia [...] al catolicismo y a la masonería”, deseosas de cristianizar a esta última y de luchar contra “los sectores más agnósticos de la Orden”? Criticaban a los partidarios de la laicidad del Estado, numerosos entre los masones latinos. Comentando la actualidad desde el sueño neomedieval, juzgaban “grave” que el preámbulo de la Constitución Europea no integrara “alguna referencia explícita a las comunes raíces judaico-cristianas, referencia no solo oportuna sino obligada, en tanto la misma masonería tiene sus orígenes en el mismo filón espiritual y cultural” (CALLAEY ARRANCIBIA 2005, p. 1-7, 2006, p. I, XIII, XX). Volviendo a la circunstancia nacional, ¿podía ser ingenua la asociación, en estas publicaciones, entre masonería, corporaciones, militares e Iglesia católica cuando la Argentina apenas salía de medio siglo de dictaduras y de “golpes cívico-militar-religiosos” (MALLIMACI 1996, p. 182-183)?²⁴

150

Conclusiones

Historia y memoria forman una pareja compleja y frecuentemente conflictiva, como lo ilustra el caso de la masonería. Abandonada durante mucho tiempo por los sociólogos e historiadores, ésta se constituyó en objeto de investigaciones científicas a partir de la década de 1950 en Francia, de 1970 en Inglaterra, Escocia, España y Estados Unidos, y de 2000 en América latina. Este campo es novedoso, vasto y fértil.

Verdadera serpiente los mares masónicos, la cuestión de los orígenes es hoy resuelta. Hoy, sabemos con seguridad que el siglo XVIII fue el siglo de la invención de la masonería. Desde 300 años, sin embargo, dos grandes líneas mitológicas han alimentado los imaginarios colectivos sobre este punto. De allí, claro, su pregnancia y su influencia residual. Para los masones de distintos espacios y de distintas épocas, estas matrices (y sus variaciones) proveyeron mitos fundacionales, fuentes de identificación y de legitimación, guías ético-

por ejemplo, la esvástica era el corazón de Buda. Tomemos el ejemplo de un símbolo: el color de duelo. En 1903 (¡hace 110 años!), Paul d’Enjoy escribía «Los australianos afectados por un duelo se pintan el cuerpo de blanco, los polinesios de rojo, los negros de África central de amarillo, los indios de América de negro [...] Si el traje de duelo es de color negro en Europa [...], es azul o violeta en Turquía [...], blanco en Japón, en China y en An-Nam»: d’Enjoy (1903).

²⁴ Sobre este tema, véase también: Lafage (1991); Rouquié (1972).

ideológicas: fueron “invención de la tradición” (HOBSBAWM; RANGER 1983). Repetidas de generación en generación, participaron de la “institución imaginaria de una sociedad”, a la que dieron “significaciones imaginarias sociales” autopetruadas a través de “la repetición” (CASTORIADIS 2008, p. 122).

Estos mitos ¿son alegorías ideológicas? ¿Son laboratorios de determinada hegemonía cultural? La cuestión es vasta; no puede ser agotada en este artículo. Éste se limitó a identificar el origen de las dos grandes matrices –neoantigua y neomedieval- que dieron a los masones sus mitos fundadores.

Como texto fundador, las *Constituciones* de 1723 dieron a la masonería un neopasado antiguo. Desde la creación del mundo (estimada en aquella época en unos 4000 años antes de Cristo), una cofradía de artesanos había, de Oriente a Occidente, preservado un método técnico-científico universal, el común patrimonio de la humanidad dividida en idiomas, naciones y religiones. La parábola era cristalina: primera asociación humanas, la masonería tenía por reunir y reconciliar al género humano por encima de sus divisiones nacionales, religiosas y políticas (MOLLÈS 2015b).

Las *Constituciones* esbozaban una línea de horizonte. Una línea dinámica: lejos de ser monolítico y estático, este texto fue inventado y reinventado y, en 60 años, el libro sagrado cuadruplicó su volumen. Las *Constituciones* proveían una línea de horizonte cuya nitidez, sin embargo, fluctuaba. Sometida a circuitos de traducción y de difusión azarosos, variaba según los espacios y los tiempos. Así, fueron estudiadas (o no) de diversas maneras según las épocas, los públicos y las regiones. Circularon (o no) sin su contexto, sin llevar consigo el campo de producción del cual eran producto. En efecto, “los textos circulan sin sus contextos” (BOURDIEU 2002) y, más aún, las prácticas sociales circulan sin su teoría. Introducidas en un nuevo campo de recepción, eran reinterpretadas en función de las circunstancias, de los intereses y de la ideología de los traductores y de los receptores.

En determinados contextos, estos vacíos en la memoria colectiva fueron rellenados con neotradiciones alternativas. Los orígenes medieval-caballerescos fueron inventados en 1736 en Francia, adonde la nueva práctica social había llegado sin su teoría y se dirigía a otro público en otro contexto. A la monarquía francesa y su aristocracia, un caballero escocés propuso un mito cobijado por la sombra legitimadora de las Cruzadas. De asilo para la ciencia y el género humano, la cofradía se había convertido en heredera de las órdenes militar-religiosas, y quizás en expresión del Occidente cristiano frente a los bárbaros asiáticos y a los heréticos.

Así, desde los inicios, surgía una multiplicidad de imaginarios históricos y de memorias colectivas. Dos grandes matrices simbólicas comenzaban a proliferar. ¿Expresaban estructuras del sentimiento e inclinaciones ideológicas disímiles? La segunda parte del artículo no pretende zanjar esta cuestión; apenas propone una indagación preliminar, un primer sondeo de los usos militantes que, desde entonces, participaron de la reproducción de estos imaginarios y de estas memorias colectivas. Primera constatación: estas neotradiciones con frecuencia fueron el producto de operaciones de manipulación sobre la *memoria*, que no

debe confundirse con la *historia*. El mito de los orígenes antiguos parece haber servido frecuentemente a los partidarios del universalismo humanista, de la ideología del progreso y de la modernización. Difícil no ver un paralelo con los filósofos del siglo XVIII, quienes encendieron las luces de la democracia antigua para alumbrar tiempos de oscurantismo y absolutismo. Por el contrario, los relatos neo-medievales y caballerescos parecen atraer a los partidarios de las jerarquías tradicionales, reaccionarios o conservadores. Difícil no ver un paralelo con la aristocracia prusiana que, a partir de mediados del siglo XVIII y más aún de la Revolución francesa, buscó en el romanticismo neomedieval un dique contra la filosofía moderna y el cambio social que minaban su hegemonía.

¿En qué medida puede establecerse un paralelo entre estas estructuras del sentimiento, estas sensibilidades ideológicas y los dos linajes mitológicos evocados? Para responder a esta pregunta de manera firme, un nuevo texto es necesario. Éste deberá interrogar la genealogía de ambos linajes, enfatizando sobre las condiciones sociales de producción y de circulación: más allá de la variante, más allá de la forma explícita, interrogar a los contextos, los actores y las filiaciones. Realizado este programa, se podrá interrogar una intuición: la experiencia de terreno sugiere que, antes de 1950, la prensa y la correspondencia de los masones latinoamericanos remitían –en cuanto a los orígenes– al siglo XVIII, la Ilustración y la Revolución francesa. Las referencias neomedievales parecen haber sido ausentes, o por lo menos rarísimas. Hoy, por el contrario, gran parte del público masónico latinoamericano se focaliza sobre estos mitos, que asimila a verdades históricas. ¿Cómo explicarlo? ¿Puede verse un paralelo con la Guerra fría, la hegemonía cultural estadounidense y la ola anticomunista? Como se ve, la cuestión abre perspectivas atadas a un pasado todavía presente.

152

Referencias bibliográficas

- ANDERSON, B. **Imagined Communities**: Reflections of the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1983.
- ANDERSON, J.; DÉSAGULIERS, J.-T. **The Constitutions of the Free-Masons, containing the History, Charges, Regulations &c. of that Most Ancient and Right Worshipful Fraternity**. London: William Hunter, 1723.
- _____. **The New Book of Constitutions of the Antient and Honourable Fraternity of Free and Accepted Masons, containing Their History, Charges, Regulations, &c.** London: Caesar Ward, 1738.
- ANDERSON, J.; DÉSAGULIERS, J.-T.; JOUIN, E. **Livre des constitutions maçonniques**: reproduction du texte original anglais de 1723. Paris: Emile-Paul, 1930.
- BAUMAN, Z. **Modernidad líquida**. México: FCE, 2003.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en sciences sociales. La Circulation internationale des idées**, n. 145, p. 3-9, 2002.

- CALLAEY ARRANCIBIA, E. **Ordo laicorum ab monacorum ordine**: Los Orígenes Monásticos de la Francmasonería. Buenos Aires: Academia de Estudios Masónicos, 2004.
- _____. **El otro Imperio Cristiano**: De la Orden del Temple a la Francmasonería. Madrid: Nowtilus, 2005.
- _____. **Ordo laicorum ab monacorum ordine**: La masonería y sus orígenes cristianos. Buenos Aires: Kier, 2006.
- CANNADINE, D. The Context, Performance and Meaning of Ritual. The British Monarchy and the "Invention of Tradition", c. 1820-1977. In: HOBSBAWM, E. J. E.; RANGER, T. (eds.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 101-164.
- CASTORIADIS, C. Psicoanálisis y política. In: **El mundo fragmentado**. La Plata: Terramar, 2008. p. 115-129.
- COMBES, A. **Les trois siècles de la franc-maçonnerie française**. Paris: Edimaf, 1998.
- DACHEZ, R. **L'invention de la franc-maçonnerie**: Des Opératifs aux Spéculatifs. Paris: Véga, 2008.
- DEL SOLAR, F. S. Reseña del II Seminario euro-argentino de historia de las redes masónicas atlánticas (Buenos Aires, Argentina, 2014). **Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, v. 6, n. 2, p. 139-145, 2014.
- D'ENJOY, P. Des signes extérieurs du deuil. **Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris**, v. 4, n. 1, p. 112-116, 1903.
- FERREIRA, V. C. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos del Arquivo Edgard Leuenroth**, n. 3, 1996.
- FERRER BENIMELI, J. A. Aproximación a la historiografía de la masonería latinoamericana. **Revista de Estudios Históricos de la Masonería en América Latina & el Caribe**, v. 4, n. 1, p. 2-120, 2012.
- FERRO FAVA, J. F. Tres momentos en la historia de la masonería en América. In: FERRER BENIMELI, J. A. (ed.). **Masonería española y América**. Actas del Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española. Zaragoza: CEHME, 1993. v. 1, p. 257-269.
- GOULART DA SILVA, M. **Maçonaria no Brasil**. História, Política e Sociabilidade. Jundiaí: PACO EDITORIAL, 2015.
- GOULD, R. F. **Gould's History of Freemasonry Throughout the World**. New York: Charles Scribener's Sons, 1936.
- HARRISON, D. **Are there any connections between the Knight Templar and Freemasonry?** London: Lewis Masonic, 2014. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=vOc_8ThDrLQ&feature=youtube_gdata_player. Acesso em: 26 maio. 2014.

- HOBSBAWM, E. J. E.; RANGER, T. (eds.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KAUTSKY, K. **El cristianismo**: sus orígenes y fundamentos. Buenos Aires: Marat, 2013 [1908].
- LACERDA DE MOURA, M. **A mulher e a maçonaria**. Conferencia realizada em sessão magna branca da Aug. •. & Resp. •. Loj. •. Cap. •. Fr. •. "14 juillet". São Paulo, Loge française 14 juillet, 1922.
- LAFAGE, F. **L'Argentine des dictatures (1930-1983)**: Pouvoir militaire et idéologie contre-révolutionnaire. Paris: L'Harmattan, 1991.
- LASSALLE, P. Le Discours de Ramsay (1736). In: MOLLIER, P. *et al.* (eds.). **Les plus belles pages de la franc-maçonnerie française**. Paris: Dervy, 2003, p. 38-41.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LIGOU, D. (ed.). **Dictionnaire de la franc-maçonnerie**. Paris: PUF, 1998 [1974].
- MAALOUF, A. **Las cruzadas vistas por los Árabes**. Madrid: Alianza, 2009.
- MALLIMACI, F. H. Catolicismo y militarismo en Argentina (1930-1983), De la Argentina liberal a la Argentina católica. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 4, p. 181-218, 1996.
- MANSUR BARATA, A. Freemasonry in Brazil (Nineteenth Century): History and Sociability. **Revista de Estudios Históricos de la Masonería en América Latina & el Caribe**, Número especial / Special Issue UCLA - Grand Lodge of California, p. 137-151, 2013.
- MARINHO DE AZEVEDO, C. M. **Maçonaria, anti-racismo e cidadania**. Uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.
- MARTÍNEZ ESQUIVEL, R. Hacia la construcción de una historia social de la masonería en Centroamérica. **Estudios**, n. 27, 2013.
- MOLLÈS, D. Un Puente transatlántico: la masonería hispano-argentina en la circunstancia euro-americana de Entre-Guerras. In: FERRER BENIMELI, J. A. (Ed.). **La masonería española en la época de Sagasta**. Actas del Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española. Zaragoza: CEHME, 2007. v. 2, p. 809-842.
- MOLLÈS, D. Franc-maçon, socialista de esquerda e antifascista: o exílio euro-americano de Francesco Frola. In: AARÃO REIS, D.; ROLLAND, D. (eds.). **Intelectuais y modernidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 112-141.
- _____. Exiliados, emigrados y modernizadores: el crisol masónico euro argentino (Europa- Río de la Plata, 1840-1880). In: FERRER BENIMELI, J. A. (Ed.). **La masonería española**: represión y exilios. Symposium

internacional de historia de la masonería española. Zaragoza: CEHME, 2011. v. 1, p. 47-70.

_____. Triángulo atlántico y triángulo latino: América Latina y el sistema-mundo masónico (1717-1921) (Elementos para una historia de la opinión pública internacional). **PolHis, Revista del Programa Interuniversitario de Historia Política**, Mar del Plata: UBA, UNICEN, UNLP, UNMdP, UNS, UNSAM. n. 12, p. 352-355, 2013.

_____. L'histoire globale et la question maçonnique: éléments pour une analyse. **Revista de Estudios Históricos de la Masonería en América Latina & el Caribe**, v. 6, n. 1, p. 3-33, 2014.

_____. **La invención de la masonería**. Revolución cultural: religión, ciencia y exilios. La Plata: EDULP, 2015a.

_____. "Esta religión sobre la cual todos los hombres concuerdan": la invención de la masonería, una revolución cultural entre religión, ciencia y exilios. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Universidade Estadual de Maringá. v. 8, n. 23, p. 176-211, out. 2015b.

_____. Freemasonry and Templarism. In: SNOEK, J. A. M.; BOGDAN, H. (eds.). **Handbook of Freemasonry**. Leiden (Netherlands): Brill, 2014. p. 82-99.

MOREL, M.; DE OLIVEIRA SOUZA, F. J. **O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ÖNNERSFORS, A. The Cosmopolitan Foundations of Freemasonry. **CRFF Working Paper Series**, University of Sheffield. n. 3, p. 1-32, 2010.

PAILLARD, M. (ed.). **The English and French Masonic Constitutions**. An authentic account of the divergent Constitutions of the United Grand Lodge of England and the Grand Orient of France, compared with their original joint authority. London: M. Paillard, 1938.

_____. (ed.). **Reproduction of the "Constitutions of the Free-Masons or Anderson's Constitutions" of 1723 in English and French**. London: M. Paillard, 1952.

PORSET, C. De la régularité en maçonnerie, Notes d'histoire. In: BAUER, A. (ed.). **De la régularité maçonnique**. Paris: Edimaf, 1999. p. 23-45.

REHMLAC +. Plataforma científica. **IV Simposio Internacional de Historia de la Masonería y los Movimientos Asociativos Latinoamericanos y Caribeños**. San José, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, REHMLAC +, Universidad de Zaragoza, CEHME, Universidad de La Habana, UCLA, 2-8 nov. 2015. Disponible em: <http://simposiomasoneria.ucr.ac.cr/>.

RÉVAUGER, C. English Freemasonry during the Enlightenment: how radical, how conservative? **Lumières, Revue du Centre interdisciplinaire bordelais d'étude des Lumières**, n. 22, p. 33-49, 2013.

- ROCK, D. **Latin America in the 1940's**: War and Post-War Transitions. Los Angeles: University of California Press, 1994.
- ROLLAND, D. **La crise du modèle français**. Mariane et l'Amérique latine. Culture, politique et identités. Rennes: PUR, 2000.
- ROUQUIÉ, A. **Intégristes et militaires, Les tentatives du national-catholicisme en Argentine**. Paris: CERI, 1972.
- SMITH, A. D. The Nation: Invented, Imagined, Reconstructed. **Millennium. Journal of International Studies**, v. 20, n. 3, p. 353–359, 1991.
- STEVENSON, D. The Origins of Freemasonry: Scotland. In: SNOEK, J. A. M.; BOGDAN, H. (eds.). **Handbook of Freemasonry**. Leiden: Brill, 2014, p. 50-62.

Antropofagia, passado prático e usos do passado em *Como era gostoso o meu francês* (1971) de Nelson Pereira dos Santos

Anthropophagy, memory cultural and uses of past in *How tasty was my little frenchman* (1971) by Nelson Pereira dos Santos

Francisco das C. F. Santiago Júnior

santiago.jr@gmail.com

Professor Adjunto 4

Universidade Federal do Piauí

CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Av. Senador Salgado Filho/BR 101, s/n.- Sala 209

59078-970 - Natal - Rio Grande do Norte

Brasil

Resumo

A tradição modernista da antropofagia é uma das matrizes das imagens do passado da memória cultural brasileira. O cinema e a cultura visual são instâncias pelas quais o conhecimento do passado surge e circula na sociedade, este texto aponta o uso do tropo da antropofagia no filme *Como era gostoso o meu francês* (1971), de Nelson Pereira dos Santos. Fundindo a tropologia com a iconologia, observaremos a especificidade da antropofagia no início dos anos 1970 e o deslocamento do legado modernista, evidenciando o uso público do passado na narrativa cinematográfica durante o regime civil-militar.

157

Palavras-chave

Cinema; Imagem; Cultura histórica.

Abstract

The modernist tradition of anthropophagy is one of the matrices of the images of the past of the Brazilian cultural memory. The film and visual culture are instances in which the knowledge of the past comes and circulates in society, this text points the use of the trope of anthropophagy in the film *How tasty was my little frenchman* (1971) by Nelson Pereira dos Santos. Merging the tropology with iconology, we observe the specificity of anthropophagy in the early 1970s and the displacement of the modernist legacy, highlighting the public use of the past in narrative film during the civil-military regime.

Keywords

Cinema; Image; Historical culture.

Recebido em: 29/8/2015

Aprovado em: 17/5/2016

O campo cinematográfico tem suas próprias demandas quando enfrenta a elaboração de discursos e imagens do passado. Por um lado, articula uma série de padrões e narrativas históricas presentes nas instâncias de elaboração do conhecimento da história tais como historiografia, literatura, museus, patrimônio, escultura, pintura, etc. Por outro, atualiza e desloca as tradições culturais formando imagens e saberes sobre/do passado em vários gêneros fílmicos, entre eles os chamados filmes históricos. Este texto almeja demonstrar a relação de um “filme histórico”, no caso *Como era gostoso o meu francês* (1971), de Nelson Pereira dos Santos, com as imagens do passado brasileiro herdadas da antropofagia modernista. Entender a maneira como o campo cinematográfico se relaciona com o passado permite abordar os usos públicos deste na cultura visual.

A fita de Santos foi elaborada num momento chave de apropriações sociais do passado brasileiro. No auge repressivo da ditadura civil-militar, muitos cineastas, principalmente os remanescentes do cinema novo, realizaram filmes históricos que partiam ou enfrentavam o legado modernista. A ideia da incorporação dos recursos culturais e materiais estrangeiros como forma de resistência retornou em fitas como *Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1968), de Glauber Rocha, *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade e *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla. Nos filmes históricos esse mesmo princípio fora retomado, principalmente nas fitas que tematizaram o passado indígena entre as quais citamos *Pindorama* (1971), de Arnaldo Jabor, e *Como era gostoso o meu francês* (1971). Esta última película usa imagens e metáforas do passado para discutir a relação presente e passado e permite observar como a esfera pública elaborou alguns passados possíveis com implicações políticas específicas.

158

Trabalhos recentes sobre as “representações históricas no cinema” têm demonstrado que haveria uma operação cinematográfica de visualização da história, sujeita a regras, narrativas e lugares institucionais próprios da produção fílmica (LINDPERG 2009). Mais do que filmes que representam/plasmam a história em imagens (ROSENSTONE 2010), *tem-se usos do passado em circuitos sociais cuja dimensão é pública ao ser midiática e massificada*.¹ A produção de filmes é uma maneira pela qual o conhecimento do passado é apropriado e modificado em campos culturais exógenos à historiografia. Torna-se, por tabela, um dos campos fundamentais de configurador da memória do século XX (BAECQUE 2012; SHOHAT; STAM 2004).

A problematização da história da cultura visual indaga pelas formas visuais e as maneiras como estas fazem a realidade social funcionar (MENESES 2004; MITCHELL 2009), ou seja, como os sujeitos usam das imagens para encontrarem

¹ Os “usos do passado”, como exposto acima, deriva da preocupação com os “usos públicos da história”, um dos tópicos de uma teoria da história mais abrangente. Corresponde ao que Rafael Saddi defendeu, a partir da Didática da História de Jörn Rüsen, como investigação “da consciência histórica produzida nos meios de comunicação de massa (revistas, jornais, televisão, cinema, propagandas, sites), bem como nos discursos políticos [...] e também nas instituições culturais e religiosas [...]” (SADDI 2012, p. 217).

seus passados, suas comunidades, seus vínculos e diferenças entre si². Entre os historiadores da cultura visual, fica cada vez mais claro que a imagem passa a ser concebida como fundamento da própria historicidade do presente e do passado. Ao que tudo indica a pedagogia material e visual e as organizações de instâncias visuais como monumento, museu, fotografia e cinematógrafo (CHOAY 2011; GUIMARÃES 2002; MENDONÇA 2008; MIRZOEFF 1999) formaram e formam a historicidade moderna.

Podemos dizer que tais os *usos públicos do passado* (SADDI 2010) são foco de preocupação de uma *analítica da historicidade* (ARAÚJO 2013), ou seja, como a experiência da história transforma o passado em um bem da disputa social sujeito a demandas próprias geradas em muitos campos sociais – como o cinema. O problema da constituição de imagens do passado contempla os múltiplos meios sociais que elaboram conhecimento e representações sobre ele e o publicizam.

Frequentemente, fazendo parte do movimento da memória pública, os filmes encontram a história já mediada por meio de usos de imagens e tropos (metáforas, metonímias, ironias e etc.), tendo a interpretação do passado no cinema, portanto, um forte teor *poético*. Tomamos como princípio de trabalho, que a imaginação histórica fílmica usa de recursos de *imagens & tropos* (figuras de linguagem), para construir sua interpretação do passado. Sua *poética* refere-se ao cruzamento das interpretações tradicionais do passado presentes na memória cultural com as possibilidades de construí-lo como imagem num dado presente histórico.

Nos últimos anos muitos estudiosos têm refletido sobre a construção da historicidade pelo cinema (MORETTIN 2012). Antoinde Du Baecque (2012), por exemplo, explorou as *formas cinematográficas da história*, maneiras visuais singulares pelas quais o transcorrer e o passado foram configurados na forma memorial-cinema e o próprio registro fílmico articulando formas/figuras do presente, os quais, retomadas no futuro funcionam como um arquivo das imagens do passado. Também Vicente Sánchez-Biosca (2014) refletiu sobre a chamada *migração de imagens*, um processo pelo qual o misto registro/encenação de imagens de tortura produzidas por perpetradores ou por libertadores, estabelece algo como protocolos formais e arquivos usados como mediação na configuração da memória cultural por meio do cinema e fotografia. Ambos evidenciam um tipo de conhecimento que é tanto verbal quanto visual.

Seguindo a distinção estabelecida por Michael Oakeshott entre *passado histórico* e *passado prático*, Hayden White propõe que este último como o conjunto de:

[...] noções de “passado” que todos carregamos conosco em nossas vidas diárias e às quais recorreremos, quer queiramos ou não, da melhor forma possível, como informação, ideias, modelos, fórmulas e estratégias para resolver todos os problemas práticos – de assuntos pessoais a grande

² Estamos generalizando propostas de trabalhos variadas como a antropologia da imagem, a iconologia, história social da arte e a ciência das imagens. Todas, contudo se aproximam quanto ao princípio da cultura visual e da imagem como formadoras do mundo social.

programas políticos – reunidos de qualquer jeito no que concebemos como nossa “situação” atual. Baseamo-nos neste passado sem muita consciência de si mesmo quando se trata de questões práticas [...] Mas este passado prático é também o passado da memória reprimida, do sonho, do desejo tanto deste quanto da resolução de problemas, estratégias e táticas do cotidiano, tanto pessoal como comunitário (WHITE 2014, p. 181).³

Perceba-se que o *practical past* de Oakeshott lido por White corresponde, de alguma forma, a um aspecto do “espaço da experiência” elaborado por Reinhardt Koselleck, enquanto Jörn Rüsen o chamaria de conjunto de orientações para a vida prática que compõem as funções do conhecimento histórico na matriz disciplinar da história. Já o passado histórico seria construído por instâncias sociais de elaboração de um tempo comunal desenvolvido e organizado institucionalmente, tendo caráter mais ou menos disciplinar e podendo ser construído com teoria e método para o entendimento do presente. Os cineastas montariam, por exemplo, suas interpretações mobilizando noções de passado públicas encontradas em diversas mídias, acionando o *passado prático*. Contudo, intuir que um cineasta mobilize – como qualquer pessoa faz – o passado prático oferece apenas uma aproximação incompleta: é preciso deslocar a interpretação de White, que supervaloriza a diferença passado prático/passado histórico.

160

O passado prático só pode ser acionado por sua presença na memória cultural, ou seja, nas heranças armazenadas em textos, tradições, imagens, ritos, monumentos, celebrações e toda sorte de suportes mnemônicos que funcionam como armazém/arquivo que permite a mobilização de significados (ASSMANN 2009). A antropofagia modernista, como veremos, é um *tropo*, um desvio de sentido *primeiro* presente nas tradições modernistas usadas para mediar a relação com o indígena e o passado remoto do Brasil (STAM 1997). O interesse pelo *tropo* aqui não é mero retorno à *tropologia*, mas ampliação de suas possibilidades pela *iconologia* (MITCHELL 2009, p. 211). Interessa-nos o *caráter acional* contido no recurso ao *tropo modernista* que permitiu a alguns sujeitos compreenderem seu passado e agenciá-lo como cinema. O campo cinematográfico promove o encontro de textos verbais, visuais e artefatos históricos disponíveis na sociedade brasileira, em relação aos quais os sujeitos se posicionavam num dado contexto. A narração cinematográfica se apropria deles como *forma de experimentação da historicidade*.

Como era gostosa a ironia

A fita *Como era gostoso o meu francês* realizou uma inflexão nas interpretações do período colonial vigentes nos mitos modernistas aos quais retoma. Partindo da imagem do indígena tal como aparecia nos textos dos modernistas, o diretor Nelson Pereira lançava-se nos filmes históricos para

³ No original: “[...] notions of the ‘past’ which all of us carry around with us in our daily lives and which we draw upon, willy-nilly and as best we can, for information, ideas, models, formulas, and strategies for solving all the practical problems - from personal affairs to grand political programs - met with in whatever we conceive to be our present ‘situation’. We draw upon this past without much self-consciousness when it comes to practical matters [...]. But this practical past is also past of repressed memory, dream, and desire as much as it of problem-solving, strategy, and tactics of living, both personal and communal”.

criar soluções de participação social num momento de política autoritária. A fita retomou o *Manifesto Antropófago* (1928) de Oswald de Andrade, no qual se presumia que a deglutição do estrangeiro e sua assimilação cultural deveria ser a marca da vivência/projeto histórico nacional no início dos anos 1970.

Como era gostoso o meu francês foi lançado em circuito comercial nacional finais de 1971. Produção que usava como base a narrativa *Viagem ao Brasil* (1557), do alemão Hans Staden, marinheiro luterano que quase fora devorado pelos tupinambás no século XVI, propôs-se a fazer uma reconstituição de época minuciosa possível, tomando, inclusive, várias opções etnográficas: todos os indígenas andam nus; a língua falada foi o tupi e a fita foi exibida nos cinemas com legendas; a reconstituição de rituais tentou seguir não apenas as narrativas da época, mas observações etnográficas contemporâneas ao filme, entre elas textos sociológicos e históricos contemporâneos.

O roteiro tinha particularidades: o protagonista Jean era francês; o personagem termina a fita sendo devorado, ao contrário do herói de *Viagem ao Brasil*; o filme intercala relatos de vários viajantes do século XVI (além do de Staden⁴) com as imagens filmadas, criando um confronto entre fontes históricas e encenação cinematográfica. A proposta da fita visava construir a identificação do espectador com os indígenas e não com o europeu, de maneira a intuir que o exemplo do “brasileiro original” seria o índio antropófago, tal como concebido pelo modelo modernista.

No início da fita, uma voz *over*⁵ lê a carta que o francês Durand de Villegaigon escreveu para João Calvino, em 1557, contando o sucesso da instalação de uma comunidade calvinista, nas terras do Rio de Janeiro. Villegaigon requisitava missionários sobre o pretexto de que a colônia era uma terra de convivência religiosa pacífica. O autor da carta, porém, fora um tirano, como mostra o relato divergente de Jean de Léry uma vez que Villegaigon expulsou muitos missionários protestantes – para depois ser expulso pelos portugueses. A voz *over* afirma ainda que os indígenas eram bestiais, selvagens, sensuais e primitivos, enquanto os colonos seriam o oposto; contudo, a imagem mostra nativos educados e europeus assediando mulheres indígenas.

Como chamaram atenção Stam (1997) e Sadlier (2012) o uso dos documentos históricos na fita era irônico, pois as cenas apresentavam a hospitalidade indígena contraposta ao relato histórico que os bestializava. O filme desmentia a tolerância entre colonizadores, os quais viviam matando uns aos outros. Os tupinambás eram aliados dos franceses e inimigos dos tupiniquins, aliados dos portugueses. Jean, fugindo de Villegaigon, foi capturado pelos tupinambás e confundido com um português, passará por oito meses de incorporação à vida na tribo para enfim ser devorado ritualisticamente e sua força absorvida pelos indígenas.

⁴ Além de Hans Staden são exibidos, sempre em fundo preto, trechos de relatos do Abade Thévet, Padre Anchieta, Pero de Magalhães Gandavo, Jean de Léry, Padre Nóbrega e Mém de Sá.

⁵ *Voz over* é a narração oral que acompanha a imagem, mas cuja fonte não está disponível na imagem. No caso dos documentários, é chamada de “voz de Deus”, pois provem de lugar algum. A voz *over* do filme de Santos, porém, usa uma elocução de programa radiofônico, inserindo um elemento anacrônico e cômico, não tendo, portanto, nada de um narrador superior à trama mostrada.

Originalmente o canibalismo foi uma metáfora ocidental que fez parte das montagens de outros fantasmáticos (sob os predicados de pagãos, bárbaros, primitivos e uma serie de adjetivação do “outro” (STAM 1997), terminando, contudo, por transformar o próprio ocidente em fantasma de si (KIENING 2014). Apesar das tentativas de relativizar o barbarismo e diferenciá-lo do canibalismo, tal como no ensaio *Os Canibais*, de Montaigne, no século XVI, o canibalismo só seria interpretado positivamente pelas vanguardas modernistas, quando passaria a ser empregado como um *tropo* de insurgência estética. O dadaísmo e seu *Manifesto Cannibal Dadá*, de 1920, do espanhol Francis Picabia, lido no Théâtre de la Maison de l’Ouvre, em Paris, começou a celebrar a metáfora da ingestão, do devorar o outro não para incorporá-lo, mas para eliminá-lo. A ligação do dadaísmo com o primitivismo acentuava a subversão do canibalismo numa renovação interior do artista, interessado em ser herético e desafiar as convenções artísticas sociais da burguesia e descendentes das velhas aristocracias europeias da época (GAY 2006).

162

Já versão modernista brasileira remetia ao uso do tropo no indianismo romântico, quando os relatos dos cronistas coloniais foram reinterpretados como se pode observar em *Ubirajara* (1874), de José de Alencar, e no poema *I-Juca Pirama* (1851), de Gonçalves Dias. Segundo José Castro Rocha, as obras destes românticos apontavam para o canibalismo indígena “como uma visão de mundo determinada” (ROCHA 2001, p. 649), tendo Alencar, por exemplo, antecipando muitos dos elementos tratados por Oswald de Andrade. Conhecedor das propostas sobre o primitivo nas vanguardas europeias, o poeta decidiu *pensar-se primitivo e incorporar os ditos civilizados*. Deslocava-se assim o eixo de Montaigne (que estava interessado em usar os americanos para falar de si) sobre os indígenas do Brasil, uma vez que Oswald de Andrade e outros realizaram uma desleitura⁶ da metáfora do canibalismo. A antropofagia modernista implicava em devorar técnicas, temas e informações estrangeiras e incorporá-las de maneira tática. Assim como os tupinambás devoraram seus inimigos para incorporar sua força, argumentava-se que os brasileiros deveriam devorar a cultura estrangeira e produzir nova síntese. O canibalismo nunca dera origem a um movimento ou a uma estética própria entre as vanguardas europeias sendo apenas uma das opções de metáforas nos movimentos já existentes. Já no Brasil ocorreram desvios de significado do material europeu e romântico brasileiro numa inversão produtiva das forças simbólicas (e práticas) da dominação em formas internas de insurreição.

No primeiro modernismo, a antropofagia incorporou o canibalismo como imagem/ideologia estética positiva. Após certo hiato durante os anos 1930-40, a antropofagia voltou à baila na vanguarda literária em meados dos anos 1950, quando os poetas concretistas retomam as propostas formais dos modernistas

⁶ A trabalhada neste texto de desleitura é um ato de ressignificação no qual ocorre um uso de tropo que permite observar a apropriação de imagens e tropos anteriores e evidenciam o posicionamento de um sujeito frente a (retomada da) tradição visual e verbal. Remete a obra de Bloom, mas não é a mesma do crítico (Cf.: BLOOM 2003).

como uma base para produção/reflexão da forma poética.⁷ Nas artes plásticas, tanto os concretistas como os neoconcretistas (estes de 1959 em diante) criaram um diálogo entre poetas, literatos e artistas plásticos no qual Oswald e a antropofagia foram cada vez mais reivindicados como definidores da prática estética e da vanguarda cultural. Em meados dos anos 1960, no “movimento” da Tropicália, a incorporação de estéticas estrangeiras e o entrecruzamento de referências estéticas nacionais variadas (cultura popular e erudita, etc.) tinham o fim de burlar os limites entre o aceito e não aceito pela vida cultural brasileira.

As diversas operações antropofágicas desse período foram desleitura de sujeitos definidos, maneiras de apropriar-se para dizer outra coisa numa corrosão de dicotomias fáceis (nacional/estrangeiro; popular/erudito) e na ideia de que o próprio corpo e a arte construíam utopias de emancipação coletivas e/ou subjetivas em possibilidades estéticas e políticas (FAVARETTO 2007). Oswald de Andrade reapareceria no debate cultural nas reações à recepção de *Terra em Transe* (1967), fita de Glauber Rocha, mas especialmente após José Celso Martinez adaptar a peça daquele, *O Rei da Vela* (1967), a qual reorganizou o debate ao redor de temas oswaldianos (JENIZZI 2010). Fitas como *Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1968), de Glauber Rocha, e principalmente *Macunaíma* (1969), adaptação do clássico de Mário de Andrade por Joaquim Pedro de Andrade, além de *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla evidenciam como nesta época a antropofagia tornou-se patente no cinema, e tanto nos cinemanovistas como no nascente “cinema marginal” o incorporar/devorar a estética estrangeira original virou incorporação de alteridades imprevistas (estrangeira e das diversas expressões culturais nacionais) para burlá-las umas das outras como resistência estética.

Nos filmes de temática histórica, porém, ocorreram retornos ao passado colonial marcados pela presença dos indígenas, os quais produziram uma (re)visão da antropofagia em sua origem *canibal e histórica*, numa diferença fundamental em relação a antropofagia performática e temática que marcava produções do cinema marginal, e, em larga medida do *Macunaíma* de Joaquim Pedro.⁸ Fitas como *Pindorama* (1971), de Arnaldo Jabor, e *Como era gostoso o meu francês* (1971), de Nelson Pereira dos Santos, retrataram o período da chegada dos europeus e os mostraram enfrentando o “selvagem” canibal em uma representação icônica. Neste momento a antropofagia retornava à figuração em chave etnológica e outra desleitura seria realizada.

Invertendo a ironia

Alguns analistas advogam que *Como era gostoso o meu francês* faria eco às resistências de certos setores da sociedade brasileira contra as multinacionais (SHOHAT; STAM 2006; SADLIER 2012). O canibalismo indígena denunciaria as práticas econômicas do colonialismo exploratório e propunham que os brasileiros

⁷ O *Manifesto Concretista* é de 1956, publicado na *Revista Ad*, São Paulo (Cf.: CAMPOS 1987).

⁸ A *antropofagia como performance* é foco de outro texto do autor, em desenvolvimento. Os filmes históricos nos quais a antropofagia era chave na encenação pretendiam e ocupavam o lugar do monumento cultural, diferente da performance antropófaga que *poderia* se esgotar na obra como ato efêmero.

imitassem os tupinambás para resistir aos colonizadores. Esta interpretação, porém, estabelece uma alegoria que não enfrenta a relação da fita com as tradições e com as fontes históricas no entrelaçamento entre imagens e textos na fita.

Logo após a cena inicial da voz *over* de Villegaigon e subsequente fuga de Jean, os créditos da fita são apresentados sobre as gravuras de Theodore de Bry, realizadas a partir dos relatos de Hans Staden e Jean de Léry. De Bry fora um protestante que montara a coleção visual *Thesaurus de Viagens ou Collectionnes Peregrinatorum in Indiam Occidentalem et Indian Orientalem*, publicado em 13 volumes entre 1590 e 1634. Na terceira parte desta coleção, *Americae Tertia Pars*, de 1592, estão as imagens sobre as narrativas da ocupação da França Antártica, baseadas nos textos de Staden e Léry (CHICANGANA-BAYONA 2006). De Bry construía o seu tupinambá canibal a partir do ideal renascentista do homem vitruviano sendo o único critério de diferença os adereços, os hábitos retratados e a cor da pele. Essas imagens foram associadas aos relatos de Léry e Staden nos séculos seguintes.

Importante observar que Santos escolheu abrir o filme com ilustrações as De Bry e não com os desenhos originais contidos na edição de Hans Staden.⁹ As imagens que abrem *Como era gostoso o meu francês* mostram várias gravuras dos hábitos canibais, as quais ressaltam detalhes de grelhas, corpos desmembrados caldeirões, gozo indígena no ritual macabro e membros sendo comidos. O texto de Hans Staden transformou o canibalismo numa lógica ritual da vingança na qual a autenticidade, a alteridade e a subjetividade abordam o tópico da incorporação tanto cultural como física. No filme, porém, o contraponto era outro, pois os relatos europeus foram intercalados com cenas que desmentiam ou contrapunham atos e acontecimentos ao que era informado pelos textos. Tais excertos, como notas de rodapé fílmicas, estavam dispostos na narrativa de maneira a cumprir, de certa forma, o papel ocupado pelas ilustrações no texto de Staden, só que de maneira irônica.

164

Na tradição literária ocidental, os episódios de ingestão humana podem ser encontrados desde a *Odisseia* (GAGNEBIN 2006) e o ocidente herdou o *topos* literário da ingestão como uma forma de diferenciar seres humanos dos não-humanos. O realce visual da barbárie e selvageria das ilustrações de De Bry, as quais estavam na base da instituição dos mitos do selvagem americano, foram produzidos do ponto de vista fantasmático: em meio às possessões maravilhosas, havia os terríveis canibais prontos a comer os estrangeiros. Em especial, a partir do Renascimento a elaboração do conceito de humanidade usou do canibalismo como um atributo do selvagem, um *tropo* da desumanização que consistia em definir o homem de maneira negativa: "é o que o animal e o divino não são" (WHITE 2001, p. 207).¹⁰ Os meios-termos eram da classe dos "selvagens", parentes dos animais e dos monstros (LESTRIGANT 1997).

⁹ *Duas viagens ao Brasil* originalmente fora publicado ilustrado, não por De Bry, mas com inúmeras xilogravuras realizadas por algum artista que não o próprio Staden (segundo a maioria dos estudiosos), mas que foram compostas sobre sua orientação. A edição de 1941, que circulava no Brasil e a qual Nelson Pereira dos Santos deve ter tido acesso, continha os desenhos originais.

¹⁰ A selvageria era composta pelo uso de cinco princípios fundamentais para constituir a metáfora da desumanização: nudez, comunhão de propriedade, anomia, promiscuidade sexual e canibalismo (Cf.: WHITE 2001).

Pela ironia se deslê a desumanização em *Como era gostoso meu francês*. Os usos de fontes históricas pela narração fílmica relativizam a selvageria histórica dos indígenas a partir da violência europeia. Os indígenas são apresentados a partir de um *olhar etnológico* (SANTIAGO JR 2014), uma espécie de etnografia visual encenada na qual mostra-se as técnicas corporais, hábitos e mitos, conferindo-lhes certa racionalidade selvagem na qual a violência do nativo é reativa e ritualizada. Todos os atos de violência cometidos pelos europeus são motivados individualmente, seja por desconfiança, vaidade ou ganância. Também é na imagem que fica evidente como os europeus eram desprovidos de vínculos solidários, afinal são dois franceses, em um determinado momento, que lutam e se matam pela posse do ouro depois de exumarem um túmulo nativo – como contraponto o túmulo havia sido apresentado cenas antes com todo respeito por Seboipepe a Jean. Este último mata um conterrâneo que o ajudaria a fugir da América.

A ironia é o *tropo* dominante na fita, servindo não apenas para criar outra impressão do indígena, mas também para ampliar a força de outro *tropo*, o da antropofagia. Por meio da interpretação irônica das fontes históricas, a atribuição de selvagem ao indígena entra em crise e surge um modelo de “civilidade” americana, enquanto os franceses, aos quais se atribuiria a civilidade, têm suas significações desviadas, “girados” em selvageria. Este deslocamento retórico seria típico da *tropologia* não fosse fato de que a civilidade indígena advém ao espectador como *apresentações visuais* de sua cultura imaterial e material, suas técnicas corporais, as quais, em sua maioria, têm significados indefinidos para o espectador.

Caberia à imagem definir, por meio das técnicas do corpo artefatos e objetos simbólicos (cuja semântica exata escapa aos espectadores) gravadas pela câmera a alteridade da cultura e tempo tupinambás. Os indígenas são mostrados como uma cultura dotada de sentido, um texto se poderia dizer, mas um texto que é majoritariamente visualizado e tem boa parte de seus significados lançados na opacidade. O indígena aparece mediado pelos elementos antropológicos, os quais foram apropriados pelo campo cinematográfico pela atitude do diretor, como o próprio Nelson Pereira afirmara:

O fato de situar a história no século XVI [...] não invalida a análise do choque cultural entre duas culturas em estágios diferentes. Ou mais precisamente falando, de um ponto de vista econômico, do choque entre dois povos um subdesenvolvido e outro desenvolvido [...] Tive, assim, de reconstituir um passado longínquo um passado, o que implicou num a interpretação pessoal da História. *Toda preparação do filme, por exemplo, foi estrutura sobre elementos antropológicos*. Respeitei todos os dados disponíveis da cultura tupinambá existentes no Brasil. A interpretação das relações entre tupinambás e o europeu foi muito pessoal (SANTOS 1970 p. 16, grifos nossos).

Nelson procura o ponto-de-vista do “outro” e incentiva uma interpretação alegórica do filme ao juntar numa mesma sentença a consideração sobre o respeito aos “elementos antropológicos”, os quais garantem a opacidade

histórica da fita e uma leitura anacrônica do “choque de dois povos um subdesenvolvido e outro desenvolvido”. Isso aponta para um uso do passado mediado, evidentemente, por elementos do presente, como o debate corrente nos anos 1960 e 1970 entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, ou o desejo de descolonização da cultura brasileira. Mas a mediação com o presente aplica interpretações anteriores sobre a presença histórica indígena no Brasil, no caso o mito modernista da antropofagia. A vida nativa na película é um mostruário da vida humana na América ancestral, uma encenação do mito da origem cujos significados são observados em distância etnohistórica. Encenados como *outro* e *ancestral*, dotados de sua própria diferença cultural e temporal, os indígenas são apropriados pelo filme como ícone mediado pela antropofagia.

Para um espectador a tradição é encarada dentro da zona intemporal da sala de cinema, mas diretores-roteiristas-encenadores estão condenados, no momento da realização da fita, a trabalharem dentro de seu tempo e história, principalmente no caso das tradições terem “dito” ou mostrado tudo aquilo que seja considerado o caso de se dizer sobre um dado motivo. Enfrentar a memória tupinambá e seu canibalismo histórico, encenando-a na diferença cultural/história significava, no início dos anos 1970, travar um encontro com as interpretações canônicas da cultura brasileiras sobre o tema, principalmente aquelas já ressignificadas pela tropicália. O canibalismo aqui cumpre o papel chave nesse confronto com a memória cultural, pois, na medida em que a retomada do texto de Staden foi realizada em chave antropofágica, *Como era gostoso o meu francês* cria um “giro” nesta mesma tradição.

166

A antropofagia, cumpre lembrar, é uma metáfora montada como resposta brasileira ao imaginário europeu que espelhava o americano como outro fantasmático negativo (o devorador bárbaro à Staden) ou positivo (o bom selvagem, de Montaigne). O canibalismo, no passado, operava como uma *figura* que transformava o perigo ameaçador da absorção da identidade social e da integridade corporal em um lucro enfático de significado com múltiplas possibilidades de denominação e conexão. Segundo Kiening (2014), como *tropo metonímico*, pelo menos desde Staden, o canibalismo aponta as relações sociais complexas entre indígenas e destes com os conquistadores, perspectivando a cultura um do outro. Como *tropo metafórico* abria novas opções, tornando visíveis *as qualidades do estranho (indígena) no próprio (colonizador)*, a violência que espreita a proximidade direta e o jogo de trocas entre práticas e encenações de poder, modificando, por tabela o olhar sobre o familiar. Em *Como era gostoso o meu francês*, o canibalismo brasileiro era uma expressão da cultura, enquanto as atrocidades europeias foram transformadas em uma recaída no animalesco. A antropofagia é, portanto, irônica quando considerada em relação a sua matriz europeia, como uma metonímia e/ou metáfora de nacionalidade para o contexto brasileiro entre 1920 e 1960. Com ela se romperia a especulação da alteridade europeia por meio da identidade nacional que incorpora (metaforicamente) e resiste ao estrangeiro. A antropofagia foi o primeiro arcabouço tradicional de uso do passado do qual o cineasta Nelson Pereira dos Santos se serviu para enfrentar a imaginação histórica do indígena brasileiro.

Além da antropofagia tropicalista

Em suma, para Nelson Pereira dos Santos, a antropofagia era parte da tradição, uma classificação e matriz da memória cultural que mediava o passado à qual o cineasta acrescenta sua própria contribuição ao cruzar vestígios históricos (relatos e imagens de época) e reconstruções ficcionais. A película foi interpretada como uma alegoria histórica, ou seja, as lutas indígenas contra os europeus seriam espelhamentos de resistências do presente, correspondendo, neste sentido, *Como era gostoso o meu francês*, a um ato ideológico descolonizador. Na época do lançamento do filme a interpretação em chave antropofágica enfatizava a tensão entre culturas diferentes (os indígenas e os europeus):

Este quadro antropofágico é ao mesmo tempo um *relato fiel* dos conflitos entre *brancos* e *índios* no Rio de Janeiro de quatro séculos atrás e uma fiel imagem dos conflitos entre senhores e escravos. No momento em que as pessoas descobrem que muito da harmoniosa ligação entre os homens e a paisagem foi destruída por hábitos adquiridos pelo mundo civilizado, *Como era Gostoso o Meu Francês* vai ao centro da *questão do olhar o conflito* entre os colonizadores europeus e os índios *a partir do ponto-de-vista dos tupinambás* (AVELLAR, 1972, grifos nossos).

A leitura de José Carlos Avellar reforça, a partir da “fidelidade” à concepção etnohistórica da fita, um horizonte de consciência histórica na qual o cinema, mais do que encenar cria uma visão do passado. Porém, as informações históricas “fieis” foram interpretadas numa lição moral antropofágica. Também Orlando Fassoni (1972) lembrava que a película deveria ser vista a partir do “conceito novo de que cabe aos fracos comerem os fortes, antes que sejam por estes devorados”.

Contudo, a escolha da fita não fora pela metáfora antropofágica simplesmente, mas pela antropofagia histórica, o canibalismo. O quarto final do filme é composto de três sequências nas quais a apresentação do olhar etnológico encontra com a antropofagia modernista. Como chamou atenção Lúcia Nagib (2006), a bela cena na qual Seboipepe explica a Jean como decorrerá sua morte é a preparação para o clímax ritual: o que poderia ser desesperante culmina num grande gozo. A indígena gesticula, derruba Jean no chão, mostra como seu corpo será cortado, imitando os golpes que o mutilarão. O canibalismo no texto de Staden, por exemplo, era marcado pela mutilação e tem sido comum nos relatos europeus a cena da tortura e do despedaçamento sacrificial do corpo (CHICANGANA-BAYONA 2006). Contudo, Seboipepe instaura nova inversão na representação do selvagem ao contrariar os *topoi* comuns nas narrativas canibais: a índia explica a Jean que este deve morrer tentando lutar (porque deve demonstrar ser um guerreiro valente e não uma vítima) enquanto o seduz.

Durante a sequência, com o amante deitado no chão, Seboipepe estende seu corpo sobre o de Jean e leva a boca ao seu pescoço, que será o seu “bocado” depois de cozido, e lá o morde dando início à finalização da cena com

os dois personagens fazendo amor na pedra litorânea e paradisíaca na qual se encontram.¹¹ O próprio título do filme remete ao que seria a perspectiva de Seboipepe, afinal o saboroso francês era seu amante e *ela o devorou* nos dois sentidos da palavra “comer” na língua portuguesa (alimentar-se e fazer sexo). Esta cena tão literal quanto metafórica torna-se, na narrativa, um primeiro prenúncio (sexual) do canibalismo que encerrará o filme.

Na sequência seguinte, os tupinambás lançam-se no ritual de canibalismo e Jean resiste tal como instruído pela amante. Perto do final do ritual, Chimbabume, o chefe da tribo, prepara-se para deferir o golpe final; Seboipepe instrui Jean a dizer a frase ritual em tupi, mas ele a empurra e diz o que lhe fora ordenado em francês: “Quando eu morrer, meus amigos virão para me vingar. Não sobrá nenhum de vocês sobre esta terra”. Logo em seguida, num *raccord* para um plano de conjunto do alto, vê-se Jean ser golpeado e morto, o corpo sendo carregado pela aldeia para ser preparado enquanto os indígenas dançam ao seu redor. Na última sequência de imagens, planos intercalados mostram o chefe da aldeia correndo acompanhado pelos seus companheiros, segurando os canhões de pólvora que Jean ensinara os tupinambás a manejar; em novo *raccord*, Seboipepe é mostrada devorando um pedaço de carne humana (o pescoço de Jean?). Não a vemos colocando a carne na boca, apenas seu olhar e expressão feliz é mostrado. O canibalismo se realiza visualmente como ato final de alimentação.

168

Fica evidente que a apropriação das técnicas estrangeiras (o canhão com Cunhambebe) é uma menção direta à antropofagia oswaldiana, de maneira que quando o filme se aproxima do canibalismo, ele o faz pelo prisma modernista. Contudo, o que era metáfora modernista virou ato literal ritual no qual a antropofagia era canibalismo. Nada alegórica essa cena produz um *giro* de sentido, como na ritualização encenada e sexual entre Seboipepe e Jean. Seu desvio restaura o sentido etnohistórico de ingerir carne humana, o ato canibal. Os olhos de Seboipepe mirando a câmera desviam de um princípio antropofágico modernista, afinal, aqui há uma metonímia ritual precária montada em dois atos “literais” (sexo e ingestão). A mirada de Seboipepe entrega a serenidade com a qual se delicia com a carne de Jean, num banquete que se sabe ritualizado para absorver a força do inimigo estrangeiro, mas o qual, recuado no tempo pela reconstituição etno-histórica da fita, entrega a ideia da história como uma visita a uma terra/tempo de selvagens. O ato antropofágico está informado a partir da alteridade indígena não como o bom selvagem, mas um selvagem inteligente mostrado na crueza de sua denotação encenada.

A antropofagia em *Como era gostoso o meu francês*, era, portanto, uma apropriação e transformação da memória cultural. Desloca o mito modernista por meio da imagem e do registro visual; deixa de ser metáfora incorporativa para na visualização fílmica ser ato de alteridade ritualizada. A ingestão ritual de carne humana é um “evento” que é difícil de representar/figurar

¹¹ A fita foi gravada em Paraty. Há um tratamento da paisagem de Paraty como índice do passado na fita que merece um texto específico, além da significação do lugar para o cineasta e a equipe (Cf.: SALEM 1987).

cinematograficamente, pois enquanto “ato” mistura o literal (comer) com o figurativo (ritual). Fica evidente que o canibalismo e a antropofagia modernistas são figuras que oscilam entre distância e proximidade, violência concreta e metafórica, ato ritual e profano, excesso e normalidade, permitindo, como lembra Kiening (2014), a oscilação entre autentificação do estranho e estranhamento do próprio numa transferência de qualidades de um e um outro. *Como era gostoso o meu francês* ao girar a antropofagia no canibalismo, torna os atos do sexo e da alimentação tão fortes quanto os desvios que serviam à tematização da incorporação como brasilidade com base no modernismo. Nelson Pereira coloca-se como um herdeiro de Oswald e dos modernistas, participa também da tradição antropofágica, mas distancia-se na medida em que visualiza outro passado possível.

O final exato da fita é um plano de uma praia deserta, seguida por uma cartela em fundo preto no qual se lê: “‘Lá no mar pelejei, de maneira, que nenhum tupiniquim ficou vivo. Estendidos ao longo da praia, rigidamente, os mortos ocuparam cerca de uma légua’. Mém de Sá, Governador Geral do Brasil, 1557”. Este é o único momento em que uma fonte histórica convencional inverte o sentido da imagem. A vitória tupinambá com o sacrifício de Jean é seguida por um relato de um acontecimento histórico que se sabe efetivo, um documento da barbárie portuguesa (europeia), que aponta que mesmo que aquela tribo tenha vencido no enredo, a longo prazo, ela perdeu na história.

As interpretações sobre este texto de Mém de Sá são divergentes. Stam (1997) e Sladier (2012) consideram-na como uma interrogação sobre quem seria o bárbaro, o canibal ou o europeu que o mataram? Ao contrário, Lúcia Nagib (2006) vê o sonho frustrado de uma utopia de convivência circunscrita ao passado, perdida num tempo em que devorados e devoradores se entredevoravam¹². Queremos, contudo, inserir a nossa desleitura ao lembrar que a leitura alegórica dos filmes históricos deste período era resultado de um movimento duplo: de um lado os enredos permitiam que o passado fosse apropriado como símbolo do presente, por outro, uma vez que a alegoria, desde os anos 1960, tornara-se um recurso comum a filmes, cineastas e intérpretes de filmes (críticos de cinema e da cultura em geral), mesmo numa película não alegórica, tendiam no contexto de repressão política a gerar interpretações alegóricas.

Como era gostoso o meu francês apenas em suas sequências finais (descritas acima) torna-se uma alegoria antropofágica de fato. Parece-nos que mesmo as interpretações de Avellar e Fassoni, ao usarem o tropo antropofágico não o repetem simplesmente, mas o modificam, pois preveem que se trata de “devorar antes de ser devorado” (FASSONI 1972). Os atos sexo-alimentação funcionam como embaralhadores da consciência histórica do período. Comentando seu filme *Macunaíma*, Joaquim Pedro de Andrade afirmava em 1971:

[...] a película trata da permanência da antropofagia na sociedade brasileira. Isto resulta da constatação mais ou menos radical, de que,

¹² Nagib aplica à fita de Santos o mesmo princípio de interpretação da antropofagia realizada por Joaquim Pedro de Andrade em *Macunaíma*.

essencialmente, as relações entre as pessoas permanecem iguais deste os tempos em que realmente se praticava a antropofagia direta, simples e selvagem; até os dias de hoje, em que essa forma antropofágica ganha um aspecto civilizado, um aspecto industrializado (ANDRADE 1971, p. 23).¹³

Andrade concebe a antropofagia como *modus operandi* da sociedade brasileira e típica dos países subdesenvolvidos, sendo *Macunaíma* uma história “de um brasileiro devorado pelo Brasil” (STAM JOHNSON 1995, p. 82), uma *autofagia* na qual os fracos se entredevoram. Contudo, o próprio Avellar menciona Andrade para deslê-lo:

Todo consumo é redutível, em última análise ao canibalismo” – escrevia Joaquim Pedro de Andrade quando do lançamento de *Macunaíma*. “As relações de trabalho, como as relações entre as pessoas [...] ainda basicamente antropofágicas. Quem pode come o outro, por interposto produto ou diretamente.

Neste antropofágico manifesto [*Como era gostoso...*] [...] o que está proposto é a necessidade do colonizado comer duas vezes o colonizador. Primeiro comer sua tecnologia e, logo em seguida, devorá-lo numa alegre e colorida festa de carnaval. O que está proposto é devorar quem nos devora (AVELLAR 1972).

170

Trata-se de uma antropofagia original, distante e histórica, que serve como modelo e projeto diferente do presente autofágico de Joaquim Pedro e dos tropicalistas. Nem a interpretação de Avellar, contudo, consegue romper o limite que a antropofagia literal impõe ao princípio da identificação histórica. Nelson Pereira dos Santos reclamou que seu público se identificou com o francês (SALEM 1987), mas para o público (classe média brasileira), mesmo que busque no índio o vínculo telúrico com as origens do Brasil, ao mesmo tempo, reconhece o indígena como o diferente. O mesmo enredo que transforma o indígena em ícone de modelo de civilização faz de Jean uma vítima, pois, por pior que fosse o seu caráter, a impossibilidade de fuga, o fato de ser estrangeiro prisioneiro numa terra inóspita, e finalmente o fato de ser sacrificado, criava empatias involuntárias que realçavam o canibalismo como um ato extremo e hostil. O indígena transforma o colonizador em “objeto” criando uma oscilação entre o outro e o próprio. A imaginação antropofágica tem uma dimensão objetiva/subjetiva, na medida em que o filme não apenas imagina o outro/eu ao qual objetifica (o indígena), mas o imagina como um *outro sujeito* que confronta e pode objetivar o europeu também.

Realizada no recuo da história, produz-se um sonho frustrado de país indígena cujos limites foi o comer de Seboipepe. Como um “sonho histórico” construído não apenas pelo recurso aos “elementos antropológicos”, a fita entrega o pensável sobre o passado articulado para além dos *tropos*. *Como era gostoso o meu francês* propõe uma imagem/sonho visual da história, um

¹³ A maior parte da bibliografia trabalha a linha interpretativa do filme *Macunaíma* como alegoria antropofágica da sociedade brasileira: “em todo lugar prevalece a mesma lógica que nivela o ‘primitivo’ e o ‘civilizado’, a mata e a cidade, as lutas da natureza e as competições da cultura. *Macunaíma*-filme, neste sentido, a antropofagia como princípio de interação entre as personagens, regra da sociedade” (XAVIER 2005, p. 250; cf.: GUEDES 2011).

projeto político indígena que, no final da fita, torna-se trágico, afinal a soberania nativa desaparecerá no horizonte da história conhecida pelos espectadores e invocada pelo próprio filme. As últimas palavras de Jean, proferidas em francês (“Não sobrará nenhum de vocês sobre esta terra”) soam como uma maldição, assegurada como fato histórico pelo texto de Mém de Sá e pela memória cultural da “civilização brasileira”. *Como era gostoso o meu francês* mostra um momento anterior à ruptura histórica. Num distanciamento histórico ficcional, produzido pelo ato canibal, a representação do passado foi entregue em sua estranheza temporal quando o Brasil não era ainda Brasil. O indígena é assim assimilado como tema do passado e reinserido na memória visual a partir da sua apropriação histórica.

Uma vez que *Como era gostoso o meu francês* é um filme histórico que apresenta o passado encenado como imagem visual, o devorar Jean é uma perturbação dos *tropos* convencionais, uma ampliação das oscilações fantasmáticas geradas pela antropofagia. O passado é deslocado pelo acontecimento da imagem e torna-se “outro”, distante, necessitando do reconhecimento de sua alteridade. Os olhos brilhantes e fugidios de Seboipepe lembram ao espectador como era gostoso o seu francês, e ao deliciar-se na carne europeia perturba as certezas metafóricas antropofágicas, pois propõe uma dúvida: como um ato histórico extremo pode servir de modelo para um projeto político presente?

A antropofagia afirma-se e desafia-se ao mesmo tempo com um final ambíguo. A diferença temporal salta na alteridade histórica-etnológica garantida na presença da imagem fílmica que propõe acesso ao passado, na mesma medida em que assegura sua extrema alteridade. O indígena canibal vira ícone na sua ambígua relação com as narrativas visuais da brasilidade. *Como era gostoso o meu francês* narra um mito de origem que marca a queda original e assegura sua inalienável recuperação: explica porque os brasileiros não podem ser mais como os tupinambás, embora sejam seus herdeiros.

171

Considerações finais

A compreensão do uso público do passado nos filmes históricos dos anos 1970 pode se renovar se observarmos como as fitas pensam a história, o passado e o tempo por meio de um movimento duplo de aproximação e distanciamento temporal. Além das máscaras de passado que permitem abordar elementos do presente autoritário, *Como era gostoso o meu francês* realiza uma distância temporal e cultural assegurada pelo ritual antropofágico.

Tal perspectiva permite-nos levantar algumas hipóteses sobre a maneira como a produção da historicidade pelo cinema enfrenta questões que se atravessam mutuamente: (a) os membros do campo cinematográfico articulam *usos dos vestígios históricos* (chamadas de fontes/documentos pelos historiadores) os quais, podem servir de base para composição da encenação ou serem incorporados na obra como ocorre com as figuras de Bry na fita de Nelson. O (b) *debate com as tradições interpretativas sobre o passado*, pode envolver tanto aquelas produzidas pelo conhecimento histórico acadêmico como

pelas outras formas de mídias, tais como a literatura, o cinema ou a pintura. No caso destas últimas, frequentemente, o encontro com a tradição se faz por meio de operações tropológicas e iconológicas, ou seja, o enfrentamento e deslocamento das imagens e metáforas já disponíveis que servem como base de interpretações históricas anteriores, das quais destacamos, no caso aqui exposto, a antropofagia.

Finalmente (c) a própria composição visual é um misto de *imagem & texto* nos quais a *historicidade torna-se visual* e, por isso, está sujeita a graus variados de interpretação e ambiguidades. Por um lado, em *Como era gostoso o meu francês* a assume seu legado antropofágico, e, por outro, o filme foi *interpretado como tal* por críticos de cinema, jornalistas e acadêmicos. Contudo, como a película construía um estranhamento etnohistórico, circunscrevendo próprio/estranho (indígena-brasileiro) no passado e na alteridade, dá origem a níveis de ambiguidade que acionam várias possibilidades de interpretação. Os indígenas ofereceram uma alternativa política que não foi seguida e continua como proposta: “devorar quem nos devora”. O significado desta sentença, contudo, estava aberto na época – e continua até hoje! Não é por acaso que José Carlos Avellar usou o pronome oblíquo “nos” para deixar evidente que o filme era, em sua interpretação, uma obra sobre a coletividade nacional, pois o canibal era o nativo (um brasileiro ancestral) e o francês, um estrangeiro. O *passado prático* foi convocado para compor a fatura do filme e pelos intérpretes da fita, de maneira que a memória e a experiência comuns foram mobilizadas para saber o que fazer para agir e entender como os artefatos restantes do passado (as figuras de Bry ou os relatos de viajantes) e construir possibilidades de como articulá-los com o momento histórico vivido na época da elaboração da narrativa fílmica.

172

Fica clara a presença da composição poética na segunda e terceira relações acima propostas na formação visual do passado como filme, a qual é realizada na mediação dos tropos da tradição, bem como a própria retomada desta se realiza na criação de uma nova imagem-tropo. A película é um ato de documentação de sua feitura, afinal, no mínimo, trata-se de um documento de sua própria realização – no caso do filme histórico, uma documentação da percepção do passado de um determinado grupo social. A questão, por assim dizer, mais historiográfica, é que *Como era gostoso o meu francês* elabora o distanciamento temporal que o conhecimento histórico acadêmico valoriza, mas move-se com as características da anacronia, o pecado original da historiografia.

Os usos visuais do passado implicam em compreender que as imagens “são tanto entidades verbais como visuais, tanto metáforas como símbolos gráficos. São, um e ao mesmo tempo, conceitos, objetos, figuras e formas simbólicas” (MITCHELL 2011, p. xvii) que podem tornar operativa a realidade sociopolítica e virar o que se pode chamar, convencionalmente, de ícones sociais, tais como o *indígena antropófago* na memória cultural brasileira. Quando Nelson Pereira dos Santos se aproximou do passado brasileiro, enfrentou-o a partir das algumas simbologias que o indígena, como ícone sociopolítico, possuía, abordando-o a partir da antropofagia.

De um ponto de vista lógico, tanto uma metáfora como uma imagem são “categorias-erros” na medida em que são giros sobre o que se toma inicialmente como o mundo cotidiano. São as sobreposições entre os “erros” (desvios) e o cotidiano, que incorporam novos limites para a realidade, fazendo com que a imagem seja um instrumento de agenciamento do real e do passado, assim como ela própria, para fazê-lo, é agenciada pelos sujeitos (MITCHELL 2011). Interessa, portanto, estudar o processo pelo qual o *tropo & imagem* (a antropofagia, por exemplo) tornou-se o sentido literal (a ingestão ou o sexo) e deste passou ao “figurativo” histórico (o passado nacional). A imagem do passado permitiu colocar em perspectiva o *passado como diferença* (o paraíso perdido do pré-Brasil colonial) e o presente como *dotado de diferenças* em relação a este mundo pretérito.

Graças ao olhar etnohistórico de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso o meu francês* explicita um passado possível por meio do canibalismo. O filme torna-se assim um *monumento* no sentido original da palavra, um registro intencional da memória dos indígenas desaparecidos, um objeto/imagem intencional para a memória de um passado mostrado enquanto diferente (e frustrado) pela História. Se o monumento é um artefato dotado de valor de memória de dois vetores (RIEGL, 2014) que podem ou não estar harmonizados – um valor de ancianidade que aponta para a presença/resto do passado/tempo no presente e o valor histórico construído e enriquecido pela narrativa de passado à qual o artefato é vinculado – *Como era Gostoso o Meu Francês* articula vestígios enredados em imagens antropofágicas, funcionando como um ativador intencional do passado.

173

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Joaquim Pedro. Joaquim Pedro de Andrade por el mismo. **Cine & médios**. Argetina, v. 2, n. 5, p. 21, 1971.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**. Campinas: EDUNICAMP, 2009.
- AVELLAR, José Carlos. Manifesto pau-Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1972. Caderno B, p. 8.
- BAECQUE, Antonine du. **Camera Historica: the century in cinema**. New York: Columbia University Press, 2012.
- BLOOM, Harold. **Um mapa da desleitura**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- CAMPOS, Augusto de (org.). **Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos**. São Paulo: Brasiliense, 1987
- CHOAY, François. **O Patrimônio em questão: antologia para um combate**. Rio de Janeiro: Fino Traço Editora, 2011.
- CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Do Apolo de Belvedere ao guerreiro tupinambá: etnografia e convenções renascentistas. **História**, v. 25, n. 2, 2006.

- FASSONI, Orlando L. Antropofagia, um grande tema. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de mar. 1972. Ilustrada, p. 3.
- FAVARETTO, Celso. Tropicália: a explosão do óbvio. 2007. In: BASUALDO, Carlos. **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)**. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 81- 96.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A memória dos mortais: notas para uma definição da cultura a partir de uma leitura da Odisseia. In: _____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo, 2006, p. 13-28.
- GUEDES, Wallace Andrioli. **Brasil Canibal: antropofagia e tropicalismo no Macunaíma** de Joaquim Pedro de Andrade. Dissertação. Mestrado em História. Niterói, RJ, 2011.
- GUIMARAES, Manoel Luís Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da História. **Anais do Museu Paulista**, v. 15, p. 11-30, 2007.
- JENIZZI, Jhanainna Silva Pereira. Antropofagia e tropicalismo: identidade cultural. **Visualidades**, v. 8, n. 2, p. 49-73, 2010.
- LESTRIGANT, Frank. **O canibal: grandeza e decadência**. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- MENDONÇA, Paulo Knauss. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. **Anos 90**, v. 15, n. 28, p. 151-168, 2008.
- 174 MITCHELL, W. T. J. **Clonning Terror: the war of images, 9/11 to the present**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- _____. **Teoría de la Imagen**. Madrid: Akal, 2009.
- MIRZOEFF, Nicholas. **An Introduction to Visual Culture**. New York: Routledge, 1999.
- MORETTIN, Eduardo. A representação da história no cinema brasileiro (1907-1949). **Anais do Museu paulista**, v. 5, p. 249-271, 1997.
- MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica (orgs.). **História e Documentário**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 179. 210.
- NAGIB, Lúcia. **A Utopia no Cinema Brasileiro: matrizes, nostalgias, distopias**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos Fracos: cinema e história do Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- RIEGL, Alois. **O Culto Modernos dos Monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ROCHA, João César de Castro. Uma teoria de exportação? Ou: "antropofagia como visão de mundo". In: ROCHA, João César de Castro; RUFFINELLI, Jorge (orgs.). **Antropofagia hoje? Oswald de Andrade em cena**. São Paulo: É Realizações, 2011, p. 647-668.

- SANCHEZ-BIOSCA, Vicente. Um arquivo insomne: producción y migración de imágenes. **História Questões & Debates**, v. 61, n. 2, p. 79-103, 2014.
- SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum**, v. 34, n. 2, p. 211-220, 2012.
- SADLIER, Darlene J. **Nelson Pereira dos Santos**. Campinas: Ed. UNICAP, 2012.
- SALEM, Helena. **Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1987
- SANTOS, Nelson Pereira dos apud MONTEIRO, José Carlos. Nelson Pereira dos Santos: realismo sem fronteiras. **Filme e cultura**, ano III, n. 16, p. 6-15, 1970.
- SANTIAGO, JR., Francisco das C. F. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1970-2010). **História da Historiografia**, n. 8, 151-173, 2013.
- _____. ... E a etnologia fez os cineastas sonharem: olhar etnológico e alteridade no cinema brasileiro entre 1970 e 1980. **Boletim Museu Paranaense Emílio Goeldi**, v. 9, n. 2, p. 417-443, 2014.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- STAM, Robert. **Tropical Multiculturalism: a comparative history of race in Brazilian cinema & culture**. Durham: Duke University Press, 1997.
- STAM, Robert; JOHNSON, Randall. **Brazilian Cinema**: London e Toronto: associated University Press, 1992.
- WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Illinois: Northwestern University Press, 2014.
- _____. **Trópicos do Discurso: ensaios de crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1997.

Resenhas

review essays

A cultura jurídica como (arte)fato: uma pontuação historiográfica*

The legal culture as (arti)fact: an historiographical remark

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Tradução de Denise Rossatto Agostinetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 344p.

Rogério Ribeiro Tostes

rogerio.tostes@gmail.com

Doutorando em História

Universidade de Lleida

Consolidated Medieval Studies Research Group "Space, Power and Culture"

Plaça de Víctor Siurana, 1 - 25003 - Lleida

Espanha

Palavras-chave

História das instituições; História medieval; História Cultural.

Keywords

History of institutions; Medieval History; Cultural History.

177

Enviado em: 11/10/2015

Aprovado em: 3/2/2016

* Este trabalho constitui parte do seguinte projeto: "Mercados Alimentícios en la Edad Media: actores mecanismos y dinámicas", financiado pelo *Ministerio de Economía y Competitividad* da Espanha (HAR2012-31802).

Afinal, sai à prensa a tradução brasileira do livro de Paolo Grossi, o eminente historiador do direito e atual presidente do tribunal constitucional da Itália. Ela vem exatamente vinte anos depois do aparecimento de sua primeira edição italiana, então publicada pela casa editorial Laterza.¹ Não seria exagero acrescentar que este trabalho já era esperado pelo pequeno e cultivado público brasileiro de historiadores do direito, componentes de uma historiografia jovem que, não por acaso, recebeu os primeiros rudimentos dos historiadores italianos e se autointitulou herdeira da *escola florentina*.

Tal recepção, consumada agora pela existência desse guia introdutório ao direito medieval – a que o autor reluta chamar de “manual” –, deve ajudar a disseminar no país uma série de linhas-mestras sobre o pensamento jurídico *tout cour* e não apenas sobre o medieval. Mas por que isso acontece aqui, já que se trata de um livro que desde o seu aparecimento coincidiu com os debates sobre a natureza e a rigorosa demarcação do direito medieval? Poderíamos indicar algumas possibilidades. Primeiro, que esse livro vem para atender à demanda de um público que não procura nenhum estudo metódico do “direito medieval”, entendendo-o, se quisermos, como objeto autônomo de conhecimento histórico, mas que espera tirar dele o seu pacote conceitual, aberto às variantes de uma chamada *cultura jurídica*.

178

Depois, porque esse mesmo público, herdeiro de um projeto jurídico-político claro, pretende iniciar aqui uma disciplina crítica, a “história do direito”, na qual tende a construir suas bases de justificação pelo revisionismo das categorias hegemônicas vindas do Iluminismo positivista (GROSSI 2007). Estaríamos quase diante de uma transposição de cenários, que troca as latitudes europeias para buscar em *terra brasilis* as suas novas formas de compreensão do direito. Provando dessa forma – mesmo *a fortiori* – que o direito se dá num “significado essencialmente ontológico” e, como tal, “penetra nas origens mais profundas de uma civilização” (GROSSI 2014, p. 6) que, como a nossa, mantém alguma visão da continuidade a partir das experiências colonial e pós-independência com uma vertente própria de cultura(s) jurídica(s) (FONSECA 2004, p. 61-73). E, também, porque, como afirmou mais de um aluno dessa escola, esta é a parcela da civilização ocidental que floresceu seus ramos nas jovens e híbridas culturas jurídicas das Américas.

Essa relação entre o livro e a sua recepção, distantes no tempo e no espaço por contextos intelectuais que não se devem misturar, cria um certo desconforto quando nos damos conta de algumas discrepâncias de conteúdo. Entretanto, por ora, deixemos esse tópico em suspenso, já que a questão da recepção do livro, não apenas no Brasil, como em outros países europeus (ASCHERI 1996, p. 965-973; TOMÁS Y VALIENTE 1996, p. 1-2), merece mais tempo para que se avalie as sequências – reais ou imaginárias – de sua genealogia hermenêutica (CONTE 2002, p. 1593-1612). Queda-nos, entretanto, o propósito teórico daquelas tais continuidades/rupturas que preside tanto a obra do historiador italiano quanto a de seus continuadores no aquém e além continente.

¹ Tomada da última reimpressão italiana de 2006.

Apesar do cuidado de Grossi a evitar projeções continuístas em sua interpretação da história do direito, negando enxergar o medieval como um estágio preparatório da modernidade, foi sob esse pugilato entre medieval e modernidade que se consagraram importantes ideias-chave da produção grossiana. Vemos, aliás, que elas são repetidas em monografias e ensaios que falam do ordenamento jurídico ou dos temas da experiência e cultura jurídicas. Elas também se repetem na recuperação das formas institucionais de unidade/pluralidade desses ordenamentos, onde há sempre uma herança da civilização medieval encadeada pelo direito.

Por aí, há que se sublinhar certos pontos na proposta pensada por Grossi.

Sua explicação parte da fragmentação jurídica produzida no período tardo-imperial romano sobre o continente europeu, então dominado por diversas comunidades bárbaras (sécs. III-IV). É desse cruzamento de formas institucionais romano-bárbaras que as suas sociedades enraizaram suas culturas jurídicas locais. (Ou seja, essa base de explicação é a mesma que segue o estilo dos *Volksrechte*, segundo uma noção que os jus-historiadores italianos receberam dos germanistas do século XIX e mantiveram quase inalterada, ainda hoje, em seus manuais de história institucional.)

Sobre os restos dessa civilização irromperia uma outra, a dos carolíngios, em que ascendia um novo momento para o direito romano-bárbaro. Esse direito, que se mostrou um tipo de direito elaborado pela prática cotidiana do homem comum a partir dos séculos finais da época alto-medieval, transformou o costume em fonte e em base de eficácia jurídica. Ponto importante que, segundo Grossi, nos ensina algo sobre o papel do direito na vida do homem e sua relação espontânea na escalada das sociedades ocidentais.

Essa particular presença do costume nos sedimentos de um direito que se projeta do Tardo Antigo ao Alto Medieval justificará o vínculo mantido depois em todas as sociedades baixo-medievais (v. cap. 4). Um vínculo aperfeiçoado pela sistematização do direito comum e suas formas sapienciais, chegando à cristalização de seus últimos estágios durante a escolástica, através das teorizações corporativas que idealizavam um todo universal da cristandade (caps. 6-9).

Se olhados por alto, esses elementos compõem para o historiador italiano o pleno sentido da mentalidade jurídica medieval, que é em sua forma completa uma *unitate ordinis* (GIERKE 1958, p. 8-9), uma tópica que ele toma dos filósofos medievais e usa como *chiave di volta* para completar seu ensaio. É aí mesmo que o direito se mostra um produto elementar, podendo ser uma nova categoria do ser que completa a experiência histórica do devir humano, um devir que deve ser apreendido pela *dimensão ôntica* do universo natural (GROSSI 2014, p. 44).

Há que se admitir, então, que estamos diante de uma síntese, de uma grande obra, na qual se recolhe o esforço de uma proposta muito mais ambiciosa que aquela que seu autor assumiu realizar a partir do prefácio. Trata-se ainda de uma *proposta de época*, em que emerge um cruzamento de gerações consagradas à história jurídica. Por dentro dessa proposta há uma parte do trabalho que define seu objetivo em reunir influências nem sempre conciliáveis, como as que foram adquiridas de autores como Santi Romano, Otto Brunner, Francesco

Calasso ou Carl Schmitt. Isso tudo além de uma constante preocupação em dialogar com as inovações dos *Annales*, num repasse que vai da história social ao estudo das mentalidades, e contra a história do poder e das instituições, para enfim redimir a história do direito de seu tradicional isolamento frente às demais especialidades da *história geral* (LE GOFF 1986, p. 23-63).

Entretanto, foi através das pontes criadas entre elas, aparando aqui e ali seus "excessos", que o autor radicalizou a crítica – bastante original nesse ponto – feita ao Estado moderno, indo ao medievo para livrar a contemporaneidade do "estatalismo psicológico" (GROSSI 2014, p. 43) em que a sociedade contemporânea acabou por cair doente. Para se contrapor ao monismo do direito pelo Estado, detentor de algo que chamou "absolutismo jurídico", Grossi foi escavar na Idade Média uma *alternativa vivente* ou um outro meio possível, segundo a genealogia empenhada por ele e seus continuadores. É desse marco em diante que se sacaram as conclusões a respeito de um sistema jurídico histórico que brotou de uma necessidade antropológica, uma necessidade que ele dá como possível pelo advento de um *direito sem Estado* (GROSSI 1996, p. 267-284).

É aqui, suponho, que seu trabalho passa a merecer algumas avaliações de fundo.

O primeiro senão, e talvez o mais sério, resulta nessa amálgama criada por Grossi entre o "sistema-ordenamento" e a fonte derivada da "experiência jurídica". Trata-se de um argumento usado para descartar a teoria do poder e o legalismo estatalista, os mesmos que representam para ele os agentes deformadores da normalidade da vida. É como se o *Estado de direito* fosse uma força anti-histórica que age contrariamente à espontaneidade praxiológica do direito. Por isso ele deve ser combatido na reinterpretação de uma genealogia da cultura jurídica ocidental (ASCHERI 1996, p. 969).

O problema – se assim podemos chamar o que vem a seguir – é que uma tal investigação genealógica acaba contaminada pelo que há de mais moderno no método de compreensão das instituições. Pois, enquanto a vivência "prática dos medievais" pretende re-ensinar o jurista moderno a enxergar a essência do direito pela "experiência" – que "remete à vida do direito, ao fato de que o direito consiste numa dimensão da existência" (GROSSI 2014, p. 31) –; é esse "ordenamento sistêmico" do direito vindo dos antigos que acaba transformado pela busca essencializante do *ordo iuris*, que faz dele uma teoria tão abstrata e universalista quanto a racionalidade moderna que ele acabara de rechaçar.

Daí que fundir o projeto do jurista Santi Romano para interpretar a existência dos direitos locais à maneira de um *sistema iuris* (ROMANO 2008) ao lado de uma noção de costume como "constituição duradoura" (GROSSI 2014, p. 44), no sentido empregado por Carl Schmitt e extensivamente ao modelo histórico de Fritz Kern (KERN 2013), acaba por criar um estranho contrassenso entre teoria e prática, e um problema adicional sobre a sua pretensa inserção historiográfica.

Vemos, por exemplo, que em Paolo Grossi toda sua evocação à *Verfassungslehre* ("Teoria da Constituição") é quase simultânea à negação da teoria do poder (GROSSI 2014, p. 69-72), um valor que sem dúvida alguma ocupa um lugar insubstituível na compreensão schmittiana do direito como

imanência política (IGLESIA 2006). É justamente por isso que ela não deveria ser separada da mesma ideia de experiência que Schmitt definiu nos trabalhos de sua fase clássica, na época do entre-guerras (SCHMITT 2005, p. 23-63). Da mesma maneira que a intenção sustentada por Grossi de qualificar o direito medieval como sistema jurídico de ordenamentos plurais, *in extenso*, só será possível pela idealização de uma coexistência sob o direito comum, na qual as dissonâncias dos ordenamentos locais fecham uma realidade harmônica em que se cabem “*posizione tanto dialettica con i varii iura propria*” (GROSSI 2006, p. 227). Ao montante de tudo, parece ainda mais grave que isso consista, para ele, na verdadeira via que leva à autenticidade da história.

A proposta levantada desde as primeiras páginas desse livro vai, pouco a pouco, se desvirtuando de sua meta, aquela mesma meta que pretendia retomar a “especificidade da experiência jurídica medieval”. Pois logo que o autor dá por acabado o seu objetivo de entender a pluralidade dessas experiências no tempo e no espaço medieval, vê-se que cada especificidade descoberta vai se transformando num conjunto abstrato, estranho à mesma prática que pretendia revelar, reduzindo todo o panorama das realidades jurídicas medievais a uma *perpetua variatio* da essência universal, a partir da qual ainda se pode falar de uma civilização:

[...] em suma, um patrimônio de princípios, noções e expedientes universais porque fundados na razoabilidade, universais porque expressão de uma civilização jurídica experimentada pelos séculos; como tais, universalmente presentes e vigentes em todos os tempos e em todos os lugares. [...] Tratava-se efetivamente de um patrimônio de toda a humanidade civilizada, fundada na razão (GROSSI 2014, p. 285).

181

A segunda questão é a relação com o Estado, onde se aprofunda uma interpretação do passado como um jogo de contrastes, um jogo que se empenha em confrontar sua figura no tempo como tentativa de desfazê-lo entre os seus artifícios de formalismo; vem, assim, o esforço de questionar a ideologia tecnocrata do legalismo, implantada há duzentos e tantos anos pelo reformismo do Estado burguês, numa crítica pesada e às vezes caricatural do legalismo e do poder estatal. O que era possível porque, para ele, não existiu um centro irradiante de autoridade nem uma Lei como centro de vigência dos ordenamentos. Bastavam aos juristas medievais o conhecimento do costume, da *equitas ruda* e de uma técnica interpretativa perspicaz. Por mais presentes que fossem o texto da *Lex* e de suas ficções, todo seu mecanismo operacional fora materializado por técnicas muito particulares, das quais se entrevê principalmente a *interpretatio* medieval, que apenas admitia os textos justinianeos quando submetidos ao crivo dos glosadores (CALASSO 1951, p. 3-30). Assim, se empobrece o referencial da *Lex scripta* (*Lex generalis omnium*) que conferiu, uma vez filtrada pela glosa acursiana, o cerne de toda a racionalidade das práticas e das chaves de representação do fenômeno jurídico medieval.

Outro ponto pertinente está em sua revisão da obra de Francesco Calasso e o afastamento de um estado em função do fraco caráter legislativo ensaiado

nos sistemas monárquicos; um revisionismo que não foi capaz de superar as generalizações calassianas dos fenômenos jurídicos experimentados na Europa, supondo, basicamente, que eles coincidiram com as formas institucionais aparecidas na Itália medieval². A relutância de Grossi em aceitar o estado medieval poderia servir para questionar sua aceitação – questionável também, sobretudo se pensada a partir de alguns termos que ele mesmo empregou implicitamente – a respeito do Império Romano (ou “Estado Imperial”?) e de outras formas históricas de organização política.

Mas é no seu rechaço à ideia de um Poder (ascendente ou descendente, não importa) que temos o aspecto mais estimulante e controverso de todo o livro. Em seu “desinteresse” pelo poder temos aqui uma questão delicada, já que com ela se deve levar em conta alguns debates implícitos na interpretação grossiana (PACHECO 1995, p. 795). Em sua busca pela *effettività* dos ordenamentos medievais, o autor está convencido de que a ausência dos núcleos de comando centralizado estavam ligados à falta de atitude do príncipe diante do primado da lei e, por aí, explicava-se a desvinculação mais ou menos genérica do político sobre o jurídico. Afinal, esse poder político é por definição *incompleto*, portanto incapaz de subabastecer a eficácia do direito.³

Se na obra de Grossi nos vemos às voltas com “*un diritto che non è voce del potere*” (“un direito que não é a voz do poder”), temos que nos perguntar o seu porquê. Para chegar a compreender isso, há que se precaver para o seguinte detalhe: ele não nega a existência do poder *sub essentia primaria* na criação do direito. O que ele parece rejeitar é a mundanidade secular do poder, esse poder esvaziado, destituído da aura mística do *ius canonicum*, que solapou as bases da autoridade política e que parece presidir à força as sociedades humanas – *ergo*: um poder reduzido ao mero império da lei.

Assim, pela meta-humanidade invocada no ordenamento jurídico medieval, Grossi sugere que a razão moderna vá olhar aos antigos para descobrir o que foi deixado no caminho. Neste aspecto, ainda que de uma maneira pouco prática ou realística, ele mantém sua dívida com Schmitt: o poder só é verdadeiro se for uma força derivada da transcendência teísta.

Esse poder transcendente, que, segundo o autor, não reside em um príncipe mas se dilui em zonas de transferência entre um Acima e um Abaixo, ganha expressão nas relações múltiplas e harmônicas das sociedades corporativas (GROSSI 2014, p. 58-60). Com efeito, Grossi reforça muitas vezes o aspecto corporativo das sociedades medievais (aliás, outro artefato que ele herda da historiografia alemã) como chave para compreender a coexistência dos sistemas jurídicos e sua presença em um ordenamento coeso.

² Na década de 1950, Alfonso Otero já rebatia as leituras de Calasso sobre a recepção do direito romano na península Ibérica, abrindo um debate que ainda encontra continuidade em alguns dos seus discípulos (OTERO 1964, p. 141-162; CALASSO 1954).

³ “entendendo por incompletude a carência de toda vocação totalizante do poder político, sua incapacidade de se apresentar como fato global e assimilador de todas as manifestações sociais, sua realização nos acontecimentos históricos medievais cobrindo apenas certas áreas das relações intersubjetivas e permitindo, em outras [...], a possibilidade de ingerências de poderes concorrentes [...]” (GROSSI 2014, p. 50).

Até aí estamos bem; pois me parece sensato seguir um esquema interpretativo que rejeita servir-se de antessala para o individualismo moderno. Mas enquanto ele tiver que sustentar a coesão daquela mentalidade medieval à causa de “forças circulantes e operativas na sociedade”, forças essas que nada têm da metáfora durkheimiana do “laço social” ou de qualquer explicação antropológica que o valha, mas repousam numa convicção pessoal sobre a “ontologia jurídica”, então podemos questionar o caráter de análise histórica que o autor nos oferece. De fato não temos um manual, mas um tipo de ensaio historiográfico que tenta capturar a mentalidade jurídica *au delà* das usuais limitações do juridicismo, mas que no fim não supera a crença num direito histórico essencializante.

Referências bibliográficas

- ASCHERI, Mario. Un ordine giuridico medievale per la realtà odierna?. **Rivista trimestriale di diritto e procedura civile**, v. 50, n. 3, p. 965-997, 1996.
- CALASSO, Francesco. **Introduzione al diritto comune**. Saggio I: Tradizione e critica metodologica. Milano: Giuffrè, 1951.
- CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**. Le fonti, vol. I. Milano: Ed. Giuffrè, 1954.
- CONTE, Emanuele. Droit médiévale. Un débat historiographique italien. **Annales. Histoire, Science Sociale**, v. 57, n. 6, p. 1593-1613, 2002.
- FONSECA, Ricardo M. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX, **Revista da Faculdade de Direito**, v. 41, p. 61-76, 2004.
- GIERKE, Otto von. **Political theories of the Middle Age**. Boston: Beacon Paperback, 1958 [1868].
- GROSSI, Paolo. Un diritto senza Stato. La nozione di autonomia come fondamento della costituzione giuridica medievale. **Quaderni Fiorentini per la storia del diritto**, v. 25, 1996, p. 267-284.
- _____. **L'ordine giuridico medievale**. 12. ed. Roma/Bari: Laterza, 2006.
- GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.
- IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Recensión a `Grossi, Paolo, Derecho, sociedad, Estado (Una recuperación para el derecho). **Initium. Revista catalana d'Història del Dret**, v. 11, p. 937-980, 2006.
- KERN, Fritz. **Derecho y Constitución en la Edad Media**. Valencia: Kyrios, 2013 [1919].
- LE GOFF, Jacques. Histoire Medievale et Histoire du Droit: um dialogue difficile. In: GROSSI, Paolo (org.). **Storia sociale e dimensioni giuridica: strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro**. (Atti dell'Incontro di Studio.

- Firenze, 26-27 aprile 1985). Milano: Ed. Giuffrè, 1986, p. 23-63.
- OTERO, Alfonso. Sobre la 'plenitudo potestatis' y los reinos hispánicos. **Anuario de historia del derecho español**, v. 34, p. 141-162, 1964.
- PACHECO, Francisco L. Recensión de Paolo GROSSI, L'ordine giuridico medievale. Bari, Editorial Laterza, 1995. **Initium. Revista catalana d'Història del Dret**, v. 2, p. 795-796, 1997.
- ROMANO, Santi. **O ordenamento jurídico**: a construção da justiça administrativa. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008 [1917].
- SCHMITT, Carl. **Teología política, cuatro ensayos sobre la soberanía**. Buenos Aires: Editorial Struthart, 2005.
- TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. Una experiência jurídica medieval: sobre 'L'ordine giuridico medievale', de Paolo Grossi. **Saber leer**, p. 1-2, v. 94, 1996.

Entre tradições historiográficas: um estudo de Georges Duby

Between historiographical traditions: a study of Georges Duby

COSTA, Milton Carlos. *Compreender Georges Duby: introdução à obra de um medievalista dos Annales*. São Paulo: Alameda, 2015. 366p.

Thiago Henrique Sampaio

thiago.sampaio92@gmail.com

Mestrando em História

UNESP/Assis

Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário

19806-900 - Assis - SP Brasil

Brasil

Palavras-chave

Annales; Campo historiográfico; Historiografia.

Keywords

Annales; Historiographical field; Historiography.

185

Recebido em: 6/9/2015

Aprovado em: 30/5/2016

Comprender Georges Duby, título mais eloquente não poderia ser dado para uma análise cujo foco é a trajetória de um dos medievalistas franceses mais importantes do século XX. Através da reflexão sobre a produção historiográfica, depoimentos e entrevistas, Milton C. Costa, historiador e professor livre-docente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis, traz Duby ao centro do debate que toma a historiografia contemporânea como elemento de análise.

De acordo com Milton C. Costa, sua motivação para realizar a obra resulta de sua tese de livre-docência, quando percebeu a falta de estudos aprofundados sobre Duby, tanto no contexto nacional quanto no internacional. O autor prioriza a abordagem histórica, encetada pelo historiador francês em questão, dentro dos *Annales* e na tentativa de construir uma história mais próxima do homem e de sua comunidade.

O livro divide-se em nove capítulos, além do prefácio, introdução e considerações finais. Da mesma maneira, é possível analisar o livro em três unidades, nas quais a primeira, constituída pela introdução e os dois primeiros capítulos, em que buscou apresentar a trajetória do historiador. Evidenciando o percurso desenvolvido por Duby na sua formação, suas principais influências e seus mentores.

Na segunda parte, constituída do terceiro ao sexto capítulo, o autor elencou as principais obras de Duby, buscou discuti-las dentro do panorama historiográfico da sua elaboração, suas motivações ao escrevê-las e a originalidade.

186

A terceira unidade, composta pelo sétimo ao nono capítulo, por sua vez, demonstrou a recepção e a convivência do medievalista com outros historiadores de seu tempo. Desta forma, é exposta a relação de Duby com seus contemporâneos na construção e revisão da historiografia sobre o período medieval.

Na Introdução, Milton C. Costa demonstrou de forma sistemática e seletiva as obras de Georges Duby, objetivando expor um panorama global da obra do medievalista.

Intitulado *A trajetória historiográfica de Georges Duby*, o capítulo primeiro recuperou a trajetória do historiador através de suas obras, depoimentos e entrevistas. Foram mostrados os principais autores que influenciaram Duby em sua formação, como Marc Bloch, Jean Deniau, Leon Homo e Lucien Febvre. Além deles, Milton C. Costa evidenciou que para entendermos a produção deste medievalista é fundamental percebermos seus contatos com as Ciências Sociais, a produção de Marx e a Geografia de André Allix.

Em sua trajetória como historiador, Duby recebeu forte influência de seu orientador Charles Edmond Perrin. Ação que foi decisiva para sua busca por uma História Social que compreendesse a sociedade como um sistema de elementos solidários estruturados e paisagens como uma forma de conhecimento histórico. Ademais, também sofreu forte influência da obra *A sociedade feudal* de Marc Bloch ao longo de sua história pessoal.

Junto com Robert Mandrou desenvolveu o legado de Lucien Febvre sobre a História das Mentalidades. Ao final do capítulo foi evidenciada a mudança na sua formação historiográfica a partir da obra *As três ordens*, na qual contou com a colaboração de Le Goff para sua confecção.

No capítulo seguinte, *Duby: teoria, método, historiografia*, mostrou-se o pensamento do medievalista a respeito das questões pertinentes ao ofício de historiador. O autor expõe as mudanças ocorridas na produção de Georges Duby ao longo de suas obras. Em seu livro *Diálogos sobre a Nova História*, Duby faz críticas à produção historiográfica de Jules Michelet e grandes elogios à história produzida por Fustel de Coulanges e Augustin Thierry. A importância que teve o método quantitativo no fazer histórico de Duby foi levantada por Milton C. Costa.

Para o autor, Duby possuía uma forte dívida com os *Annales*, pois sua história foi construída através do princípio de colaboração com as ciências sociais e de que o historiador deveria fugir de teorias paralisantes, pouco aplicadas em seus temas. Sofreu forte influência das três temporalidades de Braudel e do espaço geográfico na construção de sua História das Mentalidades. Em seu livro *Ano Mil* (1967), Georges Duby começou a colocar em prática os princípios da História das Mentalidades, através dos quais analisou as estruturas materiais decorrentes das construções humanas, fundamentais na edificação de uma História Social.

No terceiro capítulo, *A economia política do feudalismo*, foi dada uma visão global do livro *Guerreiros e Camponeses*, na qual são analisados os primórdios do crescimento econômico europeu do século VII ao XII. Com esta obra, Duby encerrou seus estudos dedicados a problemas econômicos e sociais da Europa Medieval, pois posteriormente adentraria aos estudos sobre as mentalidades.

No capítulo seguinte, *Sociedades e sociabilidades medievais: o parentesco, as mulheres, o casamento*, Milton C. Costa buscou entender as relações sociais trabalhadas por Duby e, principalmente, a figura das mulheres no meio medieval. Nesta fase, o medievalista avançou sua entrada na História das Mentalidades com o apoio da semiologia e antropologia na sua escrita histórica.

Para entender a mulher no período medieval, Duby apoia-se em algumas figuras como Heloísa (*Heloísa e Pedro Abelardo*), Isolda (*Tristão e Isolda*), Eva e Maria Madalena, cada uma mostrava um ideal de mulher a ser seguido por aquela sociedade. Por sua vez, o medievalista analisou o feminino como um local de estranheza dentro da era medieval, assim como as relações cabíveis às mulheres daquela ordenação social (casamento, educação, luto).

No quinto capítulo, *O universo político medieval: poder, ideologia, imaginário*, são apresentadas duas grandes obras de Georges Duby: *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo* e, uma das suas mais importantes e ambiciosas obras, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. A primeira delas apresentou a figura de Guilherme Marechal, um grande senhor feudal, e a cavalaria, instituição da qual ele fez parte. Nesta obra, o medievalista buscou relançar luz ao funcionamento político do sistema feudal e sua principal base de sustentação: a cavalaria. Guilherme Marechal ficou eternizado através de uma canção de gesta, pois seus descendentes julgaram necessário preservar a memória do fundador de sua linhagem. Ao analisar a cavalaria, Duby mostrou que ela tinha uma cultura própria, na qual as canções tiveram um importante destaque.

Na segunda parte, onde se aborda a obra *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* são apresentadas as novas bases teóricas e metodológicas que

Duby utilizou para escrevê-la, contando com a colaboração e o apoio de Jacques Le Goff. Nesta obra é explicitado o fato de que a ideologia das três ordens serviu para ocultar os problemas do sistema feudal, havia uma solidariedade triangular para esta ocultação. Assim, toda a sociedade filha do sistema feudal, como o Antigo Regime, possuiria uma estrutura ternária.

No sexto capítulo, denominado *Arte, sagrado, sociedade: a sociologia histórica da arte medieval* foi apresentada a obra *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*, onde Duby mostrou uma evolução do conceito de arte no medievo. O monopólio sobre as artes pertencia à Igreja, que era sua transmissora e acreditava que através do artístico poderia se comunicar com o além. A arte eclesiástica apropriou-se da herança cultural romana e da Renascença carolíngia.

No final da Idade Média, com a nova onda de invasões "bárbaras", o conceito de arte passou por transformações e foram trazidos novos patrimônios culturais à sociedade europeia. Dessa forma, as invasões tiveram um caráter destrutivo e criador, pois ao mesmo tempo em que causaram destruição trouxeram consigo novas significações artísticas. Contudo, surgiram novos promotores da arte e seu monopólio saiu das mãos da Igreja. Paris passou a ser então um modelo cultural a ser seguido e buscou-se a construção de uma unidade europeia e das formas artísticas resultantes da concentração de poderes que as casas reais começaram a realizar.

No sétimo capítulo, *Recepções de Georges Duby*, Milton C. Costa buscou analisar as reações de filósofos e historiadores com a produção histórica de Georges Duby. Este capítulo divide-se em duas partes: a primeira mostrando as perspectivas filosóficas e, a segunda, visões historiográficas. Na primeira são citadas as análises de Guy Lardreau, Nilo Odália e François Dosse, em que cabem grandes elogios à produção historiográfica de Duby como um sintetizador de duas grandes tradições históricas: a dos *Annales* e a marxista.

188

Em seguida, nas visões historiográficas, são apresentadas as leituras de Beatriz Rojas, Jacques Dalarun e Aaron Guriêvitch. Rojas tece fortes elogios à união da História com a Geografia desenvolvida por Duby. Jacques Dalarun percebeu que existia uma unidade na produção histórica do medievalista e o considera o revelador da psicologia dos homens medievais. Já Aaron Guriêvitch faz severas críticas à produção de Duby por considerá-la demasiadamente preocupada com a cronologia, excessos de idealizações e sociologismo, assim como a realização de uma história aristocrática e cavaleiresca.

Nos dois últimos capítulos, *Contrapontos (1): Georges Duby e a medievalística contemporânea* e *Contrapontos (2): o itinerário historiográfico de Jacques Le Goff*, Milton C. Costa apresentou as recepções da produção historiográfica de Duby para os historiadores de seu tempo. No primeiro mostrou a influência dos grandes mestres dos *Annales* (Bloch, Febvre e Braudel) na escrita histórica do medievalista e as suas recepções por eles e outros historiadores. No segundo apresentou a ruptura da produção de Duby a partir da obra *As três ordens*, a qual se aproxima da *Nova História* defendida por Jacques Le Goff.

Em suas considerações finais, Milton C. Costa defendeu que Duby foi responsável por uma expressiva revolução historiográfica no século XX (p. 351),

pois uniu grandes tradições historiográficas em sua produção, além de participar das transições das gerações dos Annales. O livro *Compreender Georges Duby*, mais do que apresentar de forma magistral a produção historiográfica deste historiador, é um convite para conhecermos mais profundamente sua vida e produção acadêmica. Apoiando-se em diferentes fontes - criando uma obra ímpar e rica - Milton C. Costa mostrou que Georges Duby é um historiador atual e que merece estar presente nas prateleiras dos historiadores das mais diversas temáticas.

Entrevista

interview

Historia pública: ¿Una fatalidad historiográfica? - El público, lo público y la historia que publico: Conversación con Manuel Lucena Giraldo

Public History: Some considerations about this tragical topic in historiography. A dialogue with the historian Manuel Lucena Giraldo

César Augusto Duque Sánchez

xfirmex@hotmail.com

Candidato a máster en Historia

Universidad de los Andes (Colômbia)

Av. Colón, 14 Piso 8 G - Badajoz - Extremadura

Cod. Post. 606005

España

Palabras-clave

Campo historiográfico; Cultura historiográfica; Escritura de la Historia.

Keywords

Historiography Field; Historiographical culture; History writing.

Publicar es como soltar papeles desde lo alto de una ventana: algunos son leídos, pero los demás ensucian las calles y se convierten en basura. Publicar es como lanzar mensajes en botellas al mar: es incierto que lleguen, aunque también es cierto que hay milagros.
Gabriel Zaid, *Los demasiados libros*, p. 76.

Los lectores no estarán contentos...Es culpa mía; tendría que haberlo interrogado mejor. Su pensamiento, como he expuesto, puede encontrarse en sus libros. El papel de un entrevistador es el de forzar la intimidad; es el de llevarlo a hablar sobre aquello que no hablaría por él mismo.
André Gide, *Interviews imaginaires*. París: Haut-Pays, Yverdon et Lausanne, 1943, p. 31.

I

El lunes 22 de septiembre de 2014 Manuel Lucena Giraldo y el autor de esta entrevista se reunieron en la oficina personal del historiador español para hablar, entre otros temas, de su experiencia personal, dado que Lucena es profesor, ensayista, editorialista y asesor, todo al mismo tiempo.

Para el momento de la entrevista, el profesor Lucena dictaba un curso electivo de Historia Global en la Universidad de los Andes de Bogotá, Colombia, curso que ha ofrecido en otras universidades del mundo.

Llaman la atención de su perfil las columnas de opinión que escribe sobre temas históricos, sus viajes por el mundo para conocer los avances del grupo de identidades del proyecto *Barroco Hispano*, al igual que los estrechos vínculos que mantiene con la historia de las emociones.

192

II

Esta entrevista, en particular, ofrece algunas reflexiones sobre el oficio de un historiador a inicios del siglo XXI. Las reflexiones generales han sido enfocadas al interés del historiador por abrir su disciplina a la esfera pública. Esto exige que expongan nociones que esta conversación pone sobre la palestra y son de gran relevancia para quienes se dedican al oficio de la historia en otros contextos. Se trata de nociones como lo público, lo común, lo popular, lo culto o lo vulgar, entre otras palabras que integran el sistema de referencias habituales entre personas dedicadas de la historia y que flotan permanentemente afuera y adentro del campo de la disciplina histórica.

Su título "Historia pública: una fatalidad historiográfica", alude a ese destino recurrente que deben enfrentar todas las "generaciones" dedicadas al oficio moderno de la historia: ¿cómo hacer que la historia disciplinar se convierta en un componente del utillaje mental de la sociedad en la cual se escribe?

De esa manera, el debate empezaría con la formulación de algunas dudas: ¿plantear preguntas sobre la "historia pública" es hablar de un tema inevitable para quienes se dedican a los oficios de la disciplina histórica?, ¿al hablar de las circunstancias que la historia debe necesariamente enfrentar en su ejercicio hablamos de "fatalidades historiográficas"?

Aunque parezca una pregunta obvia, ¿acaso hay un producto elaborado por la comunidad histórica que no suscite interés o que no parta de una inquietud pública?, ¿la escritura de la historia adquiere un valor adicional cuando se refiere a un tema público?, ¿las personas dedicadas a los oficios de la disciplina histórica deben ejercer la función de controlar las principales ideas de la historia que circulan por fuera de la esfera académica?

Parece que la simple formulación de estas preguntas oculta argumentos prácticos y valorativos de alto peso para el oficio. Es sólo el momento de formularlas, no de resolverlas. No obstante, lo aquí conversado mostrará indirectamente en la experiencia del profesor Lucena lo relativo a algunas de esas preguntas.

Escritura de la Historia: Los formatos

1. *César Augusto Duque Sánchez: En sus clases se le oye hablar con entusiasmo sobre el libro de Anthony Grafton Los orígenes trágicos de la erudición. (GRAFTON, 1998) Es frecuente que esos comentarios manifiesten simpatía, en parte, con la crítica de Grafton al fetiche de la comprobación y el uso excesivo de la nota al pie en la academia.*

Me arriesgo a decir que sus clases son una apuesta personal en la que se le propone al estudiante el encuentro con otros formatos, entre ellos el ensayo en su forma clásica.

En su opinión, ¿qué puede aportarle el ensayo a la disciplina histórica y a las ciencias sociales en general?

193

Manuel Lucena Giraldo: Lo que quisiera proponer aquí es el reencuentro con el archivo cultural y con los viejos formatos. Lo que sabemos es que, como historiadores hemos sobrevivido más de dos mil años, a partir de una mentalidad flexible, una capacidad de escritura y de narrativa, el manejo de diferentes géneros y, entre ellos, el ensayo para una época complicada como la que nos ha tocado vivir –que a mí me recuerda la época de Montaigne, de las “guerras de religión” en Francia-. El ensayo nos permite recuperar campo, recuperar lectores y ser pertinentes. A mí me parece que el reencuentro con una tradición clásica de humanidades que tiene muchísimo que decir y que está en el taller de todo historiador es importante.

En ese sentido, la propuesta de pensar en ensayos – con una poética clásica, cuidado, no es ensayo cualquier cosa –. El ensayo implica una posición de observación, una posición de coraje individual, un cuidado del idioma, una voluntad empírica nada “adjetivadora”. Yo creo que a partir de ensayos que sean ensayos, los historiadores podemos contar muchas cosas importantes.

2. *CADS: Su producción escrita es un ejemplo claro de esa búsqueda por explorar diferentes formatos. Observo que la escritura de artículos académicos no le ha impedido dedicar su tiempo a una columna para el diario ABC de España y la publicación de libros que tienen amplia circulación. En su carrera parecería haber un interés en comunicar ampliamente el “oficio de la historia”.*

¿Qué ha ganado y qué ha perdido la escritura de Manuel Lucena Giraldo como intelectual al explorar estos formatos?

MLG: Yo creo que debemos manejar diferentes registros de escritura porque hay diferentes públicos. No es lo mismo escribir, en mi caso, en el suplemento cultural de un periódico – que son más de doscientos mil ejemplares todos los sábados, pongo por caso – que una monografía o un ensayo para la *Revista de Occidente* o evidentemente un libro de investigación pura.

Es preciso pensar para lo que sirve un historiador ahí, al público, a los lectores, a quienes no se compran un café sino que se compran un periódico – algo que yo respeto profundamente pues hay un pacto, hay un contrato detrás de eso.

En ese sentido yo diría que lo que he ganado es versatilidad y flexibilidad. La escritura o las ganas de llegar a esos públicos de la historia, creo que me han hecho muy versátil. Quiero pensar que el contacto fantástico y venenoso al mismo tiempo con el periódico – y sus prisas y su inmediatez – me han mejorado como escritor, creo que me ha hecho escritor francamente.

Y en cuanto a lo que he perdido, bueno, yo diría que he perdido tranquilidad. Hay algunos nichos académicos en los que eres rechazado si haces divulgación. Yo he escuchado decir a un “prohombre” aquello de “divulgación viene de vulgar” o – yo he escrito varias biografías, ¿no? –: “escribe biografías el que no sabe hacer otra cosa”.

194

O sea, hay una academia “Torre de Marfil” y estar en un periódico te hace alejar un poco de ella. Bueno, ahí – en la Torre de Marfil – hay, digamos, buenas cosas también, no voy a negarlo: seguridad. Simplemente mi vida no ha ido por ahí.

Yo estoy muy contento de formar parte de una generación historiadores españoles que todos nos hemos formado fuera y que, más o menos, todos de un modo u otro, tenemos esa versatilidad, esa flexibilidad.

Sobre la historia pública: Enseñanza y difusión de la historia

3. CADS: Es igualmente interesante su desempeño profesional en asuntos educativos, miembro de comités científicos e investigador. Aunque no se desligan de su producción escrita, ahora quisiera que profundizáramos en estos oficios.

Recuerdo que en una entrevista que dio con su maestro John Elliot para el diario ABC de España, usted señaló:

“Me indigna de manera particular es la falta de consideración por la Educación y de respeto y apoyo a los profesores”.

¿Qué opina sobre este tema, como educador?

MLG: Un país que se respete tiene que respetar a sus educadores. Desgraciadamente yo creo que aquí – se refiere a Colombia – en los últimos treinta años, tienen grandes éxitos educativos en general y en la enseñanza de la historia en particular hay algo sustancial: el trabajo de grupo, el trabajo

de equipo, pero también la comprensión de que el proceso de formación, de aprendizaje, tiene que hacerse sobre un determinado nivel de jerarquías.

Yo creo que es muy grave que haya una minusvaloración del oficio del historiador en los medios de comunicación masivos. A mí me parece muy grave que la gente lea novela histórica – mejor o peor; muchas veces peor: ni es novela, ni es historia – y la gente piense que aprende historia ahí y yo creo que eso es básicamente nuestra culpa.

Yo creo que hubo un feísmo historiográfico – cuanto peor escribías mejor historiador eras – y, evidentemente, el señor que compra un libro de historia y no puede pasar de la primera página -porque se le cae al pie y le hace una herida de lo insoportable y lo cargado que es el libro- nos puede enseñar sobre algo que se rompe y se rompe, quizás, de manera definitiva.

Yo estoy formado en Gran Bretaña y ahí no se ha producido esa ruptura entre la narración y la historia, afortunadamente. Creo que tenemos un problema de públicos y en los últimos treinta años – dependiendo de las tradiciones académicas – ha habido novelistas, periodistas que sin la menor información historiográfica, sin conocer lo que es la escritura de la historia, pretenden decir que ellos escriben historias verdaderas. Repito, es culpa de nosotros como historiadores, en buena parte, que eso ocurra.

4. CADS: En el campo de la enseñanza cómo lo ve. Usted ha sido profesor de varias universidades como Harvard, Tufts University (Boston), El Colegio de México y la Javeriana (Bogotá). En algunos de esos lugares ha enseñado Historia Global – que es un enfoque relativamente reciente en la historia de la historiografía.

¿Ha pensado en las oportunidades de traducir ese conocimiento en la enseñanza escolar?

MLG: Es una cuestión complicada, yo creo que nos faltan datos quizás para poderlo responder. En mi caso, desde luego, apenas puedo hacer un apunte. Yo creo que es muy difícil que las nuevas tendencias historiográficas puedan llegar a los textos de historia, a la pedagogía, a las cartillas escolares, si todavía en el mundo académico de la enseñanza de la historia no están bien establecidas.

La pedagogía nacional – que sigue estando ahí- va poco a poco actualizando sus contenidos, pero yo estoy convencido de que queda mucho por hacer. En un debate reciente que tuvimos, recordábamos que, por ejemplo en el caso español, España es una nación desde mucho antes de que aparecieran los nacionalismos – en el siglo XIX- y, sin embargo, bueno, pues la pedagogía, como es lógico, va a intentar formar ciudadanos de acuerdo con ese contexto de nacionalismo.

Yo creo que una parte de eso, por supuesto, es fundamental e imprescindible, pero hay otra parte que tiene que ver con la ciudadanía global pos-nacional y yo creo que la Historia Global es una excelente asignatura porque nos recuerda que todos formamos parte de un mismo viaje, con independencia de ese accidente que es el lugar en donde nacemos, y yo creo mucho en la capacidad formativa que tiene la Historia Global.

Otras tendencias recientes como la *Big History* nos recuerdan que no somos bichos solos en esta tierra, sino que también hay chimpancés, hormigas, peces; que la naturaleza que es un reflejo humano de lo que hay ahí fuera, cuenta que somos también animales existentes en un entorno ecológico.

Yo creo que es muy importante que los estudiantes de niveles anteriores – primaria o bachillerato- sepan estas cosas porque les van a dar una gran ventaja, les va a permitir entender el mundo en el que están. Allí hace falta actualizar.

Pero tenemos antes que consolidar las nuevas asignaturas, las nuevas disciplinas que encajan de manera que al ser muy transversales, muy interconectoras, muy de escribir, no tienen todo el apoyo que deberían en el mundo académico. Pero estoy convencido de que al mediano plazo estarán perfectamente aceptadas y a partir de ahí [deben], tendrán influencia en todos los niveles educativos.

5. CADS: Es miembro del comité editorial de la sección Historia Global de National Geographic. Cuéntenos un poco más sobre su experiencia en la revista – por ejemplo cómo llegó a formar parte de ella, cómo se trabaja allí, qué objetivos tiene el trabajo de la revista al convocar especialistas en Historia Global y qué funciones tienen esos especialistas.

196

MLG: Bueno, digamos que uno de mis grandes logros recientes es formar parte del Comité de *National Geographic* en Historia Global. Ellos decidieron hace unos cuatro años poner en marcha un gran proyecto editorial –que es una historia global en treinta volúmenes, que se hizo en España, pero que también tiene ediciones en Francia, en Italia y que está en proceso de ponerse en marcha también en inglés, en Estados Unidos-. Yo creo que es una expresión muy importante de tres cosas. La primera, el vigor y la importancia de las comunidades de historiadores profesionales – yo creo que hay muy buenos historiadores en este momento.

Lo segundo, creo que esos historiadores escriben bien, creo que hemos recuperado la capacidad de escribir o, por lo menos, el mensaje está claro: sin buena escritura no hay historia –y eso ya quien lo discute está muy caduco-.

Y lo tercero, la historia puede otorgar escala, facilita la comprensión de grandes problemas, permite aventurar buena prospectiva -claro, un buen amigo me decía que no hay nada que discutir, el peor futurólogo es el historiador-. Pero en el sentido de articular buen análisis y prospectiva de lo que las culturas globales y locales quieren decir sí lo hacemos desde la Historia Global –y por supuesto, hacerlo en *National Geographic* es un gran privilegio.

6. CADS: ¿Cuántas personas están trabajando en el Comité?

MLG: El Comité lo formamos cinco personas. Hay egiptólogos, hay medievalistas, hay arqueólogos, en fin, especialistas en diferentes disciplinas y, por supuesto, hay grandísimos historiadores que forman parte del Comité: Roben Lane Fox, el catedrático de clásicas en Oxford, John Elliot, Felipe Fernández Armesto, en fin, gente de primerísimo nivel. Para mí es un honor formar parte del mismo grupo.

7. *CADS*: ¿Qué objetivo tiene el trabajo de la revista al convocar especialistas en Historia Global y qué función tienen esos especialistas en el Comité?

MLG: Los especialistas apoyan la búsqueda de temas relevantes y de autores posibles, esto es lo que hace un comité. Ayudamos a que ese talante creativo, prospectivo y relevante de la historia en la revista – Historia *National Geographic* – sea real, y aportamos nuestra experiencia y nuestras redes sociales para buscar los mejores autores para los temas imprescindibles.

En este caso, un Comité Asesor. No somos editores, ni tenemos nada que ver con la edición propiamente de dicha, pero sí sabemos de qué habría que escribir, qué sería interesante transmitirle al público, dónde hay una inquietud que no ha sido desarrollada y, si hay un poquito de suerte, de fortuna, quién podría escribir de ello.

8. *CADS*: ¿Cuál es el horizonte principal de “una” Historia Global para la revista *National Geographic*?

MLG: Recomponer el campo historiográfico; recomponer la relevancia de la historia y, en ese sentido, ha sido una gratísima noticia según me informaron, de que este modesto intento encontró público; que la gente quiere leer historia, pero quiere leer historia bien editada, por autores relevantes, por una comunidad flexible.

Los autores de la revista son, por un lado, gente joven, espléndida, magníficamente formada y también gente consagrada. O sea, hay una mezcla de gente veterana, experimentada, magnífica, maestros, pero también la revista está abierta a las aportaciones de gente joven que está haciendo un buen trabajo. No se trata de reproducir jerarquías académicas, sino de ser relevantes, todos en este trabajo de historiadores.

197

9. *CADS*: ¿Has trabajado en otro proyecto divulgativo en el sentido más amplio de la palabra, además del de la *National Geographic*?

MLG: Bueno, yo escribo regularmente en un suplemento cultural y los libros de historia. Yo soy crítico cultural de historia y viajes. Hablábamos antes de los periódicos y la historia pública de la historia.

En un periódico uno nunca sabe lo que va a ocurrir. En el último año he tenido la fortuna de que me encargaran pequeñas columnas sobre Carlo Magno, la Primera Guerra Mundial, los viajeros de los imperios y cosas de historia de España del siglo XVIII.

En ese sentido, yo quiero pensar que la Historia Global prepara muy bien no solo a los estudiantes sino también a los profesores para esa flexibilidad. Te saca del nicho del campo de seguridad y te coloca en una perspectiva metodológica transversal; aprendes de muchas cosas.

Eso ayuda a que uno aprenda a escribir sobre las cosas más insospechadas que son las que ahora mismo, en algún lugar, están demandando un

conocimiento histórico agregado. Ayer, por ejemplo, en *El Espectador*, salió una columna de Armando Montenegro – economista, historiador, admirado por mí – y él habló de algo tan contemporáneo como el origen del reino de Escocia al Reino Unido en 1707, que es básicamente un desastre financiero que tiene que ver con la locura de El Dorado, la fundación de las colonias escocesas a finales del siglo XVII en Nueva Caledonia, la ruina de las élites escocesas de ese momento y cómo la petición escocesa de unión al Reino Unido en 1707 les permite resolver ese problema de la terrible crisis que les causó la falacia de El Dorado tal y como la veían. Por supuesto que la historia es relevante y tiene muchas cosas que decir.

10. CADS: Como hemos comentado atrás, además de enseñar la asignatura este semestre en una universidad colombiana, la has ofrecido en países de habla inglesa, ¿qué diferencias notas en la recepción de la Historia Global según el público con el que has tenido contacto?

MLG: Yo creo que cada clase es un grupo y como cada clase, cada grupo es distinto. He encontrado estudiantes, profesionales, brillantes, deseosos de aprender, deseosos de saber y lo que me gustaría compartir con ellos, sobre todo, es que la Historia Global está basada en que los excepcionalismos son ficcionales.

198

En el caso concreto del contexto colombiano yo creo que tenemos que hacer un trabajo concreto de recomposición de campo historiográfico, en el cual tenemos que aludir continuamente a las escalas grandes, las grandes escalas de tiempo y espacio, típicas de la Historia Global para, espero yo, explicar que no existe un “caso” colombiano en la historia, no existe un carácter determinado, y que esto que ocurre aquí y que vemos como un problema inmediato, indescifrable o con unas características particulares, realmente ni es particular, ni es indescifrable, ni es inmediato.

Ahí es donde yo creo -y no me cabe duda de ello- que el entusiasmo de los estudiantes nos permitirá avanzar hacia la dirección correcta de la normalización, que es una palabra muy de Historia Global.

Gracias a ella podemos decir: “No, mire, lo que está ocurriendo en este país, está pasando en cincuenta contextos similares y seguro que podemos aprender de las experiencias de otros”.

En Historia Global siempre estamos comparando escalas y por lo tanto hay un buen caudal de experiencia que se puede poner en marcha.

Al hilo de esta cuestión yo creo que mi experiencia como profesor – ien muchos países yai ¿no? – es que nadie va a darte respetabilidad, nadie te la va a conceder si tú no te la tienes.

Entonces, se puede decir que los historiadores somos relevantes, que tenemos cosas que decir; que las humanidades en general son relevantes, que las ciencias sociales son fundamentales, que la globalización no hay quién la gobierne, salvo a base de cultura, de humanidades y de ciencias sociales... – Somos la herramienta para que la globalización produzca efectos beneficiosos, porque somos “técnicos a la complejidad”.

Yo creo que eso hay que decirlo, hay que creérselo, hay que mantenerlo y si hay alguien que no se ha enterado mucho, pues pobrecito. Pero tenemos que ser conscientes de que en este momento, en el año 2014, ese es el papel que desempeñamos.

Somos portadores de malas noticias para los simplistas –porque yo creo que la base de nuestro trabajo es indicar que el ser humano es insospechado-, que la historia, como dice mi maestro Elliot, es “el estudio de las opciones de libertad” y que nada es sencillo aunque lo parezca, lo cual no le va a gustar a determinadas corrientes de populismos o de gente muy establecida, muy auto-referencial.

Creo que ahí hay algún papel pero tenemos que recuperar la autoestima, de alguna manera y saber que lo que decimos cuenta y que es importante y relevante y hacerlo de tal modo que esos agentes que están allí poniendo en marcha unas estrategias de difusión del conocimiento histórico, que eso no es historia; que una novela no es historia, puede ser una excelente novela –pero no es historia-; que la historia es otra cosa.

Sobre la historia académica y otras formas de hacer historia en la Universidad

11. CADS: Usted pertenece a la Academia Colombiana de Historia, también colaboró en el Diccionario Biográfico de la Real Academia de la Historia. Estas dos actividades las ejerce al mismo tiempo que sigue una trayectoria cercana a la de historiadores de Oxford, universidad en la que se formó con John Lynch, John Elliott y otros grandes maestros que exploran la historia comparada y que, entre otras cosas, han tenido fuertes debates con el nacionalismo español – a pesar de que han sido “revisitados”, por ejemplo, por el separatismo catalán – y no son lejanos a la realeza inglesa o española.

Al referirse al diccionario biográfico de la Real Academia de la Historia recuerdo que usted decía para el ABC:

Son interpretaciones legendarias. Siempre hay una aspiración a un origen mítico. La labor fundacional de la Real Academia de la Historia tiene que ver con separar la Historia de los grandes cronicos y de las leyendas. Y en ese sentido, la Academia de la Historia cumple con este Diccionario uno de sus fines fundacionales (ASTORGA 2011, párrafo. 41).

¿Por qué cree que las historias académicas convencionales permanecen en algunos países – por ejemplo en España – después de la aparición de proyectos muy interesantes de historia crítica y de la llegada nuevos enfoques de la historiografía?

MLG: Daré una respuesta decepcionante e ilustrada. Yo creo que quienes critican más a las academias son los que no forman parte de ellas. Yo creo que la Academia designa una corporación y yo creo que es muy bueno que existan las academias de la historia, que son organismos que acumulan sabiduría, conocimiento, experiencia y densidad institucional. A mí me gustan las academias y, por supuesto, es un altísimo honor haber sido recibido como correspondiente extranjero en la Academia Colombiana de Historia.

Sí es verdad que la demanda de historia y su concreción, su engranaje con la tradición académica es un reto para todas las academias y, seguramente, hay muchas cosas que se pueden hacer, pero yo creo que hacen un gran papel. En el caso español, el diccionario biográfico de historia era algo que no teníamos y que es una obra extraordinaria. Y al final los públicos de la historia son los que determinan lo que hay que decir, más allá de que se debata. El diccionario biográfico español es uno de los libros más consultados, si no el más consultado en la biblioteca nacional de España, por ejemplo.

Yo, a eso animaría, a quien haga una generalización a partir de lecturas apresuradas: que vaya al diccionario y que lo vea, que lo consulte y que vean lo que es y que ahí hay cientos y cientos de personas que hemos colaborado.

Que haya debates sobre determinadas biografías y sobre determinados campos, debería formar parte de la discusión colectiva en la cual la autoría es compartida. Pero la descalificación de la obra general, sin conocerla y, sobretodo, del enorme esfuerzo de cientos y cientos de personas no es mayor cosa.

12. *CADS*: ¿Por qué y cómo hacer biografías en la "era de la Historia Global"?

200

MLG: Porque el ser humano siempre tiene interés por las conexiones y por lo que le ocurre a su alrededor. La biografía siempre tiene público, porque los humanos somos curiosos y satisfacer esa curiosidad es una de las obligaciones de la historia. Así que yo creo que la biografía es un género espléndido, muy de gran público, que te enseña mucho a escribir, a investigar. Es difícil no encontrar un gran historiador actual que no haya escrito biografías. Mi querido maestro John Elliot escribió a su manera la del Conde Duque de Olivares y escribió un ejercicio fantástico, es una biografía doble de Richelieu y Olivares, que para mí es una obra maestra. Así que, por supuesto, hay que escribir biografías.

Proyectos

13. *CADS*: ¿Qué proyectos intelectuales tiene en mente para el futuro?

MLG: Me gustaría en el largo plazo, estamos hablando de tres a cinco años, poner al día una historia del Imperio español. Yo creo que una Historia Global del Imperio español la necesitamos, posnacional, por supuesto, "posnacionalista". Creo que el primer Imperio Global de la historia moderna es el Imperio Hispano-Portugués de los "Felipes" -de Felipe II, III y IV (1680-1740)-; creo que ahí está la matriz de la globalización moderna y contemporánea y, bueno, hemos hecho un gran trabajo en los últimos treinta años y me encantaría tener tiempo y posibilidades de poder hacer ese manual, ese libro que articule los distintos enfoques.

Referencias bibliográficas

ASTORGA, Antonio. Los jóvenes están hartos de los políticos de la vieja generación. El hispanista Sir John Elliott y el historiador Manuel Lucena opinan sobre el movimiento de los <indignados>. **Diario ABC** [Versión web]. Disponible en: <http://www.abc.es/20110529/cultura/abci-hartos-politicos-201105290555.html>. Entrevista: 30 mai. 2011.

GRAFTON, Anthony. **Los orígenes trágicos de la erudición**. México D.F: FCE, 1998.

GIDE, ANDRÉ. **Interviews imaginaires**. París: Haut-Pays; Yverdon et Lausanne, 1943.

LUCENA GIRALDO, Manuel. **A los cuatro vientos**: Las ciudades en la América Hispánica. Madrid: Marcial Pons; Fundación Carolina; Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, 2006.

_____. **Naciones rebeldes**. Las revoluciones de independencia latinoamericanas. Madrid: Taurus; Penguin Random House G. E, 2010.

_____. **Francisco de Miranda**: La aventura de la política. Caracas: Madrid: Edaf, 2011.

_____. **82 objetos que cuentan un país**: Una historia de España. Madrid: Penguin Random House, 2015.

ZAID, GABRIEL. **Los demasiados libros**. Barcelona: Anagrama, 2006.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Alfredo Storck (UFRGS)
André Szczawlinska Muceniecks (UFPR)
Cláudia Gilman (Universidad de Buenos Aires - Argentina)
Emilio Maciel (UFOP)
Ezequiel Adamovsky (Universidad de Buenos Aires - Argentina)
Giselle Venancio (UFF)
Gonzalo de Amézola (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la UNLP - Argentina)
Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ)
Letícia Julião (UFMG)
Marco Antonio Silveira (UFOP)
María Victoria Baratta (Universidad Nacional Autónoma de México - México)
Maria Conceição Francisca Pires (UNIRIO)
Mariela Coudannes (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)
Mateus Henrique Pereira (UFOP)
Mónica Sol Glik (UFSC)
Nora Pagano (Universidad de Buenos Aires - Argentina)
Pablo Leon Pablo Sánchez León (Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea - Espanha)
Sara Feitosa (Unipampa)
Sheila Lopes Leal Gonçalves (UFOP)
Susana Debattista (Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco - Argentina)
Valdei de Araujo (UFOP)
Wilma Peres Costa (Unifesp)
Ximena Espeche (Universidad de Buenos Aires - Argentina)
Marcia Regina Romeiro Chuva (UNIRIO)
Letícia Brandt Bauer (UFRGS)
Teresa Maria Malatian (UNESP - Franca)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)
Bruno Leal Pastor de Carvalho (UFRJ)
Javier Amadeo (UNIFESP)
Nicolás Kwiatkowski (Universidad Nacional de San Martín)
Bruno Franco Medeiros (USP)
Cristian Macedo (UFRGS)
Leila Bianchi Aguiar (UNIRIO)
Vivian Luiz Fonseca (CPDOC/FGV)

203

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como *recensão crítica*. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

206

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

207

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Trabalho publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S. Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

208

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

210

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.